

QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9.10)

2. Resultados do Conselho Europeu de 19 e 20 de Março de 2009 (debate)

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, tivemos conhecimento de uma situação política interna na República Checa. Gostaria de afirmar, em nome de todos vós, que esta situação não deverá afectar o trabalho da Presidência checa e que devemos ter vontade de assegurar a continuidade do trabalho. Apoiamos o Primeiro-Ministro checo, Presidente do Conselho Europeu, na sua tarefa de assegurar o êxito da Presidência checa.

Gostaria ainda – e penso que posso falar em nome de todos vós – de incentivar o Presidente do Conselho Europeu a prosseguir o processo de ratificação do Tratado de Lisboa no seu país e noutros países em que algo há ainda a fazer. Estamos a trabalhar neste Tratado para reformar a União Europeia há dez anos, desde que as decisões foram tomadas em Nice, e queremos poder dar os últimos passos difíceis, para que este Tratado possa, esperemos, entrar em vigor no início de 2010. Precisamos do Tratado de Lisboa para reforçar a democracia, para que a União Europeia tenha mais liberdade de acção e para aumentar a transparência.

(Aplausos)

Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as conclusões do Conselho Europeu de 19-20 de Março de 2009.

Mirek Topolánek, *Presidente em exercício do Conselho.* – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de vos saudar a todos por ocasião do relatório regular do Presidente do Conselho Europeu no seguimento da Cimeira da Primavera do Conselho. Em primeiro lugar, quero pedir desculpa por não poder ficar até ao final do debate, como habitualmente. O Vice-Primeiro-Ministro, senhor Vondra, substituir-me-á na segunda parte, após os discursos dos representantes dos partidos. A razão por que devo regressar a Praga, como o Senhor Presidente Hans-Gert Pöttering já referiu, é o bloqueio sem precedentes por parte dos socialistas com que nos temos visto confrontados durante toda a Presidência e em relação ao qual sempre me mostrei muito aberto. Mesmo que o Governo caia, a Presidência não será, de forma alguma, ameaçada, e o facto de os socialistas não terem tido em conta que a República Checa preside ao Conselho Europeu e terem recusado mesmo a mais elementar cooperação é prejudicial, principalmente, para a social-democracia. A Presidência não sofrerá com isto, porque estou certo de que aquilo que disse aqui, no meu discurso de abertura no Parlamento Europeu, sobre a nossa intenção de procurar moderar a discussão e alcançar um compromisso, é algo que inquestionavelmente já conseguimos. O Conselho da Primavera é disso uma prova. No meu país é hábito não se interromper quem fala, mas, aparentemente, os hábitos aqui são muito diferentes.

Permitam-me que continue – atendo-me rigorosamente às conclusões do Conselho Europeu – e me concentre nas razões por que estou hoje aqui e por que tomámos determinadas medidas no Conselho Europeu. Contudo, antes disso, gostaria de comentar a Cimeira Tripartida com os parceiros sociais que antecedeu a reunião do Conselho. A Cimeira registou uma participação relativamente importante. Para além de mim e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, participaram ainda os dois próximos primeiros-ministros, a saber, o senhor Reinfeldt da Suécia e o senhor Zapatero de Espanha, e, após a reunião, fiquei muito satisfeito e muito surpreendido com o consenso entre os parceiros sociais, não só em relação aos objectivos da Presidência, mas, de um modo geral, em relação a soluções para a situação de crescente desemprego resultante da crise financeira mundial.

Se alguém está interessado, poderei falar mais sobre a Cimeira Tripartida, mas chegámos a acordo em relação a três princípios básicos, que permitirão aumentar consideravelmente a flexibilidade do mercado de trabalho e a mobilidade dos trabalhadores e concentrar mais esforços na melhoria do nível de educação e de qualificações da força de trabalho, de modo a que esta possa corresponder às necessidades do mercado de trabalho, etc. O Conselho Europeu da Primavera foi, na realidade, a segunda reunião de Chefes de Estado e

de Governo que organizámos, embora tenha sido a primeira cimeira formal. O tópico que atraiu maior atenção foi, naturalmente, a questão de saber como sair da actual crise económica. Rejeito inteiramente as afirmações de que estamos a fazer pouco e deveríamos estar a tomar medidas mais profundas. Vou referir um número: 400 000 milhões de euros. Estes 400 000 milhões de euros correspondem a 3,3% do PIB da UE e representam um esforço sem precedentes e, a par dos estabilizadores automáticos que a UE tem e os Estados Unidos, por exemplo, não têm, penso que o exemplo referido pelo Presidente José Manuel Barroso é muito informativo. Um trabalhador despedido da Saab na Suécia tem benefícios sociais que são completamente diferentes dos de um trabalhador despedido da General Motors algures em Chicago, e nestes dois casos os governos têm abordagens totalmente diferentes, uma vez que os estabilizadores automáticos multiplicam os 400 000 milhões de euros num valor substancialmente mais elevado, conferindo-nos uma indiscutível vantagem em relação aos EUA neste aspecto. O apoio fundamental dos 27 Estados-Membros ao acordo confirma a validade da Estratégia de Lisboa, que é um dos quatro pilares em que a Estratégia efectivamente assenta.

Gordon Brown esteve ontem aqui e teve a oportunidade de explicar claramente a abordagem dos 27 Estados-Membros, o mandato para a Cimeira do G20 e os três outros pilares efectivos desta Estratégia. Estamos de acordo quanto ao facto de todas as medidas a curto prazo deverem ser temporárias, e é dessa forma que as encaramos. As prioridades a médio e a longo prazo e os objectivos da Estratégia de Lisboa foram confirmados, devendo os objectivos a curto prazo seguir a mesma linha. Gostaria de dizer abertamente que o Conselho Europeu ficou mais ou menos horrorizado com o que o Secretário de Estado das Finanças norte-americano, Timothy Geithner, disse sobre medidas permanentes. A América não está só a repetir os erros da década de 1930, sob a forma de pacotes de incentivo maciços, tendências proteccionistas e apelos ao protecционismo, a campanha “Buy American”, “Compre americano”, e por aí fora. A combinação destas medidas e – o que é pior – a iniciativa no sentido de fazer delas medidas permanentes equivale a uma passagem para o inferno. Deveríamos ir consultar os livros de História, que já devem estar cheios de pó. Considero que o maior êxito dos debates do Conselho da Primavera foi a inequívoca rejeição desta via e desta perspectiva estreita. Rejeito categoricamente as alegações do Presidente do Partido Socialista Europeu, Poul Nyrup Rasmussen, de que o Conselho Europeu pouco fez para combater a crise e de que estamos à espera de que os Estados Unidos nos salvem. Não só a história desacredita a via escolhida pelos Estados Unidos, mas também, como já referi, os níveis de segurança social e a resposta às necessidades sociais das pessoas comuns são totalmente diferentes nos EUA, onde o nível é substancialmente inferior. A via escolhida pelos EUA é perigosa, porque os americanos vão precisar de dinheiro para financiar os seus pacotes de incentivos sociais e vão obtê-lo facilmente porque há sempre alguém a querer comprar títulos norte-americanos. No entanto, isto coloca a liquidez do mercado em risco; ao retirarem a liquidez do mercado financeiro mundial estão a colocar em risco a venda de outros títulos, possivelmente europeus e seguramente polacos, checos e eventualmente outros ainda, porquanto não haverá dinheiro no sistema. Esta abordagem está a suscitar preocupação e, na minha opinião, será tópico de discussão na Cimeira do G20. A Cimeira do G20 constituirá apenas uma das oportunidades que teremos de falar sobre este assunto. A discussão pode continuar mais tarde, na cimeira informal dos 27 Estados-Membros com a Administração dos EUA e com Barack Obama, em Praga. Estou firmemente persuadido de que seremos capazes de encontrar uma abordagem comum com os EUA, porque não queremos, de maneira nenhuma, uma confrontação entre os EUA e a Europa. No mundo de hoje – e a crise demonstrou-o mais uma vez – não há economias isoladas, e o nível de interligação é muito elevado, o que significa que, em alturas de crise, todos partilhamos o problema e só em conjunto o podemos solucionar.

O segundo pilar do acordo, em termos de procurar uma solução para a actual crise, é a preparação da Cimeira do G20. Os documentos elaborados por Gordon Brown e pela sua administração são excelentes, e os senhores deputados tiveram oportunidade de se familiarizar com eles ontem. A abordagem em três pilares envolve uma solução para o sector financeiro, pacotes de incentivos fiscais, a regulação e, diria eu, a correcção dos defeitos do sistema, e a renovação do comércio mundial, o que implica exercer pressão com vista a novas discussões com Doha no âmbito da OMC. Esta abordagem coincide precisamente com a solução concreta avançada pelo Conselho Europeu e que foi aprovada por unanimidade. Gostaria igualmente de saudar o acordo pelo facto de termos, finalmente, apresentado um número concreto para o aumento dos recursos disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional, obrigação que fixámos em 75 000 milhões de euros. Os 27 Estados-Membros assumiram uma posição comum, falam a uma voz e estabeleceram um objectivo comum antes da Cimeira do G20. Na minha opinião, este é, de todos, o maior êxito, porque a reunião do Conselho Europeu foi um teste à unidade europeia, à solidariedade europeia, aos valores europeus e ao mercado interno europeu unificado. Se algum deles falhasse, sairíamos desta crise enfraquecidos. Em contrapartida, se respeitarmos estes atributos fundamentais, sairemos da crise fortalecidos. Contrariando os temores do senhor deputado Rasmussen, não vejo razão para pessimismo antes das discussões do G20.

Penso que todos compreendemos a necessidade de solidariedade e de cooperação, como confirma o senhor deputado Graham Watson, do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa.

A crise actual é, como todos sabemos, uma crise de confiança. O terceiro elemento fundamental para a resolução da crise é, pois, o restabelecimento da confiança. Não basta pôr dinheiro no sistema. Já experimentámos, e os bancos continuam a não conceder empréstimos. Os bancos devem começar a emprestar dinheiro, mas não o farão se não tiverem confiança. A liquidez de que dispõem não resolveu o problema. A confiança não pode ser imposta por decreto nem comprada. No âmbito do restabelecimento da confiança, demos mais um passo para reforçar a confiança, ao duplicar a garantia para os países fora da zona euro para 50 000 milhões de euros, para o caso de ser necessária. Até em relação a isto concordámos. Até concordámos quanto à necessidade de evitar uma abordagem geral e de agir numa base casuística, banco a banco, país a país, e considerámos que uma abordagem uniforme seria, neste momento, perigosa. Os mercados estão nervosos e reagem imediata, excessiva e negativamente a qualquer sinal. Precisamos, por conseguinte, de uma melhor regulação. Devo sublinhar que “melhor” pode significar regular aquilo que até agora não foi regulado. É aqui que entram, Senhoras e Senhores Deputados do Parlamento Europeu. Gostaríamos de chegar a acordo – e há sinais de que tal é possível – em relação aos actos legislativos que, no essencial, correspondem àquilo que nós entendemos por melhor regulação das agências de notação de crédito, da solvabilidade das companhias de seguros, dos requisitos de capital dos bancos, dos pagamentos transfronteiriços, da moeda electrónica, etc. Muito me agradaria que aprovassem estes regulamentos durante a vossa sessão e que eles produzissem efeitos e fossem aplicados imediatamente. Saúdo vivamente, como todos nós, o relatório Larosière, que tem uma secção analítica brilhante e uma secção de aplicação muito instrutiva, e, neste sentido, o Conselho Europeu extraiu conclusões muito claras. Mas a tarefa mais importante do Conselho Europeu da Primavera terá sido a avaliação dos progressos realizados na execução do plano de relançamento definido pelo Conselho em Dezembro. É precisamente aqui que se centra a maior parte do ruído e das críticas – a meu ver, imerecidamente. Alegadamente, o plano é deficiente, lento e pouco ambicioso. Gostaria de esclarecer alguns aspectos. Já referi os 400 000 milhões de euros, ou 3,3% do PIB, não incluindo os fundos para a recapitalização dos bancos e as garantias, que ascendem a mais de 10% do PIB, e que são o máximo que a UE pode disponibilizar neste momento. Mesmo assim, isto terá um impacto muito significativo no Pacto de Estabilidade e Crescimento, bem como um impacto muito significativo na dívida pública e na forma como as coisas serão resolvidas no período subsequente, ou seja, depois de a crise ter passado, para pôr as coisas de uma forma simples. Penso que mesmo os 5 000 milhões de euros que foram aprovados por último, e que representam apenas uma pequena parte do montante astronómico de 400 000 milhões de euros, foram o resultado de negociações difíceis, que afectam muitos países. Em primeiro lugar, porque um montante não constitui uma medida anticrise se não for investido em 2009-2010. Também é verdade que não existe um sistema transparente para avaliar projectos, não existe realmente uma lista desses projectos e há coisas que faltam ao mesmo tempo que outras temos de sobra. Chegámos finalmente a acordo ao cabo de negociações muito complexas e, para isso, a Presidência checa desempenhou um papel claramente decisivo ao facilitar o acordo para aprovar os 5 000 milhões de euros e ao enviar o dinheiro para o Parlamento Europeu, para que fossem os senhores a decidir o que fazer com ele.

O plano de relançamento tem, naturalmente, uma vertente comunitária, no âmbito da qual se encontram hoje disponíveis cerca de 30 000 milhões de euros, bem como uma vertente nacional, no âmbito da qual todos os Estados-Membros estão a implementar os seus próprios incentivos fiscais em conformidade com o plano. Na minha opinião, a principal questão acordada pelo Conselho Europeu é a validade do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Se queremos ultrapassar a crise com uma União intacta, intocada e revigorada, temos de respeitar as nossas próprias regras. Na minha opinião, seria um erro terrível criar novos pacotes sem nos certificarmos de que todos os procedimentos nacionais e comunitários foram iniciados, de que sabemos qual será o seu impacto e de que são – ou não – necessárias novas medidas de incentivo fiscal – e o Conselho Europeu concordou com isto. Se for absolutamente necessário, o Conselho Europeu tomará novas medidas; mas, neste ponto, não sabemos se devemos ou não tomá-las, do mesmo modo que ninguém pode dizer quando irá a crise atingir o seu auge ou terminar. Seria totalmente absurdo tomarmos mais medidas sem sabermos o efeito das medidas tomadas até agora com os 400 000 milhões de euros de incentivos fiscais. O plano é ambicioso, diversificado e global, e dará respostas diferenciadas aos problemas de crescimento e de emprego consoante a situação de cada país e, naturalmente, consoante os problemas ligados à situação económica.

O segundo grande tema do Conselho Europeu foi a questão climática e energética. Realizámos progressos significativos tanto em termos de segurança energética como de protecção do clima. Independentemente de tudo o resto, a segurança energética é uma das principais prioridades da nossa Presidência, e a sua necessidade foi demonstrada em Janeiro. A crise do gás não foi resolvida. Podemos ter uma crise do gás

amanhã, depois de amanhã, daqui por um mês, para o ano, em qualquer momento. O facto de até o pacote anticrise de 5 000 milhões de euros ser orientado principalmente, se não exclusivamente, para as interligações entre países europeus e incluir uma vasta gama de mecanismos e de projectos destinados a reduzir a dependência em relação a uma rota de abastecimento prova bem o que estou a dizer. Acordámos em que, até ao próximo Inverno, deveria ser criado um mecanismo anticrise para fazer face a um eventual colapso do aprovisionamento e dar resposta aos problemas que possam surgir. É mais do que evidente que precisamos de um mecanismo deste tipo. Tornou-se óbvio em Janeiro, nomeadamente na Eslováquia e na Bulgária, mas também em diversos outros países.

O debate sobre as alterações climáticas: estão já a ser iniciadas as discussões e os preparativos para a Conferência de Copenhaga. Tanto a Dinamarca, na qualidade de país anfitrião, como a Suécia, no decurso da sua Presidência, irão ocupar-se deste tema, sobre o qual a Presidência checa está já a desenvolver um intenso trabalho. Estamos a procurar encontrar uma posição comum a nível europeu. Estamos a começar a negociar com os principais actores, sem os quais não é possível assegurar o êxito da Conferência de Copenhaga. Entre estes actores contam-se os EUA e, naturalmente, o Japão, a China e a Índia, bem como outros países grandes e poluidores em larga escala. A principal discussão – e gostaria de abordar brevemente este assunto – incidia sobre se devemos ou não estabelecer já não só os mecanismos, mas também as partes de cada país da UE no pacote de financiamento que vamos disponibilizar para ajudar os países em desenvolvimento – países terceiros – a cumprir as suas obrigações no âmbito da luta contra as alterações climáticas. Tomámos a decisão certa. Numa situação em que estamos a negociar com todos os principais actores, que, por enquanto, são mais pródigos em palavras do que em obras, não seria boa estratégia e seria contraproducente se estabelecêssemos barreiras e limites que os outros não respeitassem. É preferível termos liberdade à mesa de negociações, posição que foi acordada pelos países que apresentaram a última proposta, a saber, a Suécia, a Dinamarca, os Países Baixos, o Reino Unido e a Polónia. No que diz respeito à abordagem polaca, respeitámos, naturalmente, os interesses de países que desconfiam deste mecanismo, bem como os interesses de países que desempenham um papel preponderante em relação às alterações climáticas. Todos os países, incluindo aqueles que conferem prioridade absoluta a esta questão, concordaram em que é necessário definir o mecanismo, a chave e a sua formulação, bastante antes da Conferência de Copenhaga.

O terceiro domínio são as relações externas. O Conselho Europeu aprovou formalmente a iniciativa Parceria Oriental como um complemento da nossa política externa ou da política europeia de vizinhança. Dado que a norte há *icebergs* e a ocidente está o oceano Atlântico, é a sul e a leste que os nossos vizinhos vivem e é aí que se situam os países que podem constituir potenciais ameaças à nossa economia e à nossa situação social e de segurança. A Parceria Oriental era um objectivo da Presidência checa, pelo que me congratulo com a sua aprovação com uma importante dotação de 600 milhões de euros. Gostaria de responder desde já a possíveis perguntas acerca da participação da Bielorrússia. Estamos a considerar essa possibilidade. A Bielorrússia realizou alguns progressos, e a suspensão da proibição de concessão de vistos a membros do regime foi prorrogada. Neste momento, a porta está aberta para a Bielorrússia, mas ainda não foi tomada qualquer decisão. Se os Estados-Membros não concordarem com a sua participação e não for tomada uma decisão unânime pelos 27 Estados-Membros, o Presidente Lukashenko não será convidado, embora tanto a oposição como os Estados vizinhos recomendem que o convidemos. Penso que esta é uma pergunta para a qual ainda não tenho resposta, por isso preferi antecipá-la.

Informei o Conselho Europeu acerca da reunião e da cimeira informal com o Presidente Obama que terá lugar em 5 de Abril, no contexto de outras prioridades, mais concretamente, da relação transatlântica. Os pormenores organizativos ainda não foram ultimados, mas os senhores deputados serão pormenorizadamente informados. A cimeira articular-se-á em torno de três grandes domínios temáticos: discussões sobre a Cimeira do G20, cooperação dos domínios energético e climático, em que a UE, tal como os EUA, continua a desempenhar um papel crucial, e relações externas e a região geoestratégia que se estende do mar Mediterrâneo ao mar Cáspio, o que significa, Afeganistão e Paquistão, a situação no Irão e, naturalmente, o Médio Oriente. A cimeira com os EUA é importante, mas devemos moderar as nossas expectativas, já que não são de prever resultados espectaculares. Os EUA têm inúmeros problemas internos para resolver e, precisamente por isso, é bom que o Presidente Barack Obama fale em Praga da sua perspectiva acerca deste ano, na qual seguramente irá querer enviar uma mensagem aos cidadãos da UE sobre as principais posições e os principais objectivos da nova Administração norte-americana.

No Conselho Europeu foram ainda abordados muitos outros assuntos acerca dos quais estou pronto a responder. Se omiti alguma coisa, referi-la-ei no debate que se seguirá aos discursos dos líderes partidários. Provavelmente, não nos voltaremos a encontrar, já que os senhores deputados têm pela frente uma campanha eleitoral, mas muito me agradaria que resissem à tentação de a lançar aqui e agora. Espero que a luta pelos

lugares do Parlamento Europeu seja justa e que os senhores deputados se voltem a encontrar após as eleições para retomar o trabalho.

Presidente. – Obrigado, Senhor Presidente em exercício do Conselho Europeu, pela sua determinação em prosseguir o trabalho da Presidência apesar da situação difícil que se vive no seu país.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, o último Conselho Europeu foi o Conselho de resultados práticos.

Gostaria de prestar homenagem à Presidência checa e, em especial, ao Primeiro-Ministro Topolánek, que, com pulso firme, conduziu as discussões, centrando-as em objectivos concretos. O resultado está à vista: uma série de decisões que são importantes por si só, mas que também dizem muito sobre a actual determinação da Europa. A realidade das nossas decisões comprova a realidade da nossa unidade e derrota as expectativas pessimistas que, uma vez mais, se revelaram erradas. Vou concentrar-me nos aspectos económicos; o Primeiro-Ministro Topolánek referiu a maior parte das questões, pelo que não há necessidade de voltar a enumerá-las.

Em primeiro lugar, o Conselho aprovou a proposta da Comissão no sentido de consagrar 5 000 milhões de euros a projectos energéticos estratégicos e à Internet de banda larga. O acordo alcançado no Conselho Europeu reflecte claramente a determinação da UE em utilizar todas as ferramentas à sua disposição e em fazer tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que a crise comprometa os nossos objectivos a longo prazo, nomeadamente em termos de segurança energética e de luta contra as alterações climáticas.

A segunda decisão mais importante foi a de duplicar o montante máximo do apoio concedido às balanças de pagamentos dos Estados-Membros: 50 000 milhões de euros denotam um firme empenhamento. Provam que, mesmo em tempos difíceis, a solidariedade não é uma palavra vã na Europa.

Com efeito, a melhor forma de os europeus controlarem a crise e de restabelecerem condições de crescimento passa pela coordenação das suas posições, pela adopção de medidas comuns e pelo apoio recíproco.

A terceira decisão mais importante demonstra que a União está a contribuir em pleno para o esforço necessário para enfrentar a crise em todo o mundo. O incentivo orçamental dado à economia europeia, se nele incluirmos os estabilizadores automáticos, aproxima-se dos 4% do PIB europeu. Não obstante, a isto juntámos – no Conselho Europeu – o compromisso de apoiar o FMI com um máximo de 75 000 milhões de euros. A União está a fazer a sua parte, ao combater vigorosamente a crise e ao introduzir um programa de reformas regulamentares ambicioso e virado para o futuro.

Não há dúvida de que a União Europeia deu um exemplo de unidade e de liderança, que, se for seguido, abrirá caminho a soluções de maior alcance a nível internacional. O debate que realizámos ontem com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown, demonstra claramente o que acabo de afirmar. A União Europeia vai chegar à Cimeira de Londres com uma agenda sólida e consistente, assente em quatro pilares: um incentivo orçamental substancial e coordenado, uma agenda regulamentar ambiciosa, uma mensagem forte contra todas as formas de protecção e um firme compromisso em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nomeadamente para com os menos privilegiados do mundo.

Esta é uma agenda de liderança, e penso que, apesar de tudo, é importante sublinhar – uma vez que não era evidente à partida – que a posição dos Estados-Membros, que vão participar na Cimeira de Londres, e da Comissão é, na realidade, a mensagem da União de 27 Estados-Membros, que quer manter esta posição de liderança para introduzir uma nova abordagem a nível internacional. Esta não é uma agenda tecnocrática. O desafio consiste em reintroduzir no sistema económico, e especialmente no sistema financeiro mundial, valores éticos sem os quais o mercado económico não pode funcionar. As pessoas devem voltar a ser o centro da economia mundial. Estamos a favor de economias abertas e competitivas, mas economias em que os mercados sirvam os cidadãos. Esta é, aliás, a razão por que apoio a ambiciosa proposta da Chanceler Merkel de criar uma carta para a economia sustentável. A carta salienta que somos favoráveis a uma economia social de mercado.

No entanto, o Conselho Europeu também viu para além da crise. No domínio das relações externas, congratulo-me com o apoio dado pelos 27 às propostas da Comissão no sentido de desenvolver a Parceria Oriental, que teremos oportunidade de examinar mais pormenorizadamente no decurso da Cimeira da Parceria Oriental, em 7 de Maio. Na colaboração com a União para o Mediterrâneo temos agora um enquadramento consistente para a nossa política de vizinhança, que constitui, sem dúvida, uma das principais prioridades da União no domínio das relações.

(EN) Senhor Presidente, precisamos agora de continuar a trabalhar com entusiasmo em prol do relançamento da economia; os 5 000 milhões de euros são realmente urgentes. Este investimento é crítico nestes tempos difíceis. Todos sabemos que as dificuldades de crédito tiveram um impacto directo em projectos estratégicos. Há alguns desafios, nomeadamente a possibilidade de um bloqueio das ligações de petróleo e de gás. Este bloqueio desincentivou o investimento em energias renováveis. Interrompeu igualmente a investigação no domínio das tecnologias limpas. Precisamos, por isso, de respostas europeias claras.

Sei que este Parlamento está empenhado em avançar rapidamente com este dossiê e espero que a vossa análise das propostas vos permita uma negociação ágil com o Conselho, de modo a que as propostas possam ser aprovadas em Maio.

O mesmo se aplica ao pacote de medidas actuais e futuras relativas ao sistema financeiro. Se o Parlamento e o Conselho alcançassem um acordo em primeira leitura antes das férias eleitorais, isso constituiria um sinal inequívoco de que a UE sabe o que tem a fazer para repor a ordem no sistema financeiro.

Este aspecto é fundamental para restabelecer a confiança, motivo pelo qual a Comissão continuará a adoptar as propostas previstas na sua comunicação de 4 de Março de 2009 relativas aos fundos com cobertura de risco (*hedge funds*) e aos capitais de investimento (*private equity*), à remuneração dos executivos e à forma de pôr em prática as recomendações do relatório do grupo de alto nível que estabeleci, sob a direcção de Jacques de Larosière. Este relatório foi muito bem acolhido no Conselho Europeu, que unanimemente o considerou como base para o trabalho futuro. Estou francamente satisfeito com esse resultado.

Precisamos igualmente de continuar a aprofundar o trabalho de coordenação. A coordenação é essencial – coordenação e execução. As orientações que estabelecemos relativamente aos activos que sofreram uma depreciação e ao apoio ao sector automóvel estão já a ser utilizadas para direccionar mais eficazmente a acção dos Estados-Membros.

Estamos a executar o plano de recuperação, e a Comissão irá intensificar o seu trabalho para acompanhar a forma como os incentivos nacionais anunciados estão a ser concretizados. Dispomos de alguns instrumentos. Temos ainda os instrumentos da Estratégia de Lisboa, que permanecem aplicáveis. Iremos acompanhar atentamente as diversas medidas nacionais que estão a ser tomadas para fazer face à crise e fomentar a procura, a fim de identificarmos os ensinamentos que podemos extrair e a forma como podemos ajudar.

É este espírito que nos deve inspirar na preparação para a Cimeira do Emprego. Como já afirmei aqui no Parlamento, esta crise está a gerar sérias dificuldades, e é no mercado de trabalho que essas dificuldades são mais visíveis.

O desemprego está a aumentar e o mais provável é que continue a aumentar. Esta é a minha maior preocupação, e penso que deve ser a principal preocupação na Europa. É importante que os trabalhadores da Europa saibam que os dirigentes europeus se preocupam. É por esse motivo que a cimeira especial consagrada ao emprego, que decorrerá no princípio de Maio, é tão importante: para fazer o ponto do impacto das medidas de recuperação, para ver o que está e o que não está a funcionar e para trocar boas práticas e ver que outras medidas são necessárias.

Necessitamos de certificar-nos de que estão mobilizadas a nível local, regional, nacional e europeu todas as forças susceptíveis de amortecer o impacto da crise e de preparar as pessoas para os empregos do futuro. Devemos, nomeadamente, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para complementar a acção dos Estados-Membros através do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Como saberão, o Conselho Europeu decidiu que a cimeira deve ter um formato de tróica. Para ser aberto e franco – como sempre sou – convosco, fiquei desapontado com esta decisão. Teria preferido que os 27 Estados-Membros consagassem o tempo necessário a discutir conjuntamente o melhor caminho a seguir para solucionar aquele que é, afinal, o principal problema que afecta os cidadãos europeus nesta crise: a situação em matéria de emprego.

Todos sabemos, naturalmente, que a maior parte dos instrumentos são nacionais, mas isso não é razão para os dirigentes europeus não discutirem, a nível europeu, a forma de coordenar as suas acções. Sabemos também que, quando tomamos decisões relativas ao sector financeiro ou quando adoptamos um plano de relançamento da economia, estes vão ter incidência no emprego.

Mas penso que a questão do emprego merece por si só, por mérito próprio, a atenção dos dirigentes europeus. Seja como for, a Comissão está plenamente mobilizada e determinada a transmitir uma mensagem firme em 7 de Maio de 2009. Pessoalmente, penso que esta cimeira, que se decidiu que seria realizada com um

formato de tróica, deve ser aberta, de modo a que todos os primeiros-ministros que queiram participar o possam fazer.

Gostaria de vos dizer, como o Primeiro-Ministro Topolánek já o fez, que imediatamente antes do Conselho Europeu tivemos uma discussão muito importante com os parceiros sociais, em que participaram igualmente o Primeiro-Ministro sueco, Fredrik Reinfeldt, e o Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Zapatero. Penso que os parceiros sociais manifestaram a sua vontade de assumir um compromisso connosco. É importante que chegue a todos os europeus, sobretudo, a todos os trabalhadores da Europa, a mensagem de que nós, a nível europeu, nos preocupamos com o diálogo social.

Convidámos os parceiros sociais a vir à Comissão. Organizámos uma reunião no Colégio de Comissários e estou determinado a continuar a trabalhar com os parceiros sociais, o Parlamento Europeu, os governos da Europa, a Presidência do Conselho, naturalmente, e também com o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu, porque estou persuadido de que, para enfrentar este problema do emprego, precisamos de uma mobilização à escala europeia, não só dos governos e das instituições europeias, mas também dos parceiros sociais e de toda a nossa sociedade.

Estou persuadido de que devemos ter na mesa todas as opções possíveis. É por isso que, nas próximas semanas, a Comissão irá envidar um esforço especial para trabalhar com todos os nossos parceiros, e gostaria de, nesse esforço, poder contar com a plena participação dos deputados do Parlamento Europeu e deste Parlamento enquanto instituição. Os senhores deputados têm um conhecimento inestimável da acção no terreno.

Em suma, este foi um Conselho Europeu que tomou decisões muito importantes sobre questões económicas e financeiras, que teve resultados muito concretos. Mas não marcou, de forma nenhuma, o fim de um processo. Precisamos de manter a dinâmica do processo. Precisamos de estar abertos a tudo o que temos de fazer perante uma crise que terá, nomeadamente, mais impacto nas questões sociais. É importante não perdermos esta determinação e é importante que, com coordenação e medidas de execução, a Europa seja capaz não só de responder internamente ao desafio, mas também de contribuir significativamente para a resposta mundial a esta crise de grandes dimensões.

(Aplausos)

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE-DE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Topolánek, Senhor Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, depois de, desde o início da crise, termos liderado os nossos parceiros norte-americanos e o resto do mundo numa ambiciosa, mas verdadeiramente necessária, reforma dos mercados financeiros, na sexta-feira passada a Europa estabeleceu um roteiro para a Cimeira do G20 de 2 de Abril.

No debate de ontem sobre o G20, alguns deputados afirmaram que isto não bastava; outros afirmaram que era demasiado. A verdade é que, nas sucessivas crises que vivemos, a Europa sempre respondeu presente, sempre se coordenou e sempre trabalhou como uma equipa.

Repito: para a crise que atravessamos, como para todas as questões mundiais – energia, alterações climáticas, assuntos externos, segurança e defesa – já não podemos apresentar soluções nacionais. Se até o Primeiro-Ministro do Reino Unido, que ouvimos ontem, exalta as virtudes da União Europeia e se declara, e passo a citar, “orgulhoso de ser britânico e orgulhoso de ser europeu”, sinto-me seguro nas minhas convicções.

A decisão tomada pelo Conselho Europeu na semana passada no sentido de disponibilizar um montante de 50 000 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros de fora da zona euro a ultrapassar este período difícil é uma coisa boa, na medida em que aquilo que afecta um de nós nos afecta a todos. É isto que significa integração europeia. Adicionadas aos 400 000 milhões de euros do plano de relançamento da economia europeia, estas dotações contribuirão para restabelecer as condições de crescimento e para gerar riqueza e, em última análise, emprego. O mesmo se aplica ao pacote de 5 000 milhões de euros que decidimos investir no apoio a projectos no domínio da energia e em medidas relacionadas com a Internet e com outros temas.

Peço ao Conselho que faça tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que, até ao final desta legislatura, é alcançado acordo sobre os três principais assuntos sobre a mesa: as agências de notação de crédito, as directivas relativas aos requisitos de fundos próprios e a Directiva Solvência II. Relativamente a este último texto, o Conselho deve intensificar os trabalhos para garantir a sua adopção em primeira leitura em Abril.

Senhoras e Senhores Deputados, não precisamos de mais medidas económicas socialistas. Precisamos é de mais empregos, e este pacote de medidas permitirá a sua criação. Além disso, observo com interesse que, na

semana passada, em Bruxelas, nem um líder europeu, da esquerda ou da direita, apoiou as medidas socialistas. O que também confirma a minha impressão de que nem sempre há grande coerência entre aquilo que o Presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu diz e o que fazem os governos socialistas, e, Senhor Deputado Schulz, tem ainda muito que fazer para convencer o seu amigo político, Sr. Steinbrück, a tornar-se mais social.

Gostaria igualmente de referir a preparação da Conferência de Copenhaga, em Dezembro, e de pedir à Presidência checa que, até Junho, elabore algumas propostas sobre mecanismos financeiros internacionais. No que respeita ao pacote sobre energia e alterações climáticas, a Europa deu o tom e não deve perder a vantagem. As alterações climáticas não vão esperar pelo final da crise. Temos, por isso, a responsabilidade de convencer os nossos parceiros a aceitarem a nossa liderança no combate às alterações climáticas e a adoptarem o objectivo de redução de 30% das emissões de CO₂.

Barack Obama parece ter decidido aceitar a ajuda que lhe estamos a oferecer ao decidir implantar um sistema de intercâmbio de quotas de emissão nos Estados Unidos. Para concluir, quero expressar a minha satisfação pelo facto de a Europa estar finalmente a levar a sério os nossos vizinhos de leste, ao adoptar uma parceria estratégica com a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia. Esta parceria será um complemento útil ao trabalho da Assembleia EURONEST, que, por iniciativa do meu grupo, será criada na próxima legislatura, com o acordo de todos os grupos parlamentares.

Por outro lado, está na altura de a União para o Mediterrâneo, criada no Verão passado, pôr a trabalhar o seu secretariado em Barcelona e começar a trabalhar em projectos concretos. Os 27 pediram-no na semana passada; esperamos dispor de um roteiro em Junho.

Martin Schulz, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro Topolánek, acho extraordinário o senhor estar aqui. Constitui uma honra, nestas circunstâncias difíceis. A sua presença aqui esta manhã demonstra que o senhor é um lutador, mas que ainda não compreendeu a missão do Presidente em exercício da União Europeia. Se veio aqui para tratar da política interna checa, não deverá ficar surpreendido se discutirmos a política interna checa. Contudo, na minha opinião, está aqui na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Europeu, razão pela qual não compreendo a sua observação acerca do bloqueio dos sociais-democratas.

(Aplausos)

De qualquer forma, o senhor foi derrubado por dois votos do Partido Democrático Cívico e dois votos dos Verdes. Porque não falar então de bloqueio da sua própria gente?

Ontem, ouvimos um discurso de um destacado Chefe de Governo europeu, que, na qualidade de anfitrião da Cimeira do G20 da próxima semana, disse exactamente o contrário do que o senhor acaba de dizer na qualidade de Presidente em exercício do Conselho. O que Gordon Brown disse ontem foi o contrário do que o senhor disse aqui. O senhor afirmou que a via escolhida pelos EUA é historicamente errada. Foi isso que disse há pouco. Disse que a via de Geithner é a errada e leva ao inferno. Não é a este nível que a União Europeia pode trabalhar com os EUA. O senhor não está a representar o Conselho da União Europeia, está a representar-se a si mesmo. Esse é o grande erro que está a cometer.

(Aplausos)

Compreendo também agora por que razão as pessoas nos diziam no princípio que é difícil dialogar com este homem. Não, Senhor Presidente em exercício, essa é a via para empurrar a União Europeia ainda mais para um beco sem saída.

O Presidente da Comissão disse hoje algo muito importante. Disse que seria um erro grave rejeitar a cimeira social, a cimeira do emprego. Numa altura em que milhões de europeus se inquietam pelos seus empregos, numa altura em que bancos e companhias de seguros à beira da falência, incluindo nos EUA, são salvos por fundos públicos, injectados aos milhares de milhões ou mesmo milhões de milhões – aquilo que o senhor descreve como uma passagem para o inferno –, numa situação em que as pessoas sabem que, seja como for, têm de pagar os seus impostos, sejam eles em euros ou em coroas, nesta situação, o Conselho Europeu diz a estas pessoas: os vossos problemas de emprego não nos interessam. Não temos tempo para isso. É um sinal fatal. É o sinal errado.

É por isso que eu digo, Senhor Presidente da Comissão, que o conselho que dá à Presidência do Conselho não é suficiente. Não queremos uma tróica; queremos uma discussão aberta a todos. Deveríamos voltar a

convocar a cimeira, de modo a que os Chefes de Estado e de Governo pudessem assumir a sua responsabilidade e discutir a situação do emprego na Europa no início de Maio.

(Aplausos)

Senhor Primeiro-Ministro Topolánek, quero fazer-lhe três recomendações, que, na nossa opinião, deve ter presentes nos próximos dias: se obriga os governos da União Europeia a mobilizar 1,5% do seu produto interno bruto em 2009 e 1% em 2010 para um pacote destinado a fazer face à situação económica a curto prazo, e até agora – se bem percebi – apenas quatro países cumprem estas especificações, então isso não é suficiente, e é seu dever, enquanto Presidente em exercício do Conselho, velar por que os Estados honrem os compromissos que se auto-impõem.

Em segundo lugar, por favor, volte a convocar a cimeira social. Mostre à opinião pública europeia que a política de emprego e as iniciativas para proteger postos de trabalho estão no cerne da acção governativa.

Em terceiro lugar, por favor, assegure que existe finalmente clareza no Conselho quanto ao que vai acontecer em matéria de assuntos institucionais após as eleições. Pessoalmente, tenho muita pena de si. Sei que defendeu a ratificação do Tratado de Lisboa, mas sei também que tem muitos problemas com o seu próprio Presidente e que está a ser feito tudo o que é possível para impedir que o senhor obtenha do Senado a ratificação. Estamos aqui para o ajudar. Quando podemos, falamos com os vossos senadores do Partido Democrático Cívico e procuramos levá-los a aceitar o processo de ratificação. Não há problema, estamos do seu lado e faremos tudo o que pudermos.

Levanta-se, contudo, uma questão perfeitamente distinta: em última análise, deve dizer-nos em que base quer continuar. Com base no Tratado de Nice, que está em vigor, ou com base no Tratado de Lisboa, que não está em vigor? O que não pode é dizer que vamos começar com Nice e depois acrescentar um bocadinho de Lisboa. É por isso que eu digo, no que nos diz respeito: consulta após as eleições europeias, com certeza, mas só depois da primeira sessão da nova legislatura do Parlamento Europeu. Não estou preparado para ser consultado a partir de 7 de Junho e até este Parlamento ser formalmente convocado para a sua primeira sessão. Há que exigir um mínimo de respeito institucional. Com estes três pontos, Senhor Topolánek, poderá recuperar algum prestígio junto de nós.

(Aplausos)

Graham Watson, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a todo o sofrimento real é aplicada a definição ligeira de recessão. É quando vamos ao multibanco levantar dinheiro e aparece uma mensagem a dizer: “Montante ultrapassa valor autorizado” – e ficamos sem saber se é o nosso ou o deles!

(Risos)

Apesar das advertências pessimistas sobre clivagens e agitação, este Conselho Europeu produziu um pacote positivo, pelo qual felicito a Presidência checa.

Temos uma promessa de mais dinheiro do FMI, uma promessa de mais apoio para as economias europeias com mais problemas e um acordo para avançar com a supervisão europeia do sistema financeiro. Saúdo tudo isto. E foi com particular agrado que observei que o Conselho salvou a pele do Sr. Barroso ao transferir 5 000 milhões de euros não gastos para o plano de relançamento. O investimento em transportes, infra-estruturas e ligações de banda larga irá criar novos postos de trabalho e preparar a Europa para o futuro. Entretanto, o dinheiro que vai para o gasoduto Nabucco irá aliviar a nossa preocupante dependência da Rússia em matéria de energia.

Precisamos que o Presidente em exercício nos garanta claramente que parte dos 5 000 milhões de euros será destinada a esse projecto, mas também que o investimento em infra-estruturas de aprovisionamento de gás não será uma alternativa à investigação no domínio das energias renováveis. O crescimento das energias verdes continua a ser essencial para a segurança actual e futura dos nossos cidadãos, tal como os princípios consagrados na Estratégia de Lisboa: flexigurança, economia baseada no conhecimento, regulamentação em matéria de emprego que cumpra os seus objectivos – são fundamentais para uma economia competitiva e para o êxito do mercado único. É do Conselho o grande mérito de não ter permitido que a linguagem proteccionista do passado ensombrassem as suas conclusões.

Mas, apesar do aparente acordo, há uma ligeira nuance nas prioridades dos Estados-Membros. Por um lado, temos aqueles que se concentram numa forte regulação a nível internacional, por outro, temos aqueles que colocam a tónica num importante pacote de incentivos. Isto é uma falsa escolha. Precisamos, naturalmente,

de estruturas de supervisão com um verdadeiro cariz regulador, mas também precisamos de medidas anticíclicas para fazer face às realidades da recessão. O longo prazo e o curto prazo: ambos têm de ser abordados.

Os nossos líderes devem ser claros em relação a isso na Cimeira do G20. Se não conseguimos chegar a acordo sobre a nossa causa comum, não podemos esperar impor o nosso peso colectivo. A América virá para o G20 com a sua própria agenda. Devemos chegar com a nossa e, juntos, alcançar um acordo que sirva a todos.

Senhor Presidente em exercício, na semana passada, no Conselho, mal discutiram a base jurídica na qual assentará a constituição da próxima Comissão, mas já não é apenas a Irlanda que, muito provavelmente, não ratificará o Tratado de Lisboa. Nestas circunstâncias, exorto-o a convocar os líderes do Conselho, da Comissão e do Parlamento antes de esta Assembleia encerrar, em Maio, para chegarem a acordo sobre uma forma de constituir o Parlamento e a Comissão com certeza jurídica.

Senhor Presidente em exercício, há um momento na famosa melodia *Má Vlast* de Smetana em que o violoncelo e o fagote sobem em crescendo de profundezas sombrias para atingir uma nota alta aparentemente impossível. Para o seu Governo, esse momento já passou. Para a Europa, ainda não chegou. Tente impedir que as dificuldades internas enfraqueçam a sua acção.

(Aplausos)

Adam Bielan, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, começo por felicitar o Primeiro-Ministro Topolánek pela excelente preparação da Cimeira Europeia e pelo que tem sido, até agora, uma óptima presidência. Há alguns meses, muitos políticos duvidavam de que um pequeno país da Europa Central e Oriental fosse capaz de assumir a liderança da União Europeia. O Sr. Topolánek e o seu gabinete provaram que é possível. Felicito-o uma vez mais e, neste momento difícil para si devido aos seus problemas internos, espero que seja capaz de resolver esses problemas e que prepare igualmente a próxima cimeira que terá lugar daqui por três meses.

Contudo, como estamos entre amigos, devemos falar sinceramente. Gostaria de abordar diversas questões relacionadas com a cimeira, sobre a qual lanço um olhar crítico, embora as minhas críticas não sejam dirigidas pessoalmente ao senhor Topolánek.

Começo por expressar o meu apoio à Parceria Oriental. Foi disponibilizado um montante de 600 milhões de euros para esta Parceria e para cinco anos, mas sabemos que apenas 350 milhões de euros são novos. No conjunto, isto representa apenas uns escassos 20 milhões de euros anuais para cada país que participa no projecto. Será isto suficiente para a UE reforçar a sua influência na região? Já que estamos a falar dos nossos parceiros de Leste, gostaria de saber o que foi decidido quanto à questão dos vistos para eles. Parece-me que não foi decidido absolutamente nada. Na realidade, foi tomada a decisão de recusar qualquer tipo de cooperação nesta área. Devemos perguntar-nos se queremos desencorajar os nossos vizinhos de Leste ou se queremos encorajá-los a trabalhar connosco. A impressão que dá é que alguns Estados-Membros, para não desagradar à Rússia, estão a tentar enfraquecer a ideia da Parceria Oriental.

Aliás, é visível a obstrução, pela mesma razão, relativamente à construção do gasoduto Nabucco. A atribuição de 200 milhões de euros ao projecto, que tem um custo de construção estimado de 8 000 milhões de euros, apenas consegue provocar aos nossos parceiros um sorriso de comiseração. Importa lembrar que, por razões que se prendem com a nossa própria segurança energética, deveríamos ser os mais interessados em construir um canal para transportar combustível da região da bacia do mar Cáspio para a Europa, canal esse que não deve depender da vontade do Kremlin.

Na cimeira, foram igualmente atribuídos 5 000 milhões de euros ao pacote anticrise. Parte deste dinheiro irá para grandes projectos energéticos, incluindo 330 milhões de euros que irão para o meu país, a Polónia. Lamentavelmente, foi imposta uma condição que é muito difícil de satisfazer, nomeadamente a de que o dinheiro seja gasto até ao final do próximo ano. Esse montante tornou-se, portanto, dinheiro virtual, porque, conhecendo o ritmo de absorção de fundos comunitários pelo Governo polaco, o dinheiro pode não ser gasto e deixará de estar disponível. Nestas circunstâncias, proponho a prorrogação do prazo para a utilização dos referidos fundos.

Enquanto estou a falar sobre a cimeira, gostaria de referir a cimeira informal anticrise anteriormente realizada em Bruxelas, por iniciativa por Sr. Topolánek. Os participantes nessa cimeira opuseram-se unanimemente ao protecçãoismo económico. Entretanto, há alguns dias tivemos a prova de que as resoluções tomadas na cimeira têm pouco significado, quando o fabricante de automóveis Renault anuncia que vai transferir a produção da Eslovénia novamente para França. Isto demonstra, lamentavelmente, que em tempo de crise

económica, o princípio comunitário fundamental da solidariedade está a ceder ao egoísmo económico. Apelo ao Sr. Topolánek que ponha termo a esta situação.

Claude Turmes, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, penso que só a história dirá se a cimeira da semana passada foi uma grande cimeira. Esta manhã, gostaria de lançar um alerta. Estamos a viver uma crise do sistema, e esta crise do sistema pode transformar-se rapidamente numa crise da sociedade.

Nos anos 1930, Roosevelt venceu a batalha política contra os fascistas; a Europa perdeu-a. Porque venceu Roosevelt? Venceu porque tinha a confiança até dos cidadãos norte-americanos que perderam muito dinheiro na crise económica da década de 1930. Quais são os quatro elementos de confiança que Roosevelt conquistou?

O primeiro foi a re-regulamentação. Roosevelt atacou seriamente os oligopólios, as grandes empresas dos EUA, e voltou a regulamentar a economia. É exactamente isto que temos de fazer na Cimeira do G20 em Londres. Mesmo sendo Gordon Brown um grande defensor da desregulamentação, talvez isto mostre que a mudança é possível.

Em segundo lugar, reforçou o tecido social. O programa de Roosevelt era: primeiro, redistribuir a riqueza e cobrar impostos aos ricos e dar dinheiro aos pobres; segundo, executar um vastíssimo programa para os jovens norte-americanos. Que estamos nós a oferecer aos jovens a nível europeu, para eles não irem votar nos fascistas nas eleições europeias? Em terceiro lugar – e o senhor deputado Martin levantou esta questão – o maior erro da vossa cimeira foi a desvalorização da cimeira social de Maio. Só é possível manter a sociedade coesa se os multiplicadores da sociedade funcionarem; por esse motivo, precisamos de valorizar o encontro de Maio e de alargar o seu âmbito. Devem participar igualmente todas as ONG ambientais, as ONG da área do desenvolvimento e as ONG sociais, que estão a preparar, com a sociedade e os cidadãos, as mudanças de que precisamos na nossa sociedade.

O quarto elemento de Roosevelt era o investimento económico. Este ele basicamente perdeu, porque só durante a Segunda Guerra Mundial o motor económico voltou a arrancar nos EUA. Não queremos ir para a guerra. A guerra que temos de vencer hoje é a guerra contra o planeta. A nossa guerra é o investimento ecológico – é aí que temos de ganhar a guerra. Há, portanto, duas questões.

Uma é a de que precisamos de euro-obrigações ecológicas. Dos 5 000 milhões de euros, precisamos de reservar o máximo de dinheiro no Banco Europeu de Investimento, para termos margem para as energias renováveis e para a eficiência energética. Em segundo lugar, temos de levar as cidades a entrarem no jogo. Os cidadãos europeus não vivem no mar do Norte, nas zonas de concentração de CO₂; não é aí que podemos conquistar votos. Temos de conquistar as cidades europeias – e os cidadãos dessas cidades – através de um programa urbano inteligente. É assim que vencemos a economia e conquistamos o coração dos cidadãos da Europa.

Vladimír Remek, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EN) Minhas Senhoras e meus Senhores, é óbvio que precisamos de encontrar uma forma de ultrapassar a crise que a Europa e outras partes do mundo atravessam actualmente. É indiscutível que os nossos esforços devem incluir a criação de um clima de confiança e a promoção da estabilidade financeira, o que foi igualmente afirmado pelo Conselho. No entanto, o problema é saber quem pode restabelecer a confiança e de que forma esta pode ser restabelecida. Se deixarmos isto essencialmente ao cuidado daqueles que, com a sua insaciável avidez, contribuíram para a crise actual e não procurarmos apoiar aqueles que criam valores, mas que são incapazes de influenciar as acções das empresas ou economias inteiras, as perspectivas são negras. Os pontos de discussão do Conselho relativos à necessidade de fazer face ao impacto social da crise são, por conseguinte, extremamente importantes, na minha opinião. A acentuada subida do desemprego é um problema, e as medidas destinadas a fomentar o emprego e a impedir a perda de empregos são extremamente importantes para os trabalhadores. Se apenas for prestado apoio às grandes empresas e aos seus gestores, o plano não nos entusiasma. Saúdo o esforço de concentração no reforço da segurança energética e na ligação das redes energéticas europeias, bem como a importância atribuída ao desenvolvimento de infra-estruturas neste domínio. Independentemente de tudo o resto, esta é a única forma de apoiar o emprego e de garantir benefícios futuros. Iremos certamente viver outros momentos críticos, e a crise actual dá-nos a oportunidade de nos prepararmos para eles. Na minha opinião, o apoio reiterado ao papel insubstituível da energia nuclear é positivo, embora haja opiniões diametralmente opostas em relação a esta forma de energia, mesmo no grupo político a que pertencço.

Gostaria de tecer alguns comentários sobre a Parceria Oriental. Em termos gerais, sou, naturalmente, favorável a uma cooperação internacional tão alargada quanto possível; contudo, podemos ver aqui uma clara tentativa – que, ainda por cima, é explicitamente formulada como tal – de aproximar os Estados da antiga União

Soviética da UE e de os distanciar da Rússia. Estamos, pois, a estabelecer uma esfera de influência e, portanto, a fazer algo que criticamos duramente aos outros.

Hanne Dahl, em nome do Grupo IND/DEM. – (DA) Senhor Presidente, na semana passada, o *EU Observer* afirmava que Jacques Delors estava pessimista em relação ao futuro da zona euro. Ou seja, um dos grandes defensores do euro manifestou a sua preocupação em relação à UE e ao euro nos dias que precederam a recente cimeira. Delors disse, entre outras coisas, que estava preocupado com a falta de vontade de limpar o sector financeiro e de introduzir novas regras para o regular. Ainda não tinha tido motivos para concordar com o Sr. Delors, mas, neste caso, devo dizer que, infelizmente, ele tem razão em estar preocupado. As conclusões da cimeira sobre este aspecto são muito vagas. Ao longo da crise, questionei reiteradamente a Comissão acerca da sua vontade de regulamentar e de controlar o sector financeiro. A Comissão não tem vontade de o fazer. Refere-se continuamente ao direito de o mercado interno gerir o que acontece.

O Sr. Delors disse ainda outra coisa que, a uma eurocéptica como eu, me dá quase uma sensação de *déjà vu* relativamente a argumentos que avancei noutra ocasião. Disse que as economias da Europa são demasiado diferentes para o euro. Bingo, Sr. Delors! É exactamente isso que elas são. A moeda única faz parte do problema, não faz parte da solução. A Europa precisa de uma forte regulamentação comum do sector financeiro, mas também de uma grande flexibilidade quanto à política económica mais adequada para enfrentar a crise em cada país.

Jana Bobošíková (NI). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me com o facto de o Conselho da semana passada ter adiado a revisão da Estratégia de Lisboa, que é irrealista. Congratulo-me igualmente com o adiamento de uma decisão sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas. Neste contexto, gostaria de saudar a declaração do Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, que declarou que a UE não deve assumir quaisquer compromissos relativos às questões climáticas, a menos que outros países, em especial os EUA e a China, também o façam. Quero sublinhar que estas conclusões perfeitamente racionais foram extraídas pelos Chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados-Membros e pela Comissão, numa situação em que a UE se debate com um acentuado aumento do desemprego e com uma retracção da economia, e em que o Tratado de Lisboa não foi aprovado. Tudo isto demonstra claramente que o Tratado de Lisboa é totalmente desnecessário para adoptar as decisões fundamentais que são claramente positivas para os cidadãos dos Estados-Membros. É perfeitamente supérfluo, o que é comprovado pelas medidas racionais ora tomadas pelo Conselho Europeu com base nos tratados em vigor e sob a Presidência checa.

Ontem, o Governo do Primeiro-Ministro checo e Presidente do Conselho da UE, Mirek Topolánek, perdeu uma moção de confiança. Gostaria de sublinhar para todos os que tiveram a arrogância de aqui, neste Parlamento, criticar a acção do Parlamento checo, considerando-a irresponsável, que esta foi uma decisão democrática, tomada pelo parlamento democraticamente eleito de um Estado-Membro soberano. Não é o Governo da República Checa que preside à UE, mas a própria República Checa, cujos cidadãos tenho a honra de representar aqui. Sei que o meu país tem um sistema administrativo e democrático suficientemente forte para cumprir as suas obrigações ao nível da UE de forma inequívoca.

Após a queda do Governo Topolánek, o Presidente Václav Klaus detém o mais forte mandato político da República Checa. Conforme puderam confirmar neste Parlamento, o Presidente Václav Klaus é um estadista de fortes convicções democráticas e que entende a integração europeia não como uma via de sentido único controlada pelas elites político-burocráticas, mas como um processo complexo que só será bem-sucedido se reflectir a vontade do povo. Senhoras e Senhores Deputados, há algumas semanas, o Presidente Klaus disse-nos claramente que não via alternativa à permanência da República Checa na UE. Mas o que é mais importante, a maioria dos cidadãos checos considera a adesão do seu país à UE positiva. As preocupações acerca da irresponsabilidade da República Checa são, por conseguinte, inteiramente infundadas.

Para concluir, gostaria de dizer ao líder do Sudetendeutsche Landsmannschaft, senhor deputado Posselt, que publicamente lamentou a queda dos ministros Vondra e Schwarzenberg e que apelou a que a República Checa formasse um governo pró-europeu forte, que a República Checa não é o Protectorado de Boémia e Morávia, mas um Estado soberano, cujos ministros são nomeados pelo Presidente da República Checa, e em que a autoridade do Governo decorre de um parlamento eleito pelos cidadãos checos.

Presidente. – Senhora Deputada Bobošíková, democracia significa igualmente que todos os democratas se podem expressar sobre os procedimentos de todos os países da União Europeia e não só. A democracia também é isso.

Mirek Topolánek, Presidente em exercício do Conselho. – (CS) Para dizer a verdade, penso que já estamos a ceder a alguma retórica pré-eleitoral. Tentemos olhar para as coisas seriamente e encontrar unidade entre

os 27 países, cada um deles com a sua história e cada um deles com sintomas diferentes da crise financeira que atravessamos ou a sofrer um impacto diferente na economia. Se não conseguirmos chegar a acordo sobre uma abordagem comum, não vai ser importante saber quem tinha que posição inicial quando este problema começou, porque todos teremos um preço a pagar devido a um efeito dominó. Este é o primeiro ponto.

Não critiquei a abordagem dos EUA por criticar, mas sim porque queria salientar a vantagem que a UE detém. Essa vantagem consiste num vasto programa social, que nos permite não investir somas tão colossais na estabilização social das pessoas com problemas. Muito simplesmente, o sistema funciona. A nossa principal tarefa consiste em manter o sistema a funcionar e garantir que todos os cidadãos comunitários tenham os mesmos benefícios sociais que tinham antes da crise. Na minha opinião, esta não é, em definitivo, uma tarefa menor e terá custos elevadíssimos. Tomámos decisões sobre algumas medidas muito concretas, e os valores de 5 500 ou 75 000 milhões de euros demonstram, na minha opinião, o claro empenhamento do Conselho Europeu em dar uma resposta concreta à situação que enfrentamos, não só com medidas gerais deste ou daquele âmbito, mas através de medidas muito concretas.

Existe uma grande diferença entre dizer palavras bonitas numa esquina e traduzir essas palavras em acções concretas. O nosso objectivo comum é agora o de pôr em prática todas as medidas de que temos estado a falar e esperar os seus resultados. Ninguém tem uma ideia precisa – e posso afirmar muito seriamente que nem os macroeconomistas fazem a menor ideia – de quais serão os resultados destas medidas. No entanto, não temos qualquer dúvida de que alguém vai ter de pagar esta factura. Seria altamente irresponsável da nossa parte não considerarmos as consequências, ainda que não saibamos por quanto tempo a situação se vai prolongar, e não querermos saber quem vai pagar por ela, que efeito ela terá na zona euro e no Pacto de Estabilidade e Crescimento, e que oportunidade dará a países como o meu de entrar e adoptar o euro. Não vou responder aos comentários do líder partidário, senhor deputado Schulz. O Primeiro-Ministro Berlusconi fez-lo antes das últimas eleições e eu não tenho a mínima vontade de repetir o seu erro. Penso que não é necessário responder a certos ataques. No entanto, é impossível que os impressores de notas de banco sejam os únicos a beneficiar com esta crise. Não seria bom que assim acontecesse.

A cimeira do emprego. Naturalmente, propusemos um Conselho Europeu em formato integral. José Manuel Barroso e eu partilhámos esta ideia porque sentimos a mesma necessidade que vós de incluir os parceiros sociais no debate a um nível mais elevado do que Cimeira Tripartida e de discutir com eles os problemas relacionados com o emprego, com a execução dos diferentes pacotes nacionais, com o efeito destes no emprego e com os passos a dar em seguida para proteger os cidadãos comunitários do impacto desta crise. Não fomos nós que decidimos que esta cimeira seria uma tróica. Compreendo os receios expressos por muitos Chefes de Estado ou de Governo, e eu era inteiramente a favor do formato integral. Por outro lado, não nos devemos esquecer que se trata apenas de uma cimeira informal, cujos resultados não são vinculativos. Deste ponto de vista, o formato reduzido pode constituir uma vantagem, porque as recomendações da cimeira informal poderão ser apresentadas no Conselho regular de Junho, onde podem vir a ser inequivocamente aprovadas. Na minha opinião, não é um erro assim tão grave e não vejo necessidade de fazer dele um problema político. O que é importante é que tivemos a coragem de convocar a cimeira, que convocámos os parceiros sociais, que vamos prepará-la antecipadamente com eles – antes da cimeira do emprego serão realizadas três mesas redondas, em Estocolmo, Madrid e Praga – e que estamos a tentar extrair conclusões que serão importantes para o Conselho de Junho.

O Tratado de Lisboa. Hoje vou permitir-me uma piada. Acho que o número de telefone a utilizar para fazer perguntas sobre o futuro do Tratado de Lisboa já não é o do Governo e do Primeiro-Ministro Topolánek; agora é o do Parlamento e do Sr. Jiří Paroubek. Tenho a dizer que, na realidade, a responsabilidade pela mudança da situação é daqueles que a criaram. Naturalmente, estou a fazer tudo o que me é possível para honrar o compromisso que assumi e não ter, portanto, de apagar a minha assinatura da pedra em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

A Comissão. A Cimeira de Dezembro do Conselho tomou uma decisão clara, e estamos conscientes da complexidade da situação. Tenho a dizer que a nossa ambição é alcançar um acordo político no Conselho Europeu de Junho. Iremos, naturalmente, consultar-vos: é fundamental discutir com o Parlamento Europeu. Neste contexto, estamos até a considerar a possibilidade de, se houver interesse suficiente por parte do Parlamento Europeu, adiar o Conselho de Junho por uma semana, a fim de alargar para 17 os nossos 10 dias de debate. Penso que 17 dias nos dão tempo suficiente para o debate. Estas consultas são fundamentais, mas antes de tomarmos uma decisão formal será, naturalmente, necessário determinar se estamos a agir ao abrigo do Tratado de Nice ou ao abrigo do Tratado de Lisboa, porque é isso que nos permitirá saber a forma que o acordo assumirá, se o número de países será o mesmo, se todos os países terão um Comissário, etc. Devemos

ter em conta os resultados das eleições europeias, e tudo o que posso dizer é que iremos actuar de acordo com o procedimento aprovado e normal, porque estamos numa espécie de vazio jurídico e numa situação que requer uma resposta em termos políticos e práticos.

Outras questões diziam respeito a regulamentação *versus* medidas de incentivo. Como já disse na introdução, na minha opinião, a UE adoptou uma abordagem perfeitamente correcta ao não optar por uma ou por outras, afirmando apenas que salvámos o sector bancário e que agora só falta limpá-lo. A Comissão elaborou um plano sobre a avaliação individual de maus activos (avaliação de impacto) e sobre a forma de enfrentar o problema. Na minha opinião, a única forma de aumentar a confiança no sector bancário e também a confiança do sector bancário consiste na limpeza dos bancos. A República Checa e a Suécia sabem como fazê-lo, e o Secretário de Estado do Tesouro norte-americano apresentou o seu plano para os EUA. Na minha opinião, esta é a única opção para fazer face à situação. Já referi os pacotes de incentivos. O segundo pilar desta estrutura é a regulamentação, que está parcialmente nas vossas mãos. Também já referi parcialmente o relatório Larosière, que é um excelente trabalho. Envolve a regulamentação dos fundos com cobertura de risco (*hedge funds*) e dos capitais de investimento (*private equity*) e, naturalmente, a reorganização do sector *offshore*. São visíveis os grandes progressos realizados neste domínio, que estamos a preparar para uma próxima crise potencial. Não temos urgência em apresentar o novo regulamento. Temos urgência em limitar eventuais problemas futuros.

Foi igualmente discutido o papel do FMI. Acordámos que o FMI patrocinaria estas soluções futuras, mas o problema não reside no facto de que teríamos um pequeno número de instituições com pouco poder. O problema está em saber se, ao contrário do que aconteceu no passado, os principais actores do mercado financeiro mundial respeitarão estas instituições. Este é, aliás, um debate fundamental, que não deixará de ser abordado na Cimeira do G20: a aceitação de um papel reforçado do FMI, do Banco Mundial e da OCDE no sistema de instituições financeiras internacionais mundiais e o respeito por estas instituições e pelas suas conclusões.

Penso que devo dizer alguma coisa sobre a Parceria Oriental. Ontem, voltei a encontrar-me com o Presidente Yushchenko, e congratulo-me com este acordo e com a assinatura do acordo entre a Comissão Europeia e a Ucrânia. O acordo representa um passo significativo no sentido da estabilização da situação. Estive recentemente no Azerbaijão, onde falei com o Presidente Aliyev. A UE deve continuar a ser uma espécie de farol para estes países. Não se trata de erguer novas barreiras; a questão é que a UE tem uma missão e essa missão é a de alargar o espaço de segurança, o espaço de liberdade, o espaço de prosperidade e o espaço de solidariedade. Aqui não há fronteiras – e com isto não estamos a dizer que estes Estados se vão tornar membros da UE amanhã, depois de amanhã ou em qualquer outra altura. Se se apagar a luz deste farol, a evolução destes países não estará sob o nosso controlo. Devemos chamar estes países a participar no debate, oferecer-lhes oportunidades ilimitadas para viajarem, oferecer-lhes cooperação económica, promover o intercâmbio entre estabelecimentos de ensino e facultar-lhes melhor governação. Penso que é esta a nossa obrigação e, neste sentido, a Parceria Oriental constitui uma prova inequívoca de que estamos na boa direcção. Em resposta às palavras do senhor deputado Bielan, tenho a dizer que a aprovação dos 600 milhões de euros foi, por si só, um extraordinário sucesso. Não estivemos todos de acordo em relação a esse montante, não houve um acordo unânime, mas foi o melhor compromisso possível com que os 27 Estados-Membros concordariam.

Para concluir, gostaria de referir-me ao impacto social. Aqui, tenho de voltar a falar da Cimeira Tripartida e louvar o papel desempenhado por ambos os parceiros sociais. Não falámos sobre a quantidade de dinheiro que daríamos às pessoas. Falámos sobre a forma de preparar as pessoas para esta situação – ou para uma situação futura potencialmente similar –, através da melhoria das qualificações, da melhoria do nível de educação e do apoio às PME, que criam a maior parte dos postos de trabalho. Presentemente, o custo da mão-de-obra está, naturalmente, a descer, porque queremos manter as pessoas empregadas pelo máximo de tempo possível, dado que voltar a empregá-las custa várias vezes mais do que mantê-las empregadas.

Mobilidade dos trabalhadores. Estou ansioso por que seja debatido nos diferentes parlamentos nacionais, especialmente no meu, em que medida queremos alterar a legislação laboral no sentido de aumentar a flexibilidade e a mobilidade dos trabalhadores. É este o obstáculo a uma solução. É necessário garantir o rápido crescimento do emprego e uma solução rápida para as dificuldades das pessoas que se viram nesta situação sem terem culpa nenhuma.

Finalmente, gostaria de referir-me à Cimeira UE-EUA. Aprecio muito o facto de, depois da Cimeira do G20 em Londres e depois da Cimeira de Estrasburgo/Kehl, a Administração dos EUA, liderada por Barack Obama, se deslocar a Praga. Esta deslocação tem um enorme valor simbólico para nós, que convidamos igualmente

o Presidente do Parlamento Europeu, porque sinto uma certa reprovação do facto de o Presidente dos EUA não ter visitado o Parlamento Europeu. Não haverá muito tempo para discussão, mas, na minha opinião, precisamos de saber o que querem os Estados Unidos, o que queremos nós e de chegar a um acordo. Não queremos, seguramente, erguer novas barreiras – este é, afinal, o principal objectivo da civilização euro-atlântica.

Por último, gostaria de comentar as observações da senhora deputada Bobošíková. Até agora, a Administração checa está a gerir muito bem a situação. Eu simplesmente não penso que exista o risco de cometermos um lapso organizacional ou de não sermos capazes de gerir uma das presidências mais exigentes dos últimos anos, porque fomos repetidamente confrontados com toda uma série de problemas que eram praticamente imprevisíveis. O nosso nível de flexibilidade, o nosso nível de criatividade, a nossa capacidade de responder, de agir e de procurar compromisso não merecem, certamente, críticas tão severas. A situação actual, em que o Governo da República Checa perdeu uma moção de confiança, ocorreu também na Dinamarca e em Itália, enquanto em França se verificou uma mudança de governo, embora na sequência de eleições. Não considero a situação assim tão catastrófica e posso assegurar-vos que a Presidência checa não será de modo algum por ela afectada e que todos os responsáveis pela gestão da agenda da UE não deixarão de cumprir as suas obrigações.

Presidente. – Obrigado, Senhor Presidente em exercício do Conselho Europeu. Fazemos votos de que possa cumprir plenamente os seus deveres enquanto Presidente em exercício do Conselho Europeu e de que faça tudo para alcançar acordo em relação ao Tratado de Lisboa também no seu país. Com estes votos, agradecemos a sua presença aqui, esta manhã.

Timothy Kirkhope (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, quero expressar o meu apoio à forma notável como a Presidência checa deu resposta a algumas das questões cruciais que a Europa enfrenta. Da crise económica e financeira à segurança energética e às alterações climáticas, a Presidência foi resoluta e inequívoca nos seus objectivos e deu à Europa uma clara liderança nestes tempos difíceis.

Em especial, o Primeiro-Ministro Topolánek demonstrou uma clara liderança, sobretudo quando advertiu contra os perigos do protecçãoismo. Quando outros se deixavam seduzir pela possibilidade de erguer nefastas barreiras ao comércio, a Presidência checa ergueu a sua voz com firmeza e coerência em defesa do comércio livre e, o que é muito importante, da necessidade vital de defender o mercado único. Ainda este mês, o Sr. Topolánek afirmou que o protecçãoismo é sempre negativo e, no caso da UE, é ilógico. Devemos extrair uma lição da crise e dizer “não” ao isolamento, “não” ao protecçãoismo e “sim” à cooperação.

O Sr. Topolánek tinha razão ao lembrar-nos a todos o princípio fundamental subjacente à UE. Esta honestidade contrasta fortemente com o discurso hipócrita e egoísta proferido ontem pelo Primeiro-Ministro britânico nesta Câmara. O discurso do Sr. Brown prolongou-se em hipérboles, mas, singularmente, não referiu o facto fundamental de que o Reino Unido terá, sob a sua liderança, a mais longa e mais profunda recessão de qualquer nação industrializada. O Sr. Brown ignorou o seu papel ao aprovar e aplicar um enquadramento regulamentar financeiro basicamente viciado. O Sr. Brown ignorou a pesada dívida que colocou sobre os ombros dos cidadãos britânicos.

A Europa não precisa de lições do Governo britânico sobre o que deve ser feito para sair da crise. A Europa e a comunidade internacional precisam de se apressar a restabelecer a confiança nos nossos sistemas financeiros, de garantir um sistema bancário que funcione bem e no qual as pessoas, Senhor Deputado Schulz, e as empresas possam confiar, e de conseguir que os bancos voltem a conceder crédito, para aumentar a confiança. Devemos manter-nos fiéis aos princípios do comércio livre e do mercado único, e estou confiante de que a Presidência continuará a trabalhar arduamente para realizar estes objectivos vitais.

Poul Nyrup Rasmussen (PSE). – (EN) Senhor Presidente, apenas uma semana antes do Conselho Europeu, pedimos ao Conselho, aqui no Parlamento Europeu, que definisse orientações claras e medidas concretas para proteger o emprego e criar novas oportunidades de emprego. O Conselho que hoje está aqui é um Conselho de silêncio e um Conselho de ilusões. Lamento, mas não vi medidas concretas. Sim, 5 000 milhões de euros, mas o que é isso? Isso são 0,04% do produto interno bruto desta União. Parece-me bem que se invista em banda larga, mas não me venham dizer que esse investimento contribuirá para atenuar a queda livre do emprego com que nos defrontamos.

Vocês não compreenderam que esta crise é uma recessão muito profunda e muito grave. As empresas pedem, os trabalhadores pedem, nós pedimos: façam mais! O FMI propôs que, neste ano e no próximo, investissem 2% do PIB. Senhor Presidente Barroso, afirmou que estamos bem, que estamos a investir 3,3%. Isso foi o que o senhor disse há duas semanas, mas agora esta percentagem aumentou para 4%. Eu pergunto-me: como

assim? Bem, o cálculo é simples. O desemprego está a aumentar: quando a despesa com subsídios de desemprego aumenta, o incentivo financeiro aumenta também. Imagino que, quando o número de desempregados atingir os 25 milhões na Europa, o senhor virá aqui e dirá, orgulhosamente, que o nosso incentivo é agora de 5% do PIB. Por favor, não podemos fazer as coisas assim. Não podem fazer as coisas assim. É de verdadeiro investimento que precisamos.

Senhor Presidente Barroso, Paul Krugman afirmou que, em termos de incentivo real, a Europa está a oferecer menos de metade do que os americanos estão a oferecer. Posso pedir-vos, por favor, para de cada vez que o desemprego aumenta não dizerem às pessoas que estão a fazer mais porque os Estados-Membros estão a pagar mais em subsídios de desemprego? O que devem dizer às pessoas é que estão empenhados num novo plano de relançamento. Agradeço-lhe o que disse hoje, quando desejou que este Conselho “Emprego” de 7 de Maio pudesse ser um verdadeiro Conselho “Emprego”. Estamos do seu lado e vamos ajudá-lo a conseguir isso.

Devemos olhar para o Presidente Sarkozy, de França, e lembrar-nos de que não houve limites para as cimeiras extraordinárias que o Presidente de França realizou durante a sua Presidência. Agora, propõe-se que esta cimeira de 7 de Maio seja reduzida a uma tróica.

A crise de emprego não vai desaparecer só porque nos recusamos a realizar mais reuniões. Vai continuar aqui. É por isso que vos lanço um apleo: temos um plano de relançamento, bem documentado. Sei que o Presidente da Comissão o sabe e estou certo de que, quando nos sentarmos juntos, poderemos fazer mais do que aquilo que fizemos até agora. Estamos a falar do destino dos esforços económicos, monetários e sociais da União Europeia.

Por isso, repito: Senhor Presidente da Comissão, vamos realizar uma Cimeira do Emprego séria, alargada e bem preparada em 7 de Maio. Se for capaz de nos garantir isso, estaremos consigo.

(Aplausos)

Silvana Koch-Mehrin (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia revelou-se muito positiva na crise económica e financeira que atravessamos, e a Presidência checa também tem feito, até agora, um bom trabalho.

A extensão e as causas mais profundas da crise financeira e económica mundial provam que a gestão macroeconómica mundial dos mercados financeiros e os enquadramentos jurídicos que lhe são aplicáveis carecem de revisão – a nível nacional, comunitário e mundial. A legislação relativa à supervisão deve ser alterada e reforçadas as precauções em matéria de gestão de crises. A legislação que rege o sector financeiro deve esbater e não exacerbar os ciclos económicos. No entanto, mais regulamentação não significa necessariamente melhor regulamentação; precisamos é da regulamentação certa.

A dramática crise dos mercados financeiros internacionais e as mudanças que esta crise provocou representam um desafio para a ordem económica liberal. As decisões erradas tomadas pelos governos no domínio da política económica e financeira, a par da inadequada supervisão financeira dos governos e do evidente colapso de uma série de bancos, constituem razões suficientes para clamar por uma reforma do sistema financeiro, não por um novo sistema económico. A independência do Banco Central Europeu e a sua abordagem da estabilidade monetária estão certos e já deram provas do seu mérito.

Tivemos igualmente a prova da importância do mercado comum para a prosperidade e a estabilidade da Europa. O mercado interno desempenha um papel crucial para encurtar e mitigar a recessão na Europa. Os Estados-Membros precisam de tomar medidas rápidas, direccionadas e temporárias para apoiar a economia real, porque sabemos que a UE pode criar prosperidade se continuar a desenvolver o mercado interno, mas não se distribuir subsídios.

A União Europeia deve, por conseguinte, continuar a trabalhar incansavelmente para realizar o mercado interno e para oferecer um quadro concorrencial que funcione. No entanto, é igualmente evidente que ainda não passámos o teste. A União Europeia deve manter-se fiel aos seus princípios. Não devemos regressar a modos de pensar ultrapassados, ao proteccionismo, a uma política de compartimentação ou a uma corrida aos subsídios. A Presidência checa vela por isso, e eu espero que possamos continuar a contar com isso.

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer à Presidência checa pelo facto de, sob a sua liderança, o Conselho ter dado um passo significativo no sentido da tomada de consciência dos problemas reais e da sua resolução. Gostaria de chamar a atenção para alguns domínios em que necessitamos de continuar a trabalhar. Em primeiro lugar, a criação e a preservação de postos de trabalho,

colocando a tónica não tanto em questões relacionadas com a assistência social, mas, principalmente, no investimento em infra-estruturas e na recuperação de empresas, para que seja possível criar postos de trabalho. Em segundo lugar, os bancos receberam uma assistência financeira generosa para restabelecerem a estabilidade do sistema financeiro, mas não parecem ter pressa em tomar medidas no domínio do crédito. Neste caso, são necessárias orientações europeias e medidas pró-activas dos governos nacionais destinadas a sensibilizar os bancos para as obrigações que lhes incumbem neste momento e a garantir que estes recomeçam a conceder crédito a empresas e a particulares. Em terceiro lugar, os Fundos Estruturais são, na realidade, a única fonte de financiamento a que as empresas podem recorrer para recuperar a actividade empresarial, pelo que devemos, por um lado, aumentar a sua acessibilidade e o âmbito das suas actividades e, por outro, reduzir os obstáculos burocráticos e aumentar o período previsto para a obtenção de financiamento. Obrigada pela vossa atenção.

Ian Hudghton (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, o Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, quer que acreditemos que, subitamente, ficou orgulhoso da unidade da União Europeia e que os países da UE são mais fortes e estão mais seguros juntos. Diz ainda que a regulamentação do sector bancário deve ser mais rigorosa, que deve ser feita qualquer coisa em relação aos paraísos fiscais e que o FMI deve ser reformado.

Mas o Sr. Gordon Brown não tem a menor credibilidade. Geriu a economia do Reino Unido de forma negligente e catastrófica. É um arquitecto da presente crise económica, não um salvador do mundo. Foi favorável à regulamentação ligeira que é uma causa directa do problema do sector bancário.

O impacto da crise é, naturalmente, sentido em todo o mundo. O Governo da Escócia está a fazer tudo o que os seus limitados meios permitem para atenuar os piores efeitos da crise, aliviando a carga fiscal das empresas através de reduções das taxas, acelerando o investimento em projectos de infra-estruturas e conferindo prioridade a programas de formação e de aperfeiçoamento profissional, no intuito de ajudar as pessoas a encontrar emprego.

A Escócia é rica em recursos energéticos e tem um enorme potencial para desenvolver fontes de energia renováveis, como a produção de energia eólica no mar, de energia a partir das ondas e de energia a partir das marés. O apoio da UE ao desenvolvimento da produção e da distribuição de energia limpa não só ajudará a economia escocesa, como beneficiará os demais europeus, na medida em que contribui para a segurança energética, bem como para atenuar as alterações climáticas. Espero sinceramente que dentro de pouco tempo a Escócia possa desempenhar um papel ainda mais activo e construtivo no mundo, como Estado-Membro normal e independente da União Europeia.

Gabriele Zimmer (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, surpreende-me o facto de o Presidente em exercício do Conselho, que perdeu uma moção de confiança ontem no seu Parlamento, estar a ser tão duro em relação ao fracasso da política desenvolvida no passado. Afirma que a via escolhida pelos EUA está historicamente desacreditada. Claramente, quer dizer que, em tempos de crise, não devemos recorrer a incentivos sociais, e afirmou publicamente que os gestores da AIG não devem ser pressionados a devolver os bónus recebidos. Mas afirmou também publicamente que a responsabilidade pela crise financeira, pela crise económica, pode ser atribuída exclusivamente à acção passada dos EUA e que não precisa de se autocriticar nem de se perguntar se a estratégia de comercialização, de pressão competitiva e de globalização desregrada da UE contribuiu para a crise.

Na minha opinião, isto ressalta claramente das passagens pertinentes das conclusões da Cimeira, onde se afirma que, na presente crise, a Estratégia de Lisboa renovada, incluindo as actuais Orientações Integradas, continua a ser o quadro eficaz para fomentar o crescimento e o emprego. No entanto, é igualmente notado muito claramente nos documentos de referência que deve haver uma ligação com a abordagem de sustentabilidade das finanças públicas e, neste contexto, com a continuidade da reforma do sistema de pensões. Isso surpreende-me. A continuação da reforma das pensões é, portanto, associada à privatização do sistema de pensões, ao aumento da proporção de cuidados aos idosos coberta pelo capital.

Isto vem reforçar duas causas decisivas da actual crise económica e financeira, a saber, a dependência dos mercados financeiros, apesar de a crise ter sido desencadeada pela turbulência dos mercados financeiros, e o agravamento das divisões sociais, em especial. Mas foi precisamente a explosão do capital monetário líquido que conduziu à divisão social, a uma divisão em função da distribuição dos rendimentos. É aqui que as correcções deveriam ser aplicadas. Nestas circunstâncias, não compreendo por que razão a Comissão e o Conselho não adoptaram as correcções correspondentes durante as conversações na Cimeira.

Quando se fala da Estratégia de Lisboa, importa referir igualmente o Livro Branco da Comissão sobre a política no domínio dos serviços financeiros para o período 2005 – 2010, que assenta na integração do

mercado europeu de serviços financeiros e nos artigos correspondentes dos Tratados de Nice e de Lisboa, que, por um lado, proíbem qualquer forma de restrição à livre circulação de capitais e, por outro, incentivam as instituições financeiras a oferecer um fluxo de serviços financeiros sem barreiras. Isto está em clara contradição com qualquer forma de luta contra as causas da crise.

Johannes Blokland (IND/DEM). – (NL) Senhor Presidente, com a Estratégia de Lisboa estamos a assegurar condições para que a Europa possa competir economicamente com o resto do mundo. Como é evidente, tal só é possível se todos participarem e se tivermos um ambiente são, incluindo nos países em desenvolvimento.

O acordo alcançado na Cimeira da UE da semana passada não é suficientemente forte para fomentar uma economia nova, orientada para a sustentabilidade. A crise económica, a crise do clima e a crise energética exigem uma nova abordagem, e essa abordagem exige o investimento necessário. A União Europeia deve assumir a liderança nesta matéria. Esperávamos um acordo sobre o financiamento dos acordos de Bali e Poznań relativos ao clima. É preocupante que esse acordo não tenha sido alcançado na Cimeira da UE, após longas negociações entre os ministros do Ambiente e os ministros das Finanças. Onde está a liderança da UE quando está em causa o financiamento tangível? Deixar para mais tarde a questão do financiamento dos planos climáticos para os países em desenvolvimento compromete seriamente os acordos sobre o clima. Não é essa a liderança que é necessária no período de antecede a Conferência de Copenhaga.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, lamentavelmente, a grande visão europeia deixou Bruxelas cega e surda a muitos factos indesejáveis na UE. Com o desenvolvimento da crise, os cidadãos estão a pagar a factura; estão a pagar pelas derivas neoliberais dos anos anteriores ou pela preparação pouco sólida para o alargamento a Leste, ao qual parecem estar agora hipotecados. Também não será a adesão da Turquia, que obviamente já está decidida, a garantir a necessária segurança energética; pelo contrário, trará apenas instabilidade política, islamismo e um buraco de milhares de milhões nas nossas finanças.

A UE precisa de se emancipar, na próxima cimeira financeira do G20, da vassalagem que até agora prestou à política norte-americana e de aplicar regras estritas e controlos rigorosos. Foi a persistente recusa de Washington em regulamentar de alguma forma letras de crédito altamente explosivas que esteve na origem do actual dilema financeiro.

É necessário efectuar cortes durante a crise. Há margem suficiente para realizar economias, por exemplo, no crescimento descontrolado das agências comunitárias. O reforço do fundo de crise não pode ser mais do que o primeiro passo; precisamos de muitos mais planos, para o caso de um país descarrilar, e precisamos de ideias para os problemas sociais em larga escala que vão surgir, tão certos como o *Ámen* no fim da oração.

Werner Langen (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero felicitar a Presidência checa. Apesar de importantes problemas internos, a Presidência conseguiu avançar na agenda europeia durante a pior crise económica e financeira das últimas décadas. Estas felicitações são acompanhadas de um pedido para que a Presidência checa termine o seu mandato de forma tão boa e tão bem orientada como o começou.

Quando ouço o presidente do Grupo Socialista, tenho a impressão de que estou noutro planeta. Elogio o Sr. Gordon Brown, que antes de ser Primeiro-Ministro foi ministro das Finanças e, por conseguinte, responsável pela política financeira e pelas condições-quadro da União Europeia e do Reino Unido. Já foi dito, em inúmeras ocasiões, que só uma mudança de atitude por parte do Reino Unido nos permitirá introduzir as medidas regulamentares necessárias. Como pode alguém que durante uma década nos impediu de o fazer ser hoje declarado nosso salvador? Não percebo.

As críticas do Primeiro-Ministro checo à política norte-americana de aumentar a massa monetária são justificadas de qualquer ponto de vista. Não é possível resolver os problemas com exactamente os mesmos meios que provocaram a crise, a saber, um aumento excessivo da massa monetária e um excessivo recurso ao crédito. O recurso ao crédito é o problema.

Por conseguinte, a principal prioridade consiste em controlar a crise do mercado financeiro, alterar os desequilíbrios mundiais, executar conjuntamente as tarefas que nos cumprem em termos de protecção do clima e de luta contra a pobreza, e impor ao mundo uma nova moral baseada numa economia social de mercado. Se conseguirmos fazer isto nesta crise, a Presidência checa terá correspondido plenamente a todas as nossas expectativas, aconteça o que acontecer com o Tratado de Lisboa e com a situação interna na República Checa.

Libor Rouček (PSE). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, o Presidente em exercício do Conselho Europeu, Mirek Topolánek, iniciou o discurso que proferiu hoje no Parlamento Europeu com um ataque à social-democracia. Tenho a dizer que isso é típico e característico deste Governo. Em vez de procurar consensos, cooperação e compromissos nas questões relacionadas com a gestão da UE, o Primeiro-Ministro Topolánek procurou e continua a procurar litígios e conflitos. Estas características e esta incapacidade de cooperar são a verdadeira razão da queda do seu Governo. Gostaria de lembrar que não foi a oposição que depôs o Governo; foram deputados do partido do Governo e do seu parceiro de coligação, o Partido Verde.

Contudo, não quero deter-me na política interna checa. Quero apenas lembrar à República Checa, enquanto país que detém a Presidência, as suas responsabilidades para com a União e para com os cidadãos comunitários. Temos muito que fazer. A crise económica e financeira já foi, naturalmente, referida. Vai realizar-se em Praga uma Cimeira Europa-EUA. Temos uma oportunidade histórica ideal para cooperar com os nossos parceiros norte-americanos em todas as questões do mundo globalizado de hoje, da economia e do ambiente à resolução dos conflitos do Médio Oriente, do Afeganistão, etc.

Para terminar, gostaria de voltar a referir-me ao Tratado de Lisboa. Os sociais-democratas checos sempre apoiaram a Constituição Europeia e sempre apoiaram a ratificação do Tratado de Lisboa. Foi este o caso no Parlamento checo e será este o caso no Senado checo quando chegar a altura da votação. Acredito firmemente que o Partido Democrático Cívico, seja qual for a posição em que se encontra, continuará a ser igualmente construtivo e igualmente pró-europeu e apoiará este documento.

Margarita Starkevičiūtė (ALDE). – (LT) Sempre que discutimos mais uma cimeira de Chefes de Estado ou de Governo para resolver problemas económicos, reconhecemos que os resultados alcançados são bons, mas que, infelizmente, fomos ultrapassados pelos acontecimentos e que os mecanismos de aplicação destas decisões não são claros.

Que devemos nós fazer para evitar estes problemas?

Em primeiro lugar, os países devem avaliar o efeito da integração na sua política económica nacional. Presentemente, as decisões são muitas vezes tomadas com base na experiência passada, na forma como nos comportámos em situações de crise. Infelizmente, vivemos numa União Europeia integrada e com um mercado comum e, muito frequentemente, todas essas decisões já não têm o efeito que tiveram.

Em segundo lugar, é necessário criar um quadro institucional temporário para o mecanismo de aplicação das decisões. Esperar que o Tratado de Lisboa seja ratificado? A vida das pessoas não espera, temos de tomar decisões hoje. É evidente que deve haver uma maior coordenação entre os países da zona euro e os países que não pertencem à zona euro. Como pode esta coordenação ser assegurada? Penso que um mecanismo para estreitar a cooperação poderia basear-se no chamado mecanismo de taxas de câmbio, em inglês, ERM II. Isto contribuiria para aproximar as duas Europas, a nova Europa e a velha Europa, e para que fosse encontrado um consenso.

Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, na recente Cimeira Europeia foram levantadas muitas questões. Nomeadamente, a questão da Parceria Oriental e a das rotas alternativas de aprovisionamento de gás. De momento, foi decidido atribuir pequenos montantes a estes objectivos, mas trata-se, sem sombra de dúvida, de um passo na direcção certa. A Europa enfrenta uma crise económica de grandes dimensões e deve procurar formas eficazes de sair desta crise. Contudo, não nos devemos afastar do nosso princípio orientador de solidariedade. Devemos ser particularmente sensíveis aos problemas dos novos Estados-Membros.

Embora as questões relacionadas com as alterações climáticas tenham sido discutidas na cimeira, vemos que, na prática, a crise que atravessamos marginalizou esse projecto pseudocientífico extremamente oneroso. Os meios financeiros destinados ao projecto devem ser utilizados para combatermos conjuntamente e de forma eficaz os efeitos da crise. A situação interna da República Checa não deve, de forma alguma, interferir com isto.

Rebecca Harms (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, foi com grande satisfação que constatei, esta manhã, a presença do senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra no plenário e a indicação de que a Presidência prosseguirá o seu trabalho. Em minha opinião, estaremos a prestar à Europa um mau serviço se, precisamente nestes tempos de crise, não unirmos esforços e não ajudarmos a Presidência checa a desempenhar as suas funções. Segundo percebi, pelas informações da República Checa, o Governo irá manter as funções e continuará a governar, dado que a maioria que ontem se associou não é suficiente para apoiar a formação de um novo governo. Acredito que, em situação de crise, é indispensável este tipo de estabilidade – e quero com isto dizer

solidariedade para com a República Checa. Apelo igualmente a muitos países da Europa Ocidental, como a França, que refreiem a sua má vontade para com os países da Europa Oriental, dado que, em última análise, a crise europeia começou com o referendo francês.

Gostaria de assistir a uma liderança mais corajosa no que respeita à questão do clima – do que precisamos agora é de uma política de inclusão. Se queremos fazer progressos nesta época de crise, temos de ousar experimentar algo novo. O meu estimado colega estava certo – estamos a viver a crédito. Contudo, estamos igualmente a viver a crédito no que respeita ao ambiente e ao clima. Desperdiçámos recursos incessantemente. A gestão da economia não é conduzida de forma sustentável. As Nações Unidas, o secretário-geral Ban Ki-moon, o Banco Mundial, todos nos dizem que o que está a acontecer actualmente na China e na Coreia do Sul – onde mais de metade do orçamento do programa económico nacional a curto prazo é dedicado à protecção climática e ao desenvolvimento sustentável – é o que deve ser feito e que é nisso que assenta o futuro. É de lamentar que, presentemente, o Conselho Europeu não demonstre grande coragem. Infelizmente, não creio que a culpa se atribua exclusivamente à República Checa.

Presidente. – Muito obrigado, Senhora Deputada Harms. Tem toda a razão. Todos somos culpados, embora alguns mais que outros.

Mary Lou McDonald (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, em plena crise económica, uma crise criada e impulsionada por uma política falida tanto a nível dos Estados-Membros como da União Europeia, a protecção dos postos de trabalho e a criação de novos empregos têm de ser a prioridade absoluta. A hemorragia de postos de trabalho tem de acabar. Para isso, os governos dos Estados-Membros têm de intervir pró-activamente.

A teologia do mercado livre não pode ser um obstáculo à defesa dos trabalhadores. A regulamentação superficial dos mercados financeiros constituiu, desde sempre, uma via para a exploração e para a corrupção. A desregulamentação e privatização obsessivas dos serviços públicos acabarão igualmente em desgraça.

Assim, será o refrão comum de que temos de aprender com esta crise económica realmente genuíno? É esta a questão. Se assim for, é impossível defender actualmente uma alteração fundamental da política da União Europeia e, efectivamente, dos tratados da União Europeia, devendo isso ser matéria para deliberação do Conselho da União Europeia. O Tratado de Lisboa está ultrapassado. É um manual para políticas de insucesso. É necessário um novo tratado para uma nova era.

Paul Marie Coûteaux (IND/DEM). – (FR) Senhor Presidente, as conclusões da Presidência resultantes do último Conselho constituem uma leitura divertida. Assemelham-se a uma declaração de vitória de exércitos destroçados por toda a parte. Têm a qualidade patética das declarações desse tipo, a ponto e incluindo o facto, de afirmarem repetidamente que, quando a crise terminar, a União Europeia desenvolverá uma economia mais sólida para o futuro, e de continuarem a defender a Estratégia de Lisboa, quando na realidade esta está a descarrilar por completo.

Disto se depreende que, ao isolarem-se nas suas torres de vidro, os eurocratas, eurófilos e ultra-europeus de toda a espécie acabam por perder o controlo das questões. Todos têm plena consciência de que a zona euro foi a primeira a entrar em recessão porque, durante oito anos, teve a mais baixa taxa de crescimento a nível mundial. Contudo, foi também a que teve maiores dificuldades no que respeita à sua situação nos domínios da competitividade e do emprego. Acima de tudo e devido à tendência geral para despojar as nações das suas defesas naturais, a zona euro é a que está mais mal equipada para reagir.

Na verdade, a única virtude da crise é que irá acordar populações enganadas por expectativas de oportunidades financeiras e pela propaganda antinacional. Só os Estados-Membros terão os instrumentos legítimos necessários para tomar medidas de grande alcance e, para que essas medidas sejam aplicadas, terão de se libertar das correntes da União Europeia e do euro. Para a população da França, pelo menos, está a tornar-se cada vez mais claro que não existirá segurança sem a França, a França não existirá sem políticas francesas e estas não existirão sem soberania nacional e popular.

Roberto Fiore (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, parece-me que se mantém no centro do debate o dogma de que os bancos têm necessariamente um papel central na economia e de que o processo de globalização constitui também uma componente fundamental do nosso futuro económico.

Este dogma está totalmente errado. Temos de regressar à visão da economia tradicional na nossa civilização, ou seja, uma visão centrada na justiça social e na produção propriamente dita. Dado que todos nós comemos,

dormimos de noite e nos vestimos, temos de concentrar a nossa actuação e os nossos esforços no potenciamento da agricultura, da construção de casas, da produção industrial e artesanal.

Sem esta nova visão voltaremos a resvalar para crises permanentes, em que a usura dos bancos continuará a dominar os povos e a injustiça marcará a nossa vida.

Jana Hybášková (PPE-DE). – (CS) Senhor Presidente, não sei sequer a quem me estou a dirigir, dado que a Presidência Checa não está sequer a tentar participar. Os meus parabéns pelos resultados da cimeira. O aumento dos recursos do FMI, a duplicação do fundo de crise, a Parceria Oriental, o apoio à criação de infra-estruturas estratégicas e o apoio ao projecto do gasoduto Nabucco, representam o cumprimento dos “3 E” por parte da Presidência checa. É de lamentar que os preparativos para a conferência de Copenhaga estejam atrasados e que a Presidência checa não tenha aproveitado o trabalho que desenvolvemos sobre o pacote de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas.

Contudo, nada disso está hoje em debate. A sua Presidência, tal como o seu governo, representa uma política de duplicidade de critérios. Quando estão na Europa, agem como europeus solidários e grandes defensores dos princípios da integração mas, no nosso país, falam de como irão desrespeitar todos esses princípios e referem-se ao Tratado de Lisboa como se fosse um mero pedaço de papel sem importância. Não conseguiram sequer integrar o vosso próprio governo. A eleição do Sr. Václav Klaus para Presidente da República também faz parte da política de duplicidade de critérios. Milhões de checos e morávios pretendem cimentar os laços que nos unem à Europa Ocidental, para nos ajudar a ultrapassar as piores crises. Não é possível concretizar esse objectivo sem ratificar o Tratado de Lisboa. O Tratado está agora seriamente ameaçado e, em parte, somos responsáveis por isso. Para poder manter qualquer tipo de governo, é necessário que o Senhor Presidente adopte uma posição clara a favor da ratificação. Na República Checa há elites sociais e políticas que são a favor da ratificação e que estão dispostas a apoiar quem quer que concretize esse objectivo. O meu partido, o Partido Democrático Europeu, fará tudo o que estiver ao seu alcance para conseguir a ratificação.

A segunda omissão grave é o euro. O Senhor Presidente pode participar na Cimeira do G20 e nela representar a Europa. É importante que a Europa defenda as suas medidas regulamentares contra os Estados Unidos, não se limitando apenas a subscrever uma política de pacotes de fomento exagerados que podem resultar em hiperinflação. É importante criar uma Comissão Europeia do Mercado de Valores Mobiliários e manter o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, isto também se aplica a nós, a nível nacional, e foi o seu partido, Senhor Presidente que, durante muitos anos, nos manteve fora da zona euro.

Senhor Presidente Topolánek, as medidas propostas são excelentes. Mas, presentemente, não passam de propostas. Como a Sra. Merkel afirmou, o importante é a aplicação. São necessárias vontade e unidade políticas que permitam que isso se traduza em realidade. A Presidência referiu-se a uma crise de confiança. É o que acontece neste caso. Senhor Presidente, conclua o Tratado de Lisboa, altere a sua posição no que se refere ao euro e facilite a rápida utilização de recursos estruturais. Caso contrário, ser-lhe-á difícil representar os 60 a 70% de checos e morávios que não querem enfrentar a Europa em pé de desigualdade, mas que querem viver na Europa de uma maneira normal.

Jan Andersson (PSE). – (SV) Senhor Presidente, há uma questão que preocupa, actualmente, um grande número de cidadãos europeus. Trata-se do aumento do desemprego e do aumento das desigualdades que este acarreta. Esses cidadãos devem ter ficado extremamente desiludidos com os resultados da mais recente cimeira. Nessa cimeira não foi desenvolvida qualquer estratégia para enfrentar o aumento do desemprego. Dizem que já fizeram o que precisa de ser feito. Dizem também que a cimeira que deveria ter sido realizada no início de Maio já não será uma cimeira. Será agora uma reunião da Tróica. Para os cidadãos, isto constitui um sinal claro de que os dirigentes da União Europeia não encaram o emprego e o combate ao desemprego como uma prioridade.

Falta um mês para as eleições para o Parlamento Europeu e o Parlamento Europeu não está sequer envolvido nesta questão. O Presidente da Comissão, senhor Durão Barroso, apelou para que essa questão fosse hoje debatida, mas as conclusões do Conselho nem sequer fazem referência ao Parlamento Europeu.

Gostaria de referir rapidamente a questão dos estabilizadores automáticos. A GM, os Estados Unidos e a Suécia foram hoje referidos durante o debate. Embora seja verdade que, na Suécia, temos melhores sistemas de segurança social, os níveis de reembolso caíram abaixo de 80%. Actualmente, os trabalhadores da indústria automóvel que ficam no desemprego recebem um reembolso de aproximadamente 50% a 60% do salário. Assim, a situação já não é tão maravilhosa.

Por último, gostaria de dizer umas palavras sobre a questão da mobilidade. A mobilidade no seio da União Europeia é importante e o combate ao protecçãoismo também o é. Contudo, a Comissão e o Conselho devem assumir a responsabilidade e garantir a aplicação de salários iguais para trabalho igual em toda a União Europeia. Poderemos então trabalhar para fomentar uma maior mobilidade e combater o protecçãoismo.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, muito já foi dito sobre o montante de capital que é efectivamente necessário reservar para combater esta crise económica. Podíamos debater esta questão durante horas. Creio ser igualmente necessário pensar nas gerações futuras e não deixar todos os problemas para que elas os resolvam. Nessa mesma linha de pensamento, a questão de onde esse dinheiro é gasto é talvez ainda mais importante. Preocupa-me, efectivamente, constatar a reacção reflexa decorrente de se continuar a lançar dinheiro para cima de indústrias e tecnologias ultrapassadas, numa tentativa de apoiar as indústrias em situação crítica.

É também surpreendente que, nas conclusões do Conselho, as secções relativas à crise económica e à energia e sustentabilidade sejam abordadas como duas questões separadas, quando chegou a altura de as enfrentar conjuntamente. Não gostaria de ser tão pessimista como o senhor deputado Turmes foi hoje, mas chegou efectivamente a altura de investir nas novas tecnologias e no conhecimento. É intolerável que se injectem milhares de milhões na indústria automóvel enquanto ao mesmo tempo se considera necessário poupar na educação. Decididamente, que aqui está tudo trocado.

Outra questão são as soluções para os países da Europa Oriental e para os países que não aderiram à moeda única. De certo modo, estamos a desiludir estes países, falando-se num montante de 50 mil milhões de euros. Pergunto-me se o Conselho e a Comissão estão igualmente a considerar a opção de adesão acelerada à zona euro para os países que ainda não aderiram, tendo em conta que a estabilidade e a força desses países são do interesse da Europa no seu todo.

Por último, preocupa-me muito a utilização de linguagem nacionalista e a tendência de todos os dirigentes nacionais para soluções do tipo “primeiro, o nosso país”. Temos todos de encarar seriamente a ascensão da extrema-direita e temos, todos, de garantir que combatemos essa ascensão antes das eleições.

Seán Ó Neachtain (UEN). – (GA) Senhor Presidente, gostaria de manifestar o meu apoio e felicitar o grupo de dirigentes europeus que se reuniu na semana passada.

No que respeita à Irlanda, é agora muito claro que a questão fundamental é que queremos o apoio da União Europeia. A nossa economia era sólida mas está enfraquecida, como acontece actualmente com as economias de todo o mundo. Em nossa opinião, é evidente que só poderemos ultrapassar esta crise se trabalharmos em conjunto e que o maior desafio que a Europa enfrenta actualmente é a cooperação e o reforço da unidade económica de que dispomos, para podermos apoiar-nos mutuamente – em vez de, como é sugerido, enfraquecer a União. É também evidente que agora, mais que nunca, as regras fundamentais previstas no Tratado de Lisboa são necessárias. Como diz um velho ditado irlandês, “sem unidade, não existe força”.

Jean-Luc Dehaene (PPE-DE). – (NL) Senhor Presidente, podemos realmente queixar-nos, em todas as cimeiras europeias, de que a dimensão europeia não é suficientemente forte no processo de decisão. Também eu esperava que esta abordagem à crise tivesse uma verdadeira dimensão europeia. Posto isto, contudo, nos tempos que correm é mais importante aplicar as decisões tomadas, em lugar de insistir continuamente noutros planos e esquecer a aplicação das decisões. Assim, creio que nós, no Parlamento, e a par do Conselho e da Comissão, temos agora de dar prioridade à real aplicação das decisões já tomadas. Nesse aspecto, apoio plenamente a abordagem da Comissão.

Temos também de demonstrar estarmos verdadeiramente unidos em torno da abordagem global à crise, e espero realmente que, tanto em Copenhaga como na Cimeira do G20, a Europa consiga falar com eficácia e a uma só voz. Contudo, para que a Europa possa falar a uma só voz, é necessário garantir que não pomos em risco as nossas realizações, a nível interno, que o mercado interno continua, efectivamente, a ser um mercado interno sem protecçãoismo interno e que consolidamos a moeda única. Temos de aprender com os nossos erros e aumentar o financiamento do Banco Central Europeu, além de proporcionar financiamento para que possamos, efectivamente, actuar com base numa dimensão europeia. Temos igualmente de garantir a real concretização do alargamento e mostrar solidariedade para com os novos Estados-Membros, nestes tempos de dificuldade. É para isso que a União Europeia existe. A solidariedade para com países em desenvolvimento tem também de integrar a abordagem global da União Europeia.

Terminarei com uma breve referência ao Tratado de Lisboa. Nós, no Parlamento, temos de definir claramente a nossa posição. Temos de saber, com toda a certeza, o que irá acontecer imediatamente depois das eleições europeias. Contudo, para isso, é necessário que o Parlamento adopte efectivamente uma posição única e é por esse motivo que não consigo compreender verdadeiramente a posição da Mesa quanto a não haver necessidade de debater os relatórios sobre as posições desta Assembleia. Assim, insto a que esta perspectiva seja revista, para que possamos negociar com o Conselho com base numa posição assumida por esta Assembleia.

Riitta Myller (PSE). – (FI) Senhor Presidente, a melhor forma de melhorar a segurança no domínio da energia é aumentar a eficiência energética e a utilização de fontes de energia renovável. É necessário que todos os Estados-Membros invistam nestes domínios, devendo fazê-lo imediatamente, caso contrário não alcançaremos os objectivos definidos no nosso pacote de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas.

Além disso, este tipo de investimento é especialmente indicado para os tempos que correm. Ao investir na eficiência energética e nas energias renováveis, criaremos – como já aqui foi referido várias vezes – empregos novos e sustentáveis e, também, uma base para uma economia de baixo carbono.

Neste momento, precisamos de medidas concretas. Lamentavelmente, a cimeira não conseguiu convencer as pessoas desta necessidade. Efectivamente, todas as soluções para a crise económica deviam ter como objectivo impedir que o aquecimento global atinja um ponto crítico. Tem também de ser este o resultado da Cimeira que reunirá os países do G20. Quando a Europa falar a uma só voz, os Estados Unidos da América também adoptarão este mesmo objectivo.

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, a queda do Muro de Berlim foi há quase 20 anos. Na actual situação económica difícil, conseguimos, uma vez mais, vislumbrar a construção de um novo muro na Europa – desta vez, um muro económico. Não podemos permitir que isso aconteça!

Embora tenham sido concedidos recursos adicionais para ajudar os países em dificuldades, o nível de empenho dos líderes da UE parece ter sido contraditório. É preocupante que a Renault esteja a mudar a produção da Eslovénia para França. Não podemos permitir que o espectro do protecçãoismo volte a causar a devastação. O preço a pagar por, uma vez mais, não conseguirmos manter a Europa unida é demasiado elevado. A História castigará aqueles que não cumprirem as suas responsabilidades. Assim, foi positivo ouvir ontem a clara mensagem do Sr. Gordon Brown, quando afirmou “não viraremos as costas aos mais pobres do mundo”. É imperativo que isto se aplique igualmente ao senhor Presidente Sarkozy.

Temos, pois, todos os motivos para saudar a proposta apresentada pelo Grupo de Larosière. Trata-se de uma proposta equilibrada, que significará que a UE irá evitar a regulamentação excessiva e, simultaneamente, consolidará consideravelmente o controlo dos mercados financeiros. O Banco Central Europeu passará a ter um papel ainda mais importante. As autoridades nacionais de supervisão passarão também a dispor de melhores oportunidades para se coordenarem entre si e procederem ao intercâmbio de informações. É necessário que a política seja adequada, mesmo em tempos de crise. Propor a adopção de disposições regulamentares que, em lugar de ajudar, são prejudiciais, não pode ser a nossa resposta em tempos de dificuldade.

Charles Tannock (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, saúdo vivamente a declaração do Conselho sobre a Parceria Oriental. Enquanto relator sobre a dimensão oriental da Política Europeia de Vizinhança, apoio um relacionamento mais estreito com os seis países da Europa Oriental. A atribuição de um financiamento de 600 milhões de euros para a Parceria Oriental é uma excelente notícia e saúdo a proposta de aplicação dos fundos do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria no aumento da segurança europeia no domínio da energia, através da criação de melhores instalações para armazenamento de petróleo e gás e da construção de novos oleodutos.

O Conselho também apoia, justificadamente, a recente criação da Assembleia Parlamentar EURONEST, que incentiva a resolução de conflitos “congelados”, nomeadamente as disputas que envolvem o Nagorno-Karabakh e a região Transnístria. Contudo, a Parceria Oriental não pode ser usada para protelar as ambições de adesão à União Europeia de países que têm direito a requerer estatuto de membros, nomeadamente a Ucrânia e a Moldávia.

O Conselho decidiu também, justificadamente, duplicar o pacote de ajuda a países da Europa Oriental que enfrentam dificuldades financeiras e não fazem parte da zona euro, aumentando-o de 25 para 50 mil milhões de euros. Esta medida contribuirá para a estabilidade de países como a Hungria e a Letónia. Contudo, não podemos também esquecer a Ucrânia, que enfrenta actualmente uma grave crise financeira. A ocorrência

de um colapso bancário na Ucrânia poderia ter consequências catastróficas que afectariam não só outros países da Europa Oriental como também a Itália e a Áustria, cujas instituições bancárias são as mais expostas ao mercado ucraniano.

Por último, embora aceite plenamente o direito que assiste à Turquia e à Rússia de participarem na Assembleia Parlamentar EURONEST enquanto observadores, nenhum destes países deve usar essa posição para os seus próprios fins de política externa. Os membros da Assembleia Parlamentar EURONEST são Estados soberanos com direito tomar decisões sobre as suas aspirações euro-atlânticas. A insinuação feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov, de que a Parceria Oriental constitui um meio de a União Europeia alargar a sua esfera de influência no estrangeiro, é absurda. Esse tipo de linguagem é adequado para a era de *Machtpolitik* da Guerra Fria e não para a diplomacia moderna. Se há país que procura alargar a sua esfera de influência, é a Rússia, como é salientado pela guerra contra a Geórgia, que teve lugar no Verão do ano passado, e pelas tentativas intermitentes, por parte do Kremlin, de destabilizar a política de países como a Ucrânia e os Estados bálticos.

Proinsias De Rossa (PSE). – (EN) Senhor Presidente, os meus parabéns pela correcta dicção do meu nome, cuja pronúncia é bastante difícil!

Nesta Assembleia, como nos Estados-Membros, os conservadores comportam-se como crianças mal comportadas. Depois de baterem o pé durante anos, exigindo a desregulamentação das instituições bancárias e dos sistemas bancários paralelos, estão agora dispostos a aceitar uma regulamentação forte – mas apenas se fingirmos que esta sempre foi a ideia deles. Contudo, continuam a insistir, infantilmente, na desregulamentação no domínio do local de trabalho e da flexibilidade – o que equivale a falta de protecção, falta de segurança e cortes nos serviços sociais. Isso, meus caros, é uma receita para disseminar um incêndio incontrolável.

O Presidente em exercício, senhor Topolánek, escolheu a Suécia como termo de comparação com a América. Por que não a República Checa? Por que não a Irlanda? A resposta é simples: o Governo irlandês está a destruir os serviços de saúde, o sistema de ensino, as estruturas de acolhimento de crianças e os programas de formação. Está a intensificar o sentimento de insegurança na Irlanda ao contribuir para o aumento do desemprego – quando devia manter as pessoas empregadas – e não toma quaisquer medidas de apoio à sobrevivência das pequenas empresas. Considero necessária uma mudança de governo na Irlanda e uma mudança de atitude no Conselho Europeu. Que a Cimeira do Emprego, no dia 7 de Maio, seja aberta a todos os Estados-Membros.

Marco Cappato (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por ironia do destino, procederemos a esta fase do debate sem a presença do Presidente em exercício do Conselho; que deveria estar aqui; o Sr. Topolánek não está presente. Ontem, por outro lado, realizámos o debate sobre a estratégia e o futuro da Europa na perspectiva da Cimeira do G20 com um outro Presidente, que, pelo contrário, foi convidado a seu pedido, sem que se percebesse bem a que título, que não fosse o do protagonismo do papel que desempenha o seu país.

Por que motivo começo eu por fazer estas observações, porventura desagradáveis? Porque a crise económica, a crise financeira desta Europa é também uma crise institucional, bem patente no facto de o Presidente em exercício do Conselho sair a meio do debate devido a problemas seus de política interna. Estamos de facto a falar da mesma coisa, ou seja, da crise económica; a resposta a esta crise é dada apenas no plano nacional, não existe uma resposta da Europa, uma resposta europeia, nem sequer em termos do orçamento. É muito fácil mencionar os 400 mil milhões de euros, mas sabemos que se trata quase exclusivamente de dinheiro dos orçamentos nacionais. Senhor Presidente Barroso, penso que nos últimos anos o senhor não fez o suficiente para chamar a atenção dos governos e dos Estados-Membros para a existência de outra Europa, que faz mais do que coordenar Estados; a União tem uma função política própria.

E dado que o Presidente Topolánek falou em alargar a Parceria Oriental à Bielorrússia, concluirei recordando o nome de Yana Paliakova, conduzida ao suicídio pelo regime bielorrusso, para que se compreenda que estas parcerias deveriam dar mais atenção ao direito, à democracia e à liberdade, e não apenas aos negócios que se fazem com ditaduras do pior tipo.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE). – (RO) As conclusões a que o Conselho chegou são coerentes com a crise que os Estados-Membros enfrentam actualmente.

O acordo relativo aos projectos no domínio da energia e da Internet de banda larga deve ser saudado como um resultado extremamente positivo. A inclusão, nestes projectos, do gasoduto Nabucco e das interconexões

entre Estados-Membros, nomeadamente entre a Roménia, a Hungria e a Bulgária, poderá ajudar a evitar uma crise semelhante à de Janeiro de 2009.

A utilização de fontes de energia da região do Mar Cáspio e o facto de se tirar partido da localização estratégica do Mar Negro são uma condição essencial para garantir a segurança no domínio da energia a nível da União Europeia. As políticas desenvolvidas no âmbito da Parceria Oriental têm de incluir, obrigatoriamente, a máxima utilização destas regiões para benefício da União Europeia.

Constatei, com surpresa, que as recomendações apresentadas pelo Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros não incluem as medidas anunciadas pelo novo Governo romeno no seu programa governamental e cuja aplicação teve início com a adopção do orçamento para 2009.

Duas das medidas já iniciadas pelo Governo romeno incluem a descentralização – com o objectivo de consolidar a autonomia local, e a canalização de recursos para investimentos em domínios prioritários, como as infra-estruturas ou a energia –, de modo a preservar e a criar postos de trabalho. A prioridade dada à redução das despesas, através da afectação de fundos orçamentais, e o lançamento da reforma do sistema de ensino, são medidas adicionais que podem ser acrescentadas às anteriores.

A execução das propostas incluídas no programa de recuperação económica elaborado pelo Conselho – em especial no que se refere à antecipação da afectação de recursos no âmbito dos programas europeus e à aprovação dos auxílios estatais, sobretudo no caso da indústria automóvel – seria uma verdadeira ajuda para reduzir ao mínimo os efeitos da crise, não só na Roménia mas igualmente em muitos outros Estados-Membros da União Europeia.

Adrian Severin (PSE). – (RO) Senhor Presidente, a crise que agora enfrentamos não é uma crise *no* sistema mas uma crise *do* sistema – uma crise económica e também uma crise da democracia. A recessão atingiu não só o crédito financeiro como também o crédito social. Nas ruas das nossas cidades europeias são já visíveis sinais que nos alertam para a desconfiança e a perturbação sociais, que podem conduzir à turbulência política e social.

Assim, é imperativo que a União Europeia realize uma cimeira social que venha a evoluir para um Pacto Europeu para o Emprego. Entre os outros aspectos, na cimeira social deve chegar-se acordo sobre várias questões, nomeadamente que as empresas que suspendam funcionários não possam distribuir dividendos, que as empresas transnacionais devam negociar não só com os sindicatos nacionais mas também com os sindicatos europeus e que não possa existir rentabilidade comercial se não existir solidariedade social.

A actual crise mundial está a ser agravada por uma crise a nível da integração europeia. Há Estados-Membros cujas economias são como empresas-mãe e Estados-Membros cujas economias são como filiais. Os primeiros são Estados-Membros da zona euro, os últimos não. A criação de programas que facilitem a estabilidade e a integração destes últimos é essencial para a sobrevivência dos primeiros. A União Europeia não pode sobreviver com novas linhas de demarcação.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, podemos debater selectivamente a cimeira do ponto de vista de duas escalas de tempo. A escala de longo prazo implica a aplicação de medidas estratégicas, nas quais incluo a questão dos nossos parceiros da Europa Oriental, incluindo a Bielorrússia. Penso que isso se justifica e que será positivo para UE, para os nossos vizinhos da Europa Oriental e também para as relações futuras com a Rússia. É fundamental que exista apoio financeiro e, embora isso possa ser objecto de crítica numa época de crise, estou convencido de que vale a pena investir nos negócios dos países da Europa Oriental. Se a estratégia oriental tiver êxito, a União Europeia provará ser um interveniente sério no palco político mundial. Não estou a considerar a UE enquanto organização, estou antes a pensar que os efeitos da acção conjunta constituirão argumentos favoráveis ao aprofundamento da integração europeia.

A segunda escala de tempo limita-se ao presente e, deste modo, à crise actual, cujos sintomas são, entre outros, a perda de postos de trabalho e o desamparo financeiro dos cidadãos. Não existe uma panaceia para estes problemas, mas a estratégia geral dos governos e da UE deve incluir a atenção às necessidades das pequenas e médias empresas. Isto porque, em primeiro lugar, em tempos de crise, os trabalhadores apenas perdem os seus empregos, mas os empresários que enfrentam dificuldades podem perder o emprego, os funcionários e a totalidade do seu negócio. Os proprietários de pequenas empresas têm maior flexibilidade e, provavelmente, enfrentarão com mais sucesso a actual situação de dificuldade, e, por constituírem o grosso da força económica da Europa, podem influenciar toda a economia.

Senhor Presidente Barroso, se o colapso financeiro se transformar em esgotamento psicológico, então teremos de enfrentar uma verdadeira crise. Desde que a motivação e a vontade de fazer alguma coisa estejam vivas entre os povos, há sempre a possibilidade de as coisas melhorarem e, neste contexto, as medidas europeias são um factor significativo e pelo qual somos responsáveis. No que respeita a esta questão, desejo sucesso a todos nós.

Edite Estrela (PSE). - A resposta da cimeira não foi suficientemente ambiciosa. Onde está a vontade firme de acabar com os paraísos fiscais e os *offshore*? Onde está a decisão de moralizar os ordenados dos administradores das instituições financeiras? Senhor Presidente Barroso, é caso para dizer: *os ricos que paguem a crise*. Porque foram eles que a provocaram.

Em relação à cimeira do emprego, não pode ser uma cimeirazinha, porque o emprego não é um problemazinho, é um problema maior que afecta as pessoas e as famílias. Não é deste modo que se renova a confiança dos cidadãos.

Finalmente, ouvi aqui dizer que não precisam das propostas socialistas. É uma afirmação arrogante. Se os defensores da doutrina neoliberal tivessem ouvido as advertências dos socialistas, não estaríamos hoje mergulhados nesta crise. Será que nem assim aprendem? Se não perceberam a gravidade e a profundidade desta crise e se não perceberam o que a provocou, receio o pior. Receio que a crise se prolongue por muitos anos, e não é isso que nós queremos.

Tunne Kelam (PPE-DE). - (ET) Senhor Presidente, penso que o resultado positivo obtido pelo Conselho consiste no facto de, agora, os 27 Estados-Membros poderem participar na Cimeira do G20 com uma posição comum. Trata-se de um resultado extremamente importante e é justo felicitar o senhor Primeiro-Ministro Topolánek pelo acção construtiva na Presidência do Conselho. Partilho da opinião do Sr. Topolánek de que o sucesso obtido pelo Conselho consistiu na recusa da UE em seguir a via mais fácil dos salvamentos e das nacionalizações.

A lamentável crise do Governo checo deixa agora à Comissão e ao senhor Presidente Barroso a responsabilidade acrescida de conduzirem a Comunidade para fora da crise, com base na coerência e na estabilidade. Simultaneamente, a Comissão tem de proporcionar mecanismos mais flexíveis para a utilização oportuna dos fundos adicionais atribuídos pelo Conselho. Os procedimentos de execução correm o risco de ser demasiado complicados e morosos. É particularmente importante proporcionar condições de enquadramento para as pequenas empresas e para a inovação. É chegada a altura de investir mais na investigação, no ensino e na formação.

Contudo, a depressão económica não deve ser acompanhada da depressão moral. Uma crise invulgar proporciona oportunidades para reformar. Na verdade, a crise financeira tem origem na crise de valores, pelo que a recuperação tem de começar pela consolidação dos nossos valores comuns, partindo de um maior empenho no que respeita à solidariedade. E, facto mais importante, a crise não é uma desculpa para o protecçãoismo. Pelo contrário, temos obrigação de agir conjuntamente no pressuposto de que, através do apoio mútuo e do empenho na realização de reformas no espírito da Estratégia de Lisboa, a crise contribuirá para fortalecer a Europa.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). - (HU) Senhor Presidente, não obstante as forças de oposição, a Comissão Europeia e o Conselho conseguiram preservar a unidade da União Europeia. Esta cimeira teve bastante sucesso: protegeu o mercado único, opôs-se ao protecçãoismo iminente e, por último, mas não menos importante, ofereceu nova assistência aos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, que enfrentam dificuldades crescentes.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senhor Presidente Barroso, dado que a assistência financeira à região foi duplicada, tendo aumentado para 50 mil milhões de euros. Há um ano, o Primeiro-Ministro da Hungria sugeriu a criação de um sistema de supervisão dos mercados financeiros e das instituições bancárias e, nesta cimeira, foi tomada, pelo menos em princípio, uma decisão sobre essa questão.

Uma vez mais, a cimeira abordou o facto de as instituições bancárias dominantes serem responsáveis pelas respectivas filiais, como foi também salientado pelo meu estimado colega, senhor deputado Adrian Severin, e concretizou-se igualmente um avanço importante no que respeita à segurança no domínio da energia.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE-DE). - (LT) Antes de mais, gostaria de expressar as minhas felicitações e agradecimento ao senhor Primeiro-Ministro Mirek Topolánek – todos percebemos bem o que significa exercer a Presidência da União Europeia e o que significa exercer essa Presidência numa altura de crise

financeira mundial e de recessão económica. Assim, desejo sinceramente que República Checa seja bem sucedida nos novos desafios a enfrentar e na liderança da União Europeia até meados deste ano.

No que respeita ao Conselho Europeu de Bruxelas, presentemente muitos de nós repetimos, como um mantra, números que reflectem acordos alcançados no Conselho Europeu. Cinco mil milhões de euros para projectos estratégicos no domínio da energia e para a Internet de banda larga. A atribuição, aos Estados-Membros da União Europeia que não fazem parte da zona euro, de 50 mil milhões de euros destinados a pagamentos e ao equilíbrio da balança de pagamentos. A atribuição de 75 mil milhões de euros ao Fundo Monetário Internacional. A atribuição de 600 milhões de euros à Parceria Oriental. Dos cinco mil milhões de euros referidos, 175 milhões destinaram-se à criação de uma ponte energética entre a Suécia e os Estados Bálticos que, até à data, têm sido uma ilha isolada do mercado da energia da União Europeia. Será isso muito ou muito pouco? O copo está meio cheio ou meio vazio? Em circunstâncias normais, consideraria satisfatórios os resultados e acordos alcançados pelo Conselho Europeu. Obviamente que esperávamos mais, esperávamos que se chegasse a acordo quanto a um melhor plano de financiamento para o relançamento económico europeu. Contudo, tendo considerado todas as manifestações, todas as exhibições de nacionalismo e proteccionismo, penso que o acordo alcançado é, sem dúvida, uma expressão positiva de solidariedade e gostaria que isso fosse um ponto de partida – um início positivo – para o aprofundamento do trabalho futuro.

Antolín Sánchez Presedo (PSE). – (ES) Senhor Presidente, Senhor Barroso, só uma Europa unida, que dê prioridade ao desenvolvimento e ao emprego, poderá liderar uma acção internacional para o relançamento económico, a consolidação das medidas de prevenção e de gestão de crises, o melhoramento da regulamentação dos sistemas financeiros e o apoio aos países mais vulneráveis durante esta primeira crise mundial.

O G20 representa a maioria da população (duas em cada três pessoas) e 90% da actividade económica mundial. Tem a responsabilidade de apresentar uma tripla resposta, concertada, eficaz e sustentada, para estimular a procura e a economia real através de investimentos futuros, para restabelecer o crédito e para promover uma sólida regulamentação e supervisão financeira internacional, que proporcione transparência, estabilidade e incentivos adequados, que elimine os riscos sistémicos e que garanta que não retornaremos ao ponto de partida.

Necessitamos de uma nova ordem económica e de um sistema de governação global para o século XXI, que corrija as causas e os desequilíbrios na origem da crise e que, através de uma economia aberta e solidária, promovam o desenvolvimento sustentável.

Péter Olajos (PPE-DE). – (HU) Saúdo a decisão do Conselho sobre a posição a adoptar na Cimeira do G20. Apraz-me constatar que os nossos dirigentes políticos reconheceram a estreita ligação entre as medidas de combate à crise mundial e de luta contra as alterações climáticas.

A essência do plano de desenvolvimento do “New Deal Verde” apresentado pelo Primeiro-Ministro Gordon Brown e pelo Presidente Barack Obama é aliar os estímulos económicos aos investimentos no domínio do ambiente e ao apoio a uma maior eficiência energética e a tecnologias respeitadoras do ambiente.

Contudo, não partilho da opinião do Conselho de que o progresso a nível da execução do programa europeu de estímulo à economia, aprovado em Dezembro último, seja satisfatório. Embora os efeitos positivos a nível da economia demorem algum tempo a fazer-se sentir, não há dúvida de que o pacote orçamental de grande escala, que representa 3,3% do PIB da UE – ou seja, mais de 400 mil milhões de euros – irá gerar novos investimentos e criar postos de trabalho.

Contudo, o programa apenas contribuiu de forma reduzida para a transformação da UE numa economia de baixo carbono. Embora falemos categoricamente sobre o aumento da eficiência e da poupança no domínio da energia, continuamos a direccionar mais atenção e mais fundos para os fornecedores de energia, para a diversificação das rotas de fornecimento e para a promoção dos interesses da UE no domínio da energia face a países terceiros.

É indiscutível que precisamos de desenvolver as infra-estruturas no domínio da energia, mas não podemos fazê-lo em detrimento da redução do consumo. No que respeita ao acordo mundial sobre o clima, a União Europeia continua empenhada em ter um papel de liderança na conferência de Copenhaga. Contudo, para que isso aconteça, precisamos urgentemente de chegar a acordo no que respeita à criação de um mercado mundial de dióxido de carbono, à compensação financeira para os países em desenvolvimento, ao apoio no domínio da tecnologia e ao reforço das capacidades, e por fim temos igualmente de esclarecer os princípios de partilha de encargos entre os Estados-Membros.

Dariusz Rosati (PSE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer à Presidência checa o sucesso desta cimeira. Creio que foram tomadas várias decisões importantes na cimeira, mas partilho da opinião de que precisamos de mais e de que temos de avançar mais rapidamente.

Dentro de uma semana, quando participarmos na reunião do G20 em Londres, tenho a impressão de que ainda estamos demasiado integrados para agir isoladamente e demasiado divididos para agir em conjunto. Creio que há três prioridades importantes em que nos devemos concentrar.

A primeira, obviamente, é a questão dos empregos. Na Europa, milhões de pessoas temem perder os seus postos de trabalho e, francamente, não entendo a posição do Presidente francês quando se opõe à cimeira: do que precisamos neste momento é de uma ampla cimeira.

Em segundo lugar, apraz-me que tenhamos conseguido eliminar, pelo menos em parte, as tendências proteccionistas. Não obstante, estas continuam vivas e creio que a solução assenta na solidariedade.

Quanto à terceira prioridade, creio que a solução consiste em restaurar a confiança nos mercados. Nem sequer penso que haja demasiada escassez de capital no mercado, creio que existe capital suficiente. O problema reside na transformação desse capital numa procura concreta e, para que isso aconteça, é necessário restaurar a confiança dos agregados familiares e das empresas.

Mario Mauro (PPE-DE). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, a questão da combinação de acções de apoio e estímulo com medidas regulamentares é um dos temas prioritários da agenda internacional. Espera-se que as tensões existentes, que reflectem as diferentes estratégias adoptadas pelas grandes economias para fazer frente à crise, possam encontrar um equilíbrio na Cimeira do G20.

De facto, não é segredo para ninguém que em Washington se insiste na necessidade de dar continuidade ao empenho colectivo em adoptar medidas nacionais de estímulo da procura e de relançamento da economia, ao passo que em Bruxelas, no seio da Comissão, prevalece a convicção de que já se fez o possível e necessário neste âmbito, e de que agora se trata sobretudo de aguardar, para poder registar os resultados das medidas adoptadas pelos governos dos Estados-Membros contra a actual conjuntura.

Da mesma forma, não é segredo que os europeus consideram agora necessário concentrar as suas atenções no objectivo de restituir credibilidade, estabilidade e fiabilidade aos mercados financeiros, adoptando inclusivamente medidas mais ambiciosas em matéria de regulamentação e de sistemas mais eficazes de vigilância do sector bancário e das instituições de crédito, ao passo que em Washington parece prevalecer uma orientação de prudência, que assenta na ideia de uma reforma incisiva do enquadramento legal dos mecanismos de vigilância.

Sinceramente, não considero útil colocar estas soluções numa perspectiva antagónica. Penso que devemos procurar a conjugação das duas e, nesse sentido, é necessário que prevaleça a visão europeia, aplicando o método europeu de que a Comissão é garante, e – diria quase – profeta. Não tenho dúvidas, Senhor Presidente Barroso, de que o senhor é o homem certo para concretizar as nossas esperanças e para nos conduzir a bom porto.

Katrin Saks (PSE). – (ET) No Conselho, chegou-se a acordo sobre várias questões importantes. Os projectos no domínio da energia e da banda larga e a decisão de aumentar o fundo de apoio aos países da Europa Oriental são sinais positivos.

Contudo, em minha opinião, um sinal daquilo que o Conselho Europeu alcançou ou não alcançou é o que o nosso Primeiro-Ministro afirmou quando regressou à Estónia – nomeadamente, que a Europa está a regressar aos seus valores fundamentais. Referia-se ao facto de a Europa estar a começar a perder interesse na criação de pacotes de estímulo adicionais e de existirem sinais de um regresso a políticas orçamentais conservadoras. A opinião do senhor Primeiro-Ministro, enquanto representante de um partido ultraliberal, não constitui surpresa, mas reflecte o problema mais geral de os dirigentes governamentais com certos antecedentes ideológicos, ou seja não estarem preparados quer para tomar medidas corajosas que exigem visão, quer para aplicar medidas que podem entrar em conflito com as suas crenças ideológicas.

Uns dias antes da reunião do Conselho Europeu, ouvimos Paul Krugman, economista galardoado com o prémio Nobel, afirmar que o pacote de estímulo da União Europeia talvez não seja suficiente. É possível que, este ano, sejam necessários não 400 mas 500 mil milhões de euros e que, no total, venham a ser necessários 3 biliões de euros. Assim, do que precisamos é de uma acção coesa e de uma abordagem pró-activa e não de uma mão invisível.

José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE-DE). – (ES) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, começarei por expressar a minha preocupação quanto ao facto de a Cimeira do Emprego, a realizar em Maio, ter sido substituída por uma reunião da Tróica, por mais aberta que esta possa ser. Creio que esta decisão nos leva de volta a 1996, quando as políticas no domínio do emprego eram consideradas como políticas exclusivas dos Estados-Membros.

Em segundo lugar, no que respeita à política monetária, e tal como todo o meu grupo, sou partidário da independência radical do Banco Central – contudo, independência não significa imunidade às críticas.

Quero comentar aqui que teria gostado que o Banco Central Europeu tivesse sido mais audacioso no que respeita à redução das taxas de juro, tendo em conta o impacto destas nas exportações europeias, e que tivesse sido mais generoso na fixação dos prazos de pagamento dos empréstimos concedidos: a Reserva Federal concede empréstimos a 3 anos, mas o Banco Central Europeu apenas concede empréstimos a 6 meses.

Ainda uma observação a respeito da política monetária: espero que os planos de resgate das entidades financeiras e os possíveis planos de compra de activos tóxicos ou danificados não se traduzam em vantagens competitivas para os bancos que recebem ajudas relativamente aos bancos que tiveram um comportamento mais prudente e que não necessitam dessas ajudas.

Durante a manhã, assistimos a um grande debate em matéria de estímulos fiscais. Serão suficientes? Serão poucos? Estarão os Estados Unidos a fazer mais que nós? Independentemente da conclusão deste debate, o certo é que estamos em presença dos maiores estímulos fiscais que a nossa geração conheceu desde 1929.

E isso obriga-nos a coordenar as medidas tomadas de ambos os lados do Atlântico, devendo essa coordenação ser muito mais estreita no que respeita a duas questões: a conclusão da Ronda de Doha, para enviar ao mundo inteiro uma mensagem contra o protecionismo, e, em segundo lugar, uma análise conjunta dos desequilíbrios mundiais, que estão na origem desta crise.

No que respeita ao pacto de estabilidade, constato algumas contradições na posição adoptada pela Comissão. As dívidas de hoje são os impostos de amanhã e a Comissão deve garantir que as medidas nacionais estejam ligadas à Estratégia de Lisboa e não ponham em risco a sustentabilidade das finanças. Para o fazer, deve dar a maior atenção ao seguimento dos planos de recuperação do equilíbrio nos países que incorreram em défice excessivo – incluindo o meu país, visto que sou espanhol.

Senhor Presidente, gostaria de agradecer a generosidade do tempo que me concedeu, que não me passou despercebida.

Presidente. – Caro Senhor Deputado, somos contra a inflação monetária e somos igualmente contra a inflação do tempo das intervenções.

Pierre Pribetich (PSE). – (FR) Senhor Presidente, em 22 páginas de conclusões do Conselho Europeu, apenas uma frase mínima aborda o problema do futuro da indústria automóvel, de uma política europeia no domínio da indústria. É isto uma resposta prática às expectativas de 12 milhões de trabalhadores deste sector e às preocupações de 6% da população activa da União Europeia? Corresponde isto ao que está em causa? Não existe uma proposta para um plano europeu, não há perspectivas para a indústria automóvel e não existe vontade de coordenar as políticas nacionais.

Em 19 de Novembro de 2008, usei da palavra nesta Assembleia, em nome da delegação socialista francesa, para questionar todos os intervenientes europeus responsáveis. Expressei a minha aspiração relativamente a um novo acordo no domínio automóvel e a um política industrial solidária, estruturada, célere e eficaz, a curto, médio e longo prazo, que proporcionasse uma resposta concertada por parte dos Estados-Membros e da União Europeia.

Decorridos quatro meses, na sequência de uma resolução comum de vários grupos, voltamos a salientar a importância do futuro da indústria automóvel. O que o impede, Senhor Presidente, de reagir, de agir, de enfrentar este desafio, antes que seja demasiado tarde? Isto não é retórica, Senhor Topolánek, é um apelo à acção.

Harlem Désir (PSE). – (FR) Senhor Presidente, é difícil esconder a desilusão após a conclusão desta cimeira.

Se a auto satisfação e a ficção fossem instrumentos de relançamento económico, podíamos falar de sucesso. Sei que, em grande medida, a economia é psicologia, e que temos de nos esforçar por restaurar a confiança, mas, em última análise, quando a crise se agrava a ponto de todos os Estados-Membros se afundarem na

recessão e de o desemprego aumentar drasticamente, parece-me bastante surpreendente ouvir o Conselho afirmar que está confiante quanto às perspectivas da economia europeia a médio e longo prazo e que está determinado a fazer tudo o que for necessário para relançar o emprego e o desenvolvimento.

Que está o Conselho determinado a fazer? Quaisquer propostas que pudessem dizer respeito à questão do emprego foram já eliminadas da ordem do dia deste Conselho. Essa questão foi adiada até Maio. Em última análise, durante este Conselho, a cimeira do emprego a realizar em Maio acabou por se transformar em nada mais que uma mera reunião da Tróica. Parece ter sido o Presidente Sarkozy que conseguiu convencer os outros Estados-Membros de que não havia necessidade de apresentar propostas que considerassem o emprego uma prioridade do funcionamento da União Europeia. Isto faz lembrar a opção de não participação (*opt-out*) já solicitada anteriormente por outros governos – por um governo conservador britânico – relativamente a todas as vertentes do emprego no âmbito dos tratados europeus.

Assim, o Sr. Sarkozy apela agora à não participação nas políticas no domínio do emprego. Seria motivo de preocupação se esta abordagem “contagiasse” todos os Estados-Membros. Isso não me surpreende por aí além, Senhor Barroso, dado que, durante o exercício do seu mandato, a sua Comissão, de certa forma, pôs em segundo plano a agenda social europeia, criou uma opção de não participação no que respeita às prioridades da União Europeia no domínio social e do emprego, e cedeu ao obedecer a uma ordem dada por um membro da sua maioria – o conservador Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) e Democratas Europeus – mas acredito que isso é verdadeiramente lamentável e acredito que, quando for necessário coordenar não só as políticas de relançamento como também as políticas de emprego, em última análise serão os trabalhadores que irão assumir os custos desta não-Europa.

São igualmente uma obra de ficção os 400 mil milhões de euros que o Senhor acrescenta, que são a soma não só de planos de nacionais de relançamento económico mas, acima de tudo, de políticas que nem sequer são políticas de recuperação nacionais dado que se trata apenas dos infames estabilizadores económicos, ou seja, aumento dos gastos sociais aliado ao aumento do desemprego. Foi com grande dificuldade que o Senhor colocou sobre a mesa mais 5 mil milhões de euros.

Assim, acredito que aquilo de que precisamos agora é, pelo contrário, de um verdadeiro plano de relançamento como o que está a ser aplicado pelos Estados Unidos – que colocou sobre a mesa mais de 780 milhões de dólares – e da coordenação de esforços para apoiar os trabalhadores a enfrentar a crise. É também necessário aumentar a procura, outro factor que provará ser muito mais eficaz que a auto satisfação para relançar o crescimento e para restaurar a confiança e o dinamismo da nossa economia.

Elmar Brok (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, constatarão que foi melhor eu ter-me sentado ali.

Em primeiro lugar, contrariamente à opinião do senhor deputado Schulz, gostaria de dizer que a Presidência checa, liderada pelo senhor Primeiro-Ministro Topolánek, tem sido, até à data, uma Presidência excelente.

(Aplausos)

Tenho orgulho por ter sido a primeira Presidência de um antigo país do Pacto de Varsóvia, e continuar a sê-lo, e considero que merece todo o apoio já que simboliza a unidade da Europa.

A segunda questão que gostaria de abordar respeita ao facto de, agora, estarmos numa posição difícil em relação ao Tratado de Lisboa. Gostaria de apoiar o pedido de uma reunião entre o Primeiro-Ministro Topolánek e o líder da oposição, Sr. Paroubek, para que negociem de forma responsável, visto que os problemas de política doméstica não podem influenciar o destino de toda a Europa.

Um comentário final dirigido ao senhor deputado Schulz: o senhor Gordon Brown foi responsável pela obstrução à regulamentação dos mercados financeiros, e tanto o senhor Gordon Brown como o Ministro alemão do Emprego, senhor Scholz, do SPD, são responsáveis pela obstrução a um compromisso no âmbito da directiva sobre o tempo de trabalho, de acordo com a resolução adoptada pelo Parlamento Europeu. O senhor deputado Schulz não deve tentar afirmar ser o único a defender uma Europa social. O contrário é precisamente verdade.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) A crise económica está a causar graves prejuízos às empresas e aos cidadãos da Europa. As economias dos Estados-Membros manifestam um declínio significativo, as PME estão a falir e os trabalhadores estão a perder os seus empregos.

Juntamente com outros deputados, entreguei ao Senhor Presidente Barroso uma carta sobre a situação dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas da Roménia e da França que, na prática, estão a ficar desempregados apesar de receberem 70% do salário. Solicitámos uma revisão das condições de acesso ao Fundo Social Europeu e ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, para apoiar um maior número de trabalhadores gravemente afectados pela crise económica e pela perda de postos de trabalho.

A União Europeia precisa de desenvolvimento económico e os cidadãos da Europa precisam de empregos e de salários decentes. O plano de relançamento da economia europeia, criado em Novembro de 2008, não passou das palavras. Lamentavelmente, a eficiência energética – passível de criar empregos – não consta do regulamento apresentado em Janeiro.

Paul Rübiger (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de felicitar a Presidência Checa. O acordo de ontem sobre as tarifas de *roaming* foi excelente e beneficia os cidadãos europeus.

Em nossa opinião, o pacote da energia e do gás foi organizado e vários outros pontos foram excepcionalmente bem negociados pela Presidência checa. O mesmo se aplica à motivação do povo europeu, sobretudo em tempos de crise, para que louvem aqueles que fazem esforços sobre-humanos. Devemos por isso apoiar igualmente o senhor comissário Kovács, para que apresente mais propostas no que respeita à depreciação progressiva. Se partirmos do princípio que, até 2030, é necessário investir mais de um bilião de euros na construção de novas centrais eléctricas, então temos de começar a fazê-lo agora. Isso desencadearia a criação de empregos e o crescimento.

Alojz Peterle (PPE-DE). – (SL) Gostaria, primeiro, de transmitir os meus sinceros cumprimentos ao Senhor Presidente em exercício do Conselho, pelo sucesso da Presidência checa em circunstâncias extremamente difíceis.

Hoje ouvimos algumas palavras duras, mas acredito firmemente que os cidadãos da União Europeia não têm grande interesse em se estamos mais ou menos inclinados para a esquerda ou para a direita, têm, sim, interesse em saber em que medida iremos agir no espírito europeu, ou seja, em saber o que poderemos alcançar trabalhando em conjunto e de forma eficiente.

Há duas tarefas, em especial, que temos de enfrentar: expressar sensibilidade social e solidariedade para com os mais afectados e, simultaneamente, investir nos veículos que mais nos podem ajudar a sair da crise. A crise deve ser usada como catalisador para a reestruturação económica e não apenas na indústria automóvel. A crise económica provou que precisamos urgentemente de uma melhor coordenação das políticas económicas e de instituições comunitárias mais sólidas, como previsto no Tratado de Lisboa.

Neste espírito, saúdo as propostas construtivas apresentadas no relatório Larosière, no que respeita às instituições financeiras.

Christian Rovsing (PPE-DE). – (DA) Senhor Presidente, gostaria de dizer umas palavras sobre os elevados subsídios atribuídos a empresas que correm o risco de não sobreviver à crise. Não faz qualquer sentido pedir aos trabalhadores que permaneçam nas empresas, ou pagar-lhes os salários com dinheiros públicos, se, mais tarde, essas empresas vierem a falir. Deve ser dada aos trabalhadores a oportunidade de iniciarem uma formação adicional ou diferente da que têm, ou de mudarem para empresas com possibilidades de sobrevivência. No que respeita à indústria automóvel, creio que demos muito pouca importância ao desenvolvimento de novos tipos de automóveis completamente diferentes – automóveis a hidrogénio, automóveis eléctricos a baterias e automóveis a pilhas de combustível. Creio que uma grande proporção dos trabalhadores poderia ser transferida para esses sectores, onde, dentro de 10 anos, continuariam a ter um emprego.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que apresente um breve resumo da perspectiva do Conselho e da Presidência checa.

(CS) Creio que atingimos agora uma espécie de ponto intermédio da Presidência checa e gostaria de agradecer àqueles de entre vós – e não são poucos – que manifestaram apreço pelo trabalho que desenvolvemos até à data. As manifestações de respeito pelo trabalho constante – sete dias por semana e vinte horas por dia – e pelos resultados alcançados no Conselho Europeu da semana passada são, claramente, motivo de satisfação. As decisões aí tomadas foram essenciais e importantes. Gostaria de dizer umas palavras àqueles de vós que têm dúvidas e perguntas específicas. Dêem tempo para que as medidas e decisões tomadas funcionem, permitam que demonstrem a sua eficácia quando forem aplicadas, porque acredito firmemente que têm

pontos fortes, que têm alcance e que darão dividendos numa altura em que nos debatemos com a pior crise económica que jamais atingiu a União Europeia.

As actuais decisões relativas à atribuição de cinco mil milhões de euros para projectos estratégicos no domínio da energia e para a Internet de banda larga são importantes. São importantes no contexto da crise do gás, porque estamos a demonstrar que a UE tem capacidade para agir com celeridade e responder às necessidades de muitos países europeus. A decisão sobre a atribuição de 25 mil milhões de euros para aumentar o limite de assistência aos países da UE que enfrentam dificuldades é também extremamente importante. A decisão sobre a atribuição de 75 mil milhões de euros, que será apresentada na Cimeira do G20, em Londres, é igualmente um claro sinal de que a UE está preparada para assumir a sua quota-parte de responsabilidade no respeito à reforma das instituições financeiras mundiais. Gostaria igualmente de salientar algo que já foi referido por alguns de vós, fora do contexto da reunião do Conselho Europeu, ou seja, o trabalho intensivo desenvolvido ao longo das últimas semanas no que respeita a várias propostas legislativas. Isso não aconteceu por acaso, graças ao trabalho constante desenvolvido pelo Conselho sob a orientação da Presidência checa, conseguimos, durante os trilogos, chegar a acordo sobre propostas de reforma essenciais. O pacote da energia, no que respeita ao mercado interno do gás e da electricidade, o pacote da aviação, no que respeita ao Céu Único Europeu, o pacote rodoviário, no que respeita à modernização do acesso ao mercado dos transportes rodoviários, incluindo a delicada questão da cabotagem, o regulamento relativo ao *roaming* e, por último, o pacote dos pesticidas, poderão ser os resultados concretos do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois ou três meses. Gostaria igualmente de aqui agradecer ao Parlamento Europeu, dado que se tratou de um esforço conjunto da Presidência checa, da Comissão e do Parlamento Europeu.

Outro exemplo: há já dez anos que as negociações relativas à redução das taxas do IVA, para alguns sectores que envolvem trabalho manual extremamente exigente ou uma grande proporção de trabalho manual, se arrastam sem quaisquer resultados. Só sob a orientação do Ministro das Finanças checo no Conselho Ecofin se chegou finalmente a um acordo, confirmado no Conselho Europeu. Muitos de vós interrogam-se sobre como resolveremos o problema do desemprego. Gostaria de salientar, uma vez mais, aquilo que o nosso Primeiro-Ministro já aqui afirmou: existe um acordo entre a Presidência e a Comissão e, a 7 de Maio, terá lugar uma cimeira do emprego nos moldes acordados no Conselho Europeu. Na cimeira serão apresentadas medidas concretas para o Conselho Europeu a realizar em Junho. O que significa que haverá mais conversações.

Muitos dos vossos comentários diziam respeito à questão da abertura da UE. Gostaria de salientar que, durante a nossa Presidência, por ocasião do quinto aniversário do grande alargamento da UE, foi realizada em Praga uma conferência intitulada “A UE cinco anos após o Alargamento” que contou com a cooperação da Comissão Europeia. Essa conferência demonstrou claramente – através de números reais reunidos por peritos em economia – que o alargamento foi talvez o mais bem sucedido projecto de sempre na história moderna da UE e que estes cinco anos provam claramente que o alargamento beneficiou tanto os antigos Estados-Membros como os novos.

A respeito da Parceria Oriental: foi acordada uma declaração de que a cimeira fundadora será realizada no dia 7 de Maio e estamos a desenvolver trabalho com os seus futuro membros, nomeadamente a Ucrânia, no sentido de a tornar num verdadeiro sucesso para a UE. Por último, outro exemplo de trabalho de sucesso é a conferência de segunda-feira sobre a infra-estrutura de gás, que foi possível graças à Comissão Europeia em Bruxelas e que resultou numa declaração sobre a modernização da infra-estrutura de gás da Ucrânia com o intuito de impedir a futura repetição de uma crise como a de Janeiro deste ano.

Gostaria de tranquilizar aqueles de vós que têm dúvidas sobre uma questão específica. De facto, temos problemas domésticos e sabemos perfeitamente quem instigou a moção de confiança. Foi o Sr. Jiří Paroubek, líder dos sociais-democratas checos. Contudo, somos um governo responsável, a situação está a ser resolvida e não há motivo para preocupação. A meio do seu mandato, a Presidência checa pode afirmar com plena segurança que a segunda metade será tão positiva e tão responsável quanto a primeira e que, quando terminar, celebraremos sem dúvida os mesmos sucessos que aqui foram hoje referidos no contexto da avaliação do trabalho desenvolvido nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. Assim, gostaria de vos tranquilizar quanto ao facto de assumirmos uma abordagem séria e responsável e de não haver quaisquer motivos de preocupação.

Presidente. – Senhor Presidente Vondra, muitos colegas agradeceram o contributo da Presidência checa. Eu próprio o fiz, no início, na presença do senhor Primeiro-Ministro Topolánek. Gostaria igualmente de agradecer o seu contributo pessoal extremamente empenhado. Queremos incentivá-lo a continuar a trabalhar, como acabou de referir, para que a Presidência checa seja tão bem sucedida na segunda metade do seu mandato quanto foi na primeira. Desejo-lhe sorte na continuação do seu trabalho.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, permita-me sublinhar uma vez mais a excelente cooperação mantida com a Presidência checa. A Presidência checa está a fazer um grande esforço em prol da Europa, numa situação de grande dificuldade, e creio que merece o nosso pleno apoio.

Permitam-me concluir. Constató que, sempre que chego à conclusão, todos se aproximam para ouvir!

(Risos)

Permitam-me concluir saudando o vasto apoio pelos resultados do Conselho Europeu. Embora não exista unanimidade, creio ser justo afirmar que, no essencial, a importância deste conjunto de conclusões foi reconhecida, e sinto-me encorajado pelo que considero ser um sentimento de empenho partilhado pelas três instituições – o Parlamento, o Conselho e a Comissão – no sentido de unir forças para que a Europa ultrapasse a crise.

Podemos estar orgulhosos das decisões tomadas, mas não deve haver espaço para complacência. É necessário fazer mais e devemos manter a concentração, mas venceremos, e, se mostrarmos a nossa confiança, estes esforços serão bem sucedidos.

Confiança tem de ser a palavra-chave: confiança na nossa capacidade de cumprir o que prometemos, confiança na acção e na execução, e como referi antes, execução e não gesticulação. Francamente, não acredito que a confiança aumente com o anúncio de um novo plano todos os meses ou todas as semanas. A confiança aumentará se nos concentrarmos na execução do que foi acordado colectivamente e na coordenação eficaz destes esforços.

É necessária confiança na nossa capacidade de execução da agenda regulamentar: sem um modelo regulamentar não será possível fomentar confiança no facto de a mudança ter efeitos duradouros.

É necessária confiança na pertinência e na solidez da zona euro e na nossa capacidade de mobilizar o apoio necessário a todos os Estados-Membros que dele precisem, quer façam parte ou não da zona euro.

É igualmente necessária confiança no nosso compromisso comum de preservarmos um modelo específico de economia social de mercado e na agenda de longo prazo para uma economia de baixo carbono. Acredito sinceramente que não é com discursos derrotistas e uma espécie de complexo de inferioridade em relação aos Estados Unidos da América que seremos bem sucedidos.

Na verdade, constato que actualmente os americanos se estão a aproximar daquilo que têm sido posições tradicionalmente europeias. Os americanos estão a aproximar-se da nossa posição relativamente à luta contra as alterações climáticas, e saudamos esse facto. Os americanos estão a começar a aceitar a necessidade de reforçar o sistema de segurança social.

Assim, não acredito realmente que o debate que por vezes oiço – que sugere que os americanos e os europeus enfrentam a crise com base em abordagens muito diferentes – seja um debate útil. Pelo contrário, estamos a assistir a uma convergência crescente entre a Europa e os Estados Unidos e, assim o esperamos, outros países – dado que isto não diz respeito apenas aos europeus e aos americanos – e é por esse motivo que estou confiante num resultado positivo a nível da Cimeira do G20.

Acredito ser importante acreditar que é connosco, e não com terceiros, que iremos resolver a situação. É importante ter confiança naquilo que são os instrumentos europeus e, com a nossa acção concertada no que respeita ao combate à recessão, esta Europa alargada estará em posição de responder às mais importantes preocupações dos nossos cidadãos, incluindo, obviamente, aquela que é a minha principal preocupação, ou seja, o desemprego crescente.

Em conclusão, é por esse motivo que considero devermos tirar partido do que já foi acordado e concentrarmo-nos agora na execução, com base numa coordenação sólida e num forte empenho na obtenção de resultados concretos.

(Aplausos)

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Quero expressar o meu apoio às decisões adoptadas na recente cimeira da União Europeia realizada em Bruxelas. Saúdo especialmente a decisão de aumentar o

fundo de emergência de 25 mil milhões de euros para 50 mil milhões de euros. Trata-se de um fundo criado especialmente para os Estados-Membros da Europa Central que enfrentam uma crise a nível da balança de pagamentos.

Baseando-se nas medidas adoptadas para proteger os Estados da zona euro contra a crise mundial, esta decisão é uma prova concreta da solidariedade da UE e da sua capacidade para ajudar os Estados que não pertencem à zona euro a ultrapassar a crise económica. Devido ao forte desequilíbrio das suas contas correntes que actualmente enfrenta e devido à impossibilidade de obter novos empréstimos junto de credores estrangeiros, a Roménia foi, depois da Hungria e da Letónia, o terceiro Estado-Membro da UE a recorrer ao fundo de emergência.

As instituições europeias têm o dever de ir ao encontro das expectativas dos cidadãos europeus, profundamente afectados pela crise. Só a solidariedade europeia, a cooperação transatlântica e a adopção de medidas eficazes poderão ajudar a ultrapassar a crise mundial.

Genowefa Grabowska (PSE), por escrito. – (PL) O meu país, a Polónia, tem especial interesse na boa gestão do novo programa europeu de Parceria Oriental. Diz respeito aos países nossos vizinhos, incluindo os mais próximos, como a Bielorrússia, a Ucrânia e a Moldávia, e também os mais distantes, como a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia.

Creio que o programa contribuirá para consolidar a política externa da União Europeia, para concretizar uma verdadeira integração económica entre a UE e os seus parceiros orientais e para garantir uma cooperação baseada não só nos princípios da economia de mercado mas também no respeito por valores comuns, como a democracia, a lei e a ordem e o respeito pelos direitos humanos. Afinal, temos objectivos específicos comuns: criar zonas de comércio livre, promover a mobilidade dos cidadãos de países nossos parceiros, melhorar as competências administrativas, bem como cooperar a nível da segurança no domínio da energia e, sobretudo, do fornecimento e do trânsito de energia.

Assim, temos uma perspectiva clara da parceira por parte da União Europeia. Agora aguardamos uma resposta dos seis países que têm um interesse directo no programa. Gostaria de expressar a esperança de que, no dia 7 de Maio deste ano, o Conselho inicie oficialmente este processo, que é tão importante para a UE como para os cidadãos de todos os países participantes.

András Gyürk (PPE-DE), por escrito. – (HU) O facto de a União Europeia ter reservado 3,5 mil milhões de euros do pacote de estímulo à economia para investimentos importantes no domínio da energia constituiu uma evolução positiva. Considero tratar-se de um passo importante para uma política comum no domínio da energia. A lista final dos projectos financiados indica claramente que, após a crise do gás no mês de Janeiro, a Comissão Europeia e os Estados-Membros perceberam por fim as vantagens de unir as redes. Em primeiro lugar, a consolidação das ligações é importante porque permite que os Estados-Membros se ajudem, mútua e rapidamente, em caso de interrupção do fornecimento.

Gostaria igualmente de chamar a atenção para o facto de haver contradições em torno da lista final dos investimentos que serão financiados. Antes de mais, o princípio do equilíbrio regional foi afectado. Isto porque são precisamente os Estados-Membros mais afectados pela crise do gás do mês de Janeiro que receberão menos financiamento. Em segundo lugar, proporcionalmente à totalidade do pacote de estímulo à economia, a consolidação de rotas de fornecimento alternativas conta com um financiamento relativamente reduzido. Creio que os debates em torno da questão do gasoduto Nabucco foram desadequados. Esse gasoduto contribuiria para consolidar a segurança energética de toda a União Europeia e, assim, a sua construção é do interesse comum. Por último, mas não menos importante, os investimentos relativos à eficiência energética não constam da lista de investimentos a financiar. A UE está, assim, a desviar-se do objectivo inicial do pacote, nomeadamente a criação de empregos.

Pelos motivos expostos, a posição do Parlamento Europeu tem de conferir um papel mais importante quer ao princípio do equilíbrio regional quer a rotas de fornecimento alternativas e a investimentos energeticamente eficientes.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) A decisão do Conselho Europeu sobre a atribuição de financiamentos para o gasoduto Nabucco e a classificação deste como projecto prioritário no domínio da energia são soluções adequadas e oportunas para a resolução deste problema.

Antes da reunião do Conselho, apresentámos uma proposta de resolução destinada a chamar a atenção para o perigo decorrente da reduzir o financiamento do gasoduto Nabucco. Temos de estar conscientes de que

o projecto do gasoduto Nabucco tem uma importância estratégica para a segurança do fornecimento de gás no âmbito da Europa, dado que é o único projecto que garante a diversificação dos fornecedores e das rotas de fornecimento.

Esko Seppänen (GUE/NGL), por escrito. – (FI) As decisões tomadas na cimeira da EU incluíram a alteração da natureza da cimeira extraordinária sobre diálogo social, a realizar esta Primavera, de modo a que os dirigentes da UE fossem representados apenas pela Tróica da Presidência em vez de serem representados pelos dirigentes de todos os Estados-Membros. Creio que essa decisão é indicativa da apatia sentida a respeito do futuro de uma Europa social, de uma forma inaceitável para as organizações do mercado de trabalho que se prepararam para a reunião. Espera-se que a reunião conte com a participação do maior número possível de Chefes de Estado e de Governo.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) O debate no Parlamento Europeu confirma que as forças políticas que apoiam o capital e a via de sentido único europeia defendem reestruturações capitalistas mais rápidas e contratos de trabalho mais flexíveis no âmbito da Estratégia de Lisboa e da conclusão do mercado interno. Promovem a escolha estratégica de capital e defendem que a UE transfira o fardo da crise para os trabalhadores.

Sob o pretexto de reduzir os défices, o Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade são a rampa de lançamento para um ataque generalizado aos direitos laborais e aos rendimentos das famílias da classe trabalhadora. As decisões adoptadas recentemente pela Comissão, relativamente a cortes nas despesas permanentes, terão consequências desastrosas a nível dos cuidados de saúde públicos e dos direitos dos trabalhadores em matéria de seguros e de pensões, o que, aliado à exigência de aumento dos impostos, reduzirá drasticamente o nível de vida das classes trabalhadoras.

As soluções propostas para sair da crise e criar uma “economia verde”, nomeadamente a energia, as redes de banda larga e a inovação, têm por objectivo o acesso das grandes empresas a novos sectores rentáveis e não a protecção do ambiente e a satisfação das necessidades das classes trabalhadoras.

Os trabalhadores não devem aceitar quaisquer sacrifícios em prol do lucro da plutocracia, devendo antes contra-atacar, organizar a sua luta, condenar os partidos que apoiam Maastricht e a via de sentido único europeia e transmitir uma mensagem de desobediência à União Europeia através do apoio ao Partido Comunista Grego nas eleições europeias de Junho.

PRESIDÊNCIA: DIANA WALLIS

Vice-Presidente

Jean-Marie Le Pen (NI). – (FR) Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, o nosso colega senhor deputado Schulz, presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, pretende que o Regimento desta Assembleia seja alterado, sob o pretexto de eu poder ser o deputado mais velho no próximo Parlamento. Contudo, para apoiar o seu...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Essa questão não é um ponto de ordem.

Jean-Marie Le Pen (NI). – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nesta ocasião, o senhor deputado Schulz fez algumas afirmações difamatórias e acusou-me do crime de blasfémia. Gostaria de dizer que esse argumento não tem fundamento e que eu apenas afirmei que as câmaras de gás eram um mero pormenor da história da guerra mundial, o que é um facto.

(Reacções diversas)

Gostaria de salientar que, nesta ocasião, Senhora Presidente, fui multado e paguei uma indemnização de 200 000 euros, o que apenas prova o estado em que se encontra a liberdade de opinião e a liberdade de expressão na Europa e em França. Os nossos protestos não ocultarão a vossa responsabilidade na crise, a crise do euro-internacionalismo, de que os senhores são defensores. Permita-me, portanto, que me expresse.

Senhora Presidente, solicito que o presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu peça desculpas por ter feito uma acusação falsa.

Martin Schulz (PSE). – (DE) Senhora Presidente, a questão é muito simples. Todos aqueles que não querem que este homem presida à sessão de abertura formal do Parlamento Europeu devem apoiar a minha proposta de alteração ao Regimento.

(Aplausos)

3. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

3.1. Instruções Consulares Comuns: dados biométricos e pedidos de visto (A6-0143/2009, Sarah Ludford) (votação)

3.2. Garantia da Comunidade ao BEI (A6-0109/2009, Esko Seppänen) (votação)

3.3. Desempenho e viabilidade do sistema aeronáutico europeu (A6-0002/2009, Marian-Jean Marinescu) (votação)

– Antes da votação:

Marian-Jean Marinescu, relator. – (RO) O Parlamento chegou a acordo com o Conselho e esse acordo conta com o apoio de cinco grupos políticos. Refiro-me aos dois relatórios que se seguem.

Em virtude das alterações apresentadas por dois dos nossos colegas – a propósito, o conteúdo dessas alterações já foi incluído no compromisso acordado com o Conselho – há vários artigos que serão hoje sujeitos a votação.

Regras que considero incorrectas implicam que a ordem de votação inclui, no que respeita a alguns artigos, primeiro o texto da Comissão dos Transportes e do Turismo e, seguidamente, o texto de compromisso. Gostaria de solicitar que votássemos hoje no texto de compromisso – dado que conta com o apoio dos cinco grupos políticos – para que os dois regulamentos entrem em vigor até ao fim desta legislatura.

Presidente. – Agradeço as suas observações. Chegaremos, efectivamente, ao ponto que pretende seguindo a lista de votação e votando as alterações.

3.4. Aeródromos, gestão do tráfego aéreo e serviços de navegação aérea (A6-0515/2008, Marian-Jean Marinescu) (votação)

3.5. Novos alimentos (A6-0512/2008, Kartika Tamara Liotard) (votação)

3.6. Substâncias que empobrecem a camada de ozono (reformulação) (A6-0045/2009, Johannes Blokland) (votação)

3.7. Instrumento de gestão para a afectação de recursos orçamentais (A6-0104/2009, Kyösti Virrankoski) (votação)

3.8. Revisão intercalar do quadro financeiro para 2007-2013 (A6-0110/2009, Reimer Böge) (votação)

3.9. Acordo de parceria Cariforum - CE (votação)

Antes da votação da alteração 13:

Ignasi Guardans Cambó (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, a respeito da alteração 13, a incluir depois do n.º 22, gostaria que esta alteração fosse aditada ao texto original sem o substituir. Nessa condição, poderíamos apoiá-la.

Na realidade, se me permite, esta mesma alteração é exactamente a mesma proposta apresentada pelo meu grupo aplicar-se-ia a uma alteração em quase todos os relatórios que têm de ser votados. Não sei se me é permitido ler uma lista dessas alterações, ou se pretende que intervenha em cada caso exactamente com o mesmo pedido. Deixo isso à sua consideração.

Presidente. – Senhor Deputado Guardans Cambó, vamos considerar isto como um teste. Tenho de perguntar a quem propôs a alteração se está de acordo com o aditamento por si proposta.

Caroline Lucas (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, a resposta é afirmativa.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

– Antes da votação da alteração 2:

Ignasi Guardans Cambó (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, tenho uma alteração oral à alteração 2, nomeadamente a supressão da última frase por motivos de exactidão, dado que deixou de ser exacta. Suprimiríamos a frase “considera que este acompanhamento deve ter início após a adopção de cada APE provisório”. Neste caso, isto não se aplica. Este APE é completo e não provisório, portanto, por motivos de veracidade factual, gostaríamos que esta frase fosse suprimida.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

3.10. Acordo de Parceria Económica Intercalar CE - Costa do Marfim (votação)

3.11. Acordo de Parceria Económica de etapa CE - Gana (votação)

3.12. Acordo de Parceria Económica Provisório CE - Estados do Pacífico (votação)

Antes da votação da alteração 8:

Glyn Ford (PSE). – (EN) Senhora Presidente, para poupar tempo, os socialistas estão dispostos a aceitar as alterações 8 e 10 como inclusões, mas votaremos contra se não forem aceites como tal pelo Grupo PPE-DE.

Jean-Pierre Audy (PPE-DE). – (FR) Aceito a inclusão.

(O Parlamento aprova a proposta)

– Antes da votação da alteração 19:

Jean-Pierre Audy (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, relativamente ao n.º 39, a alteração de compromisso 19 seria aceitável para o nosso grupo se, no que respeita aos agentes não estatais, pudéssemos incluir a expressão “a participação”. Isto resultaria na seguinte alteração: “39-A. Acentua, em particular, o papel crucial dos parlamentos ACP e a participação dos agentes não estatais na monitorização e gestão dos APE...”; o resto da frase manter-se-ia inalterado.

Julgo que o relator, o senhor deputado Ford, está de acordo.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

3.13. Acordo de Parceria Económica Provisório CE - Estados do APE SADC (votação)

– Antes da votação da alteração 13:

Kader Arif (PSE). – (FR) Senhora Presidente, se a alteração 4 foi um aditamento, então as alterações 14 e 8 não deviam caducar e, assim, devíamos ter votado nelas.

Presidente. – O sentimento geral é que a alteração com a inclusão abrange a totalidade do texto. Se pretendem realmente a votação do texto original, podemos voltar atrás, mas creio que, na generalidade, estamos inclinados a prosseguir.

Robert Sturdy (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, podemos prosseguir. Creio que a questão foi resolvida.

Presidente. – Prosseguiremos, então.

3.14. Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral - CE (votação)

3.15. Acordo de Parceria Económica CE - Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental (votação)

3.16. Acordo de Parceria Económica de etapa CE - África Central (votação)

3.17. Acordo de Parceria Económica CE-CARIFORUM (A6-0117/2009, David Martin) (votação)

– Antes da votação:

David Martin, relator. – (EN) Senhora Presidente, sei quão importante os almoços são para os senhores deputados – ou talvez seja o contrário, não tenho a certeza – mas gostaria de fazer uma breve intervenção.

Na segunda-feira houve um debate extremamente importante sobre se podemos ou não expressar um parecer favorável relativamente ao Cariforum. A Comissão e o Conselho – e é importante que ambas as instituições tenham assumido estes compromissos – prometeram-nos que, relativamente às promessas de ajuda, cumpririam o acordado no que respeita à qualidade da ajuda e que o fariam oportunamente. Garantiram-nos que nenhum dos pontos do APE afectaria o acesso a medicamentos por parte dos países das Caraíbas. Garantiram-nos que a aplicação da cláusula da nação mais favorecida não afectaria, de forma alguma, o comércio Sul-Sul, e que a revisão a realizar de cinco em cinco anos, começando no final da primeira frase deste APE, seria uma revisão genuína que teria em conta os objectivos de desenvolvimento.

Com bases nestas promessas – e, obviamente, na condição de que sejam agora transcritas para a acta deste Parlamento e de que tanto o Conselho como a Comissão prometam honrar e cumprir este compromissos – creio que esta Assembleia pode hoje, com uma enorme maioria, dar um parecer favorável ao APE UE-Caraíbas.

Gostaria de agradecer à senhora Comissária Ashton a sua imensa cooperação a este respeito, bem como a flexibilidade e o empenho por ela demonstrados. O facto de estar presente nesta votação diz muito sobre ela. Esta votação foi agendada para terça-feira. Sei que a senhora Comissária faltou a compromissos importantes para poder estar hoje aqui presente e que assumiu compromissos essenciais para com este Parlamento. Quero agradecer a cooperação da Comissão e pedir aos senhores deputados que votem a favor do parecer favorável.

Helmuth Markov (GUE/NGL). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, trata-se de um ponto de ordem. Gostaria de ler uma passagem da carta que me foi enviada, na qualidade de presidente da Comissão do Comércio Internacional, pelo senhor Presidente Pöttering. Não temam, não procederei à leitura integral da carta.

– “A interpretação do artigo 47.º pela AFCO, a que o senhor se refere, foi anunciada na sessão parlamentar de 18 de Fevereiro de 2009, e, na ausência de objecções, foi considerada adoptada. [...] As propostas relativas aos dois APE [i.e. os relatórios apresentados pelos senhores deputados David Martin e Erika Mann] foram formalmente anunciadas e transmitidas à sua comissão [i.e. a Comissão do Comércio Internacional] apenas na sessão de 19 de Fevereiro de 2009. No contexto da interpretação supracitada, deixará de ser possível aplicar o artigo 47.º no que respeita a estes dois procedimentos ou a quaisquer outros procedimentos futuros.”

(DE) Assim, é necessário suprimir todas as referências ao artigo 47.º constantes de documentos oficiais. Isto respeita tanto à página de rosto do documento como ao índice, à página de parecer e à página de processo, a última página da Comissão do Comércio Internacional. Gostaria que isto ficasse registado em acta.

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Markov. Na verdade, tive de informar a Assembleia da existência de uma errata a todas as versões linguísticas deste relatório, que suprime a referência ao artigo 47.º. Assim, a questão que referiu será resolvida. Visto que parece estarmos de acordo, podemos prosseguir.

3.18. Acordo de Parceria Económica de etapa CE - Costa do Marfim (A6-0144/2009, Erika Mann) (votação)

– *Antes da votação:*

Erika Mann, relatora. – (EN) Senhora Presidente, serei muito breve. Gostaria apenas de agradecer aos meus colegas e de recomendar a votação a favor do parecer favorável. Contudo, gostaria muito que o senhor Comissário Ashton confirmasse novamente as questões que apresentámos durante o debate de segunda-feira – especificamente, Senhor Comissário, o facto de se ter comprometido a conceder à Costa do Marfim as mesmas preferências que já tinha aceite para a SADC. Está a acenar em confirmação – excelente! Muito obrigada.

Presidente. – Estamos de acordo, portanto continuaremos com a votação.

3.19. Relatórios anuais do BEI e do BERD para 2007 (A6-0135/2009, Gay Mitchell) (votação)

3.20. Futuro da indústria automóvel (votação)

– *Antes da votação final:*

Martin Schulz (PSE). – (DE) Senhora Presidente, refiro-me ao artigo 146.º do Regimento e agradeço que me tenha dado a palavra. Peço aos meus colegas da República Federal da Alemanha, em especial, que me perdoem ter pedido a palavra nesta altura.

No início desta votação, o senhor Jean-Marie Le Pen usou da palavra. Na sua intervenção, o senhor Jean-Marie Le Pen reafirmou que a existência de câmaras de gás em Auschwitz era um pormenor da história mundial. Fazendo referência ao artigo 146.º do Regimento, que descreve a forma como os membros desta Assembleia se devem comportar nela, solicito ao Secretariado do Parlamento que verifique se tal afirmação é admissível numa assembleia de deputados que se rege por um espírito de reconciliação, compreensão e respeito pelas vítimas, em especial pelas vítimas do fascismo de Hitler. Agradecia que o Secretariado do Parlamento nos aconselhasse quanto às medidas necessárias.

(Aplausos)

Joseph Daul (PPE-DE). – (FR) Por favor, mostrem algum respeito pelas vítimas que morreram em Auschwitz e noutros campos. Ainda nos restam dois minutos. Mostrem algum respeito.

Quero apenas dizer que concordo inteiramente com o senhor deputado Schulz e que considero despropositado o que hoje ouvimos nesta assembleia.

(Aplausos)

– *Após a votação final:*

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhora Wallis, considero extremamente lamentável que tenha dado a palavra aos senhores deputados Daul e Schulz, mas que não ma tenha dado a mim. É verdade que testemunhou, num relatório, ser perita na interpretação do Regimento com base em dois pesos e duas medidas.

Assim, em conformidade com a afirmação do senhor deputado Schulz, gostaria de propor que mudássemos o nome do edifício Winston Churchill dado que, nos 12 volumes de memórias dedicadas à história da Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill não escreveu uma única linha sobre a história das câmaras de gás.

4. Declarações de voto

Declarações de voto orais

- Relatório: Sarah Ludford (A6-0143/2009)

Daniel Hannan (NI). – (EN) Senhora Presidente, fronteiras externas definidas são o atributo essencial da condição de nação. Todas as outras funções podem ser devolvidas à administração local, ou mesmo delegadas em associações internacionais, mas um Estado que já não decida quem pode atravessar as suas fronteiras ou instalar-se no seu território, nem sequer é um Estado.

Os eurofederalistas, incluindo a autora deste relatório, a ilustre Baronesa Sarah Ludford, estão bem cientes deste aspecto; aliás é essa a razão pela qual nos últimos cinco anos o seu principal desígnio tem sido a harmonização da justiça e dos assuntos internos. Sob o magnífico título orwelliano de "espaço de liberdade, segurança e justiça", tão ao estilo do Ministro da Verdade, harmonizaram a imigração e o asilo, criaram um procurador público europeu, uma magistratura pan-europeia, um sistema único de justiça penal e até mesmo, na Europol, uma força policial comum. Como é óbvio, do seu ponto de vista – o ponto de vista daqueles que pretendem um Estado europeu único – tudo isto é lógico, mas quem me dera que tivessem a coragem e a delicadeza de perguntar primeiro às pessoas e levar o Tratado de Lisboa a votos. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

*
* *

Alexander Alvaro (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, peço à Senhora Presidente do Parlamento que considere a hipótese, apesar das palavras do senhor deputado Martin Schulz, de seguirmos Voltaire, em especial porque pertença a um grupo liberal: mesmo que não partilhe uma vírgula daquilo que a pessoa disse, considero que tem o direito de exprimir o seu ponto de vista – como, aliás, os dois tiveram. Acredito na igualdade de tratamento, e conseguimos lidar com uma opinião. Não devemos cercear a liberdade de expressão sobre esta matéria, mesmo que não concordemos de todo com o que ele tem para dizer.

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Alexander Alvaro. Deixei bem claro que era minha intenção dar a palavra ao senhor deputado Bruno Gollnisch, mas quis concluir a votação.

- Relatório: Esko Seppänen (A6-0109/2009)

Daniel Hannan (NI). – (EN) Senhora Presidente, acabámos de votar a duplicação do capital do Banco Europeu de Investimento. Vale a pena darmos um passo atrás e perguntarmo-nos "Para que serve o Banco Europeu de Investimento?". Em teoria, existe para conceder empréstimos a taxas reduzidas a empresas em dificuldades, mas quem são, na verdade, os seus destinatários?

Na década de 1990, o maior beneficiário da generosidade do BEI no Reino Unido foi a British Airways, que dificilmente pode ser considerada uma pequena empresa com margens de lucro reduzidas. Aliás, não posso deixar de referir, que ao longo desse período, a British Airways foi também um dos grandes patrocinadores da campanha de adesão da Grã-Bretanha ao euro.

Dou um passo atrás e volto a perguntar: qual é a finalidade do Banco Europeu de Investimento? Creio que a resposta a esta pergunta é que a finalidade do BEI é dar emprego aos seus funcionários. Tornou-se parte da fraude de Bruxelas, este imenso mecanismo para tirar dinheiro aos contribuintes e distribuí-lo pelos que têm a sorte de conseguir um emprego no sistema. É possível que a UE já tenha sido um projecto idealista – ou, pelo menos, ideológico –, mas há muito que se tornou um modo cómodo de ganhar a vida, razão pela qual é tão incrivelmente difícil de erradicar.

- Relatório: Marian-Jean Marinescu (A6-0002/2009)

Michl Ebner (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, gostaria de dizer ao senhor deputado Daniel Hannan que o Banco Central Europeu também se revelou positivo na medida em que não tivemos uma desvalorização da moeda semelhante à que infelizmente se registou na libra britânica nos últimos meses. É talvez um sinal para que ele reconsidere a sua posição.

Em relação ao relatório Marinescu, votei expressamente a favor do relatório. Creio que os blocos de espaço aéreo funcionais são a resposta certa aos desafios actuais. Já vêm tarde, mas mais vale tarde que nunca. Proporcionam uma importante vantagem para a redução de filas de espera e corredores congestionados, trarão benefícios para o ambiente e contribuirão para evitar o agravamento dos custos do transporte aéreo. Por este motivo, creio que os serviços de navegação aérea irão fazer um bom trabalho neste domínio.

- Relatório: Marian-Jean Marinescu (A6-0515/2009)

Michl Ebner (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, aproveito esta oportunidade não só para esclarecer que votei a favor, mas também expor uma situação que me preocupa bastante, nomeadamente o problema da tributação do combustível para a aviação. Esta matéria ainda é regulada com base na Convenção de Chicago de 1944. Não consigo compreender porque ainda estamos sujeitos a este regulamento e por que motivo os Estados Unidos nos estão a forçar a algo nesta matéria ou não nos permitem alterar uma coisa que já devia ter sido alterada há muito tempo, pois não é justo que o combustível para os automóveis, meios de transporte, etc. esteja sujeito a tributação e o combustível para a aviação não esteja. Constitui uma distorção da concorrência e poderíamos criar um imposto sobre o combustível para a aviação, a fim de melhorar a concorrência na União a 27, pelo menos numa fase transitória.

- Relatório: Kartika Tamara Liotard (A6-0512/2009)

Anja Weisgerber (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, o regulamento relativo aos novos alimentos vem harmonizar a aprovação e o uso destes novos alimentos e ingredientes na União Europeia. É um importante passo no sentido de uma garantia abrangente da segurança alimentar. Sem este regulamento, não teríamos qualquer controlo sobre as aprovações nem quaisquer restrições às mesmas. Neste regulamento, garantimos a existência de critérios rigorosos que servem a protecção dos consumidores. Ao conceder as aprovações, a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos terá a responsabilidade máxima no que respeita à segurança dos novos alimentos e, assim, proporcionará uma harmonização em toda a Europa.

Além das preocupações de segurança, as preocupações éticas respeitantes aos novos alimentos também são muito importantes. Nelas se incluem a questão de evitar os ensaios em animais ou o uso de alimentos clonados. Saúdo, por isso, o facto de estes aspectos serem tomados em conta no processo de aprovação. Pretendíamos que o parecer do Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias fosse tido em conta nos casos em que existissem reservas de carácter ético.

Estou satisfeita por ver que esta pretensão foi atendida e, por conseguinte, pude votar a favor do relatório no seu conjunto.

- Relatório: Reimer Böge (A6-0110/2009)

Antonio Masip Hidalgo (PSE). – (ES) Senhora Presidente, aproveitando o facto de estarmos a falar sobre o orçamento, creio que nos devemos preparar para que, no próximo ano, se negocie a continuação das ajudas ao carvão, que é uma fonte de energia interna imprescindível.

Digo isto com a devida antecipação, pois algum alto funcionário permitiu-se, de forma impropriedade, manifestar a sua opinião em sentido contrário, veiculando-a a uma publicação económica e, assim, causou confusão na opinião pública.

Nada disso. Após 2012, é necessário continuar a apoiar o carvão do meu país e quero que esse facto conste do relato da sessão parlamentar. Limitem-se, Senhores Funcionários, a executar o plano em vigor e, a partir de 2012, o instrumento que começaremos a negociar com o sector no ano que vem.

Mario Borghezio (UEN). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Parlamento Europeu, na qualidade de autoridade orçamental, deve contribuir com as suas avaliações para a revisão do Quadro Financeiro 2007-2013.

Tomo a liberdade de pedir a atenção do relator, mas também da Presidência, e sobretudo da Presidência, para que se esclareça uma questão que começa a declarar-se: a do défice – não sei se total ou parcial – do fundo de pensões complementares de regime voluntário dos eurodeputados.

É ou não verdade que faltam fundos, que foram feitos investimentos em fundos luxemburgueses, sabe Deus quais? É ou não verdade que os organismos responsáveis pelo fundo, que deveriam ser controlados pelo Parlamento Europeu, investiram em fundos que estão envolvidos na indecência financeira de que estamos a tratar?

Espero que não, mas o que me preocupa não é a minha pensão ou a dos meus colegas deputados; preocupa-me é que os contribuintes europeus venham a ser obrigados, no futuro, através do Parlamento Europeu, a requerer fundos suplementares à União Europeia para colmatar um défice que devia ser pago por quem provocou esta situação, e cuja responsabilidade devia ser exigida. Somos um órgão de controlo, começamos então por

nos controlar a nós próprios e às nossas actividades, bem como os fundos pagos pelo Parlamento Europeu e pelos eurodeputados.

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, é sempre um prazer estar na sua presença durante as declarações de voto. Qualquer dia começam a correr boatos.

A actual crise financeira acentuou os problemas inerentes aos longos períodos de vigência dos quadros financeiros. Há alguns anos, quem teria imaginado a dimensão do problema causado pela contracção do crédito e as suas consequências? Creio que esta revisão constitui uma grande oportunidade para esta Câmara e põe a nu um problema. Na verdade, é um problema que nós próprios criámos.

Existe actualmente uma indústria que foi construída em Bruxelas. Não é uma indústria transformadora, embora crie alguns empregos. É uma indústria liderada por membros de lóbis e, em especial, pelas ONG. É um negócio deveras sinistro. Basicamente, alimenta-se a si próprio. A Comissão consulta as ONG sobre um assunto, as ONG reivindicam acção e exercem pressão sobre os deputados ao Parlamento Europeu, para estes darem o seu apoio político a essa reivindicação; a Comissão lança um programa nesse domínio e – já devem ter adivinhado! – as ONG que aconselharam a Comissão em relação à necessidade do programa apresentam propostas para gerirem o programa. Foi uma oportunidade desperdiçada, pois podíamos ter deixado claro que isto não se iria repetir no futuro.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, o relatório Böge é um grande apelo ao reforço do financiamento da União Europeia, o que obviamente não constitui uma grande surpresa. Porém, o que realmente me incomoda é estarmos de novo perante um relatório que faz uma referência explícita ao Tratado de Lisboa, um tratado que foi invalidado pelo referendo na Irlanda. Assim, dado que os Irlandeses se enganaram redondamente da primeira vez, irão votar novamente num referendo no Outono. Seria de esperar que o Parlamento Europeu tivesse, no mínimo, o decore de aguardar pelo veredicto dos eleitores antes de aprovar textos que fazem referência ao Tratado de Lisboa. Ainda ontem aprovámos outro relatório sobre o diálogo com os cidadãos na Europa. Bem, se realmente queremos que esse diálogo dê frutos, temos de mostrar respeito pelo veredicto dos eleitores.

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, votei contra este relatório por duas razões. Em primeiro lugar, por causa dos pedidos imprudentes e inconscientes de um reforço dos fundos para despesas inúteis da União Europeia, o que, no caso do Reino Unido, se traduz num aumento da contribuição líquida anual e agrava o nosso défice.

A segunda razão pela qual votei contra este relatório prende-se com o pressuposto da aplicação do Tratado de Lisboa, sem que seja contemplada a hipótese de o tratado poder não passar no teste de ratificação que tem pela frente. Além disso, o próprio Tratado de Lisboa faria disparar as despesas devido às novas competências e novas iniciativas, como as despesas faraónicas em políticas espaciais que poderiam ficar abrangidas pelo seu âmbito e outras políticas associadas às alterações climáticas. São estas as razões pelas quais votei contra este relatório.

Neena Gill (PSE). – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me com esta revisão do quadro financeiro, embora tenha ficado desiludida com a derrota da alteração que apelava a uma reforma radical da Política Agrícola Comum na votação de hoje. Creio que é urgente reformar o sistema de financiamento da UE e é lamentável que muitas das fontes de financiamento sejam compromissos antigos e históricos com pouco valor acrescentado.

Não damos prioridade a novos problemas que não tenham recursos suficientes. É urgente financiar programas no domínio da energia e das alterações climáticas, assim como realizar investimentos significativos em tecnologias verdes. A minha maior preocupação, contudo, é a rubrica n.º 4, que há muitos anos sofre de sub-financiamento crónico. Embora a União Europeia tenha aspirações a um papel de grande relevância a nível mundial, esse esforço é minado pela falta de recursos para atingir esses objectivos. Estou também preocupada com o facto de existir uma política de externalização de todos os programas de financiamento externo. Isso tem um efeito prejudicial sobre o papel da UE enquanto actor global nos países em desenvolvimento. Não obstante, apoiei esta revisão.

- Proposta de resolução: B6-0141/2009 (APE - Estados do Cariforum)

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, quero comentar a alteração 9 da resolução sobre o Cariforum e, na verdade, a alteração 4 da resolução sobre a Costa do Marfim. Apareceu nas seis resoluções seguintes.

A alteração solicita a supressão dos subsídios à exportação. Não pude dar o meu apoio a essa alteração, pois a nossa política na UE só prevê a sua supressão em 2013. Actualmente, a Comissão está a aumentar as restituições à exportação no sector do leite, porque o preço do leite no mercado mundial caiu abaixo do preço de produção.

A alteração refere ainda que os subsídios à exportação da UE representam um sério obstáculo para os produtores ACP nos sectores da produção agrícola, pecuária e leite.

Todos sabemos que isto é um exagero. Na verdade, se suprimíssemos imediatamente todos os tipos de subsídios à exportação, dizimaríamos a nossa própria indústria dos lacticínios e a segurança alimentar neste sector — pergunto-me se será realmente isto que o Parlamento quer.

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, antes de começar, gostaria apenas de prestar tributo ao orador anterior, o senhor deputado Jim Allister. Nem sempre concordo com os seus pontos de vista quando são vigorosamente expostos, mas devo dizer que, se fosse um eleitor da Irlanda do Norte, provavelmente diria que não há nesta Casa nenhum amigo mais fiel da Irlanda do Norte do que Jim Allister.

Em relação à votação em questão e ao acordo UE-Cariforum, creio que se deve reconhecer que, apesar das inúmeras preocupações relacionadas com o acordo, nomeadamente em termos da postura agressiva da UE na tentativa de abrir os seus mercados, ao mesmo tempo fixa um prazo para a liberalização e obriga muitos dos países caribenhos a reconhecer que têm de procurar diversificar. Há demasiado tempo que se servem do sentimento de culpa dos Britânicos e de outros antigos países colonizadores para obterem um tratamento preferencial no comércio de bananas e açúcar.

A designação de "economia de sobremesa" não é compatível com países que pretendem concorrer num mundo digital globalizado e saúdo esse aspecto do acordo de parceria económica.

Neena Gill (PSE). – (EN) Senhora Presidente, votei a favor da resolução sobre os APE, porque só através de uma parceria em condições de igualdade poderemos ajudar outros países a sentir os benefícios do progresso económico. Congratulo-me com as garantias recebidas da nova Comissária, Cathy Ashton, para aplacar os receios que os APE suscitavam em muitas pessoas. É digna de um aplauso por conseguir reunir consenso nesta matéria.

Esta resolução apresenta muitas sugestões para contrariar as disposições negativas do texto original. As cláusulas relativas aos direitos de propriedade intelectual tornarão mais fácil e seguro o acesso aos medicamentos genéricos e as sugestões de que os países devem escolher o seu próprio ritmo de desenvolvimento evitarão uma liberalização súbita e perniciosa.

A Europa deve também estabelecer parcerias com os países ACP, desde que não constituam uma ameaça de empobrecimento desses países, no plano intelectual, social ou económico. Uma missão ACP recente à Guiana demonstrou que o comércio, se for aproveitado para fins positivos, pode ter um efeito poderosíssimo, mas os acordos comerciais devem ser francos, devem ter diálogo aberto e devem basear-se no respeito mútuo.

- Proposta de resolução: B6-0148/2009 (APE – Costa do Marfim)

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, como sucede na maioria dos outros acordos de parceria económica, a abordagem da UE à abertura assimétrica dos mercados suscitou grande preocupação. No caso específico da Costa do Marfim, havia a preocupação de, na realidade, não existir um governo estável no país e subsistiam dúvidas se era possível celebrar um acordo com um país nessa posição.

Porém, mais uma vez, temos de reconhecer que a vantagem dos acordos de parceria económica reside no facto de, pela primeira vez, ser possível escutar os consumidores e os empresários desses países em vez de escutar os governos. E quando se fala com os empresários em muitos desses países, ouvimo-los dizer: "Por favor, dêem-nos acesso aos bens e serviços de que dispõem actualmente no Norte ou no Ocidente, para podermos criar riqueza, empregos e, a longo prazo, deixarmos de estar dependentes da ajuda".

Ajudar os empresários, os criadores de riqueza, nestes países é o único caminho para tirá-los da pobreza a longo prazo.

- Proposta de resolução: B6-0143/2009 (APE - Estados do Pacífico)

Martin Callanan (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, lamento que estejamos a atrasar o seu almoço com as nossas declarações de voto.

Na qualidade de presidente da Comissão de Assuntos Políticos da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, tive variadíssimas discussões com muitos destes pequenos estados periféricos e extremamente remotos do Pacífico Sul. Não foram abençoados com uma abundância de recursos naturais e são extremamente remotos e inacessíveis, razão pela qual é muito importante que facilitemos o acesso dos seus produtos aos nossos mercados e façamos com que os nossos produtos contribuam para ajudar e desenvolver os seus mercados a nível local. Devemos ter em conta a sua situação geográfica singular e adoptar medidas para mitigar a sua condição, ajudando-os a manter-se no caminho do desenvolvimento económico e a gozar da mesma prosperidade que nós.

Estes acordos de parceria económica encerram muitos aspectos positivos e foi com grande prazer que pude votar a favor do relatório.

- Proposta de resolução: B6-0142/2009 (APE - Gana)

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, em relação ao acordo com o Gana, gostaria de frisar um aspecto importante, pois ouve-se com frequência, em particular da parte dos Socialistas desta Câmara, o argumento de que não devemos apoiar a redução das pautas aduaneiras em muitos destes países.

Olhando para o exemplo do Gana, o país produz apenas 30-35% do arroz consumido pela população. Se continuarmos a apoiar as pautas aduaneiras de importação de arroz, a mensagem que estamos realmente a enviar à população muito pobre daquele país é que irão pagar mais pelos alimentos e pelos medicamentos.

Considero lamentável que os Socialistas nesta Casa continuem a apoiar as pautas aduaneiras, que tornam ainda mais pobres as populações altamente empobrecidas. Deveriam apoiar a abertura dos mercados e garantir que apoiamos os empresários e ajudamos os cidadãos pobres.

- Relatório: Gay Mitchell (A6-0135/2009)

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, quero manifestar o meu apoio ao relatório Mitchell, em especial quando o relator afirma que é necessária uma maior cooperação entre os dois bancos, a fim de evitar a sobreposição das operações. Porém, quero saudar em particular o reforço dos empréstimos às PME em 50%. Os 5 mil milhões de euros inicialmente anunciados passaram a 7,5 mil milhões de euros por ano para um período de quatro anos. O BEI indicou que estão disponíveis verbas adicionais.

É uma excelente notícia para as PME na Irlanda, pois é de esperar um investimento de 300 milhões de euros nas PME ao longo das próximas semanas. É essencial que este dinheiro chegue às PME, como foi referido numa intervenção anterior, e com a maior rapidez possível, pois as PME estão a enfrentar dificuldades e muitas delas não podem mesmo esperar.

- Proposta de resolução: RC-B6-0152/2009 (Futuro da indústria automóvel)

Martin Callanan (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, trabalhei intensivamente com a indústria automóvel quando tive a felicidade de ser o relator-sombra do relatório Sacconi sobre as emissões de CO₂ dos veículos automóveis e fiquei absolutamente convencido do imenso valor estratégico e comercial que a indústria automóvel tem para a Europa. Digo isto a nível particular, pois represento o nordeste de Inglaterra, onde existe uma grande fábrica da Nissan em Washington, em Tyne and Wear, que é a fábrica de automóveis mais produtiva e eficiente da Europa.

Porém, ao longo da última década, a indústria automóvel tem sido tomada de assalto por inúmeras regras adicionais, regulamentos e encargos provenientes desta Casa. Não deixa de ser irónico ver agora a Comissão a lamentar a terrível situação financeira em que se encontra este sector. Todavia, não creio que o protecçãoismo seja a resposta, pois não faltariam muitos outros sectores a perfilar-se para receber ajuda financeira do Estado.

Quero mencionar especificamente as acções vergonhosas do Presidente Sarkozy em França, que concedeu auxílios estatais aos fabricantes franceses contra a garantia explícita de que abandonariam a produção noutros Estados-Membros. É uma terrível via para o protecçãoismo, que acabará por não ajudar ninguém na Europa.

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, como pode ver, os meus colegas têm ciúmes da nossa relação, razão pela qual estiveram aqui esta tarde a servir de pau-de-cabeleira. Espero que aprove estas minhas palavras.

Todos sabemos que a indústria automóvel enfrenta graves problemas financeiros. Todos os dias vêm documentados em todos os jornais nacionais. Na região que represento, existe uma grande fábrica da Toyota em Burnaston, em Derby, onde já foram postas em prática várias medidas de redução de custos, para fazer face ao actual ambiente financeiro. No formidável novo círculo eleitoral parlamentar de Daventry no Reino Unido, está instalada a fábrica de motores de precisão para a Fórmula 1 da McLaren, a qual emprega mais de 600 pessoas.

Por isso, todos nós conhecemos ou representamos uma parte da indústria automóvel e estamos cientes dos problemas financeiros que existem. Porém, a verdade é que conseguimos agravá-los nesta Câmara com a aprovação de sucessivos regulamentos nos bons tempos, sem pensar noutros períodos menos prósperos. A indústria automóvel não consegue corresponder aos regulamentos que aplicámos.

Obrigado pelo tempo suplementar. Tenho consciência de que aquele pequeno intróito me terá custado alguns segundos.

Presidente. – E conseguiu introduzir Daventry no debate. Quase diria que o Senhor Deputado e os seus dois colegas me devem um almoço depois disto.

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, eu e os meus dois colegas teremos todo o gosto e pagar-lhe o almoço a si e aos dois colegas ao seu lado, embora não esteja certo de que a nossa companhia lhe fosse mais agradável do que os nossos discursos.

Todos sabemos a grave situação em que se encontram muitos sectores neste momento quando tentam obter crédito. Há muitas empresas viáveis que, antes da crise do crédito, teriam lucros fantásticos. O problema reside, de facto, na acessibilidade do crédito e não em problemas graves ao nível dos seus modelos de negócio. Por outro lado, há inúmeras empresas que há vários anos estão à beira da falência, sustentadas por auxílios estatais ou com prejuízos.

Olhando para o exemplo da América, onde concederam auxílios estatais a alguns dos fabricantes mais ineficientes, que não souberam adaptar-se aos novos tempos, devemos assegurar-nos de que não repetimos esses erros e que não concedemos auxílios estatais ou ajuda de qualquer tipo a empresas que não tenham um futuro viável a longo prazo. Claro que é necessário garantir a existência de postos de trabalho viáveis a longo prazo, mas asseguremo-nos de que não estamos a sustentar empresas condenadas ao fracasso.

Neena Gill (PSE). – (EN) Senhora Presidente, por certo não ficará surpreendida com o meu apoio ao relatório sobre o futuro da indústria automóvel, uma indústria por vezes diabolizada, mas que, para mim, é um sector crucial da indústria transformadora em regiões como a que eu represento, West Midlands.

Em toda a Europa, representa mais de 20% da indústria transformadora. Creio que esta indústria é um modelo da forma como um sector pode transformar-se, como aliás tive oportunidade de ver na minha recente visita à Jaguar Land Rover em Castle Bromwich, onde fiquei muito bem impressionada com a atitude proactiva dos sindicatos e com a parceria que formaram com a direcção, a fim de assegurarem um esforço permanente de investigação e desenvolvimento no domínio dos veículos ecológicos.

Tenho também instado a Comissão a aprovar o plano do Governo do Reino Unido para a indústria automóvel e congratulo-me por já ter sido aprovado. Porém, necessitamos de melhorar a regulação e os princípios para a futura legislação da UE no que respeita aos veículos a motor.

A nossa abordagem à indústria durante este período de abrandamento económico deve ser holística. Os componentes dos automóveis são tão importantes como a indústria automóvel propriamente dita, sendo, por isso, importante assegurar também o futuro da cadeia de abastecimento. Na semana passada, visitei a fábrica de pneus da Michelin em Stoke e, mais uma vez, fiquei bem impressionada com o fundo de investigação e desenvolvimento e com os esforços para aumentar a eficiência dos pneus, tendo em vista proporcionar sustentabilidade ambiental e social. Não há grande vantagem em proteger as maiores indústrias sem proporcionar o apoio adequado para as pequenas empresas no resto da cadeia de abastecimento.

Declarações de voto escritas

- Relatório: Sarah Ludford (A6-0143/2009)

Guy Bono (PSE), por escrito. – (FR) Votei a favor desta recomendação, apresentada por uma deputada britânica do grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, a senhora Baronesa Ludford, relativa às instruções consulares comuns: elementos de identificação biométricos e pedidos de visto.

Este acordo em segunda leitura permite-nos confirmar a vontade de introduzir dados biométricos no sistema europeu de informação sobre vistos. Graças às instruções consulares comuns, temos finalmente a garantia de que todos os Estados-Membros emitirão vistos aos cidadãos de quase 100 países, com base em critérios e características semelhantes.

Este texto tem, portanto, o mérito de introduzir medidas fundamentais para a protecção dos cidadãos europeus, bem como disposições que asseguram o respeito da vida privada e dos dados pessoais de cidadãos de países terceiros.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Os dados biométricos podem dificultar a falsificação de passaportes e documentos de viagem, ajudando assim a combater o crime organizado e a imigração ilegal. No entanto, tal só é possível, se os dados biométricos forem registados correctamente. Parecem subsistir alguns problemas a este nível. Com os piratas informáticos a gabarem-se na Internet da facilidade com que se pode falsificar as impressões digitais nos impressos de registo alemães e a insistirem que, se os bilhetes de identidade forem reduzidos ao formato dos cartões de crédito, as fotografias podem ser editadas digitalmente, o que dificulta a legibilidade biométrica, facilmente surgirão dúvidas em relação a esta tecnologia. Em qualquer dos casos, a protecção dos dados para os cidadãos comuns deve ser assegurada sempre que forem utilizados dados biométricos. Neste sentido, concordo com o relatório.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Depois de ter examinado atentamente a recomendação para segunda leitura do documento respeitante aos dados biométricos e aos pedidos de visto para as Instruções Consulares Comuns, decidi votar a favor. De facto, considero muito louváveis os objectivos – facilitar a organização, a recepção e o tratamento dos pedidos de visto – do relatório da senhora deputada Ludford.

- Relatório: Esko Seppänen (A6-0109/2009)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – Não partilho totalmente do parecer do senhor deputado Seppänen no seu relatório sobre a garantia concedida pela Comunidade ao Banco Europeu de Investimento em caso de perdas resultantes de empréstimos e garantias de empréstimos para projectos realizados fora da Comunidade, mas também não tenciono votar contra. Por este motivo, abstenho-me nesta matéria.

- Relatório: Marian-Jean Marinescu (A6-0002/2009)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (FR) Embora Malta e Gozo sejam, do ponto de vista territorial, o estado mais pequeno da UE, controlam uma área de espaço aéreo. Creio que é importante abordar a questão do desempenho e sustentabilidade do sistema de aviação. Segundo a Comissão dos Transportes e do Turismo, a forma mais eficaz e eficiente de criar o céu único europeu consiste em adoptar uma abordagem do topo para a base. Contudo, dado que nunca foi possível obter aprovação política para uma abordagem dessa natureza, o objectivo agora deve ser acelerar os processos iniciados com base na abordagem da base para o topo.

Devemos garantir que a reforma prevista do Eurocontrol tem lugar antes da entrada em vigor deste regulamento. Além disso, devem ser envidados esforços para criar o céu único em articulação com a fase de desenvolvimento do SESAR (programa de investigação de gestão do tráfego aéreo do céu único europeu).

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – Voto favoravelmente o relatório do senhor deputado Marinescu, porquanto a política de alargamento da UE, associada a uma política de vizinhança activa, alargou o mercado europeu da aviação a 37 países.

A expansão do mercado único da aviação está a converter a UE num agente de dimensão mundial. Com o lançamento da iniciativa do céu único europeu (CUE) em 2000, a gestão do tráfego aéreo passou a fazer parte da política comum dos transportes. A competitividade do sector dos transportes aéreos europeu requer uma abordagem sistémica global: uma visão, objectivos e tecnologias comuns, com base num quadro regulamentar consistente.

A este respeito, a Comissão apresentou um pacote de propostas que apresenta, todavia, alguns elementos que podem ser melhorados, como por exemplo no que se refere a garantir a independência das entidades supervisoras nacionais e de reforçar a participação de todas as partes. Para isso, é essencial a cooperação a nível político, social e técnico para a realização dos objectivos do céu único europeu.

Tal como o relator, considero que a Comissão deve focalizar a sua atenção essencialmente no estabelecimento de objectivos quantificáveis e viáveis a nível comunitário, baseados na necessidade de incidir em todos os domínios sensíveis como a segurança, o ambiente, a capacidade e o custo-eficácia.

Guy Bono (PSE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório sobre o desempenho e a sustentabilidade do sistema de aviação europeu, apresentado pelo meu colega romeno Marian-Jean Marinescu.

Este texto faz parte do pacote "Céu único II" e visa melhorar o desempenho do sistema de aviação europeu.

Permite dar resposta a várias preocupações: preocupações ambientais, através da aplicação de medidas que permitam uma redução das emissões de CO₂; preocupações operacionais, pois visa racionalizar o tráfego aéreo através do aumento das capacidades e de uma planificação optimizada das rotas aéreas; e, por último, preocupações em matéria de segurança dos cidadãos europeus, nomeadamente através do incentivo à cooperação e coordenação entre os diferentes actores.

Na sequência do pacote "Céu único I", este relatório tem O mérito de apresentar uma visão dinâmica dos desafios actuais ao propor soluções de longo prazo para uma modernização eficaz do sector aeronáutico.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório do meu colega, Marian-Jean Marinescu, pois este pacote legislativo visa melhorar o desempenho e a sustentabilidade do sistema de aviação europeu. Uma regulação mais eficaz traduzir-se-á em voos mais curtos, menos atrasos e menor consumo de combustível.

Jörg Leichtfried (PSE), *por escrito*. – (DE) Voto a favor do desempenho e sustentabilidade do sistema de aviação europeu. A gestão do tráfego aéreo integra a política comum dos transportes desde 2004 com base no regulamento relativo ao céu único europeu. Na sequência do alargamento, o mercado europeu da aviação cresceu e abrange agora 37 países, fazendo da UE um actor à escala mundial. Por conseguinte, era urgente uma actualização que reflectisse a nova situação.

Um dos elementos fundamentais do céu único europeu é a criação de blocos de espaço aéreo funcionais (FAB) baseados em fluxos de tráfego e não nas fronteiras nacionais. Deverá ser possível reduzir os actuais 60 blocos e centros de controlo a um total de 15 a 20.

Não só isto corresponde ao conceito de uma Europa comum, como permite poupar tempo, dinheiro e combustível. No passado, cada voo percorria, em média, mais 49 km do que o necessário devido à fragmentação do espaço aéreo. A Comissão antecipa poupanças nas emissões de CO₂ entre 7 e 12%. Os blocos de espaço aéreo funcionais são essenciais, pois permitem que os sistemas de controlo de tráfego aéreo de vários Estados-Membros sejam integrados num único sistema europeu de transportes. Deveria também ser criado um coordenador FAB com funções semelhantes aos coordenadores RTE.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio as constatações de que é necessário melhorar a eficiência dos voos e minimizar os atrasos do tráfego aéreo contidas no relatório. Congratulo-me com a criação de objectivos de desempenho para a gestão do tráfego aéreo, os quais devem contribuir para uma rede de aviação mais eficiente, a fim de salvaguardar o progresso ambiental e económico.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório elaborado pelo meu colega, Marian-Jean Marinescu, que visa melhorar o desempenho e a sustentabilidade do sistema de aviação europeu.

Graças à iniciativa do céu único europeu, o mercado único da aviação cresceu e desenvolveu-se nos últimos anos. No entanto, registaram-se poucos progressos no que respeita à eficiência global da concepção e uso da estrutura europeia de rotas e, consequentemente, os utilizadores do espaço aéreo e os passageiros estão a suportar custos desnecessários.

Saúdo as propostas da Comissão tendentes à fixação de objectivos de desempenho vinculativos para os prestadores de serviços de navegação aérea, à criação de uma função de gestão da rede europeia para assegurar a convergência entre as redes nacionais e ao estabelecimento de prazos concretos para os Estados-Membros melhorarem o desempenho.

Felicitoo o senhor deputado Marian-Jean Marinescu pela elaboração deste relatório.

Saúdo as propostas do relator relativas ao desenvolvimento de uma iniciativa para uma abordagem sistémica global no domínio da segurança, a fim de manter a segurança e a sustentabilidade dos transportes aéreos.

Apoio a iniciativa do relator no âmbito da total transparência das taxas. Os custos estabelecidos devem ser compatíveis com os critérios de convergência baseados no sistema de melhoria do desempenho.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Marinescu sobre o desempenho e a sustentabilidade do sistema de aviação europeu.

Partilho as opiniões do relator sobre a necessidade de uma revisão do quadro regulamentar da iniciativa do céu único europeu (CUE), uma vez que desde o ano 2000, em que esta iniciativa foi lançada, não me parece que tenham sido obtidos os resultados esperados; refiro-me, em especial, a factores como a melhoria da eficiência de voo, a redução dos custos e a "desfragmentação", bem como às ineficiências gerais que se mantêm no sistema de transporte aéreo. Essas ineficiências traduzem-se, lamentavelmente, em custos elevados para os utilizadores do céu único europeu, em termos de dinheiro, tempo e consumo de combustível.

Considero igualmente necessário promover a revisão da legislação de acordo com as propostas da Comissão destinadas a garantir, nomeadamente, a independência das entidades supervisoras nacionais, a harmonização dos requisitos de segurança, uma região europeia de informação de voo única, sem esquecer o reforço da participação dos parceiros sociais na abordagem sistémica. Isto porque, na minha opinião, apenas com um amplo consenso de base podem ser superados os actuais obstáculos técnicos e políticos e podem ser atingidos os objectivos ambiciosos da iniciativa.

Carl Schlyter (Verts/ALE), por escrito. – (SV) O relatório salienta que um sistema integrado proporcionará mais segurança e permitirá um uso mais eficiente do espaço aéreo, reduzindo os tempos de espera. Por outro lado, o sistema baseia-se no pressuposto do aumento constante do tráfego aéreo; no entanto, vou votar a favor do relatório, pois os aspectos positivos compensam os negativos. O grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia tomará medidas vigorosas contra o tráfego aéreo através de outros meios, por exemplo, através de propostas para a criação de diversas taxas ambientais e de transporte.

- Relatório: Marian-Jean Marinescu (A6-0515/2008)

Jaromír Kohlíček (GUE/NGL), por escrito. – (CS) O céu único europeu é uma tentativa dos estados europeus para melhorar a capacidade de transporte de tráfego do espaço aéreo para a aviação civil. Em 2000, houve uma primeira tentativa de criar blocos funcionais individuais de espaço aéreo europeu que seriam objecto de controlo partilhado. A República Checa passou a estar abrangida pela convenção relativa à gestão do tráfego aéreo de média altitude sobre a Europa Central e, à data, eu era relator da convenção no Parlamento Checo. Conforme afirma o relator Marinescu num dos seus relatórios, estes tratados não cumpriram os objectivos a que se propunham. O tratado de que fui relator foi revogado com o acordo das diferentes partes por ter sido considerado obsoleto. Já no âmbito do 6.º Programa-Quadro, foi inaugurado um abrangente programa para o desenvolvimento do controlo de tráfego aéreo em toda a Europa sob a designação de SESAR e os resultados do projecto deverão gradualmente ser incorporados nas operações, a partir de 2014. Por conseguinte, os relatórios relacionados com a iniciativa do céu único europeu seguem o mesmo calendário. Além da pressão para a liberalização dos serviços no domínio em questão (transportes aéreos), o grupo GUE/NGL é especialmente crítico da prioridade dada nos relatórios à rentabilidade operacional em detrimento da segurança.

Também discordamos da concentração exclusiva nos gestores de tráfego aéreo, pois as alterações afectarão todos os agentes envolvidos no controlo de tráfego aéreo. Por último, é necessário realizar amplas consultas com os representantes dos trabalhadores antes das alterações.

Jörg Leichtfried (PSE), por escrito. – (DE) Voto a favor do relatório sobre aeródromos, gestão de tráfego aéreo e serviços de navegação aérea.

A gestão do tráfego aéreo integra a política comum dos transportes desde 2004 com base no regulamento relativo ao céu único europeu. Na sequência do alargamento, o mercado europeu da aviação cresceu e abrange agora 37 países, fazendo da UE um actor à escala mundial. Por conseguinte, era urgente uma actualização que reflectisse a nova situação.

O segundo relatório do pacote alarga o âmbito de aplicação através da harmonização dos controlos de aeródromos e respectivos operadores. Os aeródromos austríacos também são abrangidos pelo novo regulamento.

O que é positivo, precisamente em alturas de crise económica, é o facto de uma série de alterações propostas no Parlamento permitirem adiantamentos para investimentos em infra-estruturas nos casos em que estejam disponíveis outras fontes de investimento, além das taxas de utilizadores, e sob condições rigorosas. Será um importante contributo para ultrapassarmos a actual crise económica.

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, voto a favor do relatório do senhor deputado Marinescu sobre os aeroportos, a gestão do tráfego aéreo e os serviços de

navegação aérea, uma vez que este se integra no âmbito mais amplo da iniciativa do Céu Único Europeu, sobre a qual já emiti o meu parecer favorável.

Concordo com o relator em que, para dar resposta aos desafios futuros no mercado da aviação, sobretudo no domínio da segurança aérea, é necessário introduzir um sistema de normas harmonizadas a nível europeu. Persistem, ainda hoje, numerosas diferenças nos procedimentos de segurança dos vários Estados que seria vantajoso eliminar, tendo em consideração as propostas da Comissão, em especial no que diz respeito às responsabilidades da Agência Europeia para a Segurança da Aviação, um instrumento importante para o reforço da segurança do transporte aéreo na Europa.

Contudo, parece-me necessário sublinhar, como fez o senhor deputado Marinescu, a necessidade de garantir a proporcionalidade das medidas, salvaguardando o uso de conhecimentos e competências a nível local e garantindo igualmente a cooperação entre a AESA e o Eurocontrol, de modo a evitar a sobrecarga administrativa e a duplicação desnecessária de tarefas e de responsabilidades.

- Relatório: Kartika Tamara Liotard (A6-0512/2008)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – Sou favorável à proposta da Comissão de alteração do Regulamento (CE) n.º 258/97 relativo a novos alimentos e ingredientes alimentares, destinada a simplificar a centralizar o procedimento de autorização e comercialização de novos alimentos.

A adopção do novo regulamento virá proteger os consumidores, alcançando um elevado nível de segurança dos alimentos, de protecção do ambiente e da saúde animal, observando sempre o princípio da precaução, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002. O referido regulamento determina os princípios e os requisitos gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos alimentos.

A proposta da Comissão procura tornar o procedimento de autorização mais eficaz, transparente e aplicá-lo da melhor forma. Este aspecto contribuirá para uma melhor aplicação do regulamento e dará aos consumidores mais poder e mais possibilidades de escolha, porque disporão de mais informações.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a novos alimentos, uma vez que simplifica o procedimento para a autorização e comercialização de novos alimentos e torna o procedimento de autorização mais eficaz e transparente, dando aos consumidores maiores possibilidades de escolha informada.

Importa sublinhar que os novos alimentos devem ser colocados no mercado apenas se forem seguros para os consumidores e não devem induzi-los em erro. Por outro lado, sempre que novos alimentos sirvam para substituir outros alimentos não devem ser inferiores do ponto de vista nutricional.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Votámos favoravelmente este relatório, pois tem uma visão positiva da questão sobre os novos alimentos e não passaram as propostas mais graves da direita, que pretendia insistir nos OGM.

Tal como tínhamos defendido na Comissão da Agricultura, devem ficar excluídos os organismos geneticamente modificados, e os novos alimentos não devem apresentar riscos para a saúde nem induzir em erro o consumidor e, quando consumidos como alimentos de substituição, não devem apresentar desvantagens nutritivas para o consumidor.

Na opinião da relatora, o novo regulamento relativo aos novos alimentos visa alcançar um elevado nível de segurança dos alimentos, de defesa do consumidor, de protecção do ambiente e da saúde animal, observando sempre o princípio da precaução, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 178/2002 que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. Todos os outros objectivos revestem uma importância secundária.

Por outro lado, os novos alimentos não devem pôr em perigo os consumidores, nem tampouco induzi-los em erro. Sempre que os novos alimentos sirvam para substituir outros alimentos, não devem, aos olhos dos consumidores, ser inferiores do ponto de vista nutricional.

Jörg Leichtfried (PSE), *por escrito*. – (DE) Voto a favor do relatório de Kartika Tamara Liotard sobre o reforço da segurança de novos alimentos.

Precisamos de requisitos mais exigentes para a aprovação de novos alimentos, tais como produtos à base de carne clonada e a utilização de nanotecnologias.

O termo "novos alimentos" abarca actualmente numerosos alimentos produzidos com métodos que têm uma representação marginal no mercado europeu, ou nem sequer estão representados, assim como alimentos que apenas são desconhecidos dos consumidores europeus. Contudo, também abrange produtos de animais clonados, cujas consequências a longo prazo ainda mal foram investigadas. Já foram apresentados mais de 100 pedidos de aprovação de novos alimentos desde 1997 e mais de 20 foram aprovados.

Sou favorável a um regulamento distinto para produtos à base de carne clonada e, também, à suspensão de novas aprovações até à entrada em vigor do regulamento. Os alimentos com nanomateriais devem ser banidos até ser encontrado um método de avaliação seguro e que não cause sofrimento aos animais. Caso produtos desse tipo sejam colocados no mercado, os respectivos rótulos devem conter toda a informação sobre a sua origem.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Já todos devem saber que os documentos apresentados nos processos de aprovação são muitas vezes máscaras da realidade e que faltam conhecimentos sobre os efeitos a longo prazo. O mais tardar quando se ouve falar das tentativas rigorosas e escrupulosas de criação de um monopólio genético para sementes geneticamente modificadas, devem soar os sinais de alarme quando se fala de carne clonada.

Em qualquer dos casos, são imprevisíveis as consequências da carne clonada, incluindo as interacções com alimentos para o gado geneticamente modificados ou pesticidas e radiação atómica. Além disso, a clonagem parece ser incompatível com a legislação comunitária em matéria de bem-estar animal. A clonagem de animais para produção de alimentos deve ser rejeitada no seu conjunto, mas, caso seja utilizada, deve existir rotulagem adequada para os cidadãos poderem decidir livremente. Foram estes os motivos que me levaram a votar favoravelmente o relatório Liotard.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Voto favoravelmente a proposta apresentada pela senhora deputada Liotard sobre os novos alimentos. Concordo com a senhora deputada quando afirma que é necessário atingir um elevado nível de segurança alimentar, de defesa dos consumidores, de protecção do ambiente e da saúde animal, observando sempre o princípio da precaução. Considero ainda indispensável que os novos alimentos não ponham em perigo os consumidores nem tampouco os induzam em erro, uma vez que a saúde e a protecção dos cidadãos ficariam gravemente ameaçadas.

- Relatório: Johannes Blokland (A6-0045/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Se o Protocolo de Montreal, estabelecido há 20 anos e assinado por 193 Estados, não tivesse proibido os produtos que contribuíam para a redução da camada de ozono, o planeta Terra teria enfrentado um cenário de catástrofe.

Os principais responsáveis pelo empobrecimento da camada de ozono são os hidrocarbonetos halogenados, produtos químicos inventados em 1928 como refrigerantes. Na década de 1980, com a detecção do buraco do ozono, os investigadores descobriram que estes compostos químicos, praticamente inactivos ao nível da superfície terrestre, podiam interagir com as moléculas de ozono da atmosfera, destruindo a camada que constitui uma protecção contra os perigosos raios UV. Para dar resposta a esta situação, foi assinado em 1987 o Protocolo de Montreal, que viria a entrar em vigor dois anos mais tarde.

Uma coisa é certa: fizemos tudo para tornar irrespirável o nosso ar. Naquela fase, o progresso desempenhou um papel significativo, proporcionando-nos uma série de serviços e de bens que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para uma deterioração gradual das condições do nosso sistema climático. O efeito de estufa, o buraco do ozono, as alterações climáticas são apenas alguns dos fenómenos em que deveremos concentrar as nossas atenções o mais rapidamente possível, dado que representamos na Europa os nossos concidadãos e as crianças do futuro. Por estas razões, voto a favor.

Šarūnas Birutis (ALDE), *por escrito*. – (LT) Dado que os principais objectivos desta revisão são a simplificação e a reformulação do regulamento numa nova edição, reduzindo ao mesmo tempo a sobrecarga administrativa desnecessária em conformidade com o compromisso assumido pela Comissão de legislar melhor, assegurar o cumprimento do Protocolo de Montreal tal como ajustado em 2007 e garantir que os problemas que

venham a surgir no futuro são resolvidos, a fim de garantir a recuperação em devido tempo da camada de ozono e evitar impactos adversos na saúde humana e nos ecossistemas, votei favoravelmente este acto legislativo.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às substâncias que empobrecem a camada de ozono. O presente regulamento, agora reformulado, é o principal instrumento comunitário para assegurar o cumprimento do Protocolo de Montreal sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozono e assegurar, não só uma maior protecção contra os efeitos destrutivos da radiação UV, mas também uma diminuição do efeito de estufa. Cabe à União Europeia manter uma posição de liderança mundial, tal como fez no passado nesta matéria.

Jörg Leichtfried (PSE), *por escrito*. – (DE) Voto a favor do relatório sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozono.

Trata-se de uma reformulação do regulamento relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono, que é o principal mecanismo da UE para transpor o Protocolo de Montreal, que obriga à eliminação progressiva das substâncias que empobrecem o ozono. O principal objectivo é a conformidade com as disposições do protocolo de 2007, garantindo por essa via a recuperação da camada do ozono e evitando os efeitos adversos sobre a saúde humana e os ecossistemas.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Voto a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Blokland sobre as substâncias que empobrecem a camada de ozono. Partilho os objectivos do projecto, que visa proteger a camada de ozono da estratosfera e prevenir as alterações climáticas, uma vez que as substâncias proibidas não só têm um elevado potencial de empobrecimento de ozono (PEO) como também têm um potencial de aquecimento global (PAG).

Estou também de acordo com as alterações propostas, que visam melhorar o regulamento do ponto de vista das questões em causa, para que a UE possa estabelecer para si própria objectivos mais ambiciosos e assumir um papel de liderança a nível mundial.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do projecto de resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono (reformulação) (COM(2008)0505 – C6-0297/2008 – 2008/0165(COD)), porque creio que se deve reduzir ou mesmo cessar as emissões de substâncias que empobrecem a camada de ozono, a fim de permitir que a vida na Terra evolua em condições normais. Ao tomarmos este tipo de medidas, estamos a cumprir o nosso dever perante as gerações actual e futuras.

- Relatório: Kyösti Virrankoski (A6-0104/2009)

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), *por escrito*. – Não questionando a necessidade de assegurar que os recursos financeiros comunitários sejam adequadamente e atempadamente utilizados (o que está longe de se verificar), o relatório aponta algumas considerações menos correctas e demasiado ambíguas.

Por exemplo, convém clarificar que os recursos *por natureza limitados* são definidos pela UE, mais concretamente por imposição dos chamados países da *carta dos seis* que fixaram o orçamento comunitário em cerca de 1% do RNB.

De igual modo, importa clarificar o que deverá entender-se por *prioridades negativas* e *prioridades positivas*, sem o que não é possível aceitar um princípio que advoga que essas *prioridades negativas* devem ser revistas em baixa, a fim de ceder o lugar a *prioridades mais prementes*.

Se por *prioridades negativas* se entende, por exemplo, as ditas *novas prioridades* como a concretização das políticas neoliberais da *Estratégia de Lisboa*, as políticas securitárias da *Europa fortaleza* ou a militarização da UE, dizemos que não podemos estar mais de acordo. Contudo, se estas são as tais *prioridades positivas* e os *objectivos plurianuais e estratégicos globais* (como efectivamente o são), somos, decididamente, contra.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Decidi abster-me na votação do relatório do senhor deputado Virrankoski sobre o método ABB-ABM enquanto instrumento de gestão para a afectação de recursos orçamentais.

Concordo plenamente com o relator sobre a necessidade imperiosa de transparência dos resultados alcançados e dos recursos necessários para os atingir, bem como sobre a necessidade de informar cabalmente os cidadãos

quanto ao custo das políticas da União Europeia. No entanto, não estou certo de que o sistema em causa possa resolver a questão, e é esse o motivo por que me abstenho de votar a favor ou contra.

- Relatório: Reimer Böge (A6-0110/2009)

Richard James Ashworth (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) Os Conservadores britânicos apoiam o relatório Böge e saudamos em particular as propostas do relatório no sentido de tornar o orçamento mais flexível e dotá-lo de melhores meios para responder às circunstâncias em constante mudança. Acreditamos que a proposta de perspectivas financeiras a cinco anos será um desenvolvimento positivo. Congratulamo-nos igualmente por ser reconhecido o limite de "1% do RNB" e realçamos que, caso esta fórmula reflecta o RNB em queda nos Estados-Membros, isso irá necessariamente reflectir-se no orçamento da UE.

No entanto, reiteramos as nossas reservas em relação ao Tratado de Lisboa, ao qual nos opomos, e à proposta de aumento do financiamento da PESC. Lamentamos que o relator não tenha aproveitado esta oportunidade para relembrar ao Conselho e à Comissão das suas obrigações, conforme estabelecido no Acordo Interinstitucional de 2006, de fornecer uma certificação em devido tempo e satisfatória dos fundos da UE gastos em acordos de gestão conjunta.

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (EN) A revisão intercalar do quadro financeiro 2007-2013 não é exequível nem realista, devido à incerteza associada ao processo de ratificação do Tratado de Lisboa, ao final do presente mandato parlamentar, ao resultado das eleições europeias e à formação da nova Comissão no actual contexto económico.

Concordo plenamente que uma revisão ambiciosa do orçamento deve ser uma prioridade urgente do novo Parlamento e da Comissão.

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Voto a favor.

O futuro institucional da União Europeia foi relançado pelo Conselho Europeu de Junho de 2007, quando os 27 Estados-Membros decidiram convocar a Conferência Intergovernamental que deverá elaborar o novo Tratado Reformador a partir do Projecto de Constituição. Se os processos de ratificação seguirem como previsto, o novo Tratado poderá entrar em vigor em meados de 2009, mais ou menos simultaneamente com as eleições europeias. Caso o processo de ratificação não se conclua, as consequências para o projecto europeu são imprevisíveis. Por esse motivo, o processo de revisão deverá abarcar este novo contexto.

Se o calendário estabelecido nas Conclusões do Conselho Europeu for respeitado, a entrada em vigor do novo Tratado, a eleição de um novo Parlamento (Junho de 2009) e a nomeação de uma nova Comissão ocorrerão na segunda parte de 2009, podendo, nesse caso, o debate interinstitucional sobre a revisão ser adiado a fim de evitar qualquer risco de confusão.

Penso que o actual Parlamento realizou um enorme investimento através do trabalho da sua Comissão Temporária sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais, bem como dos orçamentos anuais e do consequente trabalho legislativo. Assim sendo, o relatório de iniciativa, que constitui um legado do actual Parlamento ao seu sucessor, deveria não só reflectir os progressos e os resultados alcançados até ao momento, como também assinalar as deficiências que subsistem.

Katerina Batzeli (PSE), *por escrito*. – (EL) A revisão intercalar do quadro financeiro 2007-2013 tem sido encarada como um compromisso com a decisão de 2005 e poderá ser considerada necessária na situação actual devido à crise económica. Contudo, em nenhuma circunstância pode ser utilizada como pretexto para a redistribuição de recursos entre os Estados-Membros e políticas, tais como as políticas de fundos estruturais e a política agrícola comum, políticas que, entre outras coisas, salvaguardam a coesão, o emprego, a convergência territorial e a activação de despesas do sector público e privado.

A nossa prioridade deve ser o aprofundamento e a melhoria da gestão das políticas actuais, tais como as políticas de fundos estruturais, que têm sofrido atrasos devido à falta de fundos, e, obviamente, a promoção de investimentos em crescimento "verde", que darão às actuais políticas comunitárias outra dimensão de desenvolvimento.

Contudo, o que se tem de evitar e não se pode aceitar é a criação de novas políticas para proteger o ambiente e o clima, assim como de políticas para enfrentar a crise económica, sem um aumento dos recursos do orçamento comunitário, que se mantiveram inalterados mesmo após o último alargamento da UE. A Europa tem de ousar aumentar os seus recursos para as políticas comunitárias concretas e não deve restringir-se a redistribuir recursos entre políticas novas e velhas.

Charlotte Cederschiöld, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE), por escrito. – (SV) Votámos a favor do relatório sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2007-2013, pois faz um apelo claro ao reforço da transparência e a uma ligação mais explícita entre as prioridades definidas e os resultados.

Ao contrário do relatório, cremos que o modelo de um por cento é bom. Acreditamos que o carácter restritivo do orçamento se reveste da máxima importância.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – Trata-se de um importante relatório de iniciativa do PE que pretende balizar o debate, não só do actual, mas sobretudo do próximo Quadro Financeiro Plurianual, colocando um significativo conjunto de questões, impossível de abordar nesta declaração de voto.

Como referimos, embora de forma muito mitigada, o relatório tece algumas considerações pertinentes, que vão ao encontro do que há muito temos vindo a denunciar: que o actual orçamento comunitário está aquém das necessidades ou que todos os anos permanecem por orçamentar importantes verbas (menos cerca de 29 mil milhões de euros entre 2007 e 2009). No entanto, escamoteiam-se os responsáveis por tal situação: a Comissão Europeia, o PE e o Conselho, enquanto autoridades orçamentais, pelo que o PE não pode, agora, *sacudir a água do capote*.

O PE refere ainda que as *políticas adicionais não devem modificar o equilíbrio entre as principais categorias do actual QFP nem prejudicar as prioridades existentes*, embora tenha retirado – com o nosso voto contra – a menção às *duas principais políticas das rubricas 1b e 2*, respectivamente, a convergência e a agricultura e pescas, e, pelo contrário, tenha colocado a ênfase nas *novas prioridades*, isto é, nos objectivos neoliberais da *Estratégia de Lisboa* (incluindo as denominadas *parcerias público-privadas*), nas *alterações climáticas* ou na *militarização* da UE.

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei contra o relatório apresentado pelo senhor deputado Böge sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2007-2013 da União Europeia.

Não considero aceitável o facto de nem todos os programas de nova geração ligados ao QFP 2007-2013 terem sido aprovados, em especial no que se refere ao importante programa Galileo, ao qual não foram afectados fundos suficientes, bem como ao Programa-Quadro sobre os Direitos Fundamentais e a Justiça. Teria sido necessário um maior empenho para conseguir a sua aprovação nos prazos estabelecidos.

Considero ainda que o Parlamento deve exercer uma vigilância mais estrita do orçamento da União Europeia, com intervenções de controlo mais assíduas e rigorosas, de molde a garantir uma gestão correcta do dinheiro público.

- Proposta de resolução: B6-0141/2009 (APE - Estados do Cariforum)

Bruno Gollnisch (NI), por escrito. – (FR) Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, não votámos favoravelmente nenhum dos textos sobre os novos acordos de parceria com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, os mais pobres do mundo.

O nosso voto não é contra esses países, que merecem uma política de cooperação e desenvolvimento adequada, que os ajude a tirar as suas populações da pobreza, os seus territórios do estado de sub-equipamento em que se encontram e as suas economias de uma situação difícil. Além disso, merecem relações comerciais que tomem em conta as suas situações específicas, mas também os nossos próprios interesses, em particular os das nossas regiões ultraperiféricas, que são negligenciadas pelas vossas políticas.

O que lhes estão a propor são acordos em conformidade com as regras sacrossantas da Organização Mundial do Comércio, cujo objectivo é a sua integração na globalização ultraliberal. Estão a condená-los à exportação de colheitas que os faz passar fome e à exploração da sua riqueza por multinacionais, que há muito já não estão ao serviço de nenhum país específico e são apátridas, anónimas e movidas apenas pelos seus próprios interesses financeiros.

Estes países têm o direito de escolher com que rapidez pretendem abrir as suas fronteiras e liberalizar as suas economias. Porque não optar por outra via: a do proteccionismo razoável e de relações mutuamente benéficas, porque se baseiam na reciprocidade. É também essa a via que estamos a exigir para a França e para a Europa.

Filip Kaczmarek (PPE-DE), por escrito. – (PL) Votei a favor da resolução sobre o acordo de parceria económica entre os Estados do Cariforum. As alegações de que os países das Caraíbas teriam sido sujeitos a pressões e

obrigados a assinar o acordo são falsas. Tive oportunidade de constatar isto mesmo quando participei na primeira reunião regional da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE com países da região das Caraíbas.

Os representantes dos negociadores e das autoridades dos países das Caraíbas afirmaram inequivocamente que assinaram o acordo de livre vontade, na convicção de que é benéfico para todas as partes. Sentiram alguma pressão, mas foi a pressão do tempo e isso afectou todas as partes do acordo. Além disso, a necessidade de assinar novos acordos de parceria económica foi o resultado de decisões tomadas independentemente da União Europeia. Isto é do conhecimento público há vários anos.

David Martin (PSE), *por escrito*. – Congratulo-me com a promessa de flexibilidade feita pela comissão no que respeita à transição de APE provisórios para APE completos e com a promessa de que as negociações se nortearão por preocupações de desenvolvimento.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei contra a proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados do CARIFORUM, por outro.

Considero que os Acordos de Parceria Económica (APE) devem apoiar o desenvolvimento sustentável dos países de África, das Caraíbas e do Pacífico e promover a participação destes países no comércio internacional e a sua diversificação económica. No entanto, entendo que o acordo em causa não apresenta a orientação desejada, dado que não contribui para criar, nos países envolvidos, uma economia auto-suficiente capaz de se manter sem a dependência de ajudas externas.

Considero ainda que os instrumentos previstos pelo acordo não facilitam a participação das autoridades nem do sector privado local, pelo que estes intervenientes não serão devidamente implicados no processo de desenvolvimento das suas regiões.

Kathy Sinnott (IND/DEM), *por escrito*. – (EN) É incrivelmente importante que as necessidades específicas de cada país ACP sejam tidas em conta nos EPA. Por esta razão, votei contra este relatório. O EPA do Cariforum foi aqui discutido, ao passo que os parlamentos dos Estados do Cariforum ainda não tiveram autorização para o fazer. Por respeito a esses parlamentos, creio que é necessário suspender a aprovação desta resolução.

É também importante notar que muitos governos ACP sofreram pressões da Comissão Europeia para assinar os acordos provisórios antes da expiração da derrogação.

É realmente importante que estas questões sejam analisadas com cuidado e debatidas por todos os Estados ACP antes de serem aprovadas pela UE.

Margie Sudre (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) Nos termos dos APE, o açúcar ou as bananas provenientes dos países ACP não poderão entrar nos mercados das regiões ultraperiféricas (RU) francesas por um prazo de 10 anos, renovável, preservando-se assim a produção destes dois pilares da agricultura ultramarina.

A cláusula de salvaguarda específica, que permite bloquear as importações caso prejudiquem ou perturbem o mercado das RU, deve ser melhor clarificada, a fim de se reduzir o seu período de aplicação.

Os apelos lançados pelo nosso Parlamento permitiram, portanto, que as reivindicações das RU fossem tidas em conta durante as negociações.

Os actores socioprofissionais nas RU sentem que estão a ser penalizados por restrições de produção em conformidade com as normas europeias, que prejudicam a sua competitividade face aos concorrentes directos. Compreendo-os, mas incentivo-os, apesar de tudo, a empenharem-se plenamente num processo de cooperação com os seus vizinhos ACP, que favoreça a criação de relações complementares e de apoio em torno de objectivos comuns.

Em vez de adoptarem uma posição defensiva rígida, as RU têm tudo a ganhar em colocar-se em pé de igualdade com os seus concorrentes. Isto, claro, desde que a União Europeia garanta realmente os meios de controlo e arbitragem, para evitar qualquer tipo de concorrência desleal.

- Proposta de resolução: B6-0148/2009 (APE – Costa do Marfim)

Philip Claeys (NI), *por escrito*. – (NL) Este Parlamento pretende abordar a questão dos vistos de trabalho para os cidadãos da Costa do Marfim válidos por períodos de, pelo menos, 24 meses num acordo provisório de parceria económica com a Costa do Marfim. Os cidadãos da Costa do Marfim afectados poderiam então trabalhar como "prestadores de cuidados" e em profissões similares. Diga-se o que se disser, isto não passa

de mais um canal para a imigração, que, quanto a mim, é motivo mais do que suficiente para votar contra esta resolução. Já existem milhões de desempregados na Europa e a importação de mais mão-de-obra do exterior da União só virá agravar os actuais problemas. As profissões em questão podem perfeitamente ser ocupadas pelos nossos próprios trabalhadores.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) Acreditamos que o nosso principal contributo para a promoção do desenvolvimento continuado nos países mais pobres do mundo deve ser a abertura dos mercados da UE às importações provenientes dessas partes do mundo. A ajuda, quando é considerada compatível com o desejo de aumentar o comércio livre, deve ser iniciada e decidida por cada um dos Estados-Membros, não pela UE. Nos casos em que a UE, ainda assim, insista na distribuição e controlo da ajuda, em nenhuma circunstância a deve fazer depender de comércio com os países beneficiários. Poderão, no entanto, ser aceitáveis disposições concebidas para proteger a débil indústria nos países em desenvolvimento durante um período transitório. Todavia, por princípio, devem ser evitados todos os tipos de regulamentos proteccionistas que possam dificultar o acesso ao mercado livre.

Estes pontos de vista foram decisivos na nossa tomada de posição em relação às actuais propostas de resoluções relativas aos acordos comerciais que a Comissão está a preparar.

Opomo-nos aos infelizes textos, que apenas visam aumentar a influência do Parlamento Europeu na política comercial. Contudo, optámos por votar a favor de todas as resoluções, pois ilustram a importância do comércio livre continuado numa altura em que os ventos cortantes do proteccionismo se fazem sentir com cada vez mais força.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor da proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica Intercalar entre a Comunidade Europeia e a Costa do Marfim.

Concordo com a ideia de que uma união aduaneira entre os países da África Ocidental pode trazer grandes benefícios à Costa do Marfim, que desempenha um papel de liderança na região a nível do comércio e da economia; além disso, e considerando que o comércio intra-regional representa apenas uma pequena parte do comércio da Costa do Marfim, seria oportuno favorecer as relações comerciais regionais com vista a promover um crescimento sustentado e sustentável a longo prazo.

É desejável também que a União Europeia disponibilize à Costa do Marfim uma assistência técnica e administrativa mais alargada e mais eficaz, para que a sua economia possa acolher em pleno os benefícios do Acordo de Parceria Económica Intercalar.

- Proposta de resolução: B6-0142/2009 (APE - Gana)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Voto contra o relatório apresentado pelo senhor deputado Fjellner sobre o Acordo de Parceria Económica de etapa entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Gana, por outro.

Considero que este acordo com o Gana pode pôr em risco a coesão e enfraquecer a integração regional da CEDEAO, que deve, pelo contrário, ser apoiada, por apresentar melhores condições para atingir resultados positivos para a economia local a médio ou longo prazo, uma vez que oferece melhores possibilidades de participação dos intervenientes locais.

Kathy Sinnott (IND/DEM), *por escrito*. – (EN) É incrivelmente importante que as necessidades específicas de cada país ACP sejam tidas em conta nos EPA. Por esta razão, votei contra este relatório. Cada país ACP tem diferentes necessidades e muitos prefeririam não negociar direitos de propriedade intelectual ou os temas de Singapura. Muitas destas nações pretendem também reforçar as disposições relacionadas com a segurança alimentar e as novas indústrias. Por último, estes acordos necessitam de uma cláusula de revisão que obrigue a uma avaliação do impacto no desenvolvimento sustentável e a possibilidade de alteração do contrato com base nos resultados da avaliação. É necessário trabalhar no sentido de garantir que estes acordos produzam resultados no melhor interesse de cada uma destas nações e deve-se evitar pressioná-las a assinar acordos que não produzem os resultados certos para elas.

- Proposta de resolução: B6-0144/2009 (APE - SADC)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei contra a proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica Provisório entre a Comunidade Europeia e os Estados do APE SADC.

Não considero que o acordo de parceria económica tenha trazido grandes vantagens aos exportadores dos países ACP para a União Europeia após a expiração do regime comercial de Cotonu no início de 2008, embora os produtos dos países ACP possam entrar no mercado da UE num regime de isenção de direitos e de quotas.

Em particular, o acordo não contribui para promover o desenvolvimento autónomo dos Estados, ou para criar as condições que permitam aos países envolvidos, no futuro, continuar o seu processo de desenvolvimento sem ajuda externa. Além disso, não considero que se verifiquem sempre as condições de boa governação, transparência nos cargos públicos e respeito dos direitos humanos, sem as quais o risco de prejudicar a população dos países em causa é maior do que os benefícios oferecidos.

Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Numa altura de crise capitalista e de agravamento dos conflitos internos imperialistas, a UE procura reforçar a posição dos monopólios europeus e conquistar novas posições no mercado mundial. Está a utilizar uma combinação de intervenções abertamente imperialistas em todo o mundo, com ou sem meios militares, e com a intervenção económica dos monopólios de comércio internacional e transacções económicas.

Os acordos de parceria económica provisórios são a forma mais selvagem de acordo que a UE impôs aos países em desenvolvimento até à data. Têm como objectivo impor o poder do capital e a sobreexploração da sua mão-de-obra e recursos geradores de riqueza. Condições opressivas exigem a liberalização dos mercados e a privatização de todos os serviços, em especial da energia, da distribuição da água, da saúde, da educação e da cultura.

Os casos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) são paradigmáticos. Dividir para dominar. Pressão e coerção exercidas pela UE no sentido da aceitação dos prazos e do conteúdo dos acordos, com acordos separados e condições diferentes para cada país.

Votamos contra os acordos de parceria económica provisórios, porque são assinados para benefício dos lucros do capital em detrimento das pessoas. São, mais uma vez, a prova de que o comércio mundial sob a soberania do imperialismo e dos monopólios não pode ser conduzido para benefício mútuo.

- Proposta de resolução: B6-0145/2009 (APE - Estados da África Oriental e Austral)

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei contra a proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral e a Comunidade Europeia.

Estou convencido de que este acordo de parceria económica não é adequado ao objectivo de promover o desenvolvimento dos países em causa, uma vez que ainda não foram abordadas e resolvidas as questões controversas, como a da cláusula da nação mais favorecida e a dos direitos sobre as exportações, que não favorecem a criação de um verdadeiro mercado que possa beneficiar todas as populações envolvidas.

- Proposta de resolução: B6-0146/2009 (APE - Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental)

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei contra a proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental, por outro.

Penso que seria importante desenvolver-se nesses países um verdadeiro mercado regional e intra-regional, para que se criem as condições necessárias a um crescimento sustentável que não dependa exclusivamente do apoio externo; este acordo não cria, porém, os pressupostos necessários para que tal aconteça, dado que, em muitos casos, é escassa a participação das autoridades e do sector privado locais.

Além disso, não obstante existam mecanismos de controlo, penso que muitas vezes não se verificam as condições de boa governação, de transparência nos cargos públicos e de respeito dos direitos humanos, sem as quais se corre o risco de prejudicar a maior parte da população desses países, em vez de prestar uma verdadeira ajuda.

- Proposta de resolução: B6-0147/2009 (APE - África Central)

Luca Romagnoli (NI), por escrito. – (IT) Votei favoravelmente a proposta de resolução sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a África Central, por outro.

Estou convencido de que o Acordo de Parceria Económica provisório trouxe grandes vantagens aos exportadores dos países da África Central, sobretudo após a expiração do Acordo de Cotonu em Janeiro de 2008, aumentando as possibilidades de efectuar exportações para a União Europeia. Em todo o caso, os APE completos deveriam ser complementares a acordos baseados na Agenda de Desenvolvimento da Doha, pelo que solicitamos o início das correspondentes negociações com a maior brevidade possível.

Concordo também com o estabelecimento de períodos de transição para as pequenas e médias empresas, a fim de que estas se possam adaptar às mudanças decorrentes do acordo e, em termos mais gerais, concordo com o apoio que os Estados em causa devem continuar a prestar às PME.

- Relatório: David Martin (A6-0117/2009)

Marie-Arlette Carlotti (PSE), *por escrito*. – (FR) Há vários anos, juntamente com os nossos colegas africanos, os Socialistas uniram forças para fazer dos APE autênticos instrumentos de desenvolvimento.

Negociámos com a Comissão, com firmeza e determinação, a fim de obtermos bons acordos, que promovam os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Fizemo-lo optando pela regionalização selectiva conduzida pelos próprios ACP.

Fizemo-lo cumprindo os nossos compromissos relacionados com a assistência ao comércio prometida em 2005, em vez de "pilharmos" o FED.

A nossa luta já deu frutos, pois a Comissária do Comércio assumiu um compromisso, em nome da Comissão Europeia, em relação aos seguintes aspectos:

- o objectivo crucial de desenvolver os acordos,
- a renegociação dos pontos polémicos dos acordos com base numa abordagem marcada pela abertura e flexibilidade,
- segurança alimentar e a protecção das frágeis indústrias dos países ACP.

Como é óbvio, gostaríamos de ter mais garantias em relação à participação dos parlamentos nacionais e da Assembleia ACP-UE no acompanhamento da execução dos acordos.

No entanto, o progresso registado em apenas algumas semanas é considerável.

Reconheço-o publicamente.

Contudo, tenciono manter a execução debaixo de olho.

Por conseguinte, não passarei nenhum "cheque em branco": absteve-me.

Richard Corbett (PSE), *por escrito*. – (EN) Hoje, só pude votar a favor do parecer favorável do Parlamento ao APE e aos APE provisórios devido às garantias e ao trabalho da nova Comissária, Cathy Ashton, e porque os governos dos países visados consideram estes acordos um passo em frente, embora insuficiente.

Os acordos de parceria económica devem tornar-se instrumentos de redução e erradicação da pobreza, ao mesmo tempo que incorporam os objectivos do desenvolvimento sustentável e da integração gradual dos países ACP na economia mundial.

Devemos garantir que os acordos comerciais que estabelecemos com os países ACP são favoráveis aos seus interesses e é essencial que sejam encarados como instrumentos para o desenvolvimento.

Mikel Irujo Amezaga (Verts/ALE), *por escrito*. – (ES) Votei contra os relatórios sobre os APE com as ilhas caribenhas e também contra o acordo provisório com a Costa do Marfim, entre outros. O Parlamento votou favoravelmente o acordo provisório com a Costa do Marfim, por exemplo; é um país flagelado pelos conflitos internos e sem um governo legítimo.

Dadas as circunstâncias, não creio que seja a melhor altura para celebrar um acordo internacional com consequências a longo prazo. Por pressão da Organização Mundial do Comércio, a União Europeia denunciou os acordos de cooperação com os países ACP e substituiu-os por acordos de parceria económica com países específicos, prejudicando, em muitos casos, o poder das regiões.

Os primeiros acordos, impostos pela Europa, receberam fortes críticas das ONG e dos investigadores nesses países e, hoje, o Parlamento procedeu à sua revisão.

Glenys Kinnock (PSE), *por escrito*. – (EN) Dei o meu parecer favorável ao APE com o Cariforum e ao APE provisório com a Costa do Marfim em resposta às garantias apresentadas pela senhora Comissária Cathy Ashton.

Houve uma clara mudança de estilo e de tom desde que a senhora Comissária Cathy Ashton substituiu o senhor Comissário Peter Mandelson e agora estamos a receber sinais claros de que existe também uma mudança de fundo.

No caso do APE com o Cariforum, a senhora Comissária deu garantias claras ao relator, senhor deputado David Martin, em relação às suas preocupações em matéria de acesso aos medicamentos genéricos, cláusula de revisão e flexibilidade da cláusula NMF.

Antes de darmos o nosso parecer favorável ao acordo com a Costa do Marfim, recebemos uma confirmação clara e inequívoca de que a Costa do Marfim teria liberdade para retirar o que quisesse de qualquer outro APE. É digno de nota que, no caso do APE com a SADC, tenha sido acordada a revisão de uma série de cláusulas polémicas. Nelas se incluem a protecção das novas indústrias, a possibilidade de criação de novos impostos sobre a exportação destinados a fomentar o desenvolvimento industrial, assim como o estabelecimento de quotas de exportação.

As minhas decisões não foram tomadas de ânimo leve e implicaram uma ponderação cuidada do compromisso, a fim de garantir que os APE podem ser um instrumento de desenvolvimento e reflectem a nossa parceria e respeito mútuo com os países ACP.

Bernard Lehideux (ALDE), *por escrito*. – (FR) Continuamos a ter uma posição crítica em relação ao acordo de parceria económica. Cremos que as negociações começaram muito mal, sem que fosse demonstrado respeito pelas circunstâncias específicas dos nossos parceiros. Continuamos convictos de que as negociações não devem ser apressadas e, acima de tudo, não devemos impor reformas súbitas que podem ser desastrosas para a coesão social e para as economias destes países.

Contudo, o nosso voto tem em conta as posições muito encorajadoras adoptadas pela senhora Comissária Cathy Ashton na sessão plenária de segunda-feira, 23 de Março. Foi por essa razão que nos abstivemos e não votámos contra, como teríamos certamente feito há algumas semanas.

Contudo, a nossa abstenção é um sinal de aviso: tencionamos avaliar os actos da Comissão com base em provas reais e não queremos passar-lhe um cheque em branco para o futuro.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) As garantias que recebi em matéria de acesso aos medicamentos genéricos, da cláusula de revisão e da flexibilidade da cláusula de nação mais favorecida permitiram-me apoiar este relatório, de que fui relator. O relatório deve alcançar um equilíbrio entre a garantia de um acordo justo para a UE e a integração do desenvolvimento no acordo, para que os Estados do Cariforum possam prosperar e colher os frutos do comércio justo com a UE.

Rovana Plumb (PSE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste relatório na crença de que, com base no parecer favorável dado pelo PE ao acordo de parceria económica (APE) entre os Estados do Cariforum, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, isso garanta:

– que a execução de compromissos em áreas ainda não estabelecidas no âmbito da Economia e Mercado Únicos da CARICOM (CSME) nem plenamente executadas — incluindo as dos serviços financeiros, outros serviços, investimento, concorrência, contratos públicos, comércio electrónico, propriedade intelectual, livre circulação de mercadorias e ambiente — seja adiada até à concretização da economia e mercado únicos nessas áreas;

– que será criado um mecanismo de controlo independente no âmbito dos Estados do Cariforum, dotado dos recursos necessários para efectuar a análise que permita determinar em que medida o APE está a atingir os seus objectivos;

– uma determinação e um fornecimento rápidos de uma quota-parte equitativa dos recursos para a Ajuda ao Comércio. Esses fundos representam recursos adicionais, e não se limitam a ser uma simples “reembalagem” do financiamento do FED;

– que são conformes às prioridades do Cariforum e que o seu pagamento será atempado, previsível e realizado em harmonia com os calendários de execução dos planos estratégicos de desenvolvimento nacionais e regionais. Deve haver uma utilização eficiente desses fundos, de modo a compensar a perda de receitas provenientes dos direitos aduaneiros.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor da recomendação do senhor deputado Martin sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e o CARIFORUM. O Parlamento Europeu tem o dever de celebrar este acordo, na condição de a Comissão e o Conselho aceitarem a revisão deste tipo de acordos de cinco em cinco anos, de ser eliminada a aplicação à União Europeia do tratamento de nação mais favorecida e, principalmente, de ser determinada e fornecida com rapidez uma quota-parte equitativa dos recursos para a Ajuda ao Comércio.

- Relatório: Erika Mann (A6-0144/2009)

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Decidi abster-me na votação da proposta de recomendação da senhora deputada Mann relativa ao Acordo de Parceria Económica Intercalar entre a Comunidade Europeia e a Costa do Marfim. São vários os elementos da proposta dos quais discordo. Por outro lado, as finalidades e os objectivos a atingir são louváveis, pelo que não pretendo votar contra esta recomendação.

- Relatório: Gay Mitchell (A6-0135/2009)

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório.

É a primeira vez que o Parlamento elabora um relatório único sobre as actividades do BEI e do BERD. Ambos os bancos financiam cada vez mais operações nas mesmas regiões geográficas no exterior da UE, nomeadamente na Europa Oriental, no Cáucaso do Sul, na Rússia, nos Balcãs Ocidentais e na Turquia.

A cooperação entre os dois bancos tem-se desenvolvido numa base regional, pelo que a forma como cooperam é organizada diferentemente consoante a região. Em países onde desenvolvem operações comuns, existem três métodos diferentes de cooperação entre o BEI e o BERD: o Memorando de Entendimento para a Europa Oriental, o método aplicado nos Balcãs Ocidentais e modalidades flexíveis de cooperação.

Esta evolução não é, presentemente, satisfatória. Seria mais útil organizar uma revisão completa, identificando formas de melhorar a cooperação entre os dois bancos e outras partes relevantes e tendo em conta os interesses da UE e dos países beneficiários. Além disso, a divisão de tarefas e a cooperação entre ambas as instituições não podem apenas ser geridas numa base regional ou através de uma distinção entre empréstimos ao sector público e ao sector privado.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei contra o relatório do senhor deputado Mitchell sobre os relatórios anuais do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento para 2007. Penso que, em vez de se falar em cooperação entre os bancos e outras partes relevantes, seria oportuno assegurar a realização de controlos antes, durante e depois da concessão de financiamentos, dado que os dois bancos concederam empréstimos avultados em 2007. O apoio financeiro sem a participação da sociedade civil dos países em causa, em vez de melhorar, só pode piorar a situação em que esses países se encontram.

Neste sentido, considero bem-vinda a proposta do senhor deputado Mitchell de que a Comissão apresente um relatório anual ao Parlamento e ao Conselho sobre a avaliação do impacto das operações de financiamento. Contudo, este elemento não basta para me convencer a votar favoravelmente o relatório.

- Proposta de resolução: RC-B6-0152/2009 (Futuro da indústria automóvel)

Guy Bono (PSE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor desta proposta de resolução comum sobre o futuro da indústria automóvel.

Este texto salienta a necessidade de definir, a nível europeu, uma política clara e coerente para enfrentar a crise que afecta todos os Estados-Membros da UE. Na verdade, estima-se que 12 milhões de empregos na Europa sejam directa ou indirectamente afectados pela indústria automóvel. As vendas diminuíram, os níveis de existências estão a aumentar e multiplicam-se os anúncios de despedimentos. Não há curas milagrosas para o desastre social que se está a perfilar e só medidas coordenadas poderão salvar o sector.

Foi por essa razão que votei a favor desta resolução conjunta, que apela às autoridades europeias que trabalhem em conjunto com os Estados-Membros para lançarem medidas que permitam assegurar a competitividade futura da indústria automóvel europeia e a manutenção do emprego no sector.

No entanto, a resolução já vem um pouco tarde e não cumpre todas as expectativas. Este debate está, por isso, longe do fim e promete ser animado, em especial se considerarmos as questões sociais em causa e a necessidade reafirmada de uma Europa social que proteja os seus cidadãos.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor desta resolução sobre o futuro da indústria automóvel, pois faz um apelo a iniciativas coerentes e harmonizadas dos Estados-Membros para a indústria automóvel europeia e para a criação de um quadro de acção europeu adequado.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução comum sobre o futuro da indústria automóvel. Sendo a UE o maior produtor mundial de veículos a motor e um dos maiores empregadores privados, o apoio a este sector é fundamental para dar resposta à actual crise financeira e económica.

Defendo, por isso, uma acção política coordenada a nível europeu que promova a adopção de medidas de apoio à indústria, no sentido de garantir o acesso dos produtores e fornecedores do sector automóvel ao crédito; estimular a procura de novos veículos, incluindo a concessão de incentivos para a retirada de carros antigos da circulação e a compra de veículos verdes; apoiar financeiramente os trabalhadores qualificados através da plena utilização do Fundo de Ajustamento à Globalização e do Fundo Especial Europeu e fomentar a investigação e o investimento.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Votámos a favor da resolução sobre a indústria automóvel, mas não nos esquecemos de que aqueles que hoje fingem querer salvá-la são os verdadeiros responsáveis pelo desastre a que estamos a assistir.

São responsáveis por perpetuarem uma economia globalizada assente em financiamentos que está desligada da realidade, em que a garantia de rendimentos mais elevados para os accionistas toma o lugar da estratégia industrial e em que as acções sobem na sequência de anúncios de planos sociais, ao passo que patrões nem sempre capazes atribuem a si próprios bónus e pára-quedas dourados. Criaram este sistema em que os empregos e os salários dos trabalhadores se tornaram as únicas variáveis de ajustamento. São responsáveis pelo empobrecimento dos agregados familiares que afecta gravemente a procura, alimentando o círculo vicioso.

Mesmo agora, numa altura em que estão em causa centenas de milhares de empregos, a Comissão continua a insistir no dogma da concorrência, dificultando as medidas nacionais concebidas para evitar a perda de empregos e exigindo explicações à Renault, para se assegurar de que o aumento de produção numa fábrica não é o resultado de uma deslocalização de operações.

Se ao menos tivesse demonstrado a mesma indignação quando as empresas europeias andavam a deslocalizar a sua produção para o mundo inteiro, em busca dos custos mais baixos e da legislação social mais branda possível.

É altura para uma mudança de política, para o bem da Europa e, acima de tudo, dos europeus.

Małgorzata Handzlik (PPE-DE), *por escrito*. – (PL) A indústria automóvel encontra-se numa situação excepcionalmente difícil devido à actual crise económica. As previsões para este ano também não são optimistas. Apontam para uma nova queda nas vendas de automóveis.

A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu consideram que esta indústria deveria ser capaz de se aguentar na crise sem grandes ajudas. Em particular, é uma indústria que tem de encontrar uma resposta aos problemas estruturais associados à eficiência da produção e ao uso da capacidade de produção, a fim de aumentar a competitividade e a estabilidade a longo prazo.

As medidas tomadas pela UE e pelos Estados-Membros só podem apoiar as medidas tomadas pelos próprios fabricantes. Esta situação verifica-se, em particular, em relação às medidas destinadas a restaurar o acesso ao crédito em condições razoáveis, a estimular a procura de novos veículos, a manter os padrões de qualificação e a proteger os empregos, assim como a minimizar os custos sociais.

Vários países já aprovaram planos de apoio ao sector automóvel, mas, como observou a Comissão, estes planos têm de cumprir o direito comunitário e os princípios vigentes em matéria de concorrência, em

particular os princípios de concessão de auxílios estatais, para evitar perturbações ao funcionamento do mercado interno europeu. Todas as medidas relacionadas com financiamentos, tributação ou abates devem também apoiar e acelerar transformações tecnológicas essenciais no sector, em especial no campo da eficiência do consumo de combustível dos motores e da redução das emissões.

Marine Le Pen (NI), *por escrito*. – (FR) O Parlamento Europeu vai apoiar os ditames da Comissão Europeia de oposição feroz a qualquer esforço dos Estados-Membros no sentido de protegerem as suas indústrias automóveis nacionais.

As pessoas devem compreender que a política ultraliberal da Comissão e do Parlamento constitui um incentivo fantástico à deslocalização das empresas francesas para Estados mais "viáveis".

Numa altura em que milhares de empregos estão ameaçados na indústria automóvel e nos sectores adjacentes, esta opção antinacional é obscena do ponto de vista moral e suicida do ponto de vista económico.

Os deputados que apoiarem este tipo de destruição industrial e social, terão de responder por ela perante os trabalhadores e as suas famílias, que são as vítimas directas da cegueira ideológica dos deputados.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – Considerando a relevância da indústria automóvel para a economia europeia, é compreensível o empenho dos governos europeus, e da União Europeia enquanto tal, em responder ao actual momento, procurando evitar que as consequências de uma crise, que se deseja e se luta para que seja temporária, tornem irreversível esta indústria. Essa preocupação tem o nosso apoio. Há, no entanto, que assinalar algumas salvaguardas. Se o objectivo primeiro é o de salvar empregos, ele deve obedecer ao objectivo último de garantir a sobrevivência de indústrias viáveis. O que significa que há que aproveitar o investimento extraordinário neste sector para o actualizar, modernizar e preparar para uma maior competitividade. A ideia de que é possível, ou desejável, isolar e salvar um sector económico da concorrência, quando saudável e justa, é um erro económico e um engano político.

Apesar de todas as suas falhas, a superação da crise do sector automóvel, tal como da crise em geral, e a preparação do momento seguinte é o centro da estratégia de Lisboa: mais competitividade, mais inovação, mais empregos. Ajudemos a recuperar o sector automóvel, mas não tentemos reinventar a roda.

Peter Skinner (PSE), *por escrito*. – (EN) O fabrico automóvel na UE está dependente de serem atingidos padrões que facilitem a criação de normas ambientais mais rigorosas. Isto não está em contradição com a ideia de uma indústria competitiva, é, sim, um contributo para a sua sobrevivência. Há muitos instrumentos europeus que podem ser utilizados para ajudar a indústria automóvel e os seus trabalhadores em particular. Entre eles contam-se os fundos destinados a apoiar a formação através da aprendizagem ao longo da vida.

É essencial dispor da mão-de-obra certa, que acredite num futuro sustentável para a indústria transformadora. Tenho conhecimento de que os fabricantes de automóveis no sudeste de Inglaterra podem, agora, aceder a instrumentos financeiros para a promoção do fabrico de automóveis do futuro. Estes meios devem ser equilibrados com condições ambientais e sociais.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Os políticos verdes estão convencidos de que não conseguimos encarar separadamente as crises económica e ambiental. Para ajudar a economia a restabelecer-se, precisamos de um Novo Acordo Verde. No sector automóvel, há um enorme potencial para a adopção de um rumo verde. Porém, para explorar esse potencial, os governos terão de obrigar e ajudar os fabricantes de automóveis a investir em inovação. Uma maioria desta Casa decidiu que a União Europeia deve injectar um montante significativo na sua indústria automóvel. No entanto, passar um cheque em branco não é a solução. Não devemos subsidiar tecnologias antigas, que estão a cair em desuso. Em vez disso, devemos tomar medidas concretas para obrigar os fabricantes de automóveis a investir em inovação. Desse modo, prepara-se o sector para o futuro e dá-se uma importante ajuda aos milhões de europeus que trabalham na indústria automóvel.

O grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia propôs que os fundos apenas fossem disponibilizados mediante a condição de que a indústria automóvel melhorasse substancialmente os seus níveis de desempenho ambiental. Os transportes são responsáveis por cerca de um terço das emissões de CO₂ da UE. Votei contra a resolução da maioria, porque não estipula a melhoria do desempenho ambiental como uma pré-condição para receber ajuda pública.

5. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 14H15, é reiniciada às 15H05)

PRESIDÊNCIA: M. MAURO*Vice-presidente***6. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta****7. Estado das relações transatlânticas à vista das eleições nos EUA (debate)**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório do deputado Francisco José Millán Mon, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre o estado das relações transatlânticas na sequência das eleições nos EUA [2008/2199(INI)] (A6-0114/2009).

Francisco José Millán Mon, relator. – (ES) Senhor Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer aos relatores-sombra, nomeadamente aos senhores deputados Adrian Severin, Alexander Lambsdorff e Joost Lagendijk, assim como à Comissão dos Assuntos Externos e aos relatores de parecer, o senhor deputado José García-Margallo e a senhora deputada Godelieve Quisthoudt-Rowohl. Agradeço a todos a sua colaboração na elaboração deste relatório sobre as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos.

Deste modo, conseguimos produzir um relatório com um consenso alargado em relação a um tema importante. Por conseguinte, o relatório que iremos votar amanhã constitui uma mensagem forte e convincente do Parlamento Europeu numa altura muito apropriada. A razão pela qual afirmo que este é um tema importante prende-se com o facto de a União Europeia e os Estados Unidos serem claramente dois actores muito importantes no palco mundial, que devem manter uma estreita colaboração, como é próprio de quem partilha os mesmos princípios e valores, assim como muitos interesses.

A principal mensagem do relatório é que nos encontramos numa altura muito oportuna para reforçar a relação transatlântica. Há três razões fundamentais para isso. A primeira é a nova administração nos Estados Unidos, que é pragmática, sabe que nenhum país consegue enfrentar sozinho os desafios globais e fez nascer grandes expectativas na opinião pública europeia e mundial. A segunda é uma União Europeia mais forte e melhor equipada para agir no exterior do que a UE de 1995, quando foi acordada a Nova Agenda Transatlântica; além disso, em breve será uma UE fortalecida com os instrumentos do Tratado de Lisboa em matéria de política externa e defesa. A terceira razão é um novo contexto, marcado por desafios globais como a crise económica e as alterações climáticas, e já não só desafios de natureza militar, como anteriormente.

Para os novos desafios, a cooperação com a União Europeia será muito útil para os Estados Unidos. A relação transatlântica deve ser reforçada em dois planos: o plano institucional e o plano físico, que implica cooperação na prática. Devemos aproveitar o Tratado de Lisboa para reforçar as estruturas institucionais: duas cimeiras anuais e não apenas uma, nas quais deve participar o novo presidente permanente do Conselho Europeu; criar um conselho político transatlântico, que reúna trimestralmente o Alto Representante – e Vice-Presidente da Comissão – e o Secretário de Estado; elevar o diálogo dos legisladores através da criação de uma assembleia transatlântica e melhorar o Conselho Económico Transatlântico. Todas estas melhorias possibilitarão uma coordenação mais intensiva e eficaz; deveriam ser combinadas num novo acordo de associação transatlântico e as negociações deveriam começar quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor.

O segundo objectivo do relatório é o reforço da cooperação na prática. Trata-se de estabelecer uma agenda para enfrentar em conjunto muitos desafios e conflitos, assim como assuntos bilaterais. Para a elaboração desta agenda comum, o Conselho e a Comissão deveriam intensificar nos próximos meses os contactos com o novo Governo de Washington. Por isso, congratulo-me com a cimeira de 5 de Abril em Praga com o Presidente Obama, conforme salienta a alteração apresentada pelo meu grupo.

O relatório enumera uma série de desafios globais para os quais os Estados Unidos e a União Europeia deveriam procurar uma abordagem comum; por exemplo, a crise económica, um multilateralismo eficaz que inclua as potências emergentes, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as alterações climáticas, a promoção dos direitos humanos, etc. Também menciona várias questões regionais que deveriam ser objecto de acção coordenada, nomeadamente conflitos como o do Médio Oriente e os programas nucleares do Irão ou do Afeganistão, sendo ainda mencionadas as relações com a Rússia e os países da América Latina. O desarmamento e a segurança são também áreas em que é necessário melhorar a coordenação, incluindo o combate contra a ameaça grave do terrorismo, que deve realizar-se no mais estrito cumprimento do direito internacional e respeitando os direitos humanos.

Senhoras e senhores deputados, o relatório também faz referência a certos assuntos bilaterais nos domínios da justiça e dos assuntos internos, incluindo o problema dos vistos. Além disso, também salienta a necessidade de um amplo apoio à parceria transatlântica por parte da sociedade civil, em especial dos jovens. As relações económicas e comerciais também são contempladas no relatório, que realça a necessidade de se avançar na integração do mercado transatlântico. Em relação a estas matérias, obviamente que incorporei muitas sugestões da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Comissão dos Assuntos Externos.

Em conclusão, senhoras e senhores deputados: creio que, se este relatório for aprovado amanhã, o Parlamento estará a enviar uma mensagem clara. Reclamamos o reforço das relações União Europeia/Estados Unidos, incluindo no plano institucional. Creio que este reforço será benéfico para ambas as partes e, também, para toda a comunidade internacional.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhora Presidente, apresento as minhas desculpas pelo ligeiro atraso devido a uma reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões. Na verdade, cheguei esta manhã de Washington. Gostaria de agradecer o seu convite para participar neste debate importante e oportuno sobre as relações transatlânticas e para agradecer em participar ao relator, senhor deputado Francisco Millán Mon, pelo relatório valioso e abrangente que li durante a minha viagem com grande interesse. Há muito no relatório com que a Presidência e o Conselho podem concordar.

Qualquer que seja a nossa família política, todos sabemos que a relação transatlântica é vital para o nosso futuro, para o futuro da Europa. Há seis décadas que a sólida parceria transatlântica é a principal força de paz, estabilidade e prosperidade da Europa, da América do Norte e de todo o mundo. Isto não é apenas história. É, também, a melhor agenda possível para o século XXI. A relação transatlântica permite-nos, juntos, atingir resultados que nenhuma das partes atingiria sozinha. Quero aqui citar o Vice-Presidente Joe Biden na sua viagem a Munique, onde afirmou com toda a clareza que a América necessita da Europa e a Europa necessita da América. Creio que entendemos plenamente este tipo de afirmação. Quando estamos de acordo, conseguimos definir as condições da agenda global. Quando estamos em desacordo, é difícil levar por diante qualquer agenda; por isso, a relação transatlântica permite-nos, juntos, atingir resultados que não conseguiríamos atingir sozinhos.

As eleições presidenciais nos EUA em Novembro último geraram um nível inédito de entusiasmo, expectativas e interesse aqui, na Europa. Tal só aconteceu, porque a escolha do Presidente dos EUA é importante para os europeus. O Presidente Obama indicou uma nova abordagem para os desafios que temos pela frente. Muitas pessoas na Europa gostaram desta abordagem e do espírito de mudança. Geraram-se grandes expectativas em ambos os lados do Atlântico. Estas expectativas representam uma oportunidade para a cooperação mútua quando ela é mais necessária. Porém, devem ser geridas com cuidado, pois nada poderia ser mais prejudicial para a nossa relação do que expectativas goradas – e, quanto mais altas forem, mais difíceis serão de satisfazer.

A nova Administração teve um início enérgico. Como já era esperado, grande parte da agenda do Presidente centrou-se na crise económica e financeira. Foi encorajador ver as primeiras decisões sobre Guantánamo – um tema que abordámos aqui há poucas semanas –, um compromisso renovado para encontrar uma solução para o Médio Oriente e a convocação da conferência sobre o Afeganistão, que se realizará no dia 31 de Maio em Haia. Todas estas iniciativas correspondem aos anseios de muitas pessoas na Europa.

O diálogo com os EUA foi revigorado. Dos meus contactos com a nova Administração, incluindo as reuniões com o senhor Vice-Presidente Biden e a senhora Secretária de Estado Hillary Clinton aqui em Bruxelas, não restam dúvidas de que os EUA desejam mudar de tom na relação com a UE e os nossos parceiros. Congratulo-me com a abordagem pragmática que tem caracterizado estes primeiros contactos.

Embora a mudança de tom seja importante, não produz resultados concretos por si só. Para trabalharmos construtivamente, temos de analisar em conjunto as nossas prioridades políticas e reavaliar o funcionamento da parceria transatlântica. Este relatório é um importante contributo para esse processo. É, naturalmente, um processo que teve início, por parte da UE, no ano passado, quando os Ministros dos Negócios Estrangeiros debateram as relações transatlânticas em duas reuniões informais em Avignon e Marselha. Creio que são devidos alguns agradecimentos, tanto à Presidência Francesa, que iniciou o processo, como a Portugal, que também desempenhou um papel. É um processo cujo desenvolvimento terá de continuar ao longo dos próximos meses. Na próxima semana, haverá uma excelente oportunidade na reunião informal de Chefes de Estado e de Governo com o Presidente dos EUA em Praga. A relação transatlântica é rica e variada, alargando-se a vários domínios políticos. Não posso abordá-los a todos, mas quero salientar aqueles gostaríamos de tratar especificamente na próxima reunião em Praga.

Em primeiro lugar, a segurança energética e as alterações climáticas. Estes tópicos estão interligados e são um motivo de grande preocupação para muitos cidadãos europeus. A segurança energética é uma prioridade fundamental que deve ser objecto de uma abordagem abrangente que contemple a eficiência energética e a promoção dos recursos de energias renováveis, assim como a diversificação do abastecimento, das fontes e das rotas de energia. Sempre que possível e necessário, a UE e os EUA devem cooperar nestes domínios e promover uma agenda comum. No que respeita ao clima, este ano será crítico. A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas que se realizará em Copenhaga no final de Dezembro representa uma oportunidade histórica para rever e alargar a aplicação de metas internacionais vinculativas para combater as alterações climáticas.

A UE estabeleceu compromissos ambiciosos em matéria de energia e alterações climáticas em antecipação da conferência. As declarações e nomeações do Presidente Obama relacionadas com as alterações climáticas parecem sinalizar uma importante mudança de política, mais ainda há muito trabalho árduo pela frente. Embora o apoio dos EUA nesta matéria seja importantíssimo, não é suficiente. É também necessário garantir o apoio de países em desenvolvimento avançados, como a China.

Em segundo lugar, a crise económica e financeira. A actual crise é grave e mundial, sendo necessária uma resposta política forte a todos os níveis e em todo o mundo. A UE e os EUA têm uma responsabilidade específica neste contexto, tanto em termos das medidas que tomam a nível interno, como em termos de coordenação internacional. Temos de cooperar com os EUA para garantir que damos uma resposta coordenada à crise mundial que estamos a viver e aos problemas financeiros. Temos de trabalhar em conjunto para encontrar uma solução para o problema da supervisão do sistema financeiro e para a reforma das instituições financeiras internacionais. Temos também de coordenar as nossas políticas para aumentar o crescimento e o emprego. Temos de nos assegurar de que as abordagens seleccionadas são compatíveis e que não dão origem a distorções da concorrência no mercado transatlântico. Grande parte deste trabalho será realizado em grupos como o G8 e o G20, em particular durante a cimeira do G20 em Londres, que marcará o início da visita do Presidente Obama à Europa. Porém, não restam dúvidas de que a relação transatlântica será fundamental para a definição da agenda global mais vasta.

Em terceiro lugar, o Afeganistão é um assunto de grande importância para a Europa e para os EUA. É um problema comum — os ataques terroristas nos EUA e na Europa têm a sua origem naquela região. É um desafio importante e difícil para os líderes políticos europeus explicarem aos seus cidadãos que a sua segurança deve ser defendida em Cabul. O Afeganistão foi também o assunto principal de uma reunião informal da "troika" da UE com o senhor Vice-Presidente Biden em Bruxelas, a 10 de Março. O senhor Vice-Presidente manifestou esperança de que o Afeganistão permanecesse no topo da agenda europeia. O senhor Vice-Presidente deixou bem claro que os EUA pretendiam apoio para a estratégia global no Afeganistão, mas também um compromisso para materializar esse apoio em recursos concretos. Sabendo que a segurança dos cidadãos afegãos é um motivo de grande preocupação, comprometemo-nos a reforçar a nossa missão policial naquele país. Além da missão civil da EUPOL, é necessária polícia militar, as "gendarmes" de que andamos a falar. Assim, o envio de formadores de "gendarmes" para o terreno, enquanto contributo da UE para a missão da NATO, é uma opção que a Presidência tem vindo a analisar com o recém-nomeado Enviado Especial para o Paquistão e Afeganistão e com os países da UE. Encontrei-me com o Sr. Pierre Lellouche da França, por exemplo, e estamos também a analisar este assunto com o Sr. Dick Holbrooke. Temos de garantir que estão reunidas as condições para as eleições presidenciais no Afeganistão serem um êxito e devemos manter o aspecto regional em mente, em especial através da prestação de mais assistência ao desenvolvimento de um governo civil sustentável no Paquistão. A dimensão regional é, portanto, muito importante e tem sido tida em conta, além da dimensão nacional e da dimensão mundial.

Em quarto lugar, uma resposta multilateral será fundamental para combater o risco de proliferação de armas de destruição maciça. A UE e os EUA manifestaram uma crescente preocupação com as actividades nucleares do Irão e o incumprimento das obrigações internacionais deste país no domínio do nuclear. A UE e os EUA necessitam, juntos, de garantir que o desenvolvimento de tecnologia nuclear está limitado a fins legítimos e civis. A melhor forma de obter esta garantia consiste em criar normas internacionais fortes e vinculativas, secundadas por mecanismos de verificação credíveis. Ao mesmo tempo, a UE e os EUA estão prontos para colaborar com o Irão em abordagens construtivas a este e outros problemas da região.

Outro desafio que temos pela frente é o método a adoptar para, juntos e com base nos nossos valores comuns, reforçarmos as aplicações práticas do multilateralismo baseado em normas. Há um vasto campo para a cooperação nesta matéria. Concorro com o sentimento do Presidente Obama, sublinhado pela senhora Secretária de Estado Hillary Clinton e pelo senhor Vice-Presidente Biden, de que qualquer escolha entre

segurança e ideais é falsa. A este respeito, saúdo a intenção do Presidente Obama no sentido do encerramento de Guantánamo.

Também nos congratulamos com o empenho mostrado desde cedo pelo Presidente Obama na resolução do conflito israelo-árabe, incluindo a nomeação de Sr. George Mitchell como enviado especial para a região. Uma paz duradoura que dê resposta às aspirações de Israelitas e Palestínianos é absolutamente fundamental para o povo da região e continua a ser um dos principais objectivos da UE e dos EUA. Um acordo de paz também poderá ter benefícios mais vastos, nem que seja uma maior compreensão entre o Ocidente e o mundo islâmico.

Li com interesse muitas das recomendações feitas no relatório a respeito da estrutura institucional da relação transatlântica. Concorro plenamente que os laços institucionais entre a UE e os EUA devem reflectir a importância da relação. As iniciativas da Presidência Checa servem para sublinhar este aspecto. Dialogámos com os EUA, e com a nova Administração, a todos os níveis desde o primeiro minuto. Dentro de 10 dias, a Presidência receberá o Presidente Obama em Praga para uma cimeira informal de Chefes de Estado e de Governo da UE. Como referi, será uma oportunidade para avaliar uma série de dimensões da relação transatlântica e para reafirmar a nossa disposição para trabalharmos em conjunto. Estas discussões prosseguirão, por exemplo, através de reuniões informais dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e dos EUA com carácter regular. Creio também que vale a pena intensificar e estreitar os contactos entre o Parlamento Europeu e o Congresso dos EUA.

Estou grato a este Parlamento pelo seu apoio continuado ao desenvolvimento da relação transatlântica e, em particular pelo relatório. Temos, este ano, uma nova oportunidade de continuar a desenvolver a relação. Para esta Presidência e para o Conselho, a parceria transatlântica sempre teve uma importância estratégica para a Europa no seu conjunto.

Posso assegurar-vos que a Presidência Checa está empenhada em garantir que continua no centro da nossa estratégia externa mais vasta e que terá um papel determinante na abordagem dos desafios e dos problemas com que somos confrontados a nível mundial nos dias de hoje.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, as relações UE-EUA conheceram uma retoma auspiciosa desde a tomada de posse da Administração do Presidente Obama. Na Comissão, estamos todos a trabalhar afincadamente para podermos contribuir com a nossa quota-parte para a agenda comum, que ganhou um novo fôlego. Também por isso me regozijo com este oportuno debate. Felizmente, o Parlamento e a Comissão parecem estar de acordo quanto a muitas das prioridades nesta matéria.

Queremos uma agenda UE-EUA intensa. A minha intervenção inicial centrar-se-á na lista de tarefas imediatas, mas, antes, gostaria de fazer duas observações sobre aspectos institucionais das relações UE-EUA. Em primeiro lugar, penso que o reforço das relações entre os legisladores da UE e dos Estados Unidos é decisivo para o êxito de uma parceria transatlântica. Em segundo lugar, quero declarar que seguirei as recomendações do relatório respeitantes à revisão da Nova Agenda Transatlântica de 1995.

A exemplo de muitos outros, já me encontrei várias vezes com a Secretária de Estado Hillary Clinton e também já falei com o Vice-Presidente Biden, por ocasião da sua recente deslocação a Bruxelas. Uma coisa é certa: a actual Administração dos Estados Unidos tentará encontrar parceiros fiáveis para uma resposta ao conjunto dos desafios globais e regionais, e reconhece a Europa como o seu parceiro mais fiável. Temos de aproveitar esta oportunidade.

Mas também se espera que a União Europeia apresente propostas concretas, designadamente sobre algumas questões mais espinhosas, como as do Afeganistão e do encerramento de Guantánamo. Temos, pois, de definir posições claras baseadas nos nossos interesses comuns e falar a uma só voz. Sejamos claros: a amizade transatlântica, que não podemos dispensar, não é uma via de sentido único. A Europa e a União Europeia têm de retribuir.

Uma UE forte é, pois, um parceiro importante para os Estados Unidos na necessária resposta aos desafios globais. Penso que, de início, devemos concentrar-nos num número reduzido de prioridades.

A difícil situação da economia mundial está, inevitavelmente, subjacente a todas as nossas iniciativas. O objectivo primordial é o aprofundamento da cooperação entre a União Europeia, os Estados Unidos e outros actores importantes nas decisões sobre política macroeconómica e na reforma da regulação do sector financeiro. Temos de nos coordenar melhor para tentar relançar a procura e o emprego e para nos certificarmos de que as nossas políticas se reforçam mutuamente e não alteram as condições das trocas comerciais. É necessário resistir aos apelos ao protecçãoismo em ambos os lados do Atlântico. A União Europeia e os

Estados Unidos têm de colaborar estreitamente na aplicação das decisões da cimeira do G20 da próxima semana, nomeadamente na compatibilização das suas posições quanto à reforma da regulação do sector financeiro. O último Conselho Europeu, em Bruxelas, deu um importante passo nesse sentido.

Por outro lado, também temos de dar atenção à economia transatlântica, que representa metade do produto e do comércio mundiais. Muito justamente, o vosso relatório dá grande destaque a esta questão. É necessário dar um novo impulso ao Conselho Económico Transatlântico (CET), para o tornar mais eficaz na eliminação dos entraves regulamentares e na promoção do crescimento e, do mesmo passo, imprimir-lhe uma orientação mais estratégica. O chamado CET deve ter capacidade para, por exemplo, estudar a forma de evitar a política do “salve-se quem puder” nos planos de relançamento nacionais.

Quanto às alterações climáticas, as políticas da UE e dos Estados Unidos começam a convergir pela primeira vez em dez anos. Devemos concentrar-nos na obtenção de um acordo em Copenhaga, em Dezembro próximo. Temos de, em conjunto, dar o exemplo, para cativar a China e a Índia para um acordo multilateral e instituir um mercado integrado do carbono no quadro do futuro mercado global. Temos de, conjuntamente, passar a mensagem de que as tecnologias limpas e eficazes e os empregos “verdes” podem contribuir para a recuperação económica. O Presidente Obama já salientou devidamente este ponto. Isso significa também que, como disse o nosso Presidente, temos de cooperar mais intensamente nos nossos programas de investigação sobre energia e reforçar o nosso diálogo sobre segurança energética.

No que respeita à política externa de ajuda ao desenvolvimento, tanto o Presidente Obama como a Secretária de Estado Hillary Clinton salientaram a sua relevância no contexto geral da política externa. Fica assim bastante reforçada a posição da UE, que é o maior doador mundial. Devemos procurar que os Estados Unidos renovem o seu compromisso em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e relançar o diálogo UE-EUA sobre a cooperação para o desenvolvimento, com especial incidência em questões como a eficácia da ajuda e a coerência das políticas.

A economia está no topo da agenda do Presidente Obama, mas nem por isso os Estados Unidos deixaram de, rapidamente, proceder à reanálise das principais questões da política externa.

Quanto ao Afeganistão e ao Paquistão, a nova Administração concorda com a necessidade de uma política mais abrangente, designadamente com a necessidade de uma intervenção civil em paralelo com a intervenção militar. O novo relevo dado pelos Estados Unidos ao reforço das capacidades dos cidadãos e a uma abordagem regional centrada no Paquistão vem ao encontro das políticas já há muito seguidas pela UE. Os esforços da Comissão no Afeganistão passam pelo apoio à formação da polícia, pela reforma do poder judicial e pela promoção de meios de subsistência alternativos nas zonas rurais, para, designadamente, combater o cultivo de droga. Além disso, também recebi sinais inequívocos de apoio dos Estados Unidos – incluindo do próprio Vice-Presidente Biden – ao nosso intenso trabalho de preparação de uma eventual missão de observação eleitoral da União Europeia no Afeganistão, cuja efectivação depende da existência de condições de segurança. Estou a tentar, por vários meios, obter fundos suplementares para tudo isto. Há dias, também discutimos este assunto com Richard Holbrooke, o enviado especial para o Afeganistão e o Paquistão. Aguardamos com expectativa a conferência regional em Haia e a conferência sobre o Paquistão, em Tóquio, em que participaremos.

De igual modo, solicitámos aos Estados Unidos, desde o início, um maior empenhamento na questão do Médio Oriente. A presença da Secretária de Estado Hillary Clinton na Conferência de Sharm el-Sheik e o seu envolvimento na acção do primeiro Quarteto, concretizado através dessa mesma presença, encorajam-nos. Temos de encontrar uma forma de comprometer o novo Governo israelita – e, esperemos, um Governo palestino de unidade nacional – em relação a uma solução que preveja dois Estados. Também nos encoraja o facto de a Administração Obama não descurar o resto da região, nomeadamente a Síria. Devemos ainda cooperar com os Estados Unidos em relação ao Irão – como já foi dito – no intuito de impedir a proliferação nuclear na região, reforçando a nossa linha de actuação, que combina incentivos e sanções.

A UE também tem um relacionamento bastante intenso com a sua vizinhança a leste. Manteremos um contacto estreito com os Estados Unidos acerca dos nossos esforços para promover, nessa região, reformas democráticas e orientadas para o mercado, nomeadamente através da nova Parceria Oriental, que prossegue os objectivos da associação política e da integração económica com os nossos seis vizinhos orientais.

Falaremos mais frequentemente com os Estados Unidos sobre o relacionamento com parceiros estratégicos como a Rússia e a China, bem como com a América Latina. Para já, quero assegurar que a reunião da UE com o Presidente Obama em Praga, no dia 5 de Abril, se traduzirá num avanço perceptível nas relações entre

as partes e em resultados concretos imediatos. Isso criará condições propícias para o êxito de uma cimeira UE-EUA a realizar em Washington, provavelmente em Junho.

Junho será igualmente a ocasião propícia para elaborarmos uma nova agenda transatlântica e um programa sustentável de cooperação prática entre a UE e os Estados Unidos.

Albert Deß, *relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer ao relator, senhor deputado Millán Mon, o relatório que submeteu à nossa apreciação e no qual são abordados todos os aspectos relevantes numa relação transatlântica justa. A presente proposta de resolução sobre o estado das relações transatlânticas na sequência das eleições nos EUA dá boa conta da importância dessas relações.

De acordo com os números da Comissão, existem, na União Europeia e nos Estados Unidos, cerca de 14 milhões de postos de trabalho que dependem das relações económicas e de investimento transatlânticas. Espero que o novo Presidente dos Estados Unidos, de acordo aliás com o que afirmou no seu discurso pré-eleitoral em Berlim, em Julho de 2008, dê a devida importância a essas relações. Disse ele então: “A América não tem um parceiro melhor do que a Europa”.

Como se pode ler na proposta de resolução, esta parceria é também a parceria estratégica mais importante para a Europa. Ela é, de facto, e em particular no contexto da actual crise financeira e económica global, uma condição indispensável para enfrentarmos com êxito os desafios globais. No entanto, para viabilizar a parceria transatlântica, é por sua vez indispensável que os Estados Unidos reconheçam a razoabilidade das preocupações europeias acerca do comércio transatlântico.

A União Europeia tem normas bastante exigentes em matéria de, por exemplo, protecção do consumidor, bem-estar dos animais e protecção do ambiente. Queremos que os produtos que nos chegam dos Estados Unidos também estejam em conformidade com essas normas. Espero que o novo Presidente e a sua Administração se decidam a introduzi-las no seu país. Nessa altura, também nós deixaremos de levantar problemas.

Estou convencido de que a presente proposta de resolução será aprovada amanhã, pois entendo que refere exhaustivamente os pressupostos da manutenção de boas relações transatlânticas.

José Manuel García-Margallo y Marfil, *relator de parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários*. – (ES) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer ao relator o trabalho que teve para poder apresentar hoje, nesta Câmara, um relatório exhaustivo, rigoroso e particularmente oportuno.

A Presidência e a senhora Comissária referiram as reuniões que se realizarão proximamente, a primeira em Londres e a segunda em Praga, e que darão ocasião a que a União Europeia e os Estados Unidos, na sequência da eleição do Presidente Obama, iniciem um novo tipo de relacionamento.

Gostaria de me concentrar no relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, que fez um bom trabalho, relatório esse que foi aprovado por unanimidade e que incide sobre os objectivos que passo a expor.

O primeiro objectivo é a recuperação da crise. Ou recuperamos em conjunto, ou não recuperamos. Desde a crise de 1929 que não se assistia à aplicação de pacotes fiscais tão avultados. Se conseguirmos coordenar os nossos esforços, maximizaremos o impacto desses pacotes e minimizaremos os seus custos para o contribuinte.

O segundo objectivo é a reforma da actual arquitectura financeira institucional – que fracassou durante a presente crise – e o restabelecimento da transparência dos produtos, agentes e mercados. Ou o fazemos em conjunto, ou não seremos capazes de o fazer. Como lembrou a senhora Comissária, formamos o maior bloco económico do mundo e, como disse o relator, partilhámos valores que favorecerão a aproximação.

O terceiro objectivo é a integração dos mercados financeiros, que nos permitirá suportar a concorrência dos mercados emergentes. Para o efeito, será necessário aproximar os mercados regulados, que possibilitam a concretização do princípio do reconhecimento mútuo e uma melhor vigilância por parte das autoridades de ambos os lados do Atlântico.

A senhora Comissária referiu o quarto objectivo, e fê-lo melhor do que eu seria capaz: temos de resistir em conjunto à tentação do protecção e devemos adoptar uma posição comum na Ronda de Doha.

Por último, Senhora Comissária, mas não menos importante: temos de resolver em conjunto os desequilíbrios globais que, em grande medida, explicam esta crise.

É necessário criar um novo sistema monetário internacional, e seria lamentável se, por não chegarmos a acordo com o nosso principal aliado, a nossa voz acabasse por se perder no debate global.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (ES) Senhor Presidente, a parceria entre os Estados Unidos e a União Europeia assenta, fundamentalmente, em valores e num enorme potencial económico.

O produto total dos dois parceiros ascende a 23 mil milhões de euros, ou seja, a 60% do produto interno bruto mundial. No seu conjunto, são responsáveis por 60% do comércio mundial e captam 75% do investimento líquido global.

O relatório rigoroso e equilibrado que nos foi apresentado pelo relator, senhor deputado Millán Mon, não podia ser mais oportuno – como ele acabou de referir –, uma vez que coincide com a primeira visita do recém-eleito Presidente dos Estados Unidos à Europa, para participar na reunião do G20, nas cerimónias do 60.º aniversário da NATO e na cimeira extraordinária entre a União Europeia e os Estados Unidos.

A União Europeia e os Estados Unidos têm de ser capazes de agir para consolidar a sua liderança, a qual, em minha opinião, deve ser renovada em três aspectos.

Em primeiro lugar, há que salvaguardar os princípios e os valores que fundamentam a aliança transatlântica.

Em segundo lugar, temos de ser mais ambiciosos no diálogo transatlântico sobre alguns temas a que o relator e a senhora Comissária aludiram: Irão, Iraque, Médio Oriente, Afeganistão, etc.

Finalmente, devemos tentar retomar o diálogo sobre alguns aspectos estratégicos relacionados com questões globais como, por exemplo, o combate à pobreza, a segurança alimentar, a segurança energética ou a luta contra as alterações climáticas.

Senhor Presidente, é óbvio que a Europa que queremos que seja uma “potência” só se consolidará não contra os Estados Unidos, mas sim a seu lado, como dois parceiros que se respeitam mutuamente e partilham alguns valores e uma determinada visão do mundo.

Isso não significa, Senhor Presidente, que a União Europeia deva passar um cheque em branco; bem pelo contrário, deve defender as suas posições sempre que necessário, mormente em questões como a pena de morte, o Tribunal Penal Internacional, o Protocolo de Quioto, Guantánamo ou as leis com efeitos extraterritoriais, e os Estados Unidos terão de a respeitar enquanto factor de estabilidade e equilíbrio a nível mundial.

Senhor Presidente, a nova Secretária de Estado, Hillary Clinton, resumiu muito bem esta questão – e com isto termino – quando, na Comissão para as Relações Externas do Senado, afirmou: “A América não pode resolver os problemas mais urgentes sozinha, e o mundo não os pode resolver sem a América”.

Adrian Severin, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhor Presidente, os Estados Unidos da América precisam de uns Estados Unidos da Europa fortes. A União Europeia necessita de uma União Americana forte. Juntos, os Estados Unidos e a União Europeia podem ser a garantia da segurança e da estabilidade mundiais e servir de modelo para a construção de uma ordem mundial.

O relatório em apreço trata quer da melhoria das relações transatlânticas, quer do seu equilíbrio. Existem assimetrias entre as duas margens do Atlântico que afectam negativamente a cooperação transatlântica. Por conseguinte, o reforço da componente política da União Europeia é fundamental para a futura cooperação com os Estados Unidos. Permitirá uma melhor repartição de encargos no cumprimento das responsabilidades internacionais de ambas as partes.

Estes dois parceiros estratégicos objectivos precisam de ter relações mais profundas e mais bem estruturadas, e de institucionalizar essas relações. O relatório recomenda uma parceria estratégica reforçada e propõe um método para a alcançar. Nesse sentido, talvez devêssemos ponderar a criação de um verdadeiro organismo transatlântico confederal entre nós e os Estados Unidos da América.

Simultaneamente, a consolidação da parceria estratégica transatlântica deve oferecer uma nova oportunidade para o avanço da cooperação com o terceiro grande actor do hemisfério norte, ou seja, a Rússia. As relações entre os Estados Unidos e a União Europeia não devem ser vistas como uma aliança transatlântica contra a

Rússia, mas sim como um ponto de partida para a criação de uma fórmula de cooperação trilateral com o objectivo de manter a segurança e a estabilidade a nível mundial.

Para concluir, a nossa prioridade não é expor as nossas expectativas para nos iludirmos a nós próprios, mas sim elaborar hipóteses realistas sobre o que a União Europeia e os Estados Unidos podem fazer, aumentando, ao mesmo tempo, a nossa capacidade de realização. Por isso apoiamos a recomendação feita no relatório. Permitam-me que, a título pessoal, agradeça ao senhor deputado Millán Mon a excelente e amável cooperação que nos permitiu formalizar estas recomendações.

Sarah Ludford, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de me debruçar sobre as questões de justiça e segurança tratadas no relatório, não porque não esteja interessada nos aspectos económicos, mas porque só disponho de três minutos.

A indispensabilidade da cooperação transatlântica no combate ao terrorismo e à criminalidade grave é evidente, mas essa cooperação tem de ser prosseguida no pleno respeito do Estado de direito – nos planos nacional e internacional – e dos direitos fundamentais. Seja como for, a partilha de dados deve ficar subordinada a um quadro legal rigoroso e vinculativo relativo à protecção de dados.

A prova mais evidente da mudança de orientação protagonizada pelo Presidente Obama é a sua intenção de encerrar a prisão de Guantánamo. É um dado muito positivo, e este Parlamento já solicitou aos Estados-Membros que respondessem favoravelmente ao pedido formal dos Estados Unidos no sentido da reinstalação de cerca de 60 antigos prisioneiros considerados de baixo risco ou risco nulo e que não serão condenados. O pedido foi entregue oficialmente na semana passada, por ocasião da visita do Vice-Presidente Barrot e do Ministro Ivan Langer, e espero que, em breve, vejamos resultados. Compreendo que a vontade manifestada pelos Estados Unidos de reinstalarem no seu próprio território alguns dos detidos – os 17 uígures, por exemplo – veio facilitar a questão.

Seria igualmente positivo se o Presidente Obama pudesse ir além das suas decisões de Janeiro e anunciasse o encerramento de todos os centros de detenção da CIA e a cessação definitiva das transferências ilegais de prisioneiros. É necessário dar a conhecer tudo o que aconteceu nos últimos sete anos e meio, incluindo o recurso à deslocalização da tortura, para garantir que nada disso se repete, em particular a convivência da Europa.

O relatório acolhe uma alteração que propus e nos termos da qual a Administração dos Estados Unidos é instada a ratificar e a aderir ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Isso reforçaria claramente o Tribunal. Do mesmo modo, a abolição pelos Estados Unidos da pena de morte representaria a liderança mundial.

A imediata entrada em vigor do Acordo UE-EUA sobre Auxílio Judiciário Mútuo e Extradicação irá fomentar a cooperação em direito penal e eliminar a área cinzenta que viabilizou os voos para transferências ilegais de prisioneiros. Mas esta cooperação só pode ser apoiada se estiver garantido um tratamento justo. Um eleitor do meu círculo eleitoral está sob ameaça de extradicação e preso há décadas numa prisão de segurança máxima por ter acedido ilegalmente a um computador do Pentágono. É preocupante que o tenha conseguido fazer, mas trata-se de um viciado em computadores, não de um terrorista, e sofre da síndrome de Asperger. Os Estados Unidos devem retirar o pedido de extradicação e, se for caso disso, deixá-lo ser presente a tribunal no Reino Unido.

Finalmente, gostaria de abordar a questão das alterações propostas pelo Grupo ALDE respeitantes aos jogos de apostas em linha. É importante dar uma solução rápida a este diferendo, que se relaciona com interdições e processos – ilegais porque parciais – levantados nos Estados Unidos a organizadores europeus de jogos na Internet, e só a eles. Os Estados Unidos alegam junto da OMC que todas as apostas através da Internet são proibidas no país, mas isso não é verdade. As apostas em linha relativas a corridas de cavalos e baseadas nos Estados Unidos e, claro, as lotarias oficiais dos estados são toleradas, mas os fornecedores estrangeiros são alvo de acções judiciais.

Não tenho qualquer simpatia especial pelos jogos de apostas na Internet – na verdade, preocupam-me –, mas um tratamento discriminatório que desrespeita descaradamente as decisões da OMC não tem lugar numa relação transatlântica saudável. A propósito, o mesmo acontece com os vistos, pelo que espero que, muito em breve, estes sejam suprimidos para todos os cidadãos da UE.

Konrad Szymański, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, provavelmente não haverá nenhum problema internacional relevante que pudéssemos resolver apenas por nós próprios. Não falo só do Irão, do Iraque ou do Afeganistão. Os próprios princípios da ordem internacional parecem resistir menos bem

às investidas do terrorismo internacional. É necessário rever as Convenções de Genebra no sentido de tornar mais fácil enfrentar as ameaças não imputáveis a um Estado determinado.

Apesar das declarações optimistas, o futuro da NATO é hoje incerto. Se queremos que essa aliança se mantenha como garantia da nossa segurança, os nossos países têm de reavivar o seu empenho político e militar. Em todo o caso, a nossa cooperação deve ser pragmática, ou seja, temos de reconhecer que, embora diferente, o modelo de democracia dos Estados Unidos é igualmente legítimo, e de ser comedidos quando resolvemos dar conselhos sobre direito internacional, o Tribunal Penal Internacional ou a pena de morte.

Joost Legendijk, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhor Presidente, estamos no limiar de uma nova era nas relações entre a União Europeia e os Estados Unidos. Todos sabemos quanto os oito anos de George W. Bush na Casa Branca prejudicaram essas relações. Foi por isso que muitos europeus se congratularam com a eleição de Barack Obama e a sua promessa de abordar vários domínios numa perspectiva inteiramente diferente. O relatório do senhor deputado Millán Mon menciona todas estas importantes questões. São exemplo disso a abordagem conjunta relativa às alterações climáticas e à crise financeira e económica. São-no também a necessidade de adoptar uma nova estratégia para o Afeganistão e o Paquistão e o encerramento do campo de detenção de Guantánamo. Esta última questão, a prisão de Guantánamo, foi uma das que mais prejudicaram a autoridade moral dos Estados Unidos em todo o mundo. O mesmo se pode dizer da tortura ou do transporte e detenção ilegais de prisioneiros. O Presidente Obama tenciona pôr termo a estas práticas, e isso é algo que também o meu grupo aplaude calorosamente.

Há uma outra decisão, talvez menos notória mas, a meu ver, igualmente vergonhosa, que tem de ser revogada, e revogada quanto antes. Refiro-me à recusa dos Estados Unidos em cooperarem com o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia. Mais grave ainda, o Congresso dos Estados Unidos vingou-se aprovando a “American Service-Members’ Protection Act” (Lei relativa à protecção dos militares dos Estados Unidos da América) apenas um mês após a entrada em vigor do Estatuto do TPI, em Julho de 2002.

O que diz exactamente essa lei? Proíbe as instituições e os cidadãos dos Estados Unidos de cooperarem com o TPI, ainda que apenas através de informações. Obriga esses cidadãos a obterem uma garantia internacional de imunidade antes de participarem em operações das Nações Unidas. Ou seja: impede que lhes seja movida qualquer acção judicial. Os países que ratificaram o tratado que cria o TPI podem ser punidos por isso, e os Estados Unidos punem-nos efectivamente. Finalmente, aquilo que mais perplexidade causou no meu país, os Países Baixos: essa lei põe à disposição do Presidente dos Estados Unidos – ou melhor, dá-lhe o direito de utilizar – todos os meios necessários para libertar qualquer funcionário ou militar dos Estados Unidos detido pelo Tribunal Penal Internacional. É por isso que, nos Países Baixos, lhe chamamos a “lei sobre a invasão de Haia”.

Podíamos inventar muitas anedotas sobre o assunto e, de facto, fizemo-lo, e tínhamos boas razões para o fazer. No entanto, isso pode levar-nos a esvaziar o significado de tudo isto. Essa lei foi uma reacção extremamente hostil e bastante emblemática do Presidente Bush à constituição do TPI. Seria agora necessária uma reacção igualmente emblemática mas, espero, bastante mais amigável do Presidente Obama. Insto-o, pois, a revogar essa lei e a cooperar com o TPI, e solicito à Comissão e ao Conselho que levantem esta questão quando se reunirem com o Presidente na próxima semana.

Jiří Maštálka, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, li o relatório com muito interesse, mas, para falar com franqueza, fiquei um pouco perplexo. O relatório é composto por 61 números e é exaustivo, mas, em minha opinião, muito pouco claro. Presta pouca atenção ou nem sequer refere alguns dos assuntos que mais afectam o cidadão comum da República Checa e da Europa. Não emite uma opinião clara sobre a actual crise económica mundial nem sobre a abordagem da UE e dos Estados Unidos. Não encontro uma posição sobre a guerra ingloria que alguns Estados-Membros da UE e os Estados Unidos travam no Afeganistão. A posição assumida no relatório é absurdamente cautelosa. A que vem a exortação à apresentação de “um novo plano estratégico”? Afirmar que nos congratulamos “com a nomeação de Richard Holbrooke como enviado especial único para a região do Paquistão e Afeganistão” é totalmente descabido num relatório deste tipo e não passa de uma manifestação do ambiente de troca de favores entre a pequena clique de políticos que decidiram bombardear a Jugoslávia há dez anos. Também nada é dito sobre o plano para implantar elementos do sistema nacional de defesa antimíssil dos Estados Unidos na Europa Central, que, aliás, se tornou um pomo de discórdia nas relações internacionais e está a dar origem a um programa de militarização do espaço.

Embora não alinhe na duplicidade de critérios relativamente à Europa Oriental e dê grande destaque ao direito internacional, o relatório, em geral, não deixa de parecer um documento sobre defesa do Alto

Representante da UE, Javier Solana. O trabalho está bem feito e não são necessárias alterações de fundo. O documento inclui pedidos para a criação de dois novos organismos conjuntos da UE e dos EUA e uma proposta sobre o assunto. Em minha opinião, as criações literárias deste tipo não deviam ser apresentadas ao Parlamento Europeu. Do que precisávamos era de uma resolução sobre a forma de avançarmos nas questões fundamentais que actualmente afligem o mundo.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, partilho inteiramente do espírito de que está impregnado o relatório do senhor deputado Millán Mon no respeitante à importância crucial que a solidez das relações transatlânticas tem para a União Europeia. Muito justamente, o relator refere os valores políticos e sociais que, de facto, partilhamos.

Feito o elogio, passo às críticas. Lamento a superficialidade da recomendação constante do n.º 35, sobre uma abordagem transatlântica comum em relação à China. Não há propostas específicas, e isso numa altura de crise global em que se prepara a reunião do G20, em Londres, onde todos os olhos estarão postos nas reservas financeiras e no poder de Pequim. É verdade que, no n.º 47, o relator salienta os interesses comerciais transatlânticos comuns, entre os quais se conta o reforço dos direitos de propriedade intelectual. E quanto à área comum de preocupação, que é precisamente a China, Senhor Deputado Millán Mon?

A minha segunda observação prende-se com a perspectiva do multilateralismo, uma solução já muitas vezes preconizada neste Parlamento. Só os Estados Unidos, baseados na sua vontade política e na sua capacidade militar, querem e podem garantir a estabilidade e a segurança globais. Façamos uma breve comparação com a Europa. A missão da Europa consiste apenas em apoiar Washington de forma responsável e fiável. Para mim, é essa a verdadeira cooperação transatlântica, pois, embora os Estados Unidos necessitem, de facto, da Europa, temos de estar cientes de que esta precisa muito mais deles do que eles de nós. Tenhamo-lo presente.

Jana Bobošíková (NI). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, felicito o senhor deputado Millán Mon pelo seu útil e inspirador relatório sobre o estado das relações transatlânticas. Como não tenho tempo para uma análise pormenorizada, vou fazer apenas alguns comentários. Em primeiro lugar, o texto da resolução, no considerando B, não devia afirmar com tanta certeza que o Tratado de Lisboa entrará em vigor. Ainda não sabemos. Em segundo lugar, onde se fala da necessidade, que é real, de reformar o sistema financeiro internacional, o Banco Mundial e o FMI, falta uma referência à reforma e à indispensabilidade de uma regulamentação rigorosa das agências de notação de risco. Essas agências atribuíram a bancos e seguradoras a cotação máxima positiva de triplo A numa altura em que essas instituições já estavam cheias de activos tóxicos, realmente falidas e a pagar milhares de milhões aos seus gestores. Em terceiro lugar, no n.º 24 faz-se referência ao relatório de um painel de 16 novas agências dos Estados Unidos sobre as tendências mundiais para 2025. Faço notar que foram efectuadas análises semelhantes na Rússia e na China, mas o relatório nada diz a esse respeito. De qualquer forma, a China merecia mais atenção. Gostaria de salientar que, conforme informava o *Financial Times* na semana passada, em termos de capitalização bolsista os três maiores bancos do mundo são chineses. O PIB da China está a aproximar-se do dos Estados Unidos. A UE deve adaptar a sua atitude em conformidade. Em quarto lugar, nos números 31 e 32 são expostos vários planos precisos relativamente à Rússia. Fala-se na necessidade de uma cooperação construtiva, mas, logo no n.º 33, a UE e os Estados Unidos são incentivados a desenvolver uma estratégia conjunta relativamente a seis países da antiga União Soviética onde a língua russa é amplamente falada e onde parte da população é russa. Senhoras e Senhores Deputados, segundo o relatório, essa estratégia deve ser desenvolvida sem a participação da Federação da Rússia. Se isso acontecer, receio que estejamos não a promover uma cooperação construtiva, mas a lançar as sementes de uma série de conflitos – e espero que não sejam esses os nossos planos.

Elmar Brok (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia, os seus Estados-Membros e os Estados Unidos da América são forças da liberdade e da democracia. São, de entre todos os Estados do planeta, os que mais importância atribuem aos valores.

Nas últimas eleições, os Estados Unidos provaram, mais uma vez, a sua capacidade de se renovarem e rejuvenescerem através desse processo assente em valores e na democracia. Na ordem mundial, é fundamental que, como a contracção do crédito veio mostrar mais uma vez, nós, europeus, colaboremos mais estreitamente e coordenemos os nossos interesses com os Estados Unidos, pois só assim podemos estabelecer normas e aprofundar as relações entre os nossos Estados.

É por isso que considero o relatório do senhor deputado Millán Mon extremamente importante na actual conjuntura. Temos de envidar todos os esforços no sentido de dar maior protagonismo ao Conselho Económico Transatlântico e aplicar uma política que elimine as barreiras comerciais não pautais, para assim

podermos garantir a coordenação de interesses, a instituição de um mercado transatlântico e o aprofundamento contínuo das relações políticas.

Temos de reconhecer que isso só acontecerá com a participação dos parlamentos, pois só através deles a maior parte dos regulamentos pode ser devidamente aprovada, e que esse processo e as propostas associadas ao Diálogo Transatlântico entre Legisladores e à Assembleia Transatlântica são da maior importância.

Além disso, é decisivo o facto de estarmos actualmente a desenvolver estratégias a longo prazo, de estarmos em posição de estabelecer planos conjuntos e de ambas as partes estarem cientes do que serão os nossos interesses comuns daqui a dez ou vinte anos, de tal modo que podemos basear neles a nossa prática política. Creio, também, que isso dará à Presidência checa um ponto de partida para chamar a atenção para esta questão na reunião com os Estados Unidos, em 5 de Abril, de modo a, no nosso interesse comum, criarmos uma ligação mais forte.

Uma última observação: tudo isto só funcionará se a União Europeia for um parceiro mais forte e credível, isto é, se tiver algo como o Tratado de Lisboa e obtiver liberdade de acção no domínio da política externa. Assim, gostaria de pedir para protegermos os nossos interesses neste momento e nos lembrarmos de que temos de avançar na criação de uma verdadeira parceria com os Estados Unidos da América, em plena harmonia.

Erika Mann (PSE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de dizer algumas palavras sobre as nossas relações económicas. Gostaria de agradecer ao meu colega, senhor deputado Millán Mon, o seu excelente relatório.

Não nos podemos esquecer do que temos em vista. O que quero dizer é que foi o Parlamento Europeu que teve a ideia, só muito mais tarde apoiada pelo Conselho e pela Comissão, de um reforço das relações económicas e da criação de um mercado transatlântico. A ideia do mercado transatlântico foi seguida pelo Conselho Económico Transatlântico (CET). Qualquer uma dessas iniciativas só pode sobreviver se houver um forte apoio de ambas as partes. O facto de haver um novo Governo nos Estados Unidos não significa, só por si, que consigamos um forte apoio para o Conselho Económico, dada a enorme crise económica e financeira que estamos a atravessar.

Assim, insto a Comissão e o Conselho a zelarem por que o Conselho Económico Transatlântico receba o apoio necessário, pois este não é automático.

Gostaria de vos lembrar três pontos muito importantes da agenda, que temos de resolver de alguma maneira. O primeiro é o dos litígios comerciais. Trata-se de um assunto bastante amplo, mas gostaria de me centrar numa questão importante: o caso Airbus-Boeing, que é anterior à OMC e continua a ser sistematicamente adiado. Insto-vos a encontrarem uma solução. Não faz parte da agenda do CET, mas temos de encontrar uma solução em breve, pois, de contrário, haverá dificuldades neste importante sector.

Em segundo lugar, peço-vos que nos garantam que finalmente vamos ter acesso a um roteiro e que haverá transparência quanto ao tipo de questões debatidas no CET. Já o solicitámos várias vezes. Sei que o Conselho está a trabalhar neste assunto, mas ainda não há grandes progressos. Gostaríamos de, muito em breve, ter uma audiência sobre segurança de contentores. Na última reunião do CET, chegou-se a acordo sobre essa audiência, mas será necessário dar seguimento a essa decisão.

O meu último ponto é o seguinte: é urgente apresentar no CET a sugestão de procedermos conjuntamente à identificação de um ponto de referência para as indústrias de grande consumo energético. Só assim se poderão resolver os problemas desse sector.

PRESIDÊNCIA: Manuel António dos SANTOS

Vice-Presidente

Anneli Jäätteenmäki (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, vem à Europa na próxima semana, na sua primeira visita ao estrangeiro, demonstrando assim o seu empenhamento na aliança e no diálogo transatlânticos.

A sua eleição para Presidente trouxe esperança e mudança, não só para os Estados Unidos mas também para a Europa e para todo o mundo. É imperioso que a UE estabeleça redes de comunicação que permitam um diálogo intenso e permanente com os Estados Unidos sobre várias questões fundamentais, nomeadamente o conflito no Médio Oriente, a crise económica e as alterações climáticas. São problemas globais que, por o

serem, devem ser debatidos no âmbito da cooperação internacional entre os Estados Unidos, a União Europeia, os Estados europeus, a China, a Índia e todos os demais Estados do mundo.

Bogusław Rogalski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, as eleições presidenciais nos Estados Unidos inauguraram uma nova era na história das relações com esse país, e no próprio país. Espero que, para os Estados Unidos, seja uma mudança evolucionária e não revolucionária.

No entanto, causam-me grande apreensão as estranhas relações que se estão a desenvolver entre os Estados Unidos e a Rússia em detrimento dos acordos internacionais celebrados com alguns países europeus, como a Polónia ou a República Checa, por exemplo, sobre a construção de um escudo antimísil, sendo certo que os Estados Unidos não estão a honrar alguns compromissos assumidos. Lembremo-nos, também, dos vistos que os Estados Unidos ainda exigem aos cidadãos de alguns Estados-Membros. São coisas que não deveriam acontecer no âmbito nas relações transatlânticas entre a UE e os Estados Unidos.

O reforço da cooperação transatlântica é especialmente importante no combate ao terrorismo, que se deve basear, sobretudo, no respeito pelo direito internacional. Disse Barack Obama: “Nenhum país, não importa quão vasto ou poderoso ele seja, pode vencer estes desafios sozinho”. Devemo-nos lembrar disto quando, como muitas vezes acontece neste Parlamento, parecemos convencidos de que a União Europeia, ela sim, será capaz de enfrentar sozinha esse desafio global.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, o senhor deputado Millán Mon no seu relatório, a senhora Comissária e o senhor Ministro apresentaram soluções, estratégias e objectivos que nos podem e devem orientar na nossa cooperação com os Estados Unidos. Gostaria de voltar a uma reflexão que queria partilhar convosco.

Creio que o *slogan* eleitoral de Barack Obama – “A mudança de que precisamos” – também nos diz respeito a nós, europeus. Estou a pensar numa mudança da nossa atitude para com os Estados Unidos da América. Por um lado, admiramos a riqueza, a economia, a ciência, o cinema, a música e a liberdade daquela que, em termos históricos, é uma sociedade jovem. Por outro, existe antipatia, e até hostilidade, especialmente por parte de muitos deputados da esquerda, em relação à política americana, à religiosidade americana e ao capitalismo americano. Paradoxalmente, a Rússia é uma amiga de todas as horas, não importa o que faça, mesmo que sejam os piores crimes, como, por exemplo, o assassinio de jornalistas, ao passo que os Estados Unidos são um parceiro em se quer ver um inimigo, um inimigo que – a verdade é essa – ajudou a Europa a libertar-se do nazismo, que não era obrigado a fazer esse sacrifício, mas que o fez de livre vontade. São olhados como um inimigo que ajudou a Europa a reconstruir-se, mas que, apesar disso, continua a não ter direito ao título de parceiro de coligação permanente.

Estou, pois, a falar de bitolas e juízos adequados, baseados no senso comum, e não da única ideologia correcta e justa, uma espécie de eco que nos chegasse de Moscovo. O que quer que haja de mau ou errado nos Estados Unidos da América tem de ser avaliado em conformidade, mas o que for bom e nos puder ajudar a concretizar os objectivos da UE deve ser valorizado. A cooperação deve basear-se em realidades e, ao mesmo tempo, na firme vontade de resolver problemas em conjunto. As muitas declarações, aclamações, alterações e resoluções inteiras apresentadas pela esquerda nos últimos quatro anos e que tive oportunidade de apreciar fundamentavam-se, não raras vezes, numa atitude negativa genérica, e não necessariamente em factos. Permita-me, Senhor Presidente, acrescentar uma última frase: Barack Obama só se tornou presidente por vontade de uma nação, uma nação com a qual vale a pena trabalhar, uma nação que protege valores que são igualmente importantes para nós.

Libor Rouček (PSE). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, a Europa e os Estados Unidos estão a enfrentar toda uma série de problemas e desafios a nível global. São eles a crise financeira e económica, os problemas do aquecimento global, o terrorismo, a proliferação de armas nucleares, os problemas latentes e os conflitos abertos no Médio Oriente, Iraque e Afeganistão, entre muitos outros. Nem a UE nem os Estados Unidos conseguem resolver nenhum desses problemas sem a necessária cooperação, seja uma cooperação estratégica, seja uma parceria estratégica do género de que já aqui se falou. Uma parceria assente nos valores partilhados da liberdade, dos direitos humanos e civis e da democracia, valores que provaram a sua importância ao longo dos últimos 60 anos.

Nos Estados Unidos, com a nova Administração chegou também uma enorme vontade de cooperar. Há poucas semanas, alguns de nós visitámos Washington e falámos com os subsecretários do Departamento de Estado e com os nossos homólogos no Congresso, no Senado e em várias instituições de carácter científico. Há ali muita vontade de cooperar e de fazer coisas e resolver assuntos em conjunto. Gostaria pois de me

associar ao pedido dirigido aos deputados do Parlamento Europeu no sentido de se envolverem numa cooperação bastante mais estreita e intensa com os seus homólogos dos Estados Unidos.

A cooperação estratégica entre a Europa e os Estados Unidos não deve, porém, ser dirigida contra terceiros países como a Rússia ou a China. Os problemas do desarmamento ou do controlo do armamento nuclear, por exemplo, não podem ser resolvidos sem a cooperação da Rússia. Assim, saúdo, por exemplo, o recomeço das conversações sobre o Tratado START e o debate com os nossos parceiros russos sobre o sistema de defesa antimíssil dos Estados Unidos na Europa. Tudo isto é importante. Gostaria de concluir desejando à Presidência checa os maiores êxitos para a próxima cimeira de Praga e agradecendo ao senhor deputado Millán Mon o seu relatório.

Ignasi Guardans Cambó (ALDE). – (ES) Senhor Presidente, o primeiro líder europeu a visitar os Estados Unidos nos últimos tempos, Gordon Brown, afirmou num discurso proferido em Washington que não havia memória política de um período em que a Europa tivesse manifestado tanta simpatia para com os Estados Unidos. É bem verdade. Nunca houve tanto pró-americanismo, tanto americanismo, podemos dizê-lo, nas nossas sociedades em geral nem, obviamente, nas nossas elites políticas, culturais e sociais.

Devemos aproveitar as circunstâncias. Trata-se de um sentimento comum que vai além da simpatia pessoal pelo novo Governo e que se soma a uma agenda comum alargada sobre a qual podemos trabalhar e que está muito bem explicada no relatório que votaremos amanhã.

No entanto, é também muito importante estarmos cientes de que, embora partilhemos muitas coisas, nem sempre os nossos interesses coincidem e, portanto, haverá alguns domínios nos quais continuaremos a divergir, embora como amigos que, agora, falam francamente um com o outro, olhos nos olhos, e que, por isso, podem continuar a trabalhar em conjunto. Fundamentalmente, isto acontece porque as nossas sociedades são diferentes, especialmente nos domínios económico e comercial, nos quais há questões pendentes que têm de ser resolvidas com espírito de cooperação, mas sem esquecer a posição de cada lado.

Neste contexto, a União Europeia tem de ser autocrítica sobre o que deve fazer e o que é necessário melhorar para ser credível. Sabemos que, quando o Tratado de Lisboa for aprovado, teremos instrumentos mais claros que poderemos aplicar na altura. No entanto, é bom que percebamos desde já que, se quisermos ser respeitados e “aparecer no radar” dos Estados Unidos, temos também de alterar a nossa maneira de funcionar.

James Elles (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, creio que o relatório que temos à nossa frente é muito importante, dado que o nosso relator, senhor deputado Francisco Millán Mon, conseguiu que fosse aprovado na Comissão dos Assuntos Externos quase por unanimidade. Nunca vira isto antes: todos os grupos unidos na manifestação do seu apoio a uma parceria transatlântica mais forte. De facto, verifiquei que neste relatório lhe chamamos, pela primeira vez, a nossa parceria mais estratégica. Temos muitas outras, mas para nós, União Europeia, esta é a principal.

Como foi já referido, há um novo tom, mas penso que deve ser atribuído à expectativa dos Estados Unidos em relação ao que a Europa pode fazer para se tornar uma parceira no sistema global, e que, assim sendo, temos de chegar a conclusões sobre o contributo que poderíamos dar para esse processo.

Penso que o ponto alto deste debate lhe é devido a si, Senhora Comissária, quando disse que o que procuramos é um diálogo mais estratégico, a capacidade de olhar para as tendências a longo prazo, como faz o relatório do National Intelligence Council (NIC) sobre as tendências para 2025, de olhar mais além para compreender que é possível uma análise comum, e de, consequentemente, chegar a acordo sobre as medidas a tomar em conjunto. Suspeito que isso exigirá alguma reflexão no seio da União Europeia, e talvez o nosso apoio através do orçamento de 2010, para tornar possível a formulação de um pensamento próprio sobre o longo prazo – porque, de facto, pensa-se muito pouco a longo prazo tanto na Comissão como neste Parlamento, e raramente surge, nos nossos documentos, uma reflexão sobre as tendências a longo prazo do género da que podemos encontrar naquele relatório.

Complementarmente, teremos de encontrar maneira de estabelecer condições mais equitativas para a participação de europeus e estado-unidenses nestes debates. Nos últimos cinco anos, assistimos a um enorme rodópio de membros de grupos de reflexão dos Estados Unidos que vinham a Bruxelas dizer-nos o que devíamos fazer neste ou naquele domínio da actividade política, mas muito poucos europeus puderam ir a Washington expor as nossas ideias sobre a elaboração das políticas europeias. Temos de pensar seriamente nesta questão e elaborar propostas orçamentais que garantam o efeito pretendido, ou seja, o equilíbrio nas contribuições das duas partes para os nossos debates transatlânticos.

Ana Maria Gomes (PSE). – (EN) Senhor Presidente, salva, pela eleição de Obama, das cinzas deixadas pela Administração Bush, a parceria transatlântica já não é suficiente para resolver os principais desafios que a Humanidade enfrenta, mas ainda é necessária.

A Europa tem de aproveitar esta oportunidade e articular, conjuntamente com os Estados Unidos, uma estratégia de saída da actual crise global que preserve a segurança humana – e isso significa não apenas reformar o sistema financeiro internacional, mas também regular todo o processo de globalização e investir numa economia sustentável à escala mundial.

Precisamos de mais Europa e de uma Europa mais forte para ajudarmos Obama a encerrar Guantánamo e as prisões secretas, a definir uma estratégia alternativa para as ameaças à segurança no Afeganistão, Paquistão, Irão e Sudão, e a garantir justiça e paz para israelitas e árabes.

Precisamos de uma Europa mais forte e de uma verdadeira parceria com os Estados Unidos para cumprirmos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Só uma UE capaz de partilhar encargos e de assumir as suas responsabilidades globais, uma UE que não seja apenas a soma das suas partes, será levada a sério em Washington, conseguirá influenciar as políticas da Administração Obama e estará em condições de desempenhar o papel que lhe cabe na verdadeira parceria transatlântica de que o mundo ainda precisa.

István Szent-Iványi (ALDE). – (HU) No discurso que proferiu em Berlim no ano passado, Barack Obama afirmou que a América não tem melhor parceiro no mundo do que a Europa. Chegou a altura de dizermos o mesmo, ou seja, que não temos, em todo o mundo, parceiro melhor ou mais importante do que os Estados Unidos da América. Temos de procurar aliados entre aqueles com quem partilhamos valores e interesses comuns, e não entre os que estão muito distantes de nós.

A Europa não tem alternativas às relações transatlânticas. O mundo ocidental, no seu conjunto, enfrenta importantes desafios: o terrorismo internacional, a proliferação nuclear, as alterações climáticas e a crise económica. Relativamente a eles, só teremos êxito e só conseguiremos resultados se nos mantivermos juntos.

No que se refere à crise económica, nenhum país escapa à tentação do protecçãoismo. Nem mesmo os Estados Unidos, onde, como sabemos, foi anunciado um programa chamado “Buy American”. Temos de agir em conjunto contra o protecçãoismo, porque, de facto, não só não nos protege como acaba por ser prejudicial para todos.

A primeira visita do Presidente Obama à Europa criou grandes expectativas. Todos esperamos que a cimeira do G20 estabeleça as bases de uma resposta institucional comum e fixe as regras comuns que nos permitirão ultrapassar a crise económica global.

A ambição da Europa é tornar-se um actor importante na cena internacional. O Tratado de Lisboa proporcionará o quadro institucional indispensável para o efeito, mas nada substitui a vontade política. Temos de assumir um papel de maior relevo na vida internacional, pois só assim poderemos alcançar os nossos objectivos.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) Gostaria de agradecer ao senhor deputado Francisco José Millán Mon o seu excelente relatório sobre as relações transatlânticas.

Devemos, enquanto deputados ao Parlamento Europeu, insistir em que a União Europeia e os Estados Unidos da América desenvolvam uma estratégia comum relativamente aos seis Estados da Europa Oriental que estão no cerne da Política Europeia de Vizinhança – Moldávia, Ucrânia, Geórgia, Arménia, Azerbaijão e Bielorrússia –, de modo a propiciar a obtenção de resultados concretos e duradouros no desenvolvimento da nova Parceria Oriental e no respeitante à Sinergia do Mar Negro. Saúdo o facto de a alteração que propus sobre este assunto ter sido incluída no relatório e gostaria de agradecer aos meus colegas deputados o apoio dado a esta ideia.

Outra questão de grande importância é a proposta do relator no sentido da revogação do regime de vistos relativamente a todos os cidadãos europeus que pretendam viajar para os Estados Unidos. Tem de haver igualdade de tratamento para todos os cidadãos europeus. É inaceitável que alguns cidadãos da União Europeia sejam tratados como cidadãos de segunda classe.

Gostaria de chamar a atenção para alguns progressos significativos no que respeita ao preenchimento das condições para a obtenção da isenção de vistos. Na Roménia, por exemplo, foram introduzidos, em Janeiro de 2009, os novos passaportes biométricos providos de *chips* que armazenam os dados pessoais dos cidadãos e com 50 elementos de segurança, mais 18 do que os actuais passaportes. Penso, contudo, que os passaportes

biométricos não devem ser considerados uma condição necessária para a inclusão no programa de isenção de vistos.

A inclusão de todos os Estados-Membros da UE no programa de isenção de vistos tem de ser uma das prioridades do diálogo entre a Comissão Europeia e os Estados Unidos.

Józef Pinior (PSE). – (PL) (*microfone inicialmente desligado*) (...) como o Presidente Barack Obama intitula a sua comunicação na Cimeira do G20, em Londres. A crise económica tornou-se um desafio para o mundo inteiro, mas constitui também uma oportunidade para aprofundarmos e reformularmos as relações transatlânticas. O relatório do senhor deputado Millán Mon dissecou os aspectos estratégicos da parceria entre a União Europeia e os Estados Unidos. É uma prova convincente da importância que o Parlamento Europeu atribui às relações transatlânticas.

Este novo capítulo nas relações entre a UE e os EUA também deve ser aproveitado para intensificar a actividade das instituições comunitárias nos Estados Unidos. Estou a pensar nas instituições europeias, nas universidades europeias e nas fundações europeias. Chegou a altura de reformular a nossa parceria e de dar a conhecer aos Estados Unidos, e sobretudo a Washington, o potencial da União Europeia de hoje, o potencial da ciência, da cultura e da civilização europeias. Devemos aproveitar o facto de os Estados Unidos terem um novo Presidente – e um Presidente que apresenta a América como a Europa sempre a viu: um símbolo da democracia e da liberdade.

Toomas Savi (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o Presidente Obama afirmou que “a América não tem um parceiro melhor do que a Europa”. Creio que posso falar em nome de muitos de nós para dizer que a inversa também é verdadeira. A eleição do Presidente Obama deu início a um novo capítulo nas relações transatlânticas, que sofreram graves reveses. Na qualidade de vice-presidente da Delegação para as Relações com o Canadá, estive a dada altura envolvido numa situação em que o Canadá serviu de mediador entre a União Europeia e os Estados Unidos.

Segunda questão: aplaudo a decisão do Presidente Obama de optar pela via diplomática nas suas relações com a República Islâmica do Irão. No entanto, como apoiante dos Amigos de um Irão Livre, espero que a oposição democrática iraniana seja também envolvida. As negociações com o Irão têm de ser totalmente transparentes. Espero que esta nova era nas relações UE-EUA se estenda, também, às relações dos Estados Unidos com países terceiros. As grandes expectativas da Europa em relação ao Presidente Obama precisam de ser confirmadas por acções.

Alojz Peterle (PPE-DE). – (SL) A Nova Agenda Transatlântica era nova em 1995. Muitas coisas mudaram desde então, razão por que necessitamos de um novo acordo de parceria.

Passaram vinte anos desde a queda do Muro de Berlim, a que se seguiu o histórico alargamento da União Europeia. Neste período, testemunhámos o trágico aumento do terrorismo e as novas ameaças à paz na região. Além disso, tomámos maior consciência das alterações climáticas e enfrentámos crises financeiras, económicas e energéticas. Seria útil fazermos o balanço do período que se seguiu à queda do comunismo e olharmos as condições do mundo com maior sensibilidade em relação à interdependência dos actores globais. No contexto dos novos desafios e de novas percepções, deve ser desenvolvida uma parceria mais estreita com os Estados Unidos da América.

Não estamos a enfrentar apenas uma crise financeira e económica. Estamos a enfrentar, também, uma crise de liderança a nível global. Temos de avançar em várias frentes simultaneamente. Fracassaremos na reforma do sistema financeiro internacional se não se verificarem progressos no processo de Doha e não tivermos mais êxito na busca da paz e na erradicação da pobreza.

Se estamos a falar de um multilateralismo eficaz, devemos desenvolvê-lo de forma a garantir que todos ficam a ganhar. “Yes, we can”.

Nesse sentido, defendo consultas políticas regulares entre os dois parceiros e, em particular, o reforço da dimensão parlamentar da cooperação através da criação de uma assembleia transatlântica. Quanto ao relatório, congratulo-me especialmente com o destaque dado à questão da supressão das restrições ao investimento e aos serviços financeiros transatlânticos.

A concluir, quero ainda saudar a vontade expressa no relatório de estreitar a cooperação no domínio dos programas espaciais, em particular entre a Agência Espacial Europeia e a NASA. Não quero com isto dizer que pretendo tornar-me astronauta, mas sim que estou interessado nas novas tecnologias.

Helmut Kuhne (PSE). – (DE) Senhor Presidente, a grande maioria dos cidadãos da União Europeia, provavelmente a maior parte dos governos na União Europeia e, quase de certeza, a maioria deste Parlamento desejavam, em Novembro, que Barack Obama fosse eleito Presidente. Isso é positivo, mesmo que tenha sido notório, em algumas intervenções neste debate, algum cepticismo sobre as vantagens dessa eleição.

É evidente que a Europa tem de defender conscientemente as suas posições no futuro, mas o tempo dos comentários jocosos sobre os Estados Unidos pertence ao passado, pois já não podemos, comodamente, imputar tudo a George Bush, o que significa que temos uma nova tarefa. A política da União Europeia e deste Parlamento relativa às relações transatlânticas já não pode consistir apenas em fazer exigências aos Estados Unidos; agora, também temos de decidir como vamos contribuir para tornar essa parceria eficaz.

Vejamos, por exemplo, o caso do Afeganistão, que foi referido por vários deputados. O que queremos que a União Europeia faça para melhorar e reforçar as missões de policiamento, a fim de fomentar o apoio civil e a reconstrução civil desse país? Essa será a nossa missão enquanto UE; a NATO pode ocupar-se das questões militares. Temos de discutir este assunto muito concretamente. O que temos para oferecer?

Janusz Onyszkiewicz (ALDE). – (PL) Senhor Presidente, nos 50 anos que se seguiram à guerra, a base do pensamento sobre segurança na Europa Ocidental consistia numa aliança estreita com os Estados Unidos e no princípio de que a segurança é indivisível, ou seja, de que a segurança dos Estados Unidos está directamente ligada à segurança da Europa. Contudo, parece que o fim da Guerra Fria e o adiamento que se deseja indefinido de um eventual grande conflito na Europa ainda exigem que este princípio não seja posto em causa. Bem pelo contrário, deve ser apoiado e deve ser a base do nosso pensamento sobre segurança comum.

Em segundo lugar, gostaria de referir o que o senhor deputado Kuhnt disse há momentos. Os Estados Unidos chegaram ao fim da era das medidas políticas unilaterais e estão preparados para o diálogo e para a tomada de decisões conjuntas com a Europa. A questão é a seguinte: estamos preparados para isso e para sermos fiáveis na aplicação dessas decisões tomadas em conjunto?

Tunne Kelam (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, o senhor deputado Millán Mon apresentou um excelente e importante relatório. A questão agora é a de como dar-lhe seguimento sem perda de tempo.

A crise económica global proporciona um incentivo prático a que as duas maiores democracias mundiais unam esforços com base em valores partilhados e em sistemas económicos semelhantes, pois mais de metade do PIB mundial é gerado pelos Estados Unidos e pela UE. O senhor deputado Severin descreveu, e bem, a reciprocidade estratégica: a Europa precisa de uns Estados Unidos fortes e os Estados Unidos precisam de uma Europa forte. Se os dois parceiros coordenarem as suas actividades de modo mais adequado e com maior eficácia, isso terá um efeito positivo na estabilidade mundial e em muitos problemas regionais específicos.

Sim, mais interesse pela Europa e maior flexibilidade e abertura por parte da Administração dos Estados Unidos são uma oportunidade bem-vinda que temos de aproveitar. Mas é necessário ter sempre presente que as relações com os Estados Unidos continuam a representar a parceria estratégica mais importante para a UE. Contudo, não é altura para declarações; é altura de agir, e o relatório salienta três prioridades concretas. Apelamos a que se chegue a acordo sobre uma agenda comum de objectivos a curto e longo prazo relativos a questões de carácter global e regional. Apelamos a que a relação de 14 anos seja substituída por um novo acordo de parceria transatlântica, que deve incluir, também, um Conselho Económico, e apelamos à criação de um Conselho Político Transatlântico, bem como à intensificação das relações parlamentares mediante a criação de uma assembleia transatlântica.

Martí Grau i Segú (PSE). – (ES) Senhor Presidente, a eleição do Presidente Obama inaugurou uma época histórica para os Estados Unidos, cuja importância é largamente sentida e partilhada na Europa.

Actualmente, o Presidente Obama está em completa sintonia com a Europa em relação às medidas políticas assentes nas palavras-chave “reconstrução” e “recuperação”.

O discurso proferido ontem, neste Parlamento, pelo Primeiro-Ministro Gordon Brown é a prova inequívoca do mútuo entendimento que se faz sentir. Sem dúvida que as palavras “reconstrução” e “recuperação” merecem a liderança proactiva possível tendo em vista a actual crise, em face da qual tencionamos evoluir para uma economia “verde”, onde o crescimento e a protecção do ambiente não estão em conflito, antes se complementam na perfeição.

Contudo, estamos também a tratar da “reconstrução” e “recuperação” das pontes entre a Europa e os Estados Unidos, que, na última década, sofreram vários danos.

O regresso dos Estados Unidos ao multilateralismo é um óptimo sinal para a Europa e torna mais viáveis os nossos objectivos de paz, justiça e prosperidade em todo o mundo. Porém, os últimos anos também levaram à criação de um fosso entre as sociedades civis de ambos os lados do Atlântico.

Nós, instituições europeias, devemos fomentar todos os tipos de interacção entre organizações, o mundo académico, os meios de comunicação e todos aqueles que intervêm na esfera social, para que esta ferida se possa sarar.

Luís Queiró (PPE-DE). - Ao contrário da nossa colega Ana Gomes, que há pouco interveio e que acredita que a relação transatlântica renasceu com a eleição de Obama, eu penso que as notícias sobre o fim dessa relação eram claramente exageradas. Este relatório vem mais uma vez comprová-lo e, por isso, cumprimento o seu autor.

Há muito que a Europa e os Estados Unidos são aliados indispensáveis à prosperidade, ao desenvolvimento e à globalização. Há muito que a Europa e os Estados Unidos compartilham desafios comuns e até os mesmos adversários, mesmo que alguns, sobretudo do lado de cá do Atlântico, hesitem em reconhecê-lo. E há muito que ambos, europeus e americanos, sabem o que deve ser feito para responder às necessidades de um mundo que continua a ser injusto, desigual, perigoso, e agora em crise global.

Mas a crise não nos deve fazer voltar para trás, nem falta de firmeza diplomática, de empenhamento político e militar consequente com as nossas obrigações de aliados, nem o regresso da economia colectivista ou o reaparecimento do proteccionismo, que seriam fatais para o relançamento das nossas economias.

Mercê de uma economia que se abriu à escala global, a Europa e os Estados Unidos têm hoje fortes aliados no Japão, na Índia, no Brasil e em vários países da Ásia.

Apesar da actual crise, há muitos povos no mundo que continuam a olhar para os nossos países e ambicionam um dia viver como nós. Para todos esses povos, a Europa e a América têm de voltar a ser a aliança que lidera a economia da prosperidade, que a partilha e que a torna global.

É por isso também que a próxima Cimeira do G20 é tão importante, não porque seja a oportunidade de saber quem está mais perto de Barack Obama, mas por ser a oportunidade de provar que temos respostas e lideranças, cooperando com as novas potências nas reformas que são necessárias, mas sabendo que só o modelo económico assente na força criadora dos homens permitirá criar riqueza – digo riqueza e não digo ganância –, empregos, desenvolvimento, e superar a crise.

É que, Senhor Presidente, de outra maneira não será viável, pelo menos de uma forma duradoura, gerar novos empregos ou ser efectivamente solidário com quem, nestes momentos difíceis, mais precisa.

Dushana Zdravkova (PPE-DE). – (BG) Senhora Comissária, gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Millán Mon, o seu relatório exaustivo e a sua posição firme em relação à revogação do regime de vistos.

Quatro anos após o início das negociações sobre a revogação da obrigação de visto entre os Estados Unidos e a União Europeia, 80 milhões de cidadãos dos Estados-Membros ainda têm de esperar em filas para pedir o visto americano nos passaportes. Apesar de, até agora, se terem alcançado alguns resultados significativos, a Administração dos Estados Unidos recusa-se a dar o último passo no sentido de aplicar o princípio da reciprocidade aos restantes cinco Estados-Membros e de os incluir no programa de isenção de vistos.

Na nossa resolução de 22 de Maio de 2008, apelámos a que as negociações sobre a inclusão de todos os Estados-Membros no programa de isenção de vistos terminassem antes das eleições europeias de Junho. A falta de progressos até ao momento é preocupante, tal como o são as inúmeras indicações recolhidas na imprensa, que apontam para que não haverá uma verdadeira mudança na política dos Estados Unidos.

Gostaria de realçar a visita a Washington feita na semana passada pelo senhor Comissário Barrot, durante a qual foi dada continuidade às negociações sobre a revogação das restrições em matéria de vistos. Ainda não são claros os resultados concretos da visita. Receio que, apesar dos esforços da Comissão, os objectivos que definimos não sejam alcançados até ao fim do actual mandato do Parlamento.

No entanto, quero referir que, lamentavelmente, algumas das medidas tomadas individualmente pelos Estados-Membros estão, na verdade, a contribuir para que os nossos parceiros americanos não olhem para a União Europeia como um conjunto coeso. É por isso que aproveito a oportunidade para apelar a todos os

governos europeus para que mudem a sua política e tomem medidas concretas no sentido de prestar apoio efectivo aos representantes da Comissão Europeia.

Além disso, insto todos os meus colegas deputados a apoiarem a declaração apresentada por um grupo de deputados, no qual me incluo, a favor da revogação pelos Estados Unidos do regime de vistos para os cidadãos de todos os Estados-Membros da União Europeia.

Urszula Gacek (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, a eleição do Presidente Obama foi recebida com entusiasmo nos Estados Unidos da América e na Europa, mas espera-se muito do 44.º Presidente daquele país. O Presidente Obama enfrenta mais desafios do que qualquer outro dirigente do país alguma vez enfrentou em tempo de paz. Tem uma crise financeira e económica interna, quase um colapso dos mercados financeiros, que afectou a economia mundial e que ainda está longe de ser resolvida. Comprometeu-se a encontrar uma solução para um Afeganistão devastado pela guerra e para as consequências do conflito no vizinho Paquistão. Enfrenta o perigo de um Irão que está cada vez mais próximo de se tornar uma potência nuclear.

Acreditamos numa relação transatlântica forte assente nos valores comuns da democracia e da economia de mercado livre. Respeitamos as prioridades definidas pelo Presidente Obama e pela sua nova Administração. Não nos ofende se os Estados Unidos considerarem que alguns destes objectivos só serão alcançados com a sua cooperação com a Rússia. A Europa está a estender a mão aos Estados Unidos. Há apenas algumas semanas, nesta Assembleia, declaramos a nossa abertura quanto ao encerramento da prisão de Guantánamo e à reinstalação de antigos prisioneiros.

Os Estados-Membros do antigo bloco de Leste têm uma dívida especial de gratidão para com os Estados Unidos. Fomos trazidos para a comunidade transatlântica muito antes da nossa adesão à UE. Pela sua parte, a Polónia manifestou a sua gratidão dispondo-se a apoiar os Estados Unidos sempre que necessário, incluindo em compromissos militares no Iraque e no Afeganistão. Apelo à nova Administração para não tomar este apoio como inteiramente certo. A geração mais nova de polacos, criada em democracia, depressa esqueceu esta dívida de gratidão. Ao tomar consciência dos seus objectivos mais vastos, os Estados Unidos não devem esquecer que estes fiéis aliados têm as suas susceptibilidades, em particular sempre que se volta a falar de relações com a Rússia.

Geoffrey Van Orden (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, quero dirigir algumas palavras de advertência em especial à nova Administração Obama. Ao longo dos últimos 60 anos, os Estados Unidos têm tomado uma série de posições relativamente à integração europeia. Naturalmente, vêem-na na perspectiva de um observador externo e podem até imaginar – incorrectamente, creio – que se assemelha à experiência histórica da América. Esta é a perspectiva defendida pela tendência federalista dominante nas instituições da UE. O perigo está em que os interlocutores dos Estados Unidos aceitem a narrativa da UE como um facto e não como uma história apresentada como um documentário cujo conteúdo é, na sua maioria, enganador e fictício.

Os Estados Unidos devem compreender que muitos de nós acreditamos que a UE está a avançar na direcção errada e que a sua ambição de criar um Estado denominado Europa não reflecte a vontade dos nossos cidadãos, justificadamente apegados, como estão, à soberania dos respectivos países e à sua capacidade de eleger e extinguir governos.

Nem seria do interesse dos Estados Unidos que o livre consentimento de muitos países europeus fosse substituído por outro tipo de União Europeia.

Devo dizer que nutro grande respeito pelo senhor deputado Millán Mon e que aprovo muitas das opiniões do seu relatório, mas não a questão essencial, que é a promoção do papel da UE enquanto instituição como único porta-voz das relações comerciais com os Estados Unidos.

Ioan Mircea Paşcu (PSE). – (EN) Senhor Presidente, embora a aliança ocidental nos tenha ajudado a obter a independência e a acabar com a Guerra Fria, na altura em que os nossos países aderiram à NATO e à UE, as relações transatlânticas não estavam na sua melhor forma.

A actual crise e os seus desafios comuns – a deterioração do ambiente de segurança, as questões globais como a energia, as alterações climáticas, a proliferação nuclear e as novas centrais nucleares, as questões regionais como o Médio Oriente, o Afeganistão, o Paquistão, o Irão e África – exigem a maior intensificação possível da cooperação transatlântica.

Nesse contexto, o relatório oferece um contributo positivo ao sugerir, antes de mais, formas de institucionalizar essas relações, de aproximar o conjunto da Rússia e dos seis países da Europa Oriental de um mercado

transatlântico unificado, de integrar gradualmente os nossos mercados financeiros e de alargar o programa de isenção de vistos dos Estados Unidos a todos os Estados-Membros da UE.

Não podemos falhar. O preço a pagar pelo Ocidente seria a perda de poder de iniciativa nos assuntos mundiais, provavelmente por longo tempo.

Alexandru Nazare (PPE-DE). – (RO) Tendo em consideração a evolução ao longo dos últimos anos na União Europeia, ao nível da Administração dos Estados Unidos e ao nível global, penso que é chegada a altura de revermos a parceria transatlântica e adaptá-la às novas realidades.

A este propósito, saúdo o relatório do senhor deputado Millán Mon e gostaria de aproveitar a oportunidade para o felicitar. O relatório resume num documento bastante útil as principais prioridades da Europa nas relações com os Estados Unidos. Apraz-me também verificar que as alterações por mim sugeridas foram incluídas no relatório.

Gostaria de tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, a cooperação no domínio da segurança tem de continuar. Chegou o momento de a Europa aumentar o seu contributo no teatro de guerra do Afeganistão, onde se trava uma guerra crucial para o futuro da região. Gostaria ainda de referir que o meu país, a Roménia, apoiou os esforços dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão.

Em segundo lugar, no que se refere ao *dossier* da energia, creio que é necessária uma acção comum para coordenar os esforços de investigação e identificar novas fontes de energia limpa.

No que respeita às relações com a Rússia, penso que a altura é propícia à adopção de uma abordagem firme nas relações entre os Estados Unidos e a Europa, por um lado, e a Rússia, por outro.

Por último, gostaria de saudar as propostas especialmente construtivas sobre a criação de organismos de consulta transatlânticos, também nos domínios da política externa e da segurança.

Luis Yañez-Barnuevo García (PSE). – (ES) Senhor Presidente, deveríamos gritar: “Boas notícias! Boas notícias!”. O Presidente Obama realizou outro milagre: depois de tantos anos, conseguiu unir este Parlamento e a União Europeia num objectivo comum, que é o reforço das relações transatlânticas.

Houve no passado um momento semelhante, quando Bill Clinton e Felipe González assinaram, em 1995, a Agenda Transatlântica; nessa altura era grande o optimismo para o futuro. Depois vieram os oito anos negros da Presidência do senhor Bush. Basicamente, ele dividiu os governos europeus, embora não tenha conseguido fazer o mesmo com a opinião pública. O seu Governo abandonou, sistematicamente, princípios que são fundamentais para a União Europeia, como o multilateralismo, o apoio às Nações Unidas e a legalidade internacional.

Tudo isto está, actualmente, a ser reconstruído, e temos esperanças bem fundadas quanto ao futuro das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos. Por isso, felicito o senhor deputado Millán Mon pelo seu brilhante relatório, que vem numa altura óptima para o reforço das relações entre os dois continentes.

Íñigo Méndez de Vigo (PPE-DE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de me juntar ao pregão de “Boas notícias!” lançado pelo senhor deputado Yañez-Barnuevo García, pois acredito que este relatório marca um ponto de viragem nas relações com os Estados Unidos.

Uma boa amiga disse-me, recentemente, que tinha estado nos Estados Unidos e tinha ficado surpreendida com a falta de conhecimento relativamente às novas instituições e aos novos procedimentos criados pelo Tratado de Lisboa.

Se eu quisesse elogiar alguma coisa, dar uma nota muito positiva a algum aspecto deste excelente relatório elaborado pelo senhor deputado Millán Mon, seria certamente o seguinte: o facto de enquadrar as relações transatlânticas no âmbito do Tratado de Lisboa e de expor todos os principais mecanismos previstos no mesmo que permitirão à União Europeia manter relações privilegiadas com os Estados Unidos.

Dá-nos a nós, europeus, os instrumentos necessários para podermos exprimir este desejo europeu, que foi tão necessário no passado, continua a sê-lo actualmente e sê-lo-á, sem sombra de dúvida, no futuro.

Gostaria, também, de dar os meus parabéns ao senhor deputado Millán Mon pelo excelente relatório que elaborou.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, agradeço os vossos contributos e observações neste debate. Apraz-me verificar que o Parlamento Europeu, a Comissão e a Presidência partilham, em grande medida, a mesma opinião sobre os assuntos mais importantes do diálogo estratégico entre a UE e os Estados Unidos. Foi com satisfação que me apercebi do forte apoio aos temas que escolhemos para a primeira reunião informal com o Presidente Obama, a saber: em primeiro lugar, segurança energética e alterações climáticas; em segundo, a cooperação económica; e, em terceiro, a cooperação relativamente à segurança e às relações externas.

Ouvi, com atenção, os outros comentários, em alguns dos quais foi referida a necessidade de criar uma nova agenda transatlântica, de intensificar a cooperação no domínio da ajuda externa e da política de desenvolvimento, de dar continuidade à cooperação na justiça e nos assuntos internos, de manter o impulso relativamente ao Conselho Económico Transatlântico, de ponderar a criação de um Conselho Político Transatlântico, etc. Quando nos prepararmos para a Cimeira regular UE-EUA, a realizar em Junho, teremos esses comentários em conta.

Aqueles de vós que levantaram outras questões – como, por exemplo, a questão da isenção de vistos, designadamente o facto de nem todos os países da UE gozarem desse benefício – talvez se lembrem dos esforços desenvolvidos pelo meu país, há um ano, acerca deste assunto. Foi também tema de debate neste Parlamento, pelo que vos posso garantir que iremos continuar a abordar esta questão com os Estados Unidos.

Para concluir, gostaria de acrescentar as reflexões que se seguem. Parece evidente que a nova Administração dos Estados Unidos acolheu muitas das mensagens que temos enviado ao longo dos últimos meses e anos sobre as relações transatlânticas. Actualmente, estão a reagir. Por exemplo, solicitaram-nos um maior contributo estratégico em relação ao Afeganistão. É igualmente evidente que se espera que o contributo estratégico corresponda a uma colaboração concreta, pelo que creio que terão isto em mente quando debatermos essa colaboração para a futura missão afgã. Não deve ser surpresa para nós, uma vez que estamos verdadeiramente empenhados num debate intenso e sério. Quando o Presidente Obama disse, no ano passado, em Berlim, que a América não tem melhor parceiro do que a Europa, não estava apenas a fazer uma declaração de princípios, estava também a convidar a Europa a prová-lo.

Em segundo lugar, é óbvio para todos nós que os desafios que enfrentamos são cada vez mais numerosos e mais complexos. Voltando a um dos meus pontos de abertura, quando a UE e os Estados Unidos chegarem a acordo, podemos ajudar a definir a agenda global. Isso também significa assumir uma parte da liderança e levar os outros a prestar apoio e a disponibilizar os meios para os objectivos estabelecidos. Mas, para o poder fazer e ser um parceiro credível para os Estados Unidos, a UE tem de falar, tanto quanto possível, a uma só voz.

A Presidência checa continuará a assegurar que a parceria transatlântica se mantém como um dos principais pontos da política externa da UE. Aguardo com expectativa que esta parceria se desenvolva cada vez mais, à medida que, em conjunto, enfrentamos novos desafios, e que o Parlamento coopere, de forma continuada, para a prossecução desse objectivo.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, como foi referido por muitos oradores, este debate mostrou que o que interessa é a forma como podemos tratar as questões mais importantes juntamente com um parceiro estratégico tão fundamental como são os Estados Unidos da América.

Dado que, no início, fiz várias observações muito claras e de carácter prático, farei agora apenas mais umas quantas muito concretas.

Em primeiro lugar, o papel dos legisladores e o ambiente institucional das relações UE-EUA são bastante importantes. Em princípio, apoiamos claramente ligações mais fortes entre os legisladores da UE e os dos Estados Unidos. Obviamente, o principal estímulo para isso tem de vir dos próprios legisladores. Sei que o Parlamento Europeu está pronto a fazê-lo, e o Congresso também deveria estar. No entanto, lembro que será vantajoso para os legisladores da UE promoverem um contacto mais intenso com o Senado, cujo ciclo eleitoral é mais longo, e com os congressistas, cujos conhecimentos sectoriais podem melhorar a agenda do Conselho Económico Transatlântico.

O Tratado de Lisboa, se e quando entrar em vigor, e como já foi referido, dará ao PE um papel reforçado na definição do diálogo UE-EUA, em particular no que respeita à regulamentação; como foi referido, os grupos de reflexão serão seguramente muito importantes, não só os dos Estados Unidos para nós, mas também os da UE para os Estados Unidos.

No que se refere às instituições UE-EUA, advirto, em primeiro lugar, que a agenda transatlântica deve guiar-se pelo conteúdo e não pelo processo. Assim, nas primeiras reuniões que tivermos com o Presidente Obama, como referi anteriormente, será importante demonstrar capacidade para nos concentrarmos nos resultados.

Todavia, preventivamente, tomei nota do vosso pedido de revisão dos actuais planos no âmbito da agenda transatlântica. Pretendo começar a rever as estruturas, para as ajudar a cumprir melhor, e a Comissão irá apresentar duas propostas.

Permitam-me que fale brevemente sobre o Conselho Económico Transatlântico (CET). O senhor Comissário Verheugen já teve uma reunião com o seu novo homólogo estado-unidense, Sr. Froman, em 23 de Março de 2009. Os principais assuntos do CET no âmbito da nova Administração são os que se seguem. Em primeiro lugar, apurar o perfil das questões políticas estratégicas, ao mesmo tempo que se reduz a carga de mais assuntos técnicos nas ordens de trabalho das cimeiras. Em segundo lugar, o horizonte temporal de um próximo programa de trabalho – nesta questão, o senhor Comissário Verheugen quer definir um panorama a muito longo prazo, mas isso deve ser avaliado face ao mandato desta Comissão, e precisamos de obter alguns resultados a curto prazo. Por último, como lidar com a pressão exercida pelos Estados-Membros – a quem prometemos, mas ainda não cumprimos, um programa intercalar – para uma maior participação nos trabalhos do CET.

Em segundo lugar, gostaria de salientar que a nossa Comunidade partilha valores com os Estados Unidos, mas ainda há coisas a fazer. Assim, temos de continuar a encorajar os Estados Unidos a juntarem-se às principais convenções das Nações Unidas sobre direitos humanos, incluindo as convenções sobre a discriminação das mulheres e sobre os direitos das crianças – para nomear apenas algumas. Isto inclui a nossa posição sobre o TPI, que foi expressa em várias ocasiões durante a Administração Bush e que voltará a sê-lo.

Em terceiro lugar, relativamente à isenção de vistos e à sua reciprocidade, a que muitos de vós fizeram referência: sabemos que, devido aos consideráveis esforços dos Estados-Membros e da UE, sete Estados-Membros foram aceites no programa de isenção de vistos, em Novembro-Dezembro de 2008. Contudo, há cinco Estados-Membros cujos cidadãos ainda não desfrutam da possibilidade de viajarem sem vistos para os Estados Unidos. Continuaremos, pois, a levantar essa questão.

Posso adiantar-vos que o Vice-Presidente Barrot e o Ministro checo, Sr. Langer, abordaram a questão, mais uma vez, a semana passada, em Washington, e que os Estados Unidos mostraram sempre compreensão pela nossa posição, enquanto, ao mesmo tempo, salientavam que a acção do Governo Federal se baseia em exigências regulamentares que, claramente, estabelecem o quadro de futuros alargamentos do programa e que estão a ser seguidas, de perto, pelo Congresso. O Secretário Napolitano informou-nos de que mais um Estado-Membro está muito próximo de entrar no programa de isenção de vistos.

Por último, sobre o Afeganistão: não só já fizemos muito no passado, como, tal como referi anteriormente, estamos prontos para contribuir para a busca de civis; haverá um financiamento suplementar, que virá do nosso orçamento para a Ásia, destinado às eleições, à polícia e, muito provavelmente, à agricultura, pois é importante haver meios de subsistência alternativos.

Estou sempre aberta a novas ideias, como, por exemplo, à de transformar as reuniões dos ministros dos Negócios Estrangeiros num Conselho Político Transatlântico mais focado em temas estratégicos, ideia essa que consta do vosso relatório. Como referi anteriormente, tencionamos, nessa perspectiva, considerar a renovação da actual agenda transatlântica, tendo em conta o 15.º aniversário, em 2010, do Novo Acordo Transatlântico.

Francisco José Millán Mon, *relator*. – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu agradecimento pelos discursos e felicitações que recebi. O elemento que considero mais importante neste debate é o facto de haver um consenso alargado quanto à importância das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos, bem como quanto à necessidade de as reforçar, não só através de uma agenda comum para resolver desafios e conflitos sérios, mas também através de novos mecanismos institucionais.

Com uma só excepção, não notei grandes objecções quer às duas cimeiras anuais ou ao estabelecimento de um Conselho Político Transatlântico, quer, claro, à melhoria ou actualização do nível de diálogo entre legisladores para um diálogo mais estruturado, uma espécie de assembleia transatlântica, conforme recomendado no relatório.

Quanto a este ponto, saúdo também o facto de a senhora Comissária ter considerado muito útil o reforço do diálogo entre assembleias legislativas e de nem ela nem o representante do Conselho se terem oposto ao

reforço de outras instituições, que, creio, se torna necessário, em grande medida, com o Tratado e Lisboa. Isso será muito conveniente e benéfico para ambos os lados.

Não consigo responder, num minuto, a todas as observações que ouvi, mas gostaria de dizer, no que se refere à Rússia, que, como o senhor deputado Severin sabe, o relatório recomenda a cooperação construtiva, mas, naturalmente, sem prejudicar os direitos humanos e o direito internacional. Sobre a China, foram feitas referências explícitas e implícitas, quando falo do envolvimento das novas potências emergentes na governação global. Naturalmente – e este comentário diz respeito também, em grande medida, às alterações que recebi, felizmente em número pequeno –, o relatório não pode abordar todos os assuntos.

O relatório tem de definir prioridades; já é demasiado extenso, e a definição de prioridades significa escolher, seleccionar e, por vezes, descartar. Não posso misturar assuntos de grande importância com outros que, embora importantes, o são em menor escala. O relatório tem de ser legível. Assim, como dizemos em espanhol, ele não lhe “cairá das mãos” quando o estiver a ler, por ser tão pesado.

Senhoras e Senhores Deputados, considero que a cooperação com os Estados Unidos tem uma importância crucial; ontem, neste Hemiciclo, o Primeiro-Ministro Gordon Brown lembrou-nos esse facto. Creio que, amanhã, ao aprovar o relatório, o Parlamento estará a cumprir o seu dever: enviar a mensagem de que queremos e exigimos uma parceria estratégica ainda mais forte com os Estados Unidos. O relatório lembra-nos – e o senhor deputado Elles referiu-o há minutos – que a relação estratégica mais importante que a União Europeia tem é a sua relação com os Estados Unidos.

Estou certo, espero e confio que a Comissão e o Conselho farão todos os possíveis nos próximos meses e semanas, que são tão decisivos, para reforçar esta relação, incluindo através da sua dimensão institucional.

Presidente. – O debate está encerrado.

A votação terá lugar na quinta-feira, 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (artigo 142º)

Corina Crețu (PSE), por escrito. – (RO) A eleição do Presidente Barack Obama pode assinalar o início de uma nova era nas relações entre os Estados Unidos e a União Europeia, desde que ambas as partes transformem boas intenções e declarações cordiais em medidas mais concretas destinadas a reforçar os laços e a promover uma cooperação mais efectiva.

A crise económica e o actual clima geoestratégico aumentam a preocupação de melhorar a cooperação transatlântica, dado que enfrentamos sérios desafios comuns. OS EUA e a UE estão ligados por uma parceria que é fundamental para ambas as partes, abrangendo todos os domínios de actividade, do comércio à aliança militar.

Nestas circunstâncias, entendo que é primordial eliminar os vestígios finais de discriminação que existem nas relações EUA-UE. O facto de os vistos para entrar nos EUA ainda serem obrigatórios para cidadãos de seis Estados-Membros da União Europeia tem de constituir uma prioridade no diálogo que a Comissão e o Parlamento Europeu mantêm com as autoridades dos EUA a fim de obter igualdade de tratamento para todos os cidadãos de países da UE, baseada em completa reciprocidade. A este respeito, saúdo a inclusão neste relatório de um pedido efectuado aos Estados Unidos para que revoguem os requisitos de vistos para os seis países que ainda não foram incluídos no respectivo programa de isenção.

Daniel Petru Funeriu (PPE-DE), por escrito. – (EN) “A América não tem melhor parceiro do que a Europa”, declarou o Presidente Obama em Berlim, em Julho de 2008. A Europa, por sua vez, não tem melhor parceiro do que a América. Esta é a principal conclusão e o lema que pode ser retirado deste excelente relatório.

No mundo global do século XXI, a Europa e a América enfrentam desafios comuns, mas também partilham os mesmos valores e lutam pelos mesmos ideais. Por conseguinte, todas as recomendações do relatório que defendem a intensificação das relações UE-EUA são não apenas bem-vindas, mas também extremamente necessárias.

Entre elas, penso que os contactos entre pessoas são a verdadeira chave de relações e cooperação duradouras. Por esse motivo, apoio plenamente o apelo à Administração americana, no qual insisto repetidamente, para que revogue totalmente o regime de vistos para nacionais da UE o mais rapidamente possível. É inaceitável que nacionais de cinco Estados-Membros da UE ainda encontrem obstáculos e necessitem de vistos para

viajarem para a América. A Europa é uma entidade unida, e assim deve ser também a abordagem relativamente a todos os seus cidadãos, relativamente aos seus direitos e liberdades.

Que as pessoas interajam, que os investigadores cooperem e que as empresas encontrem soluções para a actual crise económica. A liberdade de circulação entre os dois continentes assumiu, neste contexto, carácter urgente e deve constituir um tema prioritário já na reunião de Praga, em 5 de Abril de 2009.

Csaba Sógor (PPE-DE), por escrito. – (EN) Nos últimos 18 anos, os EUA tiveram de suportar muitas injúrias – e porventura com excelentes motivos, em muitas ocasiões, no caso da Administração republicana, liderada pelo Presidente Bush.

Gostaria de vos recordar que sem o apoio e o envolvimento da América, alguns problemas do continente europeu ainda estariam por resolver. Sucedeu muitas vezes, no período que referi, a União Europeia revelar-se impotente e incapaz de resolver conflitos que ocorrem em nossa casa, no nosso continente.

Sem o envolvimento da América e o Acordo de Dayton, talvez ainda houvesse guerra na Bósnia. E, certamente, nunca é de mais sublinhar que o estatuto do Kosovo ainda seria incerto, o que provocaria frustração não apenas na população do Kosovo, mas também nas potências europeias.

Apesar das muitas limitações da democracia americana, eles conseguiram algo com que, neste momento, nós apenas podemos sonhar: têm um presidente negro. Deposito grandes esperanças nas relações transatlânticas e espero sinceramente que a situação melhore, no interesse da UE e dos EUA.

8. Acordo comercial provisório com o Turquemenistão - Acordo comercial provisório com o Turquemenistão (debate)

Presidente. – Segue-se a discussão conjunta

- da pergunta oral ao Conselho sobre o Acordo Comercial Provisório UE-Turquemenistão, apresentada por Jan Marinus Wiersma, Erika Mann, Daniel Caspary, Robert Sturdy, Cristiana Muscardini e Eugenijus Maldeikis, em nome do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e do Grupo União para a Europa das Nações (O-0024/2009 - B6-0019/2009),

- da pergunta oral à Comissão sobre o Acordo Comercial Provisório UE-Turquemenistão, apresentada por Jan Marinus Wiersma, Erika Mann, Daniel Caspary, Robert Sturdy, Cristiana Muscardini e Eugenijus Maldeikis, em nome do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e do Grupo União para a Europa das Nações (O-0025/2009 - B6-0020/2009), e

- do relatório do Deputado Daniel Caspary, em nome da Comissão do Comércio Internacional, sobre uma proposta de decisão do Conselho e da Comissão relativa à conclusão do Acordo Provisório sobre Comércio e Matérias Conexas entre a Comunidade Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Turquemenistão, por outro

(05144/1999 - C5-0338/1999 - 1998/0304(CNS) (A6-0085/2006).

Jan Marinus Wiersma, autor. – (NL) Senhor Presidente, congratulo-me por estarmos hoje a debater a posição do Parlamento Europeu sobre o Acordo de Comércio Provisório com o Turquemenistão, que o Parlamento há muito mantém em segundo plano. O Conselho e a Comissão procuram realizar progressos nesta questão e pretendem que o Parlamento Europeu manifeste a sua aprovação ou uma opinião positiva relativamente à introdução deste Acordo Provisório, por entenderem que o documento ajudaria a melhorar as relações com o Turquemenistão.

Este assunto está em segundo plano há muito tempo, e isso tem uma justificação. O Parlamento tem, até ao momento, hesitado bastante em votar a favor do acordo porque estamos realmente muito insatisfeitos com a situação dos direitos humanos no Turquemenistão, em especial sob a liderança do anterior presidente/ditador Turkmenbashi, que fechou o país ao mundo e tratou a sua população de forma desumana. A questão, evidentemente, consiste em saber se o novo regime, que tomou posse após a morte de Turkmenbashi, provocou mudanças nessa situação – e eu gostaria que o Conselho e a Comissão me dissessem que alterações observaram no últimos anos – e se esse facto é suficiente, neste momento, para procedermos efectivamente à conclusão e à assinatura do acordo comercial.

A Comissão e o Conselho apresentam, evidentemente, dois argumentos fortes a favor de uma reavaliação. O contexto estratégico mudou. Olhamos para a Ásia Central de modo diferente em relação há alguns anos. A própria senhora Comissária dedicou muita energia à região, mas também tenho consciência de que a Presidência entende que a União Europeia não pode deixar esta região nas mãos dos chineses ou dos russos. Também temos interesses na zona, e a própria região os reconhece. Estive no Cazaquistão há não muito tempo, e era bem evidente o interesse local em melhores relações com a União Europeia.

O segundo argumento importante apresentado pela Comissão é o facto de, actualmente, não termos uma base jurídica consistente para as nossas relações com o Turquemenistão. Ainda utilizamos um tratado do período soviético, e isso não é de todo aceitável. Sem um tratado melhor, diz o argumento, não conseguimos também estabelecer qualquer diálogo válido em matéria de direitos humanos.

A questão continua por resolver – a situação dos direitos humanos melhorou a ponto de devermos dar este passo importante e aconselharmos o Parlamento a apoiar o acordo comercial? Entendo que esta questão ainda está, em grande medida, por solucionar e aguardo igualmente as reacções da Comissão e do Conselho a esse respeito. Continuarei a ter dúvidas. Discuti amplamente esta questão com o senhor deputado Caspary, do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, que é o relator para este tema. Em vários pontos que o colega também vai mencionar, ainda esperamos uma clarificação do Conselho, nomeadamente no que respeita à situação da comunicação social no Turquemenistão, da educação, do acesso da Cruz Vermelha às prisões, entre outros aspectos. Entendemos que deve existir uma melhoria real nestes domínios, e um acordo comercial deste tipo e o diálogo sobre direitos humanos com o Turquemenistão podem ajudar a atingir essa meta.

Quero referir um último ponto, claramente expresso na resolução que elaborámos em conjunto com o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus. Também pretendemos uma garantia firme de que, se acordarmos emitir um parecer positivo em relação a este acordo comercial, existirá a possibilidade de recuar. Queremos estar numa posição em que, se acabarmos por chegar à conclusão de que os métodos propostos pela Comissão e pelo Conselho não estão a funcionar e a situação dos direitos humanos no Turquemenistão não melhora verdadeiramente, o Parlamento possa pedir ao Conselho para suspender o tratado. Se não alcançarmos um compromisso para esse efeito, ser-me-ia muito difícil convencer o meu próprio grupo, na nossa reunião de logo à noite, a votar a favor deste acordo comercial. Nesse caso, proporíamos, certamente, o adiamento da votação. Para nós, é verdadeiramente fundamental que seja assumido este compromisso de, no caso de a situação no Turquemenistão se deteriorar ou não melhorar significativamente, podermos realizar outro debate para discutir se o acordo comercial deve ser suspenso. É necessário que o Parlamento goze do direito de petição ao Conselho e à Comissão para esse efeito.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-Presidente

Bogusław Rogalski, *autor*. – (PL) Senhor Presidente, a questão da ratificação do Acordo com o Turquemenistão é um tema controverso devido às violações dos princípios democráticos e dos direitos humanos fundamentais no Turquemenistão. Apesar disso, devem ser promovidas conversações com este país e o Acordo deve ser assinado. Deve ser dedicada particular atenção, nas relações com o Turquemenistão, ao facto de a ausência de cooperação económica entre a UE e o Turquemenistão provocar a diminuição da qualidade de vida naquele país. Contudo, a ratificação do Acordo pode certamente ajudar a aumentar a qualidade de vida da população.

Recordemos que apareceram alguns sinais sociais positivos naquele país. A recente adopção por parte do Turquemenistão de legislação que introduz uma proibição do trabalho infantil é um desses sinais. É claro que o Turquemenistão ainda tem de ratificar muitas das convenções da Organização Internacional do Trabalho – isso não está em questão. Contudo, o facto de as alterações no Turquemenistão terem sido introduzidas a um ritmo mais lento do que o que esperávamos continua a ser um factor de perturbação. Apenas algumas empresas foram privatizadas, o Governo mantém um controlo firme sobre muitos sectores da economia, e o investimento estrangeiro directo permanece num nível muito baixo. Apesar do facto de o Turquemenistão possuir uma das maiores reservas de gás natural do mundo e ser um dos maiores exportadores de algodão, cerca de metade da população – e recordemos aqui este ponto – vive na pobreza, eu diria mesmo em extrema pobreza. O sistema político está também longe de ser satisfatório, em especial no que se refere à repressão contínua contra os partidos políticos que não o partido do Governo, bem como à repressão contra vários grupos religiosos.

Apesar de tudo isto, penso que o Acordo com o Turquemenistão deve ser realizado e ratificado, porque só dialogando e dando, de certa forma, o exemplo ao Turquemenistão o podemos ajudar, a fim de que, no futuro, este país possa finalmente juntar-se à família dos países democráticos.

Robert Sturdy, autor. – (EN) Senhor Presidente, peço desculpa – não me apercebi de que tinha tempo de intervenção sobre este tema em particular. Gostaria apenas de comentar o que referiu o orador anterior. Penso que é importante que apoiemos a legislação prevista para aproximar o Turquemenistão de nós. No que respeita a todos estes países, temos de garantir a sua segurança num ambiente muito difícil.

Gostaria agora de agradecer ao senhor deputado Daniel Caspary, que trabalhou de forma incansável para fazer aprovar a legislação. Sei que o colega vai intervir daqui a um minuto ou dois, mas ele trabalhou na Comissão do Comércio Internacional no âmbito desta legislação em particular.

Num período em que o mundo sofre enormes condicionamentos dos serviços financeiros e outros problemas, é nosso dever proteger a segurança destes países e velar por que adoptem a legislação que o colega Daniel propõe. Não tenho mais observações a fazer e peço desculpa por me ter atrasado.

Daniel Caspary, relator. – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, temos vindo a abordar o Acordo Provisório com o Turquemenistão aqui no Parlamento Europeu há cerca de três anos. Há quase três anos, chegámos a um ponto em que a Comissão do Comércio Internacional aprovou um relatório, que foi rejeitado pelo plenário, sendo esse um dos motivos pelos quais o Conselho e a Comissão deixaram de trabalhar nesta questão, e o Parlamento afirmou que, se a Comissão e o Conselho não insistem nesta matéria, também não há necessidade de o fazermos.

Satisfaz-me particularmente verificar que estamos hoje numa situação diferente, mesmo tendo em conta que a situação no Turquemenistão ainda está longe de cumprir as nossas normas. Os direitos humanos continuam a ser desprezados em muitas zonas e ainda existe um número significativo de críticas à falta de estruturas democráticas no país. As liberdades individuais são muito restritas. A liberdade de informação neste país deixa muito a desejar. Neste momento, de acordo com informações encaminhadas para nós por organizações não governamentais, está em curso uma campanha destinada a remover antenas parabólicas, obstruindo assim ainda mais o acesso a uma comunicação social livre.

O sistema de educação não atingiu o nível de exigência que temos, para educar as pessoas de uma forma esclarecida e, o que é ainda mais importante, informada em matéria de democracia e direitos humanos. Além disso, a situação nas prisões e a realidade dos presos políticos e do acesso da Cruz Vermelha a essas prisões ainda são totalmente insatisfatórias e continuam por esclarecer.

Por outro lado, existe um conjunto de críticas injustificadas que continuam a ser-nos transmitidas. Surgiram numerosos relatórios falsos de organizações ditas não governamentais ao longo dos últimos anos. Fiquei com a impressão de que várias destas organizações não governamentais eram porventura fachadas de empresas de outros países interessadas em fazer tudo o que lhes for possível para evitar negociações entre a União Europeia e o Turquemenistão.

Tenho a sensação de que por trás de muitas declarações e de grande parte das informações falsas enviadas para a União Europeia existia um interesse deliberado em obstruir as conversações entre a União Europeia e o Turquemenistão. Estou a pensar nos relatórios que indicavam que todos os hospitais do país tinham fechado, à excepção de dois na capital, que todas as bibliotecas, à excepção de duas, tinham fechado, que existia uma epidemia porque as condições médicas eram alegadamente terríveis. Todos estes relatórios vieram a revelar-se falsos.

Qual é, então, o principal problema? É absolutamente impossível obter um quadro realista deste país, principalmente porque o seu Governo não nos permite analisá-lo devidamente e porque a União Europeia não tem, infelizmente, um ministério dos Negócios Estrangeiros que tome as medidas necessárias no país.

Contudo, podemos ver que o novo Presidente deu início a numerosas reformas. A Estratégia da União Europeia para a Ásia Central que adoptámos há algum tempo aqui no Parlamento centra-se nos países da Ásia Central. Este Acordo Provisório poderia, eventualmente, constituir um primeiro passo para mostrar aos turquemenes que vamos tomar as rédeas do diálogo, estamos a insistir no diálogo e também os queremos ajudar a seguir o caminho, lento – mas, assim o esperamos, constante – em direcção aos direitos humanos e à democracia.

A nossa resolução, que foi apresentada aqui no Parlamento como uma resolução de vários grupos, aborda claramente muitos dos motivos das críticas. Aborda também claramente a evolução positiva que podemos

testemunhar, mas o ponto principal para nós é que não queremos fazer quaisquer concessões tolerantes, não queremos certamente renunciar a valores que consideramos importantes para o Turquemenistão; queremos defender e manter os nossos valores. É por isso que o acordo de parceria e cooperação não deve ser apenas uma conclusão inevitável, e, como referiu o orador anterior, a Comissão e o Conselho têm de assumir posições claras acerca da possível suspensão do Acordo Provisório se o Parlamento assim o exigir em algum momento no futuro.

O Parlamento apresentou numerosas perguntas escritas à Comissão e ao Conselho. Ficaria muito satisfeito se os senhores as pudessem examinar e dar-nos respostas muito claras, a fim de podermos, assim o espero, dar seguimento conjuntamente a este Acordo Provisório amanhã.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, saúdo, naturalmente, o interesse dos membros do Parlamento na questão da relação da UE com o Turquemenistão, e congratulo-me por ter a oportunidade de responder em nome do Conselho às várias questões e dúvidas que foram suscitadas no Parlamento.

O Turquemenistão está, de muitas formas, a tornar-se mais importante. Durante bastante tempo, foi um país muito virado para dentro. Todavia, durante os últimos dois anos, deu uma série de passos significativos para se abrir ao mundo exterior. O Governo está cada vez mais disponível para cooperar. Este facto reflecte-se num esforço maior para trabalhar construtivamente no quadro da Estratégia da UE para a Ásia Central.

Apesar destas alterações, a nossa relação contratual com o Turquemenistão manteve-se inalterada durante 20 anos. Como afirmou o senhor deputado Wiersma, essa relação ainda se baseia no já ultrapassado Acordo relativo ao Comércio e à Cooperação Comercial e Económica com a União Soviética.

Na perspectiva de uma evolução positiva no Turquemenistão, temos uma oportunidade de reforçar a nossa relação bilateral. O Acordo Provisório, que foi assinado em 1999, aplica provisoriamente as secções relacionadas com o comércio do Acordo de Parceria e Cooperação, também assinado em 1999, que aguarda ratificação de apenas três Estados-Membros.

Há muitos aspectos a considerar nas relações da União com o Turquemenistão. A promoção dos direitos humanos e da democracia está, evidentemente, no centro da relação bilateral, por ser fundamental na estratégia mais ampla para a Ásia Central. O facto de o Turquemenistão fazer fronteira com o Afeganistão torna-o também um país estrategicamente importante. Ao mesmo tempo, o Turquemenistão está a participar na reconstrução do Afeganistão e fornece apoio logístico a operações ou actividades de muitos Estados-Membros no quadro da ISAF (sobrevoo), bem como numa base bilateral. O Turquemenistão é decisivo para a segurança regional e o combate ao tráfico de droga. A sua economia em crescimento proporciona oportunidades para empresas da UE. Além disso, o Turquemenistão é um parceiro fundamental na diversificação das relações da UE no domínio da energia e na questão da segurança energética. Estes são domínios importantes que temos de desenvolver no nosso próprio interesse.

Por outro lado, desde as eleições presidenciais de Fevereiro de 2007, o Turquemenistão iniciou uma série de reformas significativas, incluindo alterações constitucionais. Muitas das novas disposições da constituição, bem como outras reformas já anunciadas, revelam que o país está a avançar na direcção certa, embora se trate de um processo a longo prazo e seja necessário fazer ainda muito mais.

No que diz respeito aos direitos humanos, o Turquemenistão envolveu-se construtivamente num diálogo sobre direitos humanos com a UE a propósito de um vasto conjunto de questões. Este diálogo tem sido acompanhado por uma evolução importante no país. Em particular, foram libertados alguns presos políticos e verificou-se uma cooperação reforçada com a ONU. O Turquemenistão permitiu também a visita do Relator da ONU para a Liberdade de Religião, participou plenamente na Revisão Periódica da ONU, e foi criado um Centro da ONU para a Diplomacia Preventiva em Ashgabat. Além disso, as restrições às viagens internas foram diminuídas, teve início um diálogo com o CICV, e a reforma da educação recuperou o ensino secundário de dez anos e o ensino universitário de cinco anos. O Turquemenistão aderiu a convenções internacionais como o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres.

Tudo isto demonstra que o Turquemenistão está a avançar. É claro que ainda há muito por fazer no domínio dos direitos humanos e do respeito pelo Estado de direito e pela democracia. Continuaremos a insistir, em particular, na libertação de todos os prisioneiros políticos, no livre acesso dos prisioneiros ao CICV, no levantamento das restrições às viagens para o estrangeiro e na liberdade para a comunicação social e a sociedade civil.

A Presidência está convencida de que a melhor forma de assegurar que o Turquemenistão apresente resultados é através de uma participação constante. Temos de ser capazes de manter um diálogo aberto e, sempre que necessário, enviar mensagens claras, se pretendemos que o Turquemenistão avance em direcção ao pleno respeito das normas internacionais.

É justamente por isso que precisamos de melhorar a nossa relação e os nossos instrumentos e ferramentas. A presente situação contratual com o Turquemenistão prevê apenas um diálogo bilateral rudimentar. O único diálogo baseado no tratado consiste numa reunião conjunta entre funcionários das duas partes, uma vez por ano.

O Acordo Provisório faria dos direitos humanos um elemento essencial das relações, reforçando assim a nossa capacidade de influenciar a evolução futura do Turquemenistão neste domínio. O APC, uma vez em vigor, representaria um passo em frente, proporcionando um diálogo político consolidado.

A Estratégia da UE para a Ásia Central, adoptada em Junho de 2007, afirma que “a fim de intensificar a cooperação com os Estados da Ásia Central, a UE aproveitará todo o potencial dos Acordos e Parceria e Cooperação”. Esses acordos já existem no caso do Cazaquistão, Quirguizistão e Usbequistão. Por outro lado, no caso do Tajiquistão, está em vigor um acordo provisório que aguarda ratificação e entrada em vigor do APC.

Para que a aplicação da Estratégia da UE para a Ásia Central seja bem-sucedida, é importante que todos os países da Ásia Central sejam envolvidos e, portanto, é importante criar condições para o envolvimento também do Turquemenistão. Sem isso, a concretização dos nossos objectivos e interesses na Ásia Central seria muito difícil.

A Presidência está convencida de que temos agora de definir um quadro jurídico adequado para as nossas relações com o Turquemenistão, começando pelo Acordo Provisório. Essa definição vai permitir-nos tirar partido da evolução actual no país e reforçar o nosso compromisso alargado com a Ásia Central.

O Acordo Provisório é a forma mais eficaz de levar o Turquemenistão a realizar progressos nos vários domínios fundamentais que citei, nomeadamente o respeito dos direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. Sei que os senhores partilham destes objectivos e espero, pois, que possamos contar com o vosso apoio para os levar por diante.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde a eleição do Presidente Berdymukhamedov, o Turquemenistão entrou efectivamente numa nova fase do seu desenvolvimento, tendo surgido alguns sinais positivos de mudança.

Com efeito, os novos líderes estão a demonstrar uma atitude mais aberta. Por exemplo, levantaram algumas restrições à livre circulação no país, alteraram a constituição de forma a reforçar o papel do Parlamento, criaram um instituto para a democracia e os direitos humanos, acolheram o Centro das Nações Unidas para a Diplomacia Preventiva em Ashgabat e, pela primeira vez, autorizaram observadores internacionais a acompanharem as eleições legislativas realizadas em Dezembro passado. Além disso, como os senhores sabem, as reformas nos sectores da educação e da saúde são agora prioritárias para o Governo.

Em 2006, o Parlamento Europeu propôs às autoridades turquemenes que tomassem uma série de medidas que permitissem ao Parlamento aprovar finalmente o Acordo de Comércio Provisório. Por outro lado, nos últimos dois anos, desde que o novo Presidente foi eleito, várias das medidas propostas foram adoptadas – não quero repetir as já mencionadas pelo senhor Presidente em exercício do Conselho, particularmente as relativas ao CICV. Iniciaram-se também reformas no domínio da educação, com a modernização do sistema de ensino, a formação de professores no estrangeiro, a ampliação do período de escolaridade e a introdução da Internet nas escolas.

Alguns presos foram libertados, incluindo recentemente, Senhoras e Senhores Deputados, Valery Pal, cuja libertação exigimos. Além disso, em Setembro de 2008 – também pela primeira vez –, foi concedida uma autorização de visitante ao Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Religião ou Crença, que concluiu que, e passo a citar: “os indivíduos e comunidades ainda enfrentam algumas dificuldades, embora a situação tenha melhorado bastante desde 2007”.

O lançamento de novos diálogos estruturados, como o que foi referido a propósito dos direitos humanos, é outro ponto positivo. Posso assegurar-vos, evidentemente, que, durante estas reuniões, vamos continuar a abordar questões que nos preocupam, nomeadamente a situação dos presos políticos, a liberdade de reunião, da comunicação social, de culto, e os direitos das minorias, e vamos sublinhar sempre o nosso compromisso

com o respeito dos direitos humanos e a sua importância para o desenvolvimento económico e social a longo prazo.

Devido a estes receios – que são perfeitamente legítimos – relativamente à situação no Turquemenistão, o Parlamento adiou a sua decisão sobre o Acordo Provisório. Em princípio, partilho de alguns desses receios, e também reconheço que o Turquemenistão ainda tem um caminho a percorrer até cumprir plenamente as normas internacionais em matéria de democracia e direitos humanos.

Contudo, embora eventualmente limitado, esta é uma evolução positiva que testemunha um desejo de progredir e abrir-se à mudança. Encaramo-la como uma oportunidade que devemos aproveitar para nos aproximarmos das autoridades turquemenes e para as encorajarmos. Estou firmemente convencida de que a União Europeia tem de se empenhar ainda mais para abrir caminho a avanços positivos.

A aplicação do Acordo de Comércio Provisório, ou seja, das disposições relativas ao comércio do Acordo de Parceria e Cooperação, seria um passo positivo que nos permitiria aproximarmo-nos ainda mais do Turquemenistão e promovermos com maior vigor a cooperação, a reforma e a modernização no seu conjunto. Além disso, o Acordo Provisório contém uma cláusula crucial relativa aos direitos humanos, e estou ciente das vossas preocupações no que respeita à possibilidade de suspender o acordo.

A este respeito, gostaria de assinalar que o artigo 1.º do Acordo de Comércio Provisório e o artigo 2.º do Acordo de Parceria e Cooperação contêm cláusulas referentes ao respeito da democracia e dos direitos fundamentais como elementos essenciais de cada acordo, mas, acima de tudo, que ambos os acordos contêm cláusulas que permitem a cada uma das partes tomar medidas adequadas no caso de uma violação grave dos seus termos, mesmo sem consulta prévia às comissões mistas, em casos especialmente urgentes.

É, portanto, possível suspender os acordos no caso de uma violação comprovada, contínua e grave da cláusula relativa aos direitos humanos. Contudo, o Acordo de Comércio Provisório não é claramente uma panaceia. Não vai certamente resolver todos os problemas de direitos humanos no Turquemenistão, mas vai ajudar a assegurar um maior cumprimento das normas internacionais, particularmente nos domínios do Estado de direito e dos direitos humanos.

Existem mais dois motivos importantes pelos quais devemos reforçar as nossas relações com o Turquemenistão a fim de protegermos os nossos próprios interesses: segurança e energia. De facto, o Turquemenistão está situado no ponto de encontro da Europa com a Ásia e tem como vizinhos o Irão e o Afeganistão, entre outros. É importante para o Turquemenistão ser um país activamente neutro numa região bastante tensa e com tendência para a desestabilização.

Para esse efeito, temos desenvolvido um trabalho bem-sucedido com o Turquemenistão no domínio da gestão de fronteiras e no combate ao terrorismo, ao extremismo islâmico, ao tráfico de droga e ao tráfico de seres humanos. Esta colaboração é ainda mais importante dado o empenho recentemente renovado da comunidade internacional no Afeganistão e no Paquistão, e, de facto, estão previstas conferências regionais para muito breve em Haia e em Tóquio.

Como todos sabemos, a Ásia Central pode desempenhar um papel muito importante no que respeita à segurança energética. Desde a alteração de regime no Turquemenistão, aumentámos a nossa cooperação neste domínio. A União Europeia está a desenvolver todos os esforços com vista à construção do Corredor de Gás Meridional, no âmbito de uma política mais ampla de diversificação das nossas fontes de energia e itinerários de trânsito. O Turquemenistão é claramente crucial para o sucesso deste projecto.

Para concluir, as nossas relações com o Turquemenistão devem moldar-se tanto aos nossos valores como aos nossos interesses. É por isso que continuo convencida de que, se nos aproximarmos do Turquemenistão, estaremos em melhor posição para fazer valer os nossos argumentos a favor de uma sociedade mais aberta naquele país.

Continuaremos a encorajar as autoridades a evoluírem noutros domínios, como a reforma dos códigos civil e penal, a legislação em matéria de religião, a liberdade da comunicação social, a libertação de presos políticos, a autorização de acesso dos observadores internacionais às prisões e a presença de ONG no país.

É por todos estes motivos que vos peço o favor de aprovarem o Acordo Provisório com o Turquemenistão.

Presidente. – Senhora Comissária, caros Colegas, antes de dar a palavra aos vários oradores para este debate, vou tomar algum tempo – sendo, como sou, responsável da Mesa do Parlamento pelas questões do multilinguismo – para vos ler alguns conselhos de uma brochura preparada para os novos deputados que

contém algumas regras para os oradores a fim de que a interpretação possa ser realizada correctamente, e que este milagre, sem comparação ou precedente em qualquer outra instituição, possa continuar a funcionar diariamente.

Não são as Tábuas com que Moisés desceu a montanha, mas dizem o seguinte: “Fale a uma velocidade regular e não demasiado rápida. Fale na sua língua materna, se for possível. Evite mudar de idioma quando fala. Falar é melhor do que ler, mas se não houver alternativa à leitura, faça chegar o texto aos intérpretes. Forneça referências claras a documentos. Articule claramente qualquer número que mencione. Explique as abreviaturas que utilizar nas suas intervenções. Lembre-se de que os gracejos são difíceis de traduzir e fale com os intérpretes. Quando presidir a uma sessão, aguarde um momento antes de dar a palavra ao orador seguinte para que os intérpretes possam concluir a intervenção e mudar para o canal adequado.”

Muito obrigado pela vossa interpretação, e quero aproveitar esta oportunidade para felicitar os intérpretes, que tornam a nossa acção possível graças ao seu trabalho, tão complicado e tão eficaz.

Alexandru Nazare, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (RO) Em primeiro lugar, e não se trata de uma coincidência no contexto deste debate, gostaria de saudar o compromisso alcançado na última reunião do Conselho Europeu relativamente ao financiamento do gasoduto Nabucco.

Congratulo-me com o facto de o projecto Nabucco ter sido declarado um projecto energético prioritário e de os nossos esforços enquanto deputados do Parlamento Europeu em apoio deste projecto terem produzido resultados.

Contudo, regressando ao debate de hoje, entendo que entre as nossas preocupações no que respeita ao Turquemenistão, há duas que sobressaem e se revestem de igual importância: a cooperação económica, especificamente no domínio do petróleo e do gás, e o progresso social e os direitos humanos neste país, como também mencionou a senhora Comissária.

Saúdo este relatório e felicito o senhor deputado Caspary pela sua elaboração.

Entendo igualmente que o acordo em discussão proporciona um quadro mais favorável à interacção com o Turquemenistão do que o documento actual. Contudo, gostaria de sublinhar que não é demasiado cedo para discutirmos caminhos de cooperação com o Turquemenistão e a sua inclusão nos projectos energéticos da União Europeia. O acordo que estamos hoje a discutir é muito bem-vindo como meio para acelerar a cooperação económica entre a UE e este país.

Percebemos neste relatório que as autoridades em Ashgabat estão dispostas a negociar no âmbito dos direitos humanos e das liberdades. A experiência da UE até ao momento sugere claramente que a evolução é mais rápida nestes temas quando eles se enquadram numa discussão mais ampla que aborda outros assuntos, incluindo a perspectiva de cooperação económica a longo prazo.

A política de energia e a política externa do Turquemenistão estão estreitamente ligadas. Podemos tratá-las em simultâneo reforçando a cooperação económica e adoptando medidas específicas, bem como exprimindo um interesse constante pelos direitos humanos.

Saúdo os critérios de avaliação relativos à evolução do Turquemenistão, bem como os que dizem respeito às normas de propriedade intelectual da UE. Pergunto-me se não seria útil instituir normas semelhantes para o domínio da integração económica, mas de natureza mais realista e de longo prazo, ou normas relacionadas com as liberdades civis.

Erika Mann, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhor Presidente, agradeço à senhora Comissária, ao senhor deputado Vondra e ao Conselho pelas suas explicações, mas todos sentiram certamente que existe ainda alguma hesitação da nossa parte em lhes conceder total apoio. Penso que esta situação é fácil de entender, porque temos um argumento muito simples. A dificuldade surge porque o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) carece da aprovação do Parlamento, mas o mesmo não acontece com o Acordo de Comércio Provisório, em função das nossas obrigações jurídicas.

Por este motivo, quando falamos do Acordo de Comércio Provisório, na nossa resolução só podemos realçar alguns pontos, levantar as nossas preocupações e manifestar o nosso apoio relativamente a determinados temas; no entanto, pelo mesmo motivo, o Parlamento, e especificamente o meu grupo político, hesitam em conceder o seu pleno apoio ao Acordo de Comércio Provisório.

Espero que os senhores consigam entender esta situação e que possam resolver o problema. Eu sei que, devido ao processo jurídico e por já terem assinado a base jurídica, vos é muito difícil, se não impossível, renegociar. Temos plena consciência dos factos, mas estou certa de que encontrarão algum compromisso e analisarão formas de desenvolver e explorar ainda mais as bases jurídicas que ajudem o nosso lado a estar do vosso lado, porque todos reconhecemos a importância do Turquemenistão e já demos o nosso apoio relativamente a outros acordos. Por conseguinte, a dificuldade não reside na nossa ignorância sobre o que aconteceu nem na nossa falta de sensibilidade para a importância do Turquemenistão, mas no facto de este ser um caso muito problemático.

Gostaria que os senhores analisassem novamente esta questão e por isso vos peço, especificamente, um favor: examinem o n.º 11 do nosso texto, onde manifestamos a nossa preocupação com o problema da obrigação jurídica e com as diferenças entre o Acordo de Comércio Provisório e o Acordo de Parceria e Cooperação.

Atentem, por favor, no n.º 9 da nossa resolução, que fala da inclusão da cláusula sobre os direitos humanos no acordo APC. Senhora Comissária, estou ciente e tomei nota dos pontos que referiu, mas tenho a certeza de que pode fazer alguma coisa para explorar outras formas de reforçarmos este ponto em particular.

O mesmo se aplica ao n.º 10, e isto é importante também para o Conselho. Gostaríamos que fosse incluída uma cláusula de revisão. Sei que não é esse o caso, mas peço-vos o favor, mais uma vez, de analisarem o nosso pedido e verem o que é possível fazer quando retomarem as negociações.

Se os senhores puderem dar seguimento ao n.º 8, estarão a ajudar-nos bastante; este ponto refere-se ao controlo que gostamos sempre de ter e que solicitamos constantemente. O controlo não implica que nos queiramos sentar à mesa das negociações. Já o fizemos noutras circunstâncias, e por isso vos pedimos que estudem o que é possível fazer e de que forma nos podem ajudar a definir a noção de controlo, mas, por favor, não deixem de examinar este caso.

A propósito, penso que os senhores fizeram um ótimo trabalho. Todos os pontos são abordados no novo Acordo de Parceria UE-Ásia Central para o século XXI. Abordaram, inclusivamente, a recomendação da OSCE. Abordaram questões de direitos humanos e, por isso, estou certa de que conseguiremos alcançar um compromisso, embora seja necessário ainda algum trabalho.

Hélène Flautre, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, entendo que não devemos tentar enganar-nos e que é importante percebermos que, embora Valery Pal tenha sido libertado, o Governo turquemenense vai continuar a raptar, deter e torturar pessoas no Turquemenistão por delito de opinião.

Apesar de o Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Religião ou Crença ter estado no Turquemenistão, nove outros relatores especiais aguardam autorização, e estamos a falar de pessoas que trabalham em domínios como a tortura, defesa dos direitos humanos, independência do aparelho judicial, educação, saúde, liberdade de expressão, entre outros.

Várias intervenções parecem realmente exercícios de auto-persuasão. Continuamos a enfrentar um dos regimes mais repressivos e fechados do mundo, apesar de ter havido alguns progressos e apesar de precisarmos de encontrar a estratégia certa para os apoiar. É importante não sermos ingénuos ou, como é evidente, exigirmos que o Turquemenistão se transforme num modelo de democracia e direitos humanos antes de chegarmos a qualquer acordo com o país.

Assim, entre estes dois extremos, que devemos fazer? Proponho muito simplesmente que tenhamos uma verdadeira política externa e que cumpramos critérios que sejam extremamente precisos, mensuráveis e realistas, nomeadamente os critérios do Parlamento Europeu. Estou a pensar nas autorizações de entrada para ONG independentes e relatores especiais das Nações Unidas e para a Cruz Vermelha Internacional. Sabemos que estão a decorrer negociações, mas ainda não estão concluídas. Estou a pensar no realinhamento do sistema educativo com as normas internacionais – que está em curso mais ainda longe de ser satisfatório –, na libertação dos presos políticos e na sua liberdade de circulação – em suma, no ABC dos direitos humanos. A proposta do meu grupo é ambiciosa e realista. Pode ser reduzida a uma fórmula simples.

(O Presidente interrompe a oradora para lhe pedir que fale mais lentamente, a pedido dos intérpretes)

Não podemos sabotar a nossa própria política renunciando aos nossos valores. Não se trata de defender o isolamento do Turquemenistão, mas de nos aproximarmos do país. E como devemos fazê-lo? Bom, devemos ter dois lápis, um em cada mão. Com o primeiro lápis, vamos assinalar um roteiro, que vai definir as etapas necessárias para cumprir os critérios estipulados pelo Parlamento. Estas etapas serão traçadas ao longo do

tempo, com prazos precisos, e serão discutidas nas subcomissões dedicadas aos direitos do Homem que organizamos com aquele país.

Uma vez assinalado este roteiro, com a outra mão e o outro lápis poderemos assinar o Acordo Provisório que aqui temos. Entendo que, quando chegar o momento de a Comissão e o Conselho discutirem o futuro das cláusulas relativas aos direitos humanos, é imperativo que estas cláusulas sejam sistemáticas e sistematicamente acompanhadas por um mecanismo de consulta que pode resultar, sempre que necessário, na suspensão do Acordo.

Presidente. – Senhora Deputada Flautre, o Presidente não mede a velocidade a que os oradores falam. O Presidente tem uma luz à sua frente através da qual os intérpretes lhe enviam um SOS quando interrompem a interpretação porque não são capazes de seguir o orador. Não estou a medir a velocidade de ninguém; recebi um sinal de emergência e encaminhei-o para os colegas, para que todos possam acompanhar o debate.

Obrigado, como habitualmente, pela vossa compreensão.

Helmuth Markov, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, passou já um ano desde que este Parlamento indicou muito clara e explicitamente os progressos que considerava necessários para poder aprovar o Acordo de Comércio entre a CE e o Turquemenistão. Tratava-se de exigências fáceis de satisfazer: acesso livre e sem impedimentos para a Cruz Vermelha Internacional, a libertação de presos políticos e objectores de consciência, a abolição de todas as restrições às viagens no país, acesso facilitado e condições de trabalho para ONG e agências da ONU, e uma reforma completa do sistema educativo. Admito sem dificuldades que o Governo liderado pelo Presidente Berdymukhamedov alcançou progressos. Isso é incontestável. Contudo, na minha opinião, eles não são de todo suficientes para aprovarmos agora este Acordo. Os senhores, Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhora Comissária, perderam uma extraordinária oportunidade.

Não partilho necessariamente dos seus pontos de vista, mas, como referiram os colegas sociais-democratas, nós – o Parlamento – queremos que os senhores nos assegurem que, se o Parlamento solicitar a revogação deste Acordo Provisório, acederão ao nosso pedido. O senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra não disse uma palavra sobre este assunto e a senhora, Senhora Comissária, explicou-nos que o contrato prevê essa possibilidade. Este facto não está em causa; o que está em causa é saber se os senhores estão preparados, assim o solicite o Parlamento, para aceder a esse pedido. É essa a questão.

Peço a todos os meus digníssimos amigos, se queremos levar-nos a sério, que não manifestem a sua concordância amanhã, a não ser que a Comissão se comprometa por escrito e afirme aqui que esta exigência será cumprida. Este é um elemento do acordo que foi, em última análise, solicitado, mas os senhores nada disseram sobre ele. Devo dizer aqui que tenho a sensação de que os senhores não nos estão a levar a sério. No mínimo, deveria ter sido tomada uma posição a este respeito.

Digo-vos, portanto, que, nestas circunstâncias, não é possível um acordo sobre o Contrato Provisório. Espero que o demonstremos juntos, por unanimidade, amanhã.

David Martin (PSE). – (EN) Senhor Presidente, tal como os dois oradores anteriores, receio que a Comissão e o Conselho tenham pintado um quadro demasiado optimista da situação actual no Turquemenistão.

O actual Presidente pode ser ligeiramente melhor do que o Presidente que substituiu em Fevereiro de 2007, mas será melhor o suficiente para nós aprovarmos um Acordo de Comércio Provisório como precursor de um Acordo de Parceria e Cooperação? Como referiram o senhor deputado Markov e a senhora deputada Flautre, na Comissão do Comércio Internacional, nós definimos cinco tarefas muito claras para o Turquemenistão que gostaríamos de ver realizadas antes de darmos o nosso consentimento.

Em primeiro lugar, dissemos que a Cruz Vermelha Internacional teria de obter acesso livre ao Turquemenistão. A não ser que a Comissão e o Conselho me possam fornecer indicações diferentes, creio que, até ao momento, a Cruz Vermelha ainda não conseguiu visitar uma única prisão ou um único prisioneiro no Turquemenistão.

Em segundo lugar, declarámos que o país estava obrigado a realinhar o seu sistema educativo com as normas internacionais. O Conselho tem razão quando afirma que o Estado acrescentou ao sistema de ensino secundário mais um ano, mas penso mais uma vez que, apesar de pequenas melhorias no sistema educativo, este não foi direccionado para a maioria dos turquemenes, mas para a elite e no intuito de preparar os cidadãos que pretendem trabalhar nos sectores do petróleo e do gás.

Em terceiro lugar, pedimos a libertação de todos os presos políticos. Alguns foram libertados, mas não muitos, e existem ainda literalmente centenas, se não milhares, de presos políticos em prisões no Turquemenistão, a aguardar um julgamento imparcial.

Em quarto lugar, afirmámos que pretendíamos a abolição de todas as restrições às viagens para o estrangeiro. É interessante que tanto o Conselho como a Comissão se tenham centrado nas viagens internas. Referimos que também deveria haver liberdade nas viagens externas. Esse ponto não foi cumprido.

Finalmente, dissemos que era necessário existir livre acesso para ONG independentes, livre acesso para organismos da ONU relacionados com direitos humanos e liberdade de imprensa. Bom, não há liberdade de imprensa, não há livre acesso para as ONG e, embora o inspector da ONU para a tolerância religiosa tenha sido autorizado a entrar, o Turquemenistão tem a mais longa lista de espera para visitas solicitadas pela ONU de qualquer país do mundo.

Trata-se mesmo de um país com quem podemos fazer negócios? Suspeito que, para a maioria neste Parlamento e em outras instituições a resposta seja claramente afirmativa. Porque é que a situação mudou desde que a Comissão do Comércio aprovou a sua resolução em 2007? Os cínicos dirão que isso aconteceu porque se descobriu gás e petróleo no Turquemenistão, porque nós queremos construir um novo gasoduto, porque descobrimos finalmente que é do nosso interesse estratégico. Se for esse o caso, deixemos de fingir que esta é uma questão de melhoria dos direitos humanos. É antes uma questão de interesse próprio a nível da União Europeia.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL). – (DA) Senhor Presidente, também eu discordo totalmente da proposta segundo a qual o Parlamento deveria aprovar o Acordo Comercial com o Turquemenistão, que é, afinal, o que está aqui em causa. Podemos escrever o que quisermos para nos justificarmos, mas quando dermos luz verde, esta matéria fica fora do nosso controlo se não obtivermos a garantia por parte da Comissão de que teremos a possibilidade de cancelar o Acordo.

Qual é, de facto, o motivo por que devemos aprovar o Acordo com o Turquemenistão? Ouvimos falar de todo o tipo de melhorias, e é verdade que a ditadura promoveu efectivamente alguns avanços e fez uma série de promessas. Todavia, como referiu, afinal, a Amnistia Internacional, estas melhorias tiveram apenas um alcance limitado. Que justificação foi apresentada para esse facto? A justificação indicada foi a de que a ausência de um Acordo também não produziu resultados. Na minha opinião, esta é uma justificação absurda que convida indirectamente todos os ditadores a resistirem, porque assim nós vamos acabar por ceder em algum momento ao longo do processo. Penso que deveria ser dito alto e bom som que pode haver um preço excessivo a pagar pelo gás e que, se o preço do gás depender da ditadura no Turquemenistão, esse preço é claramente demasiado elevado.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) É lamentável que as medidas tomadas pela União Europeia e por outras organizações internacionais a fim de defender os direitos humanos no Turquemenistão ainda não tenham produzido resultados. Os jornalistas e os defensores dos direitos humanos naquele país foram amordaçados. Mulheres e crianças continuam a ser violadas e traficadas.

Estou convencido, ainda assim, de que políticas destinadas à suspensão das relações e ao isolamento do Turquemenistão são pouco prometedoras. Não porque este país seja rico em gás, mas simplesmente porque a promoção de laços com o mundo exterior pode contribuir para a mudança democrática.

Por conseguinte, apoio a posição da Comissão Europeia e o Acordo Provisório, que pode ser suspenso, se necessário, em reacção a acontecimentos no país. É indiscutível que a atitude da União Europeia face à energia nas relações com o Turquemenistão não deve ser separada de quaisquer alterações no domínio dos direitos humanos.

Charles Tannock (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, há bastante mais no misterioso Turquemenistão do que petróleo e gás. Não quer isto dizer que os recursos de hidrocarbonetos do país não sejam importantes. Na verdade, eles têm um valor estratégico vital para a UE dada a vontade da UE, e aparente desejo do Turquemenistão, de sair da sombra da Rússia no que se refere ao aprovisionamento energético.

Os vastos e claramente acessíveis recursos de gás do Turquemenistão são suficientes, por si só, para exigirem uma relação mais próxima com a UE. Contudo, existem também outros motivos pelos quais devemos procurar alcançar um Acordo Provisório com o Turquemenistão. Aquele país é um exemplo notável de uma

nação muçulmana pacífica e estável com um governo secular empenhado em combater o terrorismo islamista no Afeganistão, onde está em curso uma guerra.

É claro que existem ainda sérias preocupações acerca dos direitos humanos, da democracia e das liberdades políticas, mas essas preocupações também existem a respeito da Rússia e da China, e não me lembro de ouvir os socialistas levantarem esta questão quando debatemos recentemente o Tibete. A verdade é que mantemos relações estratégicas com estes dois grandes países.

Vamos promover mais mudanças no Turquemenistão através do diálogo e da parceria, não através do isolamento. Por conseguinte, apoio globalmente a melhoria das relações entre a UE e os países da Ásia Central.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Alessandro Battilocchio (PSE). - *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, espero que este debate sobre o Acordo Provisório possa constituir a oportunidade para dar início a uma reflexão global sobre a situação no Turquemenistão e para solicitar mais medidas concretas para melhorar uma situação que neste momento é muito negativa.

O Governo de Ashgabat recusou ainda recentemente uma série de recomendações, nomeadamente no sentido de libertar os prisioneiros políticos, de rever os casos passados de detenção por motivos políticos e de revogar as interdições de entrada arbitrariamente impostas aos activistas dos direitos humanos. Deixando de lado hipocrisias, trata-se de um Estado actualmente fechado à vigilância das organizações internacionais, que há dez anos não conseguem entrar no país. Os jornalistas e os activistas não podem trabalhar livremente, e todos os opositores ao regime são diariamente sujeitos a ameaças.

A União Europeia e a comunidade internacional exigem agora uma mudança radical na situação dos direitos humanos; será muito difícil aceitar acordos de natureza meramente económica.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - *(FR)* Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, penso que temos de deixar de ser hipócritas relativamente a esta questão.

Em 2006, eu própria fazia parte de uma delegação do Parlamento Europeu que se deslocou ao Turquemenistão, e nós apresentámos uma série de propostas naquele período que a senhora realçou, Senhora Comissária.

Entendo, evidentemente, os seus argumentos e os do Conselho, mas quando comparo o que foi proposto e o relatório sobre a Ásia Central – que votámos favoravelmente neste Parlamento há alguns meses, em 20 de Fevereiro de 2008, e em que reiterámos as nossas exigências relativamente à libertação de prisioneiros e à Cruz Vermelha, entre outros aspectos –, pergunto: houve efectivamente alguma evolução? Não.

Pessoalmente, quando leio “relatório sobre o Turquemenistão”, leio na verdade “relatório sobre o Nabucco” porque, em última análise, estamos interessados na energia, no gás do terceiro maior produtor de gás do mundo. Além disso, eu sei – isso foi-nos explicado muito bem quando estivemos no Turquemenistão – que, se a União europeia não estivesse interessada no gás turquemeniano, o país teria outros clientes, nomeadamente a China. Por conseguinte, evitemos ser hipócritas, digamos claramente...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Christopher Beazley (PPE-DE). - *(EN)* Senhor Presidente, pretendo apenas manifestar ampla concordância com o meu colega Dr. Charles Tannock. Nos seus comentários finais, se não lhe tivesse sido retirada a palavra, o colega teria dito que a UE deve encorajar – e, de facto, a Comissão e o Conselho devem financiar – a construção de gasodutos transcaspianos para a Ásia Central a fim de reduzir o perigo de estar dependente de um fornecedor que detém o monopólio e de conseguirmos evitar cair nas malhas dos objectivos de política externa de um dos nossos vizinhos.

Presidente. - Obrigado, Senhor Deputado Beazley. É sempre importante complementar as ideias do senhor deputado Tannock, que é sempre construtivo e uma fonte de inspiração para o Parlamento.

Dou agora a palavra ao orador final, senhor deputado Martin.

Vamos examinar na Mesa se, nesta fase, é possível dar a palavra a oradores que já tenham participado no debate, porque o que fazem normalmente é reabri-lo. Contudo, neste caso, como chegámos ao quinto orador e têm direito a intervir cinco oradores, dou a palavra ao senhor deputado David Martin.

David Martin (PSE). – (EN) Senhor Presidente, obrigado por me ter dado a palavra. Quis intervir novamente porque queria fazer uma pergunta muito específica à Comissão antes da sua próxima intervenção. Gostaria de saber precisamente de que forma qualquer cláusula de direitos humanos que acordemos seria invocada e aplicada. Seria a Comissão a decidir se ocorreu uma violação dos direitos humanos e, nesse caso, acordar-se-ia no Conselho suspender o Acordo por unanimidade ou por maioria qualificada? Será uma cláusula de direitos humanos assim tão prática? Temos cláusulas de direitos humanos em muitos dos nossos acordos internacionais, e até à data – à excepção do debate seguinte – praticamente não invocámos nenhuma delas, sendo a Bielorrússia uma das raras excepções.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, penso que este foi um debate útil. A discussão centrou-se primordialmente nos direitos humanos e isso não nos surpreende. Gostaria de salientar mais uma vez que a actual cláusula de direitos humanos incluída no Acordo permite a suspensão no caso de violações dos direitos humanos; a propósito da suspensão em si, penso que, se a situação no Turquemenistão se deteriorar, teremos de tomar muito a sério tudo o que o Parlamento propõe.

É claro que a decisão final será tomada pelo Conselho após analisar todas as opções de medidas restritivas, incluindo a possibilidade de suspensão, e aqui existem precedentes relativos a outros países da Ásia Central.

Alguns dos intervenientes abordaram a cooperação com a Cruz Vermelha. Para nós, não é fácil julgar a cooperação entre a Cruz Vermelha e o Turquemenistão simplesmente porque a Cruz Vermelha aplica aqui um princípio fundamental de discrição. Assim, com base nas informações disponíveis, temos de admitir que há ainda muito por fazer e por melhorar, mas ao mesmo tempo conseguimos ver aspectos positivos e desenvolvimento.

Em geral e em conclusão, a situações dos direitos humanos no Turquemenistão deixa, evidentemente, muito a desejar, mas o isolamento contínuo não constitui opção. Uma abordagem condicional da celebração do Acordo Provisório negociado durante 11 anos não é um meio eficaz de assegurar progressos nos direitos humanos e na democracia.

Temos, naturalmente, de iniciar um diálogo com o Turquemenistão sobre direitos humanos, e é isso que procuramos fazer. O Primeiro-Ministro checo esteve no país muito recentemente. Teve com o Presidente, em Ashgabat, conversações justamente dessa natureza.

A Presidência está convencida de que existe agora uma oportunidade de aproximação ao Turquemenistão, e essa abordagem é o único meio eficaz de instituir um diálogo franco sobre questões como os direitos humanos.

É pouco provável que qualquer um dos principais parceiros do Turquemenistão – a Rússia ou a China, que estão actualmente a aumentar a sua influência na região – coloquem estas questões nas suas agendas.

Por conseguinte, a aplicação de um relacionamento contratual adequado a partir do Acordo Provisório é um passo fundamental nessa política de aproximação. Um parecer negativo do Parlamento seria lesivo para o diálogo que iniciámos com o Turquemenistão e comprometeria a nossa capacidade de assegurar progressos em domínios importantes como o dos direitos humanos.

Eu encorajaria, portanto, o Parlamento, como sugeriu o relator, senhor deputado Daniel Caspary, a oferecer total apoio à celebração do Acordo Provisório.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, Eleanor Roosevelt disse uma vez que, em lugar de amaldiçoar a escuridão, devemos acender uma vela. Esta frase também se aplica ao Turquemenistão. Promover os direitos humanos e apoiar a democracia no país têm, evidentemente, de continuar a ser as nossas prioridades. Muitos dos senhores deputados afirmaram, e com razão – por exemplo, a senhora deputada Flautre, que já não se encontra na sala – que as mudanças são lentas. É verdade, mas são mudanças, e é necessário que estas mudanças sejam reconhecidas e sejam encorajadas.

Temos, pois, de ajudar o Turquemenistão a ajudar-se a si mesmo. Temos de nos aproximar do país de forma construtiva, contínua e estratégica. Temos de criar um enquadramento adequado para as nossas relações contratuais, mas o Acordo de Comércio e Cooperação actualmente em vigor, por ser tão limitado, não nos permite fazê-lo.

Permitam-me que diga algumas palavras sobre a suspensão, ou a possível suspensão. Como os senhores sabem e o senhor Presidente em exercício do Conselho acabou de referir, é o Conselho – por unanimidade, diga-se – que decide essas matérias. A Comissão pode fazer uma proposta para esse efeito.

Queria apenas recordar-vos que, após os acontecimentos em Andijan, por exemplo, o Conselho decidiu, de facto, impor medidas restritivas ao Usbequistão, incluindo um embargo ao armamento bem como restrições às viagens de altos funcionários usbeques que se descobriu terem estado envolvidos nos acontecimentos. Além disso, as reuniões técnicas no contexto do APC, o Comité de Cooperação e os subcomités foram suspensos. Estas medidas estavam sujeitas a uma revisão constante e foram renovadas ou alteradas conforme fosse adequado, numa base anual.

A este respeito, se ocorresse um incidente semelhante – ou apenas uma deterioração grave –, o Conselho poderia tomar medidas semelhantes ou mesmo considerar a hipótese de uma suspensão, e a Comissão estudaria certamente todas as opções disponíveis, incluindo a suspensão.

A inclusão de uma cláusula de suspensão especificamente relacionada com os direitos humanos no APC exigiria uma alteração do documento. Do nosso ponto de vista, seria muito difícil introduzi-la porque ela implicaria a reabertura de negociações com o Turquemenistão – que já assinou e ratificou o APC em 2004 – bem como com os Estados-Membros da UE, dos quais 12 já ratificaram igualmente o Acordo.

Na medida em que essa alteração tem como objectivo determinar se uma violação dos direitos humanos pode conduzir a uma suspensão do APC, eu gostaria de reiterar que tanto o APC como o Acordo Provisório incluem uma cláusula que declara o respeito dos direitos humanos um elemento essencial – como referi muito claramente há pouco. Tanto o APC como o Acordo Provisório contêm uma cláusula segundo a qual, se qualquer uma das partes considerar que a outra parte não cumpriu uma obrigação decorrente do acordo, pode tomar medidas adequadas, que, em casos especialmente urgentes, pode aplicar sem sequer consultar primeiro a comissão mista.

Tanto o Acordo Provisório como o APC incluem também uma declaração comum onde se clarifica que casos especialmente urgentes significam casos de violação grave do acordo por qualquer uma das partes, e ambos esclarecem que a violação grave consiste na violação de um elemento essencial.

Por conseguinte, uma violação grave em casos urgentes confere, de facto, às partes o direito a tomarem medidas adequadas. Do nosso ponto de vista, estas medidas poderiam igualmente incluir a suspensão do acordo. Assim sendo, digníssimos Senhores Deputados, peço-vos mais uma vez – com fiz anteriormente – que dêem o vosso parecer favorável à concretização do Acordo de Comércio Provisório com o Turquemenistão.

Eu estaria totalmente aberta a um compromisso político da nossa parte – da parte da Comissão – relativo a um acompanhamento do diálogo em matéria de direitos humanos, comunicando resultados ao Parlamento regularmente. Esta medida constituiria, no Acordo Comercial, um ponto de partida para uma maior cooperação e colocar-nos-ia um passo à frente no objectivo de promover o quadro do diálogo com o Turquemenistão ao mesmo nível dos que já instituímos com outros países na região. Não nos esqueçamos também desse aspecto.

Só através de um compromisso reforçado seremos capazes de influenciar uma evolução positiva e a melhoria da situação dos direitos humanos.

PRESIDÊNCIA: MANUEL ANTÓNIO dos SANTOS

Vice-presidente

Daniel Caspary, *relator*. – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, muito obrigado pelo debate de hoje. Permitiu-nos dar passos significativos no nosso caminho. Queria agradecer a todos os meus digníssimos amigos que trabalharam comigo nesta questão nos últimos meses.

Houve uma declaração fundamental do Conselho, meu caro Senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra, que retive em particular: a população do Turquemenistão não vai certamente aprender o significado da democracia e dos direitos humanos com a China, a Rússia ou mesmo o Irão. Nos últimos anos, o Parlamento definiu condições claras para aceitar este Acordo Provisório, mais recentemente no relatório sobre uma estratégia da UE para a Ásia Central, do senhor deputado Özdemir.

Seria uma enorme cedência do Parlamento Europeu se agora ignorássemos globalmente as especificações que definimos há três meses ou há seis meses e disséssemos que, apesar de tudo, aprovamos o meu relatório sobre o Acordo Provisório. Por outro lado, estou também totalmente ciente de que é hoje que estamos a discutir o Acordo Provisório. Não teria sido boa ideia adiar a votação. Estou também ciente de que não

devemos utilizar o Turquemenistão e o Acordo Provisório como trunfos para nivelar o equilíbrio de poderes entre as instituições europeias.

Estou igualmente ciente de que seria criado um precedente se a Comissão e o Conselho concordassem com as exigências que muitos de nós fizeram hoje, ainda que – e digo isto com toda a clareza – na minha opinião, essas exigências do Parlamento se justifiquem plenamente. Aguardo, pois – preferencialmente até esta noite –, uma garantia da Comissão de que, se este controlo revelar que a situação no Turquemenistão se deteriorou e se o Parlamento aprovar uma resolução a solicitar à Comissão que proponha ao Conselho a suspensão deste Acordo Provisório, seja apresentada uma proposta para esse efeito ao Conselho. Penso que essa possibilidade existe no quadro dos acordos em vigor.

Seria para mim motivo de enorme satisfação, em qualquer caso, receber uma garantia do Conselho de que incluiria e discutiria imediatamente esta questão numa das suas reuniões seguintes após a proposta da Comissão. Ambas as instituições podem certamente dar estas duas garantias sem abordarem a organização geral da cooperação institucional na União Europeia. Ficar-vos-ia agradecido se pudessem fazer essa declaração hoje ou, o mais tardar, antes da votação, amanhã. Não tenho interesse em recomendar aos meus digníssimos colegas antes da votação, amanhã, que a votação do meu relatório deve ser adiada.

Presidente. – Comunico que recebi duas propostas de resolução apresentadas em conformidade com o n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

O debate está encerrado.

A votação terá lugar na quinta-feira, 26 de Março de 2009.

9. Avaliação semestral do diálogo UE - Bielorrússia (debate)

Presidente. – Seguem-se as declarações do Conselho e da Comissão sobre a avaliação semestral do diálogo UE-Bielorrússia.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhor Presidente, estou grato aos membros deste Parlamento pela oportunidade para os actualizar sobre a evolução na Bielorrússia e, em particular, para lhes dar conta do resultado da discussão de segunda-feira passada sobre esta questão no Conselho.

Como muitos dos senhores saberão, após a decisão do Conselho, de Outubro último, de suspender temporária e parcialmente a lista de proibições de vistos, assistimos a uma série de avanços positivos na Bielorrússia. Eu assinalaria, em particular, o registo do movimento “Pela Liberdade” e das Iniciativas do Centro para Chernobil, a impressão e distribuição de jornais independentes como o *Narodnaya Volya* e o *Nasha Niva*, a mesa redonda sobre a regulação da Internet com o Representante da OSCE para a liberdade dos média, as consultas especializadas à OSCE/ODIHR sobre a melhoria da legislação eleitoral e a instituição de Conselhos Consultivos, incluindo um dedicado a questões de direitos humanos, que reúne representantes da sociedade civil e mesmo a oposição.

Estes passos, mesmo podendo parecer relativamente menores para alguns, são significativos no contexto bielorrusso. Esse facto foi reconhecido por alguns representantes da sociedade civil na Bielorrússia.

Contudo, têm ocorrido também incidentes, que constituem para nós motivo de preocupação. A importante ONG de direitos humanos Viasna tem sido impedida de se registar, existem problemas com a acreditação de alguns meios de comunicação social independentes e, embora haja menos assédio contra a sociedade civil e contra os activistas da oposição do que havia anteriormente, continuam a ter lugar detenções por períodos curtos. Estamos também a acompanhar estreitamente queixas da oposição relativamente ao “recrutamento forçado” para o exército.

Não podemos, portanto, negar que o quadro é contraditório. Contudo, estamos convencidos de que é necessário prosseguir uma política de aproximação e apoiar os avanços positivos. Este deve ser o caminho a seguir nas nossas relações com a Bielorrússia. É essencial ter em mente os nossos interesses estratégicos mais amplos na região, bem como o impacto da crise financeira quando ponderamos o nosso rumo político para o futuro.

Foram estas as considerações que estiveram por trás da nossa decisão de 16 de Março. Esta decisão, embora prolongue um ano as medidas restritivas, mantém a suspensão da aplicação das proibições de permanência impostas a certos altos funcionários da Bielorrússia durante nove meses.

A revisão aprofundada prevista para o final deste período de nove meses vai centrar-se nos cinco domínios indicados nas conclusões do Conselho de Outubro de 2008. Trata-se da reforma eleitoral e de outras acções concretas destinadas a promover o respeito pelos valores democráticos, o Estado de direito, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa, e a liberdade de reunião e associação política.

Acreditamos firmemente que o prolongamento da suspensão acordada na semana passada nos vai permitir realizar os nossos objectivos políticos. Vai dar-nos a oportunidade de continuarmos a abordar junto dos nossos parceiros bielorrussos avanços que nos preocupam no domínio dos direitos humanos. O lançamento, no próximo mês, de um diálogo sobre direitos humanos será particularmente importante.

Após o levantamento da proibição de contactos políticos bilaterais, tiveram lugar várias visitas, incluindo uma tróica ministerial no final de Janeiro. O objectivo destes vários contactos tem sido encorajar a Bielorrússia e promover o entendimento relativamente a divergências de expectativas. Esperamos que o diálogo continue nos próximos meses.

Estamos convencidos de que temos de ser construtivos com Minsk. Continuamos realistas e não esperamos mudanças radicais. A transformação demora algum tempo, e é do nosso interesse comum aproveitar todas as oportunidades para incentivar mais avanços positivos.

É importante que a nossa política de aproximação seja abertamente apoiada por representantes da sociedade civil na Bielorrússia, que participaram recentemente numa discussão muito útil com membros deste Parlamento. Mantemos contactos regulares também com os representantes da sociedade civil bielorrussa e tencionamos dar seguimento a este diálogo bem como ao nosso apoio à sociedade civil e à comunicação social independente na Bielorrússia.

Permitam-me que termine com algumas palavras dirigidas à Parceria Oriental, que foi aprovada na semana passada pelo Conselho Europeu e será lançada numa reunião com carácter de cimeira em Maio. A Bielorrússia é um dos seis países da Parceria Oriental. Acreditamos firmemente que a Bielorrússia deve estar envolvida nesta nova iniciativa desde o início. Contudo, o alcance da sua participação ao nível bilateral vai depender de uma série de factores, em particular progressos em alguns dos domínios que acabei de referir.

Agradeço o apoio público manifestado pelo Parlamento ao resultado do Conselho da passada segunda-feira. A revisão aprofundada prevista para daqui a nove meses será claramente fundamental para quaisquer futuras decisões e terá um papel importante nas nossas relações futuras com a Bielorrússia. O Conselho está determinado a manter o Parlamento informado sobre a evolução deste assunto e saúda a oportunidade de os senhores continuarem a contribuir para este debate.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, a Bielorrússia está numa encruzilhada.

Estamos a pouco tempo de uma decisão do Conselho que vai confirmar a suspensão temporária da proibição de vistos até ao final do ano, e na véspera da adopção de uma resolução do Parlamento Europeu. É tempo de efectuar uma revisão inicial da nossa política para a Bielorrússia após seis meses de sanções suspensas – desde Outubro de 2008 – e reflectir sobre o que nos espera nos próximos nove meses.

Pessoalmente, estou convencida de que a decisão tomada pela União Europeia, em Outubro passado, de suspender as sanções foi correcta e, na verdade, esta suspensão deu origem a um processo positivo.

A Bielorrússia tomou medidas que são inquestionavelmente coerentes com mais democracia. Estou a pensar em particular no regresso de dois jornais independentes às bancas, no facto de mesmo a organização do Sr. Milinkevich ter sido finalmente legalizada, na cooperação com a OSCE/ODIHR a respeito da legislação eleitoral e nos vários congressos de partidos da oposição ou ONG – como a União dos Polacos na Bielorrússia – que foi possível realizar. É evidente que estes progressos são limitados e insuficientes, mas são também inéditos e, em geral, podemos mesmo concluir que houve uma evolução.

É por isso que esta revisão moderada recebeu uma resposta moderada da União Europeia, com a decisão equilibrada tomada durante o último CAGRE. Suspender as sanções durante mais tempo permite-nos manter um diálogo, como a sociedade civil nos pediu expressamente para fazer, incluindo no fórum organizado no Parlamento Europeu bem recentemente, em 4 de Março.

Ao mesmo tempo, guardamos o instrumento de que dispomos, visto que as sanções podem ser reintroduzidas no final de cada ano se considerarmos que os progressos realizados são insuficientes, e vamos continuar a

nossa avaliação prestando atenção contínua à situação para sabermos se houve evolução nos cinco domínios fundamentais identificados nas conclusões do CAGRE de Outubro passado. Além disso, graças à nossa delegação em Minsk, a Comissão está a assumir um papel activo na análise da situação no terreno.

Senhoras e Senhores Deputados, saúdo a iniciativa do Parlamento Europeu de enviar uma delegação de membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Bielorrússia, que partirão para Minsk daqui a 10 dias a fim de se encontrarem com as autoridades e os vários partidos e obterem uma ideia da situação no terreno.

Vou enviar também o meu director responsável para esta região, ao mesmo tempo, que estará disponível para cooperar estreitamente com a delegação do Parlamento Europeu. Iniciar um novo diálogo sobre direitos humanos com a Bielorrússia constitui outro passo considerável que nos vai permitir estruturar melhor as nossas pretensões e aprofundar as nossas discussões.

A primeira sessão deste diálogo deverá ter lugar nos próximos dias, em Minsk, e a União Europeia vai colocar todas as questões em cima da mesa. Vamos encontrar-nos com elementos da sociedade civil antes e depois deste diálogo para beneficiarmos do seu conhecimento.

Senhoras e Senhores Deputados, o desenvolvimento das nossas relações com este vizinho situado no coração da Europa exige que dediquemos algum tempo a reflectir sobre uma resposta, incluindo a mais longo prazo, aos progressos realizados pela Bielorrússia. Uma resposta que nos permita aproximar a Bielorrússia da nossa família europeia e dos seus valores, e para isso, na verdade, como referiu o nosso senhor Presidente em exercício do Conselho, o Conselho Europeu tomou a decisão, na passada sexta-feira, de acolher a Bielorrússia na Parceria Europeia e, mais especificamente, na sua componente multilateral, as plataformas. Esta Parceria vai proporcionar à Bielorrússia uma oportunidade de desenvolver novas redes de apoio e intercâmbio com todos os seus vizinhos, incluindo em nome da sociedade civil bielorrussa, que pretende pôr fim ao seu isolamento e participar no fórum relativo à sociedade civil.

No que respeita à participação da Bielorrússia na vertente bilateral da Parceria Oriental, o texto da proposta é inequívoco: o desenvolvimento de relações bilaterais entre a União Europeia e a Bielorrússia depende, e continuará a depender, do desenvolvimento da situação política no país.

Finalmente, à luz da crise financeira e económica que também está a afectar todos os nossos vizinhos a Oriente, sou pessoalmente favorável a medidas de apoio económico para a Bielorrússia. Foi dado um importante primeiro passo pelo FMI, com o apoio activo dos seus membros europeus, nomeadamente através da concessão de um empréstimo de 2 mil milhões de dólares americanos para fazer face aos efeitos imediatos da crise, ou seja, para pôr termo à balança de pagamentos. A segunda fase deverá permitir à Bielorrússia aceder a empréstimos do BEI e a empréstimos mais substanciais do BERD a fim de financiar projectos relacionados com as redes transeuropeias, ajudando ao mesmo tempo a diversificar as ligações económicas do país.

Ao mesmo tempo, a Comissão está em processo de reforço dos seus diálogos técnicos com a Bielorrússia em sectores de interesse comum, como a energia, os transportes, alfândegas, normas e, a longo prazo, a economia.

Para concluir, no intuito de intensificar estes diálogos, Senhoras e Senhores Deputados, na próxima semana, o Parlamento irá adoptar uma resolução sobre a Bielorrússia, e a Comissão vai, empenhadamente, dedicar grande atenção às vossas recomendações. Pela minha parte, espero que continuemos a cooperar estreitamente ao longo dos próximos meses na nossa análise da situação e no nosso diálogo com a Bielorrússia, a suas autoridades e a sua sociedade civil, e espero que este primeiro passo nos encaminhe para um compromisso mútuo aprofundado baseado em progressos concretos.

Charles Tannock, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhor Presidente, as relações da UE com a Bielorrússia orientam-se actualmente, e bem, por considerações pragmáticas de ambas as partes. Anos de isolamento político não produziram qualquer resultado, como o Conselho, algo tardiamente, agora percebeu. Não contribuiu, de forma alguma, para reduzir o poder de que goza o último ditador isolacionista da Europa, o Presidente Alexander Lukashenko.

Há duas semanas, aqui em Estrasburgo, tive o privilégio de me encontrar com dois importantes dissidentes da Bielorrússia para discutirmos os acontecimentos políticos no seu país. Um deles, Alexander Kazulin, prisioneiro político, tinha sido recentemente libertado, um dos motivos pelos quais a UE começou a olhar para Lukashenko de uma perspectiva mais favorável.

Contudo, a repressão política continua a ser um problema grave na Bielorrússia. Coloca-se, portanto, a questão de saber se este alívio da tensão nas relações entre a UE e a Bielorrússia nos vai conduzir a algum lado, visto que Lukashenko pode muito bem estar a jogar com a Rússia aproximando-se mais da UE. Contudo, esta situação é melhor do que a nossa insistência na política falhada de boicotes da última década.

É essencial que o Conselho mantenha a abordagem do chicote e da cenoura no que respeita à Bielorrússia: se forem oferecidos a Lukashenko incentivos claros para a reforma política interna, ele pode responder favoravelmente. Todavia, de igual modo, ele tem de saber que não pode continuar a agir como anteriormente e que qualquer sinal de maior autoritarismo e repressão porá termo à aproximação e reduzirá o apoio da UE às ambições da Bielorrússia relativamente à adesão à OMC. Nesta fase, convidar Lukashenko para vir a Praga na Cimeira de Maio a fim de lançar a Parceria Oriental, de que faz parte a Bielorrússia, pode ser um passo demasiado longo, na minha opinião. Temos de associar relações mais próximas a compromissos tangíveis por parte do regime com uma mudança de rumo.

A Bielorrússia tem igualmente de ser persuadida de que o reconhecimento das regiões georgianas da Abcásia e da Ossétia do Sul como Estados independentes – o que, neste momento, só foi feito pela Rússia – é inaceitável. Penso que a Bielorrússia está a procurar distanciar-se do controlo russo, e nós temos de tirar partido desta janela de oportunidade. É indiscutível que a promoção de uma mudança genuína na Bielorrússia exige paciência e empenho por parte da UE, mas o prémio – a reintegração da Bielorrússia na família europeia de nações – vale bem a pena.

Jan Marinus Wiersma, em nome do Grupo PSE. – (NL) Senhor Presidente, também nós apoiamos com todo o gosto a continuação da política da União Europeia de promover diálogo e cooperação mais estreita com o regime bielorrusso. Temos vindo a trabalhar nesta matéria há já seis ou sete meses, e é necessário verificar se as metas da União Europeia também vão dar frutos no período que aí vem. Isso não altera o facto de continuarmos a ter dúvidas sobre as intenções de um governo que não é conhecido por ser democrático. Tive pessoalmente a honra de contactar com o regime em várias ocasiões e acreditem quando vos digo que o Sr. Lukashenko não se transformou num democrata de um dia para o outro.

O facto de pretender um maior envolvimento com a União Europeia tem a ver com outros factores, mas essa circunstância pode ser utilizada por nós para o pressionarmos a avançar ainda mais no caminho em que embarcou tomando uma série de medidas positivas no domínio dos direitos humanos. Tal como o senhor deputado Tannock, penso que ainda é muito cedo para especularmos sobre se o Presidente deve ser recompensado com uma Parceria Oriental. Ainda é necessário promover um verdadeiro diálogo sobre direitos humanos, que continuam a ser violados.

No que respeita ao diálogo sobre direitos humanos, entendemos que a oposição tem de ser autorizada a assumir um papel autónomo. Apoiámos a oposição de todas as formas possíveis nos últimos anos, incluindo através da atribuição de dois prémios Sakharov. Minsk considera que não é aceitável apoiar a oposição dessa forma. Existem, todavia, precedentes: há seis ou sete anos, estive pessoalmente envolvido numa tentativa, conjuntamente com a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa, de promover um diálogo com a participação do Governo da Bielorrússia e da então oposição. A tentativa não foi bem-sucedida, mas representa, de facto, um precedente para esse tipo de encontros.

A política europeia que pretendemos tem de contribuir claramente para maior liberdade e abertura. Os aspectos que consideramos importantes são também mencionados na resolução que está actualmente em cima da mesa. Se for possível evoluir nestes pontos ao longo dos próximos meses, entendemos que será então possível levantar mais restrições da UE.

Há mais alguns pontos que eu gostaria de acrescentar. Em primeiro lugar, cremos que a Comissão tem de tomar em consideração o facto de existir muito pouco conhecimento sobre a União Europeia na Bielorrússia e que uma estação de televisão por satélite não vai alterar essa situação. É necessário fazer mais a partir do próprio país e no próprio país. Em segundo lugar, exorto a que se interroge as autoridades em Minsk sobre se não é finalmente tempo de levantar todas as restrições a viagens impostas às crianças de Chernobil.

O meu comentário final tem um carácter um pouco mais pessoal. A nova situação produziu, pelo menos, um resultado, designadamente o facto de, pela primeira vez em seis ou sete anos, me ter sido concedido um visto, que me permite, a mim e a uma delegação do Parlamento, permanecer na Bielorrússia algumas semanas, proporcionando uma oportunidade que aproveitarei com todo o gosto.

Janusz Onyszkiewicz, em nome do Grupo ALDE. – (PL) Quando as sanções contra a Bielorrússia foram levantadas, esperávamos que o processo de atenuação do sistema fosse um pouco mais longe. Afinal, todavia,

não foi isso que aconteceu. Os oradores que já intervieram hoje mencionaram este ponto, mas eu gostaria que nos lembrássemos de que não foram registados quaisquer outros partidos políticos, que a ameaça de cancelamento do registo de partidos que já existem não se dissipou, que jornais aos quais poderia ter sido concedido o direito de circulação não o conseguiram e que se repetiram ataques na Web a sítios Internet, como o sítio da Radio Free Europe. Além disso, o Presidente Lukashenko decidiu abandonar Minsk, pelo que a visita da senhora Comissária Ferrero-Waldner não pôde avançar. Creio que este gesto foi pouco amigável e demonstrou, aliás, que o Presidente não respeita nem entende o significado dos contactos com a União Europeia.

É verdade que o Presidente Lukashenko não reconheceu a Abcásia e a Ossétia do Sul, mas visitou a Abcásia e parece existir uma cooperação económica estreita entre estes dois parceiros – não vou dizer Estados, porque, evidentemente, para nós, a Abcásia não é um Estado. Quanto à oposição, o Presidente Lukashenko chama-lhe uma “quinta coluna”, e não vemos qualquer disponibilidade para a reconhecer, como acontece em todos os países, como um elemento importante da oposição política.

Penso que, a este respeito, devemos, contudo, manter algum tipo de diálogo. Concordo com o senhor deputado Tannock quando afirma que o Presidente Lukashenko não deve estar presente em Praga. Estaríamos claramente a ir longe de mais, mas devemos, de facto, utilizar de forma mais significativa e eficaz outro instrumento que temos à nossa disposição, nomeadamente um instrumento financeiro sob a forma de financiamento para o desenvolvimento democrático e económico. A este propósito, gostaria de fazer uma pergunta – não pretendo saber que montantes foram atribuídos, mas sim que montantes foram afectados ao apoio à democracia na Bielorrússia em 2007, não incluindo o apoio à rádio?

Konrad Szymański, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Comissária, a experiência da suspensão das sanções contra a Bielorrússia tem de continuar, para podermos tentar todas as possibilidades de diálogo com aquele país. É necessário, contudo, que as autoridades bielorrussas estejam cientes de que o tempo concedido para esta experiência é limitado e que nós não vamos esperar com as nossas propostas indefinidamente.

Devemos também ser muito cautelosos. Os primeiros meses deram-nos apenas uma imagem vaga das intenções das autoridades de Minsk. Ao mesmo tempo, continua a repressão contra a Associação de Polacos da Bielorrússia, são expulsos padres católicos, e foi recusado à Belsat Television, a única televisão com emissão para a Bielorrússia, o registo de um escritório em Minsk. São motivos suficientes para não convidarmos Alexander Lukashenko para a cimeira da UE, em resposta aos apelos da oposição bielorrussa.

Jacek Protasiewicz (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, Senhora Comissária, concordo com a Senhora Comissária quando diz que a decisão do Conselho de ampliar as sanções contra Bielorrússia por um ano e simultaneamente suspendê-las por nove meses foi uma solução equilibrada. Convidamos a Bielorrússia a cooperar connosco, mas não nos esquecemos de que aquele ainda é o último país antidemocrático da Europa.

Apesar das alterações positivas que tiveram lugar recentemente na Bielorrússia e que o senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra referiu, não é possível dizer que os direitos humanos fundamentais sejam respeitados naquele país, como a liberdade de expressão, o direito a manifestar opiniões políticas ou o respeito pelas minorias nacionais e religiosas. Apesar de tudo isto, estamos a oferecer à Bielorrússia a participação na Parceria Oriental, porque acreditamos que isso proporcionará benefícios, em primeiro lugar, à população da Bielorrússia.

A Parceria Oriental significa uma oportunidade para vistos mais baratos, melhor cooperação económica e apoio financeiro à sociedade civil. Estas são formas de a Bielorrússia beneficiar da nova política, após muitos anos de isolamento. Contudo, no lado dos custos, existe indiscutivelmente um abuso cínico da nossa boa vontade para conferir credibilidade a um regime antidemocrático. O Governo bielorrusso, que controla os principais meios de comunicação social e os utiliza não para informação mas para propaganda, anuncia já triunfalmente que a União Europeia aceita o “modelo bielorrusso”, em que a democracia e a liberdade podem ser restringidas. Nesta câmara, temos de afirmar inequivocamente que os bielorrussos possuem os mesmos direitos que os cidadãos de outros países europeus livres, e aqui inclui-se o direito a manifestações livres em Minsk hoje, no 91.º aniversário da independência do país. A participação na Parceria Oriental destina-se a ajudá-los a realizar esses direitos e, se as autoridades bielorrussas se intrometerem, deixarão de poder contar com parceria e boas relações com o Ocidente, muito menos ao alto nível que o senhor Presidente em exercício do Conselho Vondra mencionou e ainda menos quando pensamos na Cimeira de Praga em Maio, dedicada à Parceria Oriental.

Enquanto continuarem detidos activistas na Bielorrússia, enquanto jovens activista da oposição democrática forem recrutados contra a sua vontade e enquanto as manifestações forem interrompidas à força pelas milícias e jornalistas independentes forem multados pelas suas palavras e publicações, os líderes da Bielorrússia não têm o direito de esperar parceria e uma abordagem conciliatória por parte dos líderes europeus, do Conselho, da Comissão e do nosso Parlamento.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) A Bielorrússia está no centro da Europa, e eu entendo que deve estar interessada em ter boas relações com a União Europeia e com o seu outro vizinho, a Rússia. A participação no Programa de Parceria da União Europeia proporciona-lhe essa oportunidade.

Uma Bielorrússia independente, estável, que dá passos em direcção à democracia, à expansão dos direitos humanos e uma economia de mercado social interessa à União Europeia e, em particular, aos vizinhos mais próximos da Bielorrússia, Lituânia, Letónia e Polónia. Estou convencido de que a população da Bielorrússia o deseja cada vez mais.

A política de isolamento relativamente à Bielorrússia era injustificada, e isto tem de ser dito alto e bom som. Por outro lado, enquanto houve restrições à liberdade de expressão e de opinião, às actividades dos partidos e à oposição, não pode existir um verdadeiro diálogo ou entendimento entre Bruxelas e Minsk.

Não estou certo de que tenha chegado o momento de estender o tapete vermelho em Bruxelas a todos os líderes da Bielorrússia.

A Bielorrússia é o único Estado na Europa que ainda realiza execuções, apesar de o número destes actos, de acordo com cálculos de organizações de defesa dos direitos humanos, ter diminuído drasticamente. Entendo que os membros do Parlamento Europeu, independentemente do grupo em que trabalham, estão bastante insatisfeitos com esta situação e pretendem que Minsk extinga a pena de morte logo que possível.

Daqui a sete anos, a Bielorrússia prevê construir uma central nuclear muito perto da fronteira lituana. Gostaria de vos recordar que a Comissão Europeia se comprometeu a acompanhar atentamente o cumprimento, por parte do Governo bielorrusso, das regras da AIEA e de outras organizações internacionais, e a zelar por que a central nuclear cumpra todos os mais recentes requisitos de segurança.

Presidente. – Segue-se o período *catch the eye*.

Tenho demasiados pedidos de intervenção e muito concentrados no Grupo PPE-DE. Vou dar a palavra apenas a três deputados.

Christopher Beazley (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, o procedimento *catch-the-eye* aprovado por este Parlamento não prevê que o Presidente possa seleccionar deputados de acordo com o grupo a que pertencem. O procedimento *catch-the-eye*, como eu o entendo, serve para cada membro individual chamar a sua atenção, a atenção do Presidente. Considero lamentável que o senhor tenha dito agora mesmo que vai permitir apenas intervenções de três deputados do Grupo PPE-DE. Essa atitude não é conforme com o nosso Regimento.

Presidente. – Senhor Deputado, sempre assim se procedeu e sempre assim se procederá enquanto eu presidir.

Uma vez que há simultaneidade de pedidos, pois praticamente todos os deputados pedem a palavra na mesma altura – e estando eu limitado a cinco pedidos de intervenção –, não posso estender este período sem prejuízo dos outros debates. De resto, esta é a prática que tem sido seguida, e alterá-la agora seria introduzir critérios de desigualdade em relação a sessões passadas.

Senhor Deputado, está esclarecido o ponto de ordem. Não vale a pena insistir, não lhe dou a palavra. Não lhe dou a palavra. Está esclarecido o ponto de ordem.

Laima Liucija Andrikiénė (PPE-DE). – (LT) Hoje, a população da Bielorrússia assinala o Dia da Independência. Gostaria de vos recordar que a Bielorrússia se proclamou uma república em 25 de Março de 1918. Neste preciso momento, enquanto decorre a nossa discussão, em Minsk, na praça em frente à Academia das Ciências, tem lugar uma manifestação iniciada pela oposição democrática. Juntaram-se cinco mil pessoas na praça. Espero que não sejam aplicadas medidas repressivas contra elas. Por conseguinte, como anteriormente, e em especial hoje, gostaria de manifestar solidariedade para com todos os bielorrussos espalhados pelo mundo, e acima de tudo para com os bielorrussos que se reuniram numa das praças de Minsk, aqueles que valorizam o espírito de independência e de liberdade.

Quanto ao diálogo com a Bielorrússia, ele é necessário, mas não a qualquer preço. O que nós, União Europeia, podemos fazer sem ceder perante o regime, antes encorajando o diálogo com a sociedade civil, é resolver a

questão do preço dos vistos Schengen o mais rapidamente possível. O visto Schengen, que custa 60 euros, é um luxo demasiado caro para muitos bielorrussos. Gostaria de vos recordar que, aos cidadãos russos, o visto Schengen custa metade deste valor.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) É importante continuar a trabalhar para construir novas relações entre a União Europeia e a Bielorrússia. É indiscutivelmente necessário criar uma situação em que os direitos fundamentais dos cidadãos bielorrussos sejam respeitados, e não é aceitável hoje que direitos como a liberdade de expressão, a liberdade de opinião ou o direito a eleições ou a um aparelho judicial independente não sejam respeitados.

Por esse motivo, concordo com a filosofia que incentiva a Bielorrússia a desenvolver todos os esforços para avançar na direcção da democracia, e congratulo-me com a decisão de incluir a Bielorrússia no novo programa destinado a reforçar a política oriental da UE através da política europeia de vizinhança. Entendo que este instrumento ajudará a Bielorrússia a alcançar estabilidade e segurança e a aumentar o nível de vida dos seus cidadãos. A Comunidade deve continuar a prestar apoio financeiro aos mais desfavorecidos na região e a intervir quando são violados direitos dos cidadãos. Repito: intervir quando são violados direitos dos cidadãos.

Árpád Duka-Zólyomi (PPE-DE). – (HU) A política europeia relativamente à questão da Bielorrússia foi inequívoca. Os direitos humanos e o processo de democratização eram os aspectos mais importantes. Não rejeitámos uma aproximação, mas as nossas condições também foram inequívocas; hoje, todavia, a situação alterou-se significativamente.

É verdade o que afirmam os activistas políticos bielorrussos e os peritos independentes: que o regime não mudou substancialmente, apenas realizou operações cosméticas. Apesar de alguns prisioneiros políticos terem sido libertados, outros tomaram os seus lugares, e os jovens activistas não são enviados para a prisão, mas para o exército. Mudaram outras coisas, não o regime.

Muitas pessoas na UE acreditam que o sucesso da Parceria Oriental depende também da Bielorrússia. Bruxelas tem de preencher a lacuna deixada pela incerteza da Ucrânia, e para esse efeito, mesmo o Presidente Lukashenko pode vir a ser aceitável. As instituições da UE conseguiram destruir os seus próprios pacotes de condições. O trabalho de muitos anos da Comissão caiu por terra numa única visita de Javier Solana. O Presidente Lukashenko pensou que tinha força suficiente para cancelar a visita da senhora Comissária Ferrero-Waldner. Em vez de aceitar as condições, encontrou um parceiro em Javier Solana, o grande apreciador de compromissos.

Elisabeth Schroedter (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, ouvi-vos com muita atenção. Os Verdes são a favor do diálogo, mas somos apenas a favor do diálogo crítico, por outras palavras, de um diálogo que não faça promessas falsas a um ditador.

É essencial que o diálogo seja utilizado para alcançar progressos na política de direitos humanos deste país, para que, por exemplo, a Universidade Europeia das Humanidades possa regressar legalmente ou que a liberdade de expressão deixe de estar restringida ou ainda que manifestações como a de hoje possam ter lugar sem impedimentos. O diálogo tem de fortalecer as forças democráticas. Só assim faz sentido. Não deve apunhalar as forças democráticas pelas costas. É necessário que as questões dos direitos humanos sejam abordadas nesta fase como aspectos nucleares e que os instrumentos da UE em matéria de direitos humanos sejam permitidos neste país.

Também entendo que uma parceria é prematura. Não obstante esse facto, os custos dos vistos devem ser reduzidos.

Erna Hennicot-Schoepges (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, todas as medidas enumeradas pelo Conselho e pela Comissão foram aprovadas porque melhoram a situação da população.

Será correcto, todavia, deixar um ditador ocupar o seu lugar no topo? Não constituirá essa situação uma afronta aos que estiveram novamente detidos há pouco tempo e que continuam a ser detidos? Senhora Comissária, Senhor Ministro, queria fazer-lhes uma pergunta muito franca: terá sido exercida alguma pressão junto das autoridades europeias pela Bielorrússia com vista a assegurar o seu convite para a cimeira de Praga, que considero desproporcionado e inapropriado?

Presidente. – Senhores Deputados, considerando que ainda tenho uma margem de tempo, vou dar a palavra também aos outros oradores que estão inscritos. Isto não tem nada a ver com a intervenção anterior. É apenas a gestão equilibrada que faço sempre deste período *catch the eye*.

Alessandro Battilocchio (PSE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, (...) com satisfação da nova disponibilidade da Bielorrússia para colaborar com a União Europeia e com a comunidade internacional. Usamos de grande prudência nos contactos com o Presidente Lukashenko, mas congratulamo-nos com uma mudança de rumo neste domínio. Nunca é demais sublinhar a necessidade de uma mudança de orientação global e substancial no que se refere ao respeito dos direitos humanos.

Há um aspecto em que considero que a Comissão poderia exigir um comportamento mais claro e linear de Minsk: refiro-me à situação das dezenas de milhares de crianças acolhidas durante alguns meses por famílias europeias. Durante vários anos, o Governo bielorrusso manifestou comportamentos absurdos, por vezes incompreensíveis, cancelando frequentemente, no último momento, a visita das crianças, atormentando as famílias de acolhimento e cometendo mais uma ostensiva agressão contra essas crianças, muitas delas órfãs provenientes de situações familiares bastante delicadas, que se ressentiram da situação. Procuremos rapidamente uma mudança de rumo no que respeita a este assunto.

Zita Pleštinšá (PPE-DE). - (SK) A Eslováquia comemora hoje o 21.º aniversário da Manifestação das Velas em Bratislava. Em 25 de Março de 1988, cristãos que se vinham manifestando pacificamente a favor de uma imprensa livre e da liberdade de religião foram brutalmente dispersados pela polícia e pelo exército. A Manifestação das Velas assinalou o início histórico da muito aguardada liberdade na Eslováquia e, por isso, entendo bem os receios expressos pelos meus colegas relativamente à mudança de atitude da UE para com o Presidente Lukashenko.

Defendo firmemente que o Presidente Lukashenko não deve ir a Praga. Baseando-me na minha experiência com o regime ditatorial na Eslováquia, não acredito que um líder totalitário seja capaz de se transformar num democrata de corpo e alma. Isso acontece apenas quando existem motivações pragmáticas para o fazer. Caros Colegas, devemos ouvir mais a oposição bielorrussa, escutar Alexandr Milinkevich, e só se tivermos a certeza de que a Bielorrússia passou a ser genuinamente democrática devemos levantar todas as sanções contra esse país.

Presidente. - Tinha ainda o Deputado Beazley, mas aparentemente ele saiu da sala zangado comigo, portanto não tenho a oportunidade de lhe dar a palavra.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhor Presidente, queria agradecer a todos pelos vossos contributos. Como referi nas minhas observações iniciais, vimos nos últimos meses as autoridades da Bielorrússia darem passos que ultrapassam as expectativas formuladas nas conclusões do Conselho de Outubro de 2008. Estes passos são significativos no contexto da Bielorrússia. Ao mesmo tempo, o quadro é contraditório, e penso que este debate o confirmou. Gostaríamos de ter visto mais progressos, como as alterações ao tribunal criminal ou o registo de outros canais de comunicação e ONG na Bielorrússia.

Durante a futura revisão das medidas restritivas, a situação na Bielorrússia e os passos dados pelo Governo serão tomados em consideração. Os progressos nos domínios enumerados nas conclusões do Conselho de Outubro de 2008 serão avaliados; já o fazemos numa base permanente, da mesma forma que discutimos a evolução com os membros da oposição – por exemplo, reuni-me com Alexander Kazulin em Praga há apenas uma semana.

Em função da evolução no sentido da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito, continuamos dispostos a aprofundar as nossas relações com a Bielorrússia. Acredito que podemos oferecer à Bielorrússia incentivos concretos no contexto da Parceria Oriental, mas não só.

Permitam-me agora que direcione este debate vivo para a cimeira de lançamento da Parceria Oriental e, em particular, para o nível de participação da Bielorrússia. Por favor, ouçam com atenção: não foi tomada qualquer decisão sobre esta questão, que exige consenso na UE. Esta matéria será abordada mais perto da cimeira e não quero especular nesta fase. A única pressão consiste simplesmente no facto de ainda não ter sido enviado qualquer convite.

Quero agradecer-vos mais uma vez por este interessante debate e pelo vosso valioso contributo. Valorizamos bastante o interesse e a participação activa do Parlamento Europeu na Bielorrússia. Também nos sentimos encorajados pelo vosso apoio à política de aproximação da UE. A Bielorrússia é um vizinho importante da UE e, por conseguinte, a evolução daquele país preocupa-nos a todos. É importante enviarmos a Minsk uma mensagem clara e consistente, e congratulo-me com o facto de o Parlamento nos poder apoiar nesta matéria.

A aproximação é importante porque nos proporciona a melhor forma de assegurar o tipo de alterações que pretendemos ver na Bielorrússia e que são importantes para os interesses mais amplos da UE. Como referi

nas minhas observações iniciais, estou preparado para manter este Parlamento informado sobre a evolução e estou certo de que o mesmo se aplica a todas as futuras presidências, nomeadamente no que respeita à revisão aprofundada acordada pelo Conselho na semana passada.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhores Deputados, serei, mais uma vez, muito breve.

Como sabemos, a Bielorrússia realizou alguns progressos mas, naturalmente, há ainda muito por fazer. É também claro que a política de isolamento da Bielorrússia faz parte do passado e que o diálogo é a única forma eficaz de podermos influenciar o futuro democrático deste país.

É evidente, Senhora Deputada Schroedter, que este é um diálogo crítico; isso é absolutamente claro. A União Europeia assumiu um compromisso, neste contexto, de controlar muito estreitamente as seguintes cinco questões fundamentais: presos políticos, legislação eleitoral, liberdade de imprensa, liberdade das ONG e liberdade de reunião. Estão a ser elaborados relatórios regulares, da responsabilidade dos nossos chefes de missão, em Minsk, e o diálogo sobre direitos humanos vai complementar este processo.

Como é natural, mantêm-se outras questões, nomeadamente a questão da universidade. Pedimos para avaliar os progressos realizados em relação aos cinco pontos acima referidos, e penso que isso é necessário. É igualmente importante que nos comprometamos, ou seja, se constataremos progressos, também daremos alguns passos iniciais.

Do nosso ponto de vista, este é, na verdade, um processo necessário que ainda se encontra numa fase muito precoce e requer a nossa atenção contínua. Para esse efeito, é necessário controlo.

Queria também dizer neste momento – e espero que tenhamos percebido que este procedimento é absolutamente justo e genuíno – que foram entretanto celebrados acordos bilaterais entre a Bielorrússia e alguns países, em particular a Itália, sobre matérias relacionadas com crianças. Entendo que este facto é muito importante e que constatamos, mesmo assim, alguma evolução.

Quanto à questão dos vistos, a situação é igualmente clara. Cada Estado-Membro pode reduzir o custo dos vistos para categorias específicas, incluindo cidadãos. Contudo, não é possível criar já um acordo geral de facilitação de vistos porque isso exigiria a aplicação da Parceria Oriental e da política de vizinhança no seu conjunto.

Finalmente, no que respeita à questão da energia nuclear, posso dizer-lhes que, em Novembro passado, uma delegação da Comissão deslocou-se à Bielorrússia. Tivemos um diálogo sobre energia e trocámos pontos de vista sobre o tema da segurança internacional e da segurança ao mais alto nível. Vamos, naturalmente, manter esta posição.

Presidente. – O debate está encerrado.

A votação terá lugar no próximo período de sessões.

10. Consciência europeia e totalitarismo (debate)

Presidente. – Seguem-se as declarações do Conselho e da Comissão sobre a consciência europeia e o totalitarismo.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhor Presidente, estou muito grato ao Parlamento pela oportunidade que tive para vos falar sobre um tema com particular significado para a Presidência e para todos nós. Trata-se também de um assunto que toca num ponto fulcral do significado da participação na União Europeia.

Há vinte anos, a maior parte da Europa Central e Oriental, incluindo o meu país, conseguia libertar-se do jugo do regime comunista. Foi um ponto de viragem para nós e para a Europa. Abriu caminho à redescoberta da liberdade individual: liberdade de expressão e liberdade de acção – bem como a liberdade de melhorarmos a nossa qualidade de vida.

A Presidência checa considerou que o 20.º aniversário deste acontecimento deveria ser comemorado como um marco importante da história europeia. É uma oportunidade não apenas para recordar a queda da Cortina de Ferro, mas também para retirar ensinamentos do passado totalitário em toda a Europa.

Foi posteriormente acordado que 2009 seria designado o 20.º aniversário da mudança democrática na Europa Central e Oriental. A Presidência checa congratula-se particularmente com o facto de esta ter sido estipulada como uma das prioridades de comunicação acordadas entre as Instituições para 2009. Na verdade, a proposta foi nossa. Os Estados-Membros foram incentivados, e comprometeram-se, a incluir este tema, conforme fosse adequado, nas suas actividades de comunicação ao longo do ano.

Estou grato a este Parlamento pelo seu apoio à Presidência checa e pela sua disponibilidade para participar num conjunto de eventos relacionados com este tema. Queria agradecer em particular a muitos deputados pelo seu apoio na organização de uma audição pública dedicada à questão da “Consciência Europeia e Crimes do Comunismo Totalitário”, na semana passada, em Bruxelas, onde estivemos com o Comissário Figel.

Este Parlamento propôs que fosse reservado um dia para recordar as vítimas do nazismo e do comunismo totalitário. Cabe a cada Estado-Membro decidir se pretende associar-se a um evento desse género, e de que forma. Falando em nome da Presidência checa, posso assegurar a este Parlamento que estamos dispostos a dar o nosso apoio a uma iniciativa desse teor.

A Presidência lançou ainda uma iniciativa destinada a criar uma Plataforma da Memória e da Consciência Europeias, que visa sensibilizar a opinião pública para a história europeia e para os crimes cometidos por regimes totalitários. Congratulo-me por verificar que esta iniciativa despertou um interesse considerável entre os Estados-Membros, muitos dos quais sublinharam a importância de nos centrarmos nos valores democráticos e no respeito dos direitos fundamentais como princípios basilares que suportam a União Europeia.

Existem vários motivos para reconhecer valor na comemoração de um acontecimento deste tipo e na criação de um projecto permanente de comunicação e investigação como a plataforma proposta pela Presidência checa.

Em primeiro lugar, devemos a quem sofreu devido a crimes totalitários não apenas recordar a sua experiência às mãos de regimes estatais dominadores e impossíveis de responsabilizar, mas também confrontar o passado colectivamente. Só através da reconciliação com a história poderemos verdadeiramente romper as ligações impostas por regimes do passado.

Em segundo lugar, só através de uma total consciência do sofrimento provocado por esses regimes poderemos entender plenamente o presente. A União Europeia representa tudo o que se opõe ao totalitarismo. Para aqueles de entre nós que se libertaram do jugo do comunismo, a adesão à União europeia é uma das principais garantias de que nunca voltaremos ao totalitarismo. Esta é uma garantia que todos partilhamos. É algo que devemos valorizar e nunca tratar com ligeireza. Uma consciência e memória colectiva do passado é uma forma de reforçar o valor do presente.

Em terceiro lugar, devemos-lo aos nossos filhos. Há ensinamentos a retirar do nosso passado totalitário. Talvez o mais importante seja a necessidade de respeitar os direitos humanos e os valores fundamentais. Os direitos humanos e liberdade não podem ser ensinados no vazio. As causas das violações dos direitos humanos encontram-se na história, por vezes numa história distante. O conhecimento da História e uma compreensão dos perigos do totalitarismo são essenciais para evitarmos repetir alguns dos terríveis acontecimentos do passado. Não são apenas o cinismo e manipulação que devemos evitar: a apatia e a insensibilidade também têm de ser ultrapassadas.

As eleições europeias terão lugar daqui a alguns meses, e eu espero que fiquem marcadas por um debate activo e vigoroso. Esse é o traço distintivo da democracia. É algo que devemos valorizar. Acredito firmemente que o tema do nosso debate de hoje está acima da política partidária. Trata-se de valores mais importantes do que as divergências partidárias. Trata-se da forma como organizamos as nossas sociedades de um modo que assegure que todos têm voz e uma oportunidade de expressar os seus pontos de vista.

Dada a história recente do meu país, abordei em particular a tragédia do regime comunista totalitário. Contudo, são relativamente poucos os países representados neste Parlamento que não foram afectados pelo totalitarismo de uma forma ou de outra no último século. Qualquer sistema que coloca o Estado acima das críticas e da contestação, qualquer sistema que coloca a criatividade das pessoas à mercê do regime, qualquer sistema que diminua o indivíduo não tem lugar no tipo de sociedades que procuramos construir no quadro da União Europeia.

Expresso, portanto, o meu apoio e o apoio da Presidência checa às iniciativas apresentadas por este Parlamento e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalharmos em conjunto para vos podermos apoiar através de uma maior sensibilização e reconhecimento do público.

PRESIDÊNCIA: SRA. KRATSA-TSAGAROPOULOU*Vice-presidente*

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – Senhora Presidente, há um ano, em Abril de 2008, realizou-se pela primeira vez uma audiência na União Europeia sobre os crimes cometidos pelos regimes totalitários. A audiência, organizada pela Comissão juntamente com a Presidência eslovena, marcou o início de um processo a que a Comissão pretende dar continuidade.

Trata-se de um processo difícil mas necessário, visto que se trata de um assunto importante que não só nos ajudará a compreender melhor a História comum da União Europeia, o passado, mas também que afecta o futuro da integração europeia – um processo não apenas económico, mas obviamente com ramificações culturais e históricas.

Cabe claramente aos Estados-Membros encontrar uma forma de tomar decisões relativamente às expectativas das vítimas e promover a reconciliação. O papel da União Europeia apenas poderá ser o de facilitar este processo, encorajando a discussão e incentivando a partilha de experiências e melhores práticas.

A Comissão considera a declaração escrita do Parlamento Europeu sobre a proclamação do dia 23 de Agosto como o dia europeu em memória das vítimas do Estalinismo e do Nazismo uma iniciativa importante, que apoia com o interesse de preservar a memória dos crimes totalitários e aumentar a consciência pública, em particular entre as gerações mais jovens.

A audiência de 8 de Abril de 2008 mostrou que os Estados-Membros da Europa Ocidental necessitam de estar mais conscientes da história trágica dos Estados-Membros de Leste, que faz parte da nossa História comum europeia. É necessário reagir face a esta falta de sensibilidade, se pretendemos evitar que a União se divida neste assunto tão sério, que deveria pelo contrário unir-nos.

A Comissão espera que os parlamentos dos Estados-Membros, aos quais é dirigida esta declaração, a implementem da forma mais apropriada, à luz da sua própria História e sensibilidades.

A Comissão está, neste momento, a direccionar a sua atenção para o relatório que irá submeter em 2010 – no próximo ano – conforme solicitado pelo Conselho. Este relatório proporcionará a oportunidade para mais debates políticos sobre a necessidade de novas iniciativas da UE.

Para preparar a base deste relatório, foi iniciado um estudo com o objectivo de facultar uma perspectiva factual dos diferentes instrumentos legais, métodos e práticas usados pelos Estados-Membros para salvaguardar a memória do crime totalitário. O estudo estará completo no final do presente ano.

Estamos a basear-nos igualmente nas contribuições realizadas na audiência, publicadas pela Presidência eslovena.

A Declaração de Praga de 3 de Junho de 2008 sobre a Consciência europeia e o Comunismo contém um conjunto de ideias e propostas que será tomado em consideração aquando da preparação do relatório. A Comissão está disposta a examinar as possibilidades que tem de contribuir para projectos tais como a Memória Europeia e a Plataforma da Consciência Europeia, que foi mencionada ainda há pouco pelo senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, concebida para promover a troca de informações e a cooperação entre as organizações nacionais activas neste campo.

De uma forma geral, a Comissão irá examinar como os programas comunitários, por exemplo aquele pelo qual sou responsável – Programa Europa para os Cidadãos – podem ajudar a aumentar a consciência pública europeia relativamente a esses assuntos.

Estou expectante relativamente ao debate.

Jana Hybášková, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (CS) Senhora Presidente, Senhor Presidente, Comissários, é uma grande honra para mim ter a oportunidade de falar hoje. Em 2005, adoptámos uma resolução sobre o sexagésimo aniversário do final da Segunda Guerra Mundial. Descobrimos que faltava ao Parlamento Europeu e à UE a vontade política de conseguir uma compreensão e avaliação comum da História europeia. Enquanto as vítimas do Fascismo e do Nazismo foram compensadas, milhões de vítimas do Comunismo foram esquecidos. É por essa razão que anuncio com todo o prazer que a resolução sobre a Consciência europeia e o Totalitarismo, assunto sobre o qual a maioria das famílias políticas nesta Casa têm trabalhado esta tarde, está quase pronta. A Europa não estará unida enquanto o Ocidente e o Oriente não concordarem em unir os seus estudos, o reconhecimento, o diálogo e a compreensão da História partilhada do Fascismo, Comunismo

e Nazismo. Por esse motivo, e de modo a podermos viver numa Europa com uma compreensão comum no futuro, esboçamos uma pergunta dirigida ao Conselho e à Comissão. A pergunta baseia-se na resolução do Conselho da Europa, na decisão-quadro do Conselho contra o Racismo e a Xenofobia e no processo da Declaração de Praga.

Gostaria portanto de formular a seguinte pergunta ao Conselho e à Comissão: “Que passos concretos pretendem dar no sentido de estabelecer plataformas de institutos científicos no Oriente e no Ocidente para estudar os crimes do Comunismo, Nazismo e Fascismo? A Comissão está a providenciar fundos para o programa Europa para os Cidadãos? Como pretendem apoiar a proclamação do dia 23 de Agosto como sendo o dia das «Vítimas do Totalitarismo»? Como irão abordar o Conselho e a Comissão a questão do mesmo reconhecimento simbólico das vítimas inocentes do Comunismo totalitário? Que passos serão tomados pelo Conselho e pela Comissão para nos reconciliar com a herança do Comunismo totalitário considerado como um crime contra a Humanidade, comparável ao Nazismo e Fascismo nas suas consequências? Finalmente, irá a Presidência checa passar a sua missão especial à Presidência sueca?”

Jan Marinus Wiersma, em nome do Grupo PSE. – (NL) Senhor Presidente, o meu grupo não se opõe ao debate *per se* que está a decorrer hoje, mas estamos com dificuldade em sumarizar as conclusões numa resolução. É-nos dada a impressão de que podemos estabelecer numa resolução como devemos abordar a História da Europa, e especificamente o passado totalitário. Como foi notório nas negociações que acabaram de ter lugar, que rapidamente foram encravadas pelas expressões que poderiam ou não constar da resolução.

Deixemos, por favor, aos historiadores a decisão de como a nossa história deverá ser interpretada, sabendo que a objectividade será impossível. Obviamente, os políticos poderão ajudar a assegurar que seja prestada atenção suficiente ao passado, o que certamente se aplica também aos crimes executados por Hitler e Estaline. Tais crimes jamais deverão ser esquecidos e devemos honrar as vítimas. Todos nós devemos estar igualmente conscientes de que os nossos compatriotas europeus da Europa Central e de Leste sofreram com dois sistemas totalitários e que essa não é a experiência de pessoas como eu, que nasceram nos Países Baixos. O Sr. Geremek, um antigo membro desta Casa, comentou correctamente uma vez que ainda não atingimos a reunificação das nossas memórias.

Como políticos, temos a responsabilidade de definir exactamente o que queremos comemorar, mas trabalhemos em colaboração com os historiadores. Um dia em memória de todas as vítimas dos sistemas totalitários na Europa no século XX é uma boa sugestão, mas colaboremos com os historiadores no sentido de ponderar qual o formato mais apropriado e a data mais correcta, de forma a que todos possam apoiar. Eu próprio sou um historiador. Julgo que se formos estabelecer uma ligação do dia apenas com o Pacto Molotov-Ribbentrop, tal não faria justiça ao conjunto dos acontecimentos que sucederam no século XX.

É importante discutir essa questão. Quais os limites entre políticos e historiadores? O que queremos comemorar e como? O debate continuará evidentemente por mais tempo. Nós, como grupo, estaremos certamente envolvidos. Como exemplo disso, gostaria de mostrar-vos este livro, que será publicado dentro de duas semanas sob o título *As políticas do passado, o uso e abuso da História*, no qual damos a oportunidade especialmente aos historiadores de exporem o seu ponto de vista, e que esperamos poder contribuir para a qualidade deste debate no Parlamento e, com certeza, noutros contextos.

István Szent-Iványi, em nome do Grupo ALDE. – (HU) A União Europeia nasceu na sombra de dois regimes totalitários. Foi uma reacção aos horrores da Segunda Guerra Mundial e às atrocidades do Holocausto, mas o seu mandato foi igualmente importante para parar a expansão territorial do Estalinismo e do Comunismo e para manter a esperança viva de que um dia a Europa poderia reunir-se em democracia e paz.

A União Europeia, como uma das mais bem sucedidas conquistas na História da Humanidade, tem sido capaz de concretizar ambos os objectivos. Seguiu-se um longo período de paz e prosperidade jamais visto outrora. Não é coincidência a Grécia, Espanha e Portugal terem emergido de um regime autoritário e escolhido juntar-se, nem é igualmente coincidência o facto de, após a queda do Comunismo, todos os países da Europa Central e de Leste terem optado pela União Europeia e não por uma terceira via.

Um outro sinal de sucesso é o facto de os Balcãs procurarem na UE o seu futuro, enquanto certos países da Europa de Leste e do Sul do Cáucaso ainda viverem, em muitos casos, sob regimes opressivos.

Quando falamos sobre o totalitarismo, não é por querermos viver no passado. Não, nós queremos olhar para o futuro, mas só poderemos escapar aos erros e aos pecados do passado, se nos familiarizarmos com ele, se o processarmos. A pacificação não é possível sem processarmos previamente o passado e reconhecermos

a verdade. Esta é uma das lições mais importantes da História das últimas décadas e é por essa razão que se torna tão necessário recordarmos os horrores do totalitarismo.

Ainda há muito a fazer. Em certos Estados-Membros – infelizmente o meu país, a Hungria, é um deles – ainda não há acesso completo aos arquivos dos serviços secretos dos regimes opressivos comunistas. É simplesmente inadmissível o facto de as pessoas não terem a possibilidade de conhecer o seu próprio passado. A União Europeia tem uma missão importante, nomeadamente, a de convocar estes países para rectificar esta situação inaceitável.

Em segundo lugar, infelizmente, em alguns Estados-Membros, inclusive no meu país, aqueles que têm posições extremistas estão a ganhar cada vez mais popularidade. Actualmente, é principalmente a extrema-direita que está a avançar, pelo menos no nosso país, mas há outros Estados em que é a extrema-esquerda. É igualmente importante lembrá-los dos horrores de ambos os regimes.

Entre os nossos vizinhos mais próximos há também regimes opressivos – um dos quais, na Bielorrússia, que foi discutido –, de modo que o debate sobre a opressão não está de forma alguma limitado ao passado.

A Consciência europeia não pode ser clara sem examinarmos e lembrarmos completamente o passado. Quando nos lembramos das vítimas, estamos então a cumprir verdadeiramente as nossas obrigações, porque é a nossa obrigação comum e a nossa responsabilidade tornar o século XXI diferente do século XX, de modo a que os terrores do totalitarismo não possam voltar à Europa.

Hanna Foltyn-Kubicka, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Presidente, na discussão sobre os crimes dos regimes totalitários, está a ser dedicado uma grande parte do tempo às vítimas, enquanto surpreendentemente pouco foi dito sobre aqueles que sacrificaram as suas vidas a lutar contra o Nazismo e o Comunismo.

Gostaria de lembrar uma vez mais o homem que deveria tornar-se o símbolo de uma atitude inabalável e de resistência para os totalitários – o Capitão da Cavalaria Witold Pilecki. Ele entrou voluntariamente no campo de extermínio de Auschwitz para organizar um movimento de resistência e reunir informação sobre os assassinios em massa. Conseguiu fugir, para morrer vários anos depois com uma bala na nuca, disparada por ordem dos carneiros soviéticos. Por essa razão, solicito mais uma vez que o dia 25 de Maio, o dia da sua execução, seja designado o Dia Internacional dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo, pois muitas pessoas desconhecidas, tal como Pilecki, que perderam as suas vidas na luta pelos direitos e liberdades fundamentais, merecem ser recordadas.

Gostaria apenas de acrescentar um comentário. Ontem celebrámos no Parlamento o Dia Europeu do Gelado Caseiro. Repito, ontem celebrámos no Parlamento o Dia Europeu do Gelado Caseiro. Por esse motivo, eu não compreendo por que razão o dia 25 de Maio não pode ser o dia em que recordamos os heróis da luta contra o totalitarismo.

László Tőkés, em nome do grupo Verts/ALE. – (HU) Foi há 20 anos que teve início a sublevação de Temesvár (Timișoara), que conduziu ao fim da ditadura ignominiosa de Ceaușescu. Não é possível recordarmos sem emoção ou subjectividade o entusiasmo com que romenos, húngaros, alemães de Temesvár, gente de diversos grupos étnicos, religiões e comunidades se uniram com bravura para se oporem à tirania.

A condenação inequívoca, por parte do Parlamento, da ditadura comunista tirana e opressiva não é uma opção política discricionária dos partidos, mas sim, acima de tudo, uma questão moral. É intolerável e inadmissível que, em vinte anos, isto não se tenha verificado.

Na semana passada, oradores romenos, húngaros e búlgaros participaram na audição pública sobre a Declaração de Praga, que colocou os crimes do comunismo na ordem do dia. A resolução subsequentemente aprovada declara o seguinte: a Comunidade Europeia tem de abandonar a duplicidade de critérios patente nas diferentes formas de julgamento do nazismo e do comunismo. Estas duas ditaduras desumanas merecem ser igualmente condenadas.

Peço ao Parlamento Europeu que se erga em solidariedade para com as vítimas do comunismo fascista e que ajude a deitar por terra o legado duradouro do comunismo, em conformidade com as exigências morais, históricas e políticas supracitadas. Só deste modo pode uma Europa dividida ser verdadeiramente unificada e tornar-se naquilo de que o Primeiro-Ministro Gordon Brown falou ontem, por ocasião do vigésimo aniversário, da seguinte forma: "Meus amigos, hoje não há uma Velha Europa nem uma Nova Europa, não há uma Europa de Leste nem uma Europa Ocidental, há apenas uma Europa, a nossa Europa". Que assim seja!

Vladimír Remek, *em nome do grupo GUE/NGL*. – (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os esforços envidados para afirmar que o comunismo é equiparável ao nazismo ou ao fascismo e para criar novos "institutos" ou "plataformas" de investigação cheiram a oportunismo político. Isto satisfaz os desígnios da direita radical, tendo em conta as eleições que se avizinham. Nada tem que ver com avaliações objectivas e genuinamente independentes. Já existem institutos e centros históricos suficientes a estudar este assunto. Evidentemente, não sou cego, e, ao abrigo do chamado comunismo, houve repressão, injustiça e coerção. Sim, é necessário investigar e condenar os crimes de forma justa. Contudo, até Jan Zahradil do ODS comentou nas audições: "A identificação do comunismo com o nazismo alemão está e não está correcta. Tem de ser feita tendo em consideração as relações e a sua análise". Se alguém não quer ver a diferença entre o comunismo e o nazismo, entre os comunistas do passado e os comunistas do presente, que, como eu, representam neste Parlamento um número significativo de eleitores comunistas, no seguimento de eleições democráticas, então talvez esteja simplesmente a tentar meter-me no mesmo saco que os nazis.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, é positivo que tenham sido aprovadas várias iniciativas para prestar a devida homenagem às vítimas dos sistemas totalitários. Contudo, não faz sentido recordar as vítimas de regimes extintos, como o comunismo e o nacional-socialismo, e ignorar as vítimas de ameaças totalitárias actuais, como o islamismo.

A condenação do Islão totalitário não implica, de forma alguma, a condenação dos muçulmanos que vivem na Europa respeitando as regras, os valores e as normas de Estados democráticos regidos pelo primado da lei, e para quem a fé é um assunto privado. Contudo, temos de ter a coragem de reconhecer que o Islão político, o Islão totalitário – não só os Estados islâmicos, ou Estados equiparados, mas também organizações terroristas, como a Al-Qaida e movimentos afins – continua a causar muitas vítimas em todo o mundo.

Por conseguinte, a via de acção que se impõe é que a União Europeia tome iniciativas com pulso firme para homenagear também estas vítimas e para reduzir o mais possível, de preferência a zero, o número de vítimas das organizações e dos países islâmicos totalitários. Afinal, temos de ter a coragem de admitir – e também isto é um problema na União Europeia – que a crítica ao Islão totalitário nem sempre é bem-vinda porque prevalece o espírito do politicamente correcto. Com efeito, o Islão totalitário nem sequer foi referido nas intervenções da Comissão e do Conselho, quando deveríamos ter a coragem de analisar também este problema e de tomar as medidas necessárias.

Tunne Kelam (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, em 1948, o Presidente Truman escreveu, "Estamos confrontados com exactamente a mesma situação com que a Grã-Bretanha e a França se viram confrontadas em 1939, quando enfrentaram Hitler. Um Estado totalitário é um Estado totalitário, quer lhe chamemos nazi, fascista, comunista, quer seja a Espanha de Franco. A oligarquia na Rússia é uma ditadura monstruosa, pior do que qualquer uma das outras, incluindo a de Hitler".

Portanto, a questão é por que motivo, passados 61 anos, ainda temos de discutir os mesmos problemas. Penso que hoje precisamos não só do alargamento económico e político do nosso continente, mas também de aumentar a sensibilização dos nossos cidadãos para os gravíssimos crimes contra a humanidade que ocorreram por toda a Europa no século XX. Precisamos da integração da percepção histórica europeia – a integração dos preconceitos e das diferentes perspectivas da história –, uma vez que só assim poderemos avançar para uma Europa melhor.

Temos de tomar medidas e não de discutir sobre a questão das ditaduras. Temos de começar pelas vítimas – com a igualdade das vítimas –, porque todas as vítimas de todos os regimes totalitários devem ser consideradas iguais na sua dignidade humana, merecem justiça e serem recordadas, assim como reconhecimento e garantias de "nunca mais" ao nível europeu.

Em consequência, diria que é hipócrita evitar ou adiar o debate sobre estas questões e as suas conclusões. Não é um assunto que necessite de um estudo académico. Dispomos de testemunhos suficientes de crimes em massa. Precisamos de vontade política e moral para prosseguir. Estou muito grato à Presidência checa e ao senhor Comissário Figel pelas suas declarações, que dão esperança de virmos a alcançar um entendimento ao nível europeu.

József Pinior (PSE). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, gostaria de começar a minha intervenção com uma citação retirada de um poema escrito por Osip Mandelstam, um dos maiores poetas russos do século XX. Citarei as palavras na língua em que foram escritas, ou seja, em russo:

(o deputado fala em russo)

São palavras terríveis. Por causa deste poema, Osip Mandelstam foi condenado ao exílio. Morreu nas imediações de Vladivostok, a caminho do seu destino. Em Dezembro de 1938, o seu corpo foi depositado numa sepultura comum. Osip Mandelstam simboliza os milhões de vítimas dos regimes totalitários europeus do século XX.

A Europa de hoje deveria recordar as vítimas dos regimes totalitários de todo o mundo do século XX. As suas vítimas são hoje as fundações da nossa memória, a base espiritual duradoura da democracia europeia. Paralelamente, representam toda a história do século XX. Recordamos as vítimas de sistemas autoritários, as vítimas de países europeus, de regimes nacionalistas e militaristas, em Espanha, em Portugal e na Grécia.

Gostaria de chamar a vossa atenção para um seminário organizado pelo grupo socialista do Parlamento Europeu e para um livro dedicado a problemas da história e da política que o nosso grupo irá publicar. Queremos abordar seriamente este problema. Opomo-nos à manipulação e ao insulto desta memória, quando utilizada numa batalha ideológica, numa luta entre partidos no contexto do sistema político europeu. Recordamos as vítimas. As vítimas dos regimes totalitários do século XX devem ser a base da democracia europeia actual.

Ģirts Valdis Kristovskis (UEN). – (LV) Senhoras e Senhores Deputados, infelizmente, os valores comuns da Europa não contêm ainda a exigência de que seja realizada uma avaliação exaustiva e fiel dos crimes dos vários regimes totalitários europeus e das suas consequências. Meias verdades, interpretações parciais e a negação da realidade histórica enfraquecem os europeus. A decisão-quadro relativa ao racismo e à xenofobia só prevê a responsabilidade penal para a trivialização grosseira de crimes nazis, e é omissa quanto aos crimes do comunismo totalitário na Europa. Está na hora de aplicar um método objectivo à avaliação dos crimes totalitários. Podemos tirar partido da experiência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Esta baseia-se em violações universalmente reconhecidas dos direitos e princípios internacionais, que são bem conhecidos de todos e aplicáveis, pelo menos, desde os julgamentos de Nuremberga. Temos, finalmente, de pensar com sinceridade a história totalitária recente da Europa em nome do seu futuro e dos seus valores comuns!

Gisela Kallenbach (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quase 20 anos após a queda da Cortina de Ferro, este é o primeiro debate realizado no Parlamento sobre uma questão que pode cavar uma separação entre os povos de Leste e do Ocidente, mesmo na nossa Comunidade Europeia. Porquê? A perspectiva de um regime totalitário visto de fora é muito diferente da perspectiva que se tem do seu interior. A maneira como a história da Europa do século XX foi tratada e recontada diferiu grandemente, sobretudo entre Estados-Membros. Além disso, em alguns Estados-Membros da Europa Central e Oriental, os indivíduos que violaram direitos humanos, enviaram pessoas para campos de concentração ou as condenaram à morte em desrespeito das leis estão ainda no poder e são tidos em estima. O nosso futuro comum será envenenado se não formos capazes de reconhecer este facto. Portanto, a Europa não deve permanecer inactiva.

Saúdo o facto de termos dado a esta questão uma plataforma europeia. Estou confiante que este processo não terminará com o debate de hoje e que o Parlamento e a Comissão iniciarão em conjunto um processo com vista a aplicar os projectos aqui referidos. Espero que sejamos capazes de apresentar perante a justiça os criminosos que ainda estão vivos e de homenagear as vítimas, a fim de desenvolvermos uma maior compreensão do outro no interesse de um futuro comum.

Athanasios Pafilis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, a intensificação da infeliz estratégia anticomunista da União Europeia é um insulto descarado aos cidadãos: por meio da falsificação da história, de calúnias e de mentiras, o fascismo está a ser equiparado ao comunismo. O regime mais reaccionário e bárbaro que o capitalismo deu à luz, nomeadamente o fascismo, está a ser equiparado à ideia mais progressiva que foi concebida pelo homem, ou seja, o comunismo e a abolição da exploração do homem pelo homem.

É um insulto à memória de vinte milhões de soviéticos que sacrificaram a vida para derrotar o fascismo. Este anticomunismo vulgar visa não tanto o passado, mas, principalmente, o presente e o futuro. O seu objectivo para hoje é enfraquecer a resistência popular e transferir o fardo da crise capitalista para os trabalhadores, e o seu objectivo para amanhã é prevenir a inevitável contestação geral ao sistema capitalista e o derrube deste. Por este motivo, os comunistas são atacados e as expectativas socialistas e comunistas são demolidas. Este anticomunismo quer, também, coagir os partidos comunistas, que defendem firmemente os seus princípios, a abandonar estes últimos e a integrarem-se.

Estão a enganar-vos a vós próprios. Os comunistas não tencionam curvar-se. Já defenderam a sua ideologia com a vida. Não assinaremos qualquer declaração de arrependimento para os imperialistas. A deposição

destes é uma necessidade social e nós servi-la-emos continuamente. Não temos medo de vós. A evolução social continuará; é isso que vos aterroriza e que vos faz empreender esta campanha.

Roberto Fiore (NI). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que hoje podemos ver quem efectivamente pratica o totalitarismo. O primeiro país que me vem à mente é a China, que neste momento é um país onde se praticam abortos forçados, onde existe o Laogai, um verdadeiro campo de concentração onde se trabalha para as grandes multinacionais ou para o Estado chinês e onde se encontram encarcerados sacerdotes e opositores políticos. É a China, portanto, o primeiro país em que penso.

Em segundo lugar colocaria o totalitarismo islâmico, ligado principalmente à *Sharia*. Nos contextos em que o Islão assume efectivamente a forma de lei totalitária, são reprimidos os direitos das outras religiões, das mulheres ou de todos os indivíduos. Verifica-se, também, o regresso de uma certa forma de totalitarismo na Europa, e a este aspecto gostaria de dedicar alguns momentos de atenção.

Falava-se há pouco da Hungria: eu assisti pessoalmente, na Hungria, a manifestações de comemoração da sublevação nacional de 1956 e assisti à intervenção repressiva da polícia contra os manifestantes, tendo sido eu próprio revistado e tendo-me sido pedidos os documentos, quando se sabia perfeitamente quem eu era.

Existe ali, portanto, uma forma de totalitarismo emergente; mas um outro totalitarismo emergente é o que se manifesta nas declarações de figuras como o Primeiro-Ministro Zapatero, mas também a Chanceler Merkel e o Presidente Sarkozy, a propósito das palavras do Papa em África ou de eventos ligados à Igreja Católica. Estes Chefes de Estado ou de Governo nunca se manifestaram relativamente a outras religiões, mas são absolutamente radicais quando atacam a Igreja Católica. Isto provoca um sentimento de intolerância em certos países, como se viu recentemente, por exemplo, em Notre Dame, quando alguns fiéis foram atacados por activistas anticatólicos.

József Szájer (PPE-DE). - (HU) O cristianismo e a doutrina dos direitos humanos universais conferem-nos uma medida única, ou seja, a dignidade humana e o respeito incondicional pela vida humana. Por este motivo, temos de condenar todas as tentativas, actualmente muito em voga, de calcular qual foi a ditadura desumana que matou ou humilhou mais pessoas.

Um democrata, um europeu não pode aceitar que ainda hoje, até no Parlamento, haja pessoas para quem os crimes da ditadura comunista são desculpáveis e perdoáveis. Um duplo critério que diferencia entre vítima e vítima, crime e crime, sofrimento e sofrimento, morte e morte é inaceitável.

Os que tentam justificar os crimes da ditadura comunista argumentam que todos aqueles horrores foram cometidos pelos regimes comunistas em nome de ideais nobres, em nome da igualdade e da fraternidade. Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente, esta é uma mentira enorme, e tudo o que estes regimes fizeram deve contar não a favor, mas sim contra eles, uma vez que foi com a promessa de objectivos nobres que enganaram as pessoas, como disse o escritor István Örkény na Rádio Húngara, por ocasião da Revolução de 1956: "Mentimos de noite e mentimos de dia, mentimos em todos os cumprimentos de onda".

Por este motivo, em nome da liberdade, da democracia e de um princípio comum europeu, pedimos, exigimos que haja um dia europeu da memória e um monumento às vítimas do comunismo, e que seja criado um museu, arquivo e instituto de investigação europeu para documentar os crimes do comunismo. Excluamos da ala democrata aqueles que continuam a justificar as acções do comunismo e deixemos a Europa apoiar com sinceridade a condenação de todas e qualquer desumanidade. Que o maior número possível de deputados apoie a Declaração de Praga.

Katrin Saks (PSE). - (ET) Estou certa de que ninguém neste Plenário – nem sequer aqueles que têm algo melhor para fazer neste momento – desculparia o que aconteceu há 60 anos nos Estados Bálticos, quando quase 100 000 pessoas, na maioria mulheres e crianças, foram deportadas para a Sibéria. Isto é ainda mais lamentável porque, no contexto da actual batalha eleitoral, há quem aponte o dedo aos sociais-democratas, alegando que não compreendemos o carácter criminoso destes acontecimentos.

As palavras "socialismo" e "comunismo" podem ter, é verdade, significados diferentes para os membros do nosso partido, mas ninguém poderia justificar os crimes que foram cometidos.

Por que razão é necessário falarmos sobre este assunto – não só os historiadores, mas também os políticos? Porque sem realizarmos uma análise imparcial do passado, não podemos ter a certeza de que fizemos tudo o que era possível para impedir que se repita. Isto é importante porque as sombras do passado não desapareceram. Embora seja difícil imaginar que Hitler seja colocado num pedestal, o monumento a Estaline

ergue-se altivamente na praça central da sua cidade natal de Gori. No ano passado, na Rússia, Estaline foi eleito uma das 12 maiores personalidades da história.

Wojciech Roszkowski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, diz-se por vezes que o totalitarismo nazi tem origem na direita e o totalitarismo comunista na esquerda. Isto não é muito preciso. O ódio racial e o ódio de classe são apenas duas faces da mesma moeda – o ódio –, que devasta a consciência humana e as relações sociais. Ouvimos uma destas declarações há momentos, a declaração do senhor deputado Pafilis.

O ódio dá origem à opressão e a opressão é a negação de uma república, de uma democracia e de um Estado de direito. A esquerda e a direita fundam-se ambas num sistema democrático. O totalitarismo nazi e comunista destruiu a democracia. Em consequência, o nazismo não estava à direita e o comunismo à esquerda. O nazismo e o comunismo eram onnipresentes.

Hoje, quem relativiza o carácter criminoso do totalitarismo, seja nazi ou comunista, coloca-se em oposição às tradições de um Estado de direito e à democracia. A propósito, é característico a direita europeia não relativizar os crimes nazis e a esquerda europeia relativizar os crimes comunistas. Isto é claríssimo na atitude dos socialistas e comunistas em relação ao projecto de resolução relativo ao assunto hoje em negociação. Neste Plenário, não estamos a votar a verdade sobre a história, estamos a votar a verdade sobre nós próprios e sobre os nossos juízos morais.

(Aplausos)

Christopher Beazley (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, porque será que os democratas são tão comedidos a citar o nome dos ditadores e daqueles que dedicaram as suas carreiras ao combate à democracia, à escravização de países, à perseguição de quem se atreveu a levantar a voz em sua oposição e que são responsáveis por crimes?

Hoje não estamos a falar de totalitarismo, não estamos a usar eufemismos: estamos a falar da ditadura fascista e criminosa de Hitler e da ditadura comunista criminosa de José Estaline. Quando eu tinha 16 anos, vivia em Francoforte do Meno, que fica a duas horas de viagem de tanque de Praga.

Senhor Ministro, Alexander Dubček, que homenageámos neste Parlamento, deu tudo por tudo para liberalizar o sistema. Ele falou sobre a face humana do comunismo. A face desumana do comunismo foi Leonid Brezhnev, os seus antecessores e sucessores.

Na minha opinião, Senhor Comissário, se queremos defender os nossos ideais, devemos homenagear as vítimas do comunismo e do fascismo. Não devemos fazer qualquer distinção entre estes gémeos criminosos – pois é isto que foram. A única diferença é que Hitler perdeu a guerra e Estaline ganhou.

Hoje, o Presidente deste Parlamento homenageou a memória dos deportados de três Estados Bálticos – Estónia, Letónia e Lituânia. Mas, Senhor Ministro, o seu país sofreu: Jan Palach perdeu a vida. Ele tentou desesperadamente demonstrar os limites a que iria para mostrar que o regime em que vivia era inaceitável. Lembro-me de ouvir, com 16 anos, a Rádio Praga, enquanto os tanques ocupavam a sua capital, na Praça Venceslau. "Não se esqueçam de nós", foi o que os seus bravos compatriotas disseram. Hoje, Senhor Comissário, não esqueçamos aqueles que sofreram. Devemos ter a coragem de citar os nomes dos que foram responsáveis, mas temos de olhar para o futuro para garantir que este continente não voltará a sofrer com o hitlerismo ou estalinismo.

(Aplausos)

Luis Yañez-Barnuevo García (PSE). – (ES) Senhora Presidente, não esqueçamos – estou de acordo – e não façamos demasiadas distinções subtis: do ponto de vista político, todas as formas de totalitarismo merecem ser condenadas, e o comunismo e o fascismo causaram danos irreparáveis a este continente.

Hoje somos um continente unido com 27 nações e 500 milhões de pessoas que partilham os valores da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, e devíamos condenar de igual modo o comunismo totalitário que destruiu a Europa Central e Oriental e o nazi-fascismo que, anos antes, destruiu muitos países europeus, incluindo o meu.

Vivi 32 anos sob a ditadura de Franco e nunca o esquecerei, assim como alguns dos oradores, da Grécia ou Portugal, por exemplo, não esqueceram o seu passado.

Nunca esqueci, mesmo quando era jovem, o sofrimento das pessoas sob a ditadura comunista. Nunca fui comunista e sempre condenei o comunismo. Isto não impediu que fosse um lutador contra o sistema de Franco e que o condenasse.

A luta é a mesma. Temos de lutar pelos mesmos princípios, pelos mesmos valores e acalentar a memória das vítimas de todas estas formas de totalitarismo.

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Senhoras e Senhores Deputados, há 60 anos, 43 000 pessoas inocentes, incluindo crianças e idosos, foram deportadas da Letónia sem julgamento. Se o mesmo acontecesse hoje em França, seriam deportadas 1,3 milhões de pessoas. Por conseguinte, é importante que sejamos capazes de falar sobre os crimes do comunismo totalitário. Não está certo deixar estes crimes ao foro dos historiadores, como foi aqui sugerido, até que as testemunhas e vítimas dos crimes tenham falecido. Não podemos minimizar o significado destes crimes e não podemos negá-los. O Parlamento Europeu, na sua declaração escrita, afirmou claramente que 23 de Agosto deve ser declarado dia da memória das vítimas do estalinismo e do nazismo, e nenhum de nós o deve negar. O Conselho tem de aplicar esta decisão do Parlamento Europeu com a maior brevidade possível, para que estes crimes nunca se repitam no futuro.

Rihards Pīks (PPE-DE). – (LV) Senhora Presidente, Senhor Vice-Primeiro-Ministro Vondra, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, quem estudou a história da Europa, suponho que a maioria, sabe que a Segunda Guerra Mundial teve início em 1 de Setembro de 1939, quando Hitler invadiu a Polónia. Muito menos pessoas sabem que isto foi possível porque, em 23 de Agosto de 1939, Hitler e Estaline assinaram um acordo: um pacto de não-agressão. Ainda menos pessoas sabem que, durante dois anos, o regime de Estaline forneceu combustível e materiais industriais ao exército de Hitler, para que este pudesse conquistar a Europa de Leste. Ainda menos pessoas sabem que, ao longo da década de 1930, Estaline se muniu de armas ofensivas, tanques e pára-quedistas. Ao passo que Hitler dispunha de 400 pára-quedistas a postos, Estaline tinha treinado um milhão para a conquista. Além disso, esta política externa tinha encontrado apoio nas decisões do partido comunista bolchevique da União Soviética. Em várias reuniões à porta fechada do partido comunista, foram aprovadas resoluções com vista a colocar os países da Europa de Leste em confronto, para que a União Soviética pudesse depois libertá-los. Ainda há mais: em matéria de política interna, em 5 de Dezembro de 1937, os letões que tinham continuado a viver na Rússia soviética começaram a ser todos detidos e exterminados. Num período de dois anos, 70 000 letões que viviam na União Soviética foram mortos só por serem letões. Sendo assim, o que havemos de chamar a este regime, cuja política externa era agressiva e cuja política interna tinha como objectivo exterminar os habitantes do país? Era um regime totalitário e criminoso, tal como o nazismo. Obrigado.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). – (HU) É difícil escrever uma história europeia comum, uma vez que, desde a Segunda Guerra Mundial, as metades ocidental e oriental da Europa viveram histórias diferentes. A Europa Central e Oriental e os Estados Bálticos foram vítimas das ditaduras nazi e soviética, mas não podemos equiparar o nazismo ao estalinismo.

Ninguém pode negar que milhões de pessoas foram vítimas da ditadura estalinista, que povos inteiros foram desalojados, e ninguém pode desculpar ou relativizar este facto. A Shoah, a campanha organizada da Alemanha nazi para o extermínio do povo judeu com base na sua origem, foi uma atrocidade sem igual na história da humanidade.

É frequente a Europa Ocidental não compreender que, para nós, a libertação do jugo do nazismo trouxe uma nova ocupação, o início da opressão soviética. Por este motivo, o dia 9 de Maio tem um significado diferente para os velhos e novos Estados-Membros, sobretudo para os Estados Bálticos, que perderam a sua soberania e cuja intelectualidade foi dizimada.

Seria bom reconhecer o passado sem politiquices, sem os preconceitos políticos da actualidade, e formular uma narrativa histórica comum. Nas palavras do poeta húngaro Attila József, "admitir o passado já é uma luta suficientemente grandiosa".

Roberts Zīle (UEN). – (LV) Senhora Presidente, vários colegas já referiram que hoje recordamos as deportações de há 60 anos, realizadas pelo regime soviético, quando enviava pessoas para a Sibéria. Também sabemos, porém, quão difícil é condenar o regime comunista na mesma medida que outros regimes totalitários. Isto porque não estamos só a falar do passado, mas também do futuro. Soube-se esta semana, na Letónia, que o líder da lista de candidatos às eleições europeias da coligação Centro de Harmonia, cujos representantes eleitos se irão juntar ao grupo socialista do Parlamento Europeu, será Alfrēds Rubiks, antigo líder da secção letã do partido comunista da União Soviética, que foi julgado na Letónia pelos crimes do regime. Este indivíduo é um apoiante da ideologia comunista e opôs-se à restauração da independência da Letónia até ao último

momento; agora, deverá ser eleito por um país que ele próprio repudiou. Este facto explica, também, por que motivo continuará a ser difícil o Parlamento Europeu condenar na mesma medida todos os crimes e por que razão os regimes totalitários bons e maus existirão sempre. Obrigado.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE). – (RO) O comunismo é uma filosofia enganadora. Em teoria, fala de bem-estar, de igualdade e de respeito pelos direitos humanos, mas, na prática, significou mentiras, discriminação, ódio e até crime.

O comunismo tem de ser condenado por todos os meios à nossa disposição. Isto foi feito na Roménia em 2006, pelas palavras do presidente do país, em consequência de um relatório redigido por uma comissão presidencial criada com esse fim.

O comunismo anula tudo o que actua em defesa da liberdade e torna as pessoas dependentes de um sistema. Quem nunca viveu num regime comunista não compreende como a vida e o modo de pensar das pessoas podem ser afectados por um sistema totalitário.

Se pudesse fazer o tempo voltar atrás, poria aqueles que viveram toda a vida num regime capitalista, mas que aspiram ao comunismo, a viver na Roménia da década de 1980.

Na Roménia, o regime comunista foi imposto com a ajuda das tropas russas, à custa de centenas de milhares de vidas perdidas em campos de trabalho e prisões. Sendo o seu único crime não se submeterem ao sistema totalitário, desapareceram políticos, intelectuais, camponeses, representantes de diferentes religiões e, em geral, cidadãos modelo da comunidade.

Enquanto os problemas mais graves causados por um sistema económico falido podem ser resolvidos com medidas adequadas, os seres humanos precisam de tempo para esquecer, para perdoar e para se adaptarem a um novo modo de vida, mesmo que esta seja incomparavelmente melhor.

A democracia trouxe a liberdade de pensamento, de expressão e de circulação. Tem também de garantir segurança para o futuro. Não há qualquer diferença entre a pobreza causada pela escassez de bens materiais e a pobreza causada pela escassez de recursos para adquirir bens. No dia em que nos livrarmos da pobreza, o espectro do comunismo desaparecerá para sempre.

Caros colegas, a Roménia e os outros países da Europa de Leste ficaram sujeitos a este sistema em consequência das decisões tomadas pelos líderes mundiais, dos quais apenas um era comunista. Os restantes representavam sistemas democráticos.

Não esqueçam este facto histórico quando analisarem, avaliarem e decidirem sobre a situação actual ou sobre o futuro dos antigos Estados comunistas, membros da União Europeia ou não.

Ljudmila Novak (PPE-DE). – (SL) Constató com pesar que ainda nenhum dos antigos países comunistas investigou e reconheceu plenamente os crimes do comunismo no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Estes regimes conseguiram destruir a maior parte das provas porque se mantiveram décadas no poder após da guerra. Por este motivo, os criminosos, ou autores, nem sequer foram identificados, quanto mais condenados. A história foi escrita pelos vencedores.

A União Europeia tem de instar todos os países anteriormente governados por regimes comunistas a permitirem que os historiadores realizem investigações e incluam nos manuais escolares a verdade integral sobre a era do pós-guerra. Deve, também, escrever-se sobre a culpabilidade das forças aliadas ocidentais, que extraditaram exilados para as mãos dos comunistas.

A União Europeia deve, também, instar todos os Estados-Membros a ponderar rebaptizar as ruas e praças com nomes de heróis controversos, como Tito na Jugoslávia, que em virtude das funções que desempenhavam na altura foram responsáveis por muitas mortes no pós-guerra.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhora Presidente, quando ouço neste Plenário que os comunistas não estão preparados para reconhecer as suas responsabilidades, pese embora as dezenas de milhares de vítimas da construção do canal Mar Branco-Mar Báltico, os milhões de pessoas de diversas nações deportadas para a Sibéria (incluindo russos, só polacos foram milhões) e a condenação de nações inteiras à morte, por exemplo os tártaros da Crimeia, fico estupefacta e indignada.

O Capitão de Cavalaria Pilecki, que foi para Auschwitz como voluntário, e mais tarde foi preso pelos comunistas, disse à sua mulher, "Auschwitz era só um jogo". O meu país foi afectado pelos dois regimes totalitários e as feridas ainda hoje não sararam. Regimes destes não têm o direito de existir. Devemos homenagear aqueles que lutaram contra o totalitarismo e devemos homenagear a memória das vítimas.

Bogusław Sonik (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, a Comunidade Europeia tem de envidar todos os esforços para manter viva a memória dos heróis e para impedir a trivialização dos crimes totalitários. O destino dos que ofereceram resistência, daqueles que, como o Capitão de Cavalaria Pilecki, foram assassinados, nunca deve ser esquecido, sobretudo porque a ideia de integração europeia surgiu entre aqueles que se opuseram ao nazismo e ao comunismo. Além disso, foi esta ideia que impediu conflitos futuros e a emergência de regimes totalitários no pós-guerra.

A proclamação do Dia Internacional dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo seria um passo na direcção de um entendimento comum da história europeia do século XX e parte da luta comum contra o preconceito e a ignorância mútua em matéria de factos históricos. Ao mantermos viva a memória dos crimes dos regimes totalitários – nazi e comunista –, podemos ter esperança de que o nosso continente nunca voltará a ser o palco de acontecimentos tão trágicos.

György Schöpflin (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, este debate tem uma dimensão suplementar. Não é só uma Europa unida que precisa urgentemente de reconhecer o passado na sua íntegra; o mesmo aplica-se, em particular, à esquerda europeia.

Sem uma análise minuciosa do seu passado, a esquerda de alguns dos antigos Estados comunistas é obrigada – força-se a si própria – a viver com um passado falso, um passado do qual são apagados todos os acontecimentos dolorosos. Isto obriga a esquerda a proteger este falso passado e, em consequência, a sua credibilidade democrática é corroída. Como a esquerda ocidental aceita plenamente esta esquerda pós-comunista por reconstruir como parceiro legítimo, também ela se vê obrigada a defender um passado indefensável. Por conseguinte, o seu empenho na democracia é, nessa medida, enfraquecido.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, a Europa tem uma história turbulenta no que respeita ao totalitarismo e à restrição das liberdades fundamentais. Em algumas partes da Europa, o século XX ficou caracterizado por estes regimes totalitários.

É nossa obrigação moral zelar por que todos os cidadãos da União Europeia gozem dos mesmos direitos. É muito importante que a UE também proteja os direitos das minorias, sobretudo tendo em conta que muitos países do mundo não respeitam os direitos mais básicos.

Paralelamente, gostaria de salientar que, embora a UE se afirme contra a discriminação e a violação dos direitos humanos em casos como o Tibete, todos podemos constatar que mesmo no seio da União Europeia existem minorias étnicas e linguísticas que são muitas vezes alvo de assimilação cultural e linguística. Esta prática de alguns Estados-nação da UE é um aspecto que deve ser seriamente revisto e reconsiderado.

Os húngaros da Roménia, o povo que represento, constituem um desses casos.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, a sugestão do senhor deputado Szájer, de se proclamar um dia de comemoração da história das vítimas do totalitarismo, faz todo o sentido. Isto porque, enquanto o horror nazi é razoavelmente bem conhecido, e até alguns alemães envidaram esforços nesse sentido, paradoxalmente muito pouco se sabe do estalinismo. O paradoxo está no facto de até os siberianos, do próprio país de Estaline, pensarem que ele era um homem bom e que a causa dos infortúnios da Rússia jaz noutro lugar.

Não podemos ouvir os milhões que perderam a vida na Sibéria, e nunca saberemos como sofreram, mas sei de uma vítima que ainda está viva. Este homem ainda sente, mesmo quando caminha rua abaixo, que já não está vivo. Este é um sintoma de quem foi enviado para a Sibéria. Os que sobreviveram sabem o que sofreram. Há um ditado russo que diz (*o deputado diz algumas palavras em russo*) – que significa, "quem lá não esteve, irá estar, e quem lá esteve, não o esquecerá". Penso que devemos falar abertamente sobre estas duas formas de totalitarismo.

Vytautas Landsbergis (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, temos de fazer tudo ao nosso alcance para determos o declínio moral da Europa. O oportunismo é mais evidente quando os crimes grosseiros contra a humanidade cometidos no século passado são esquecidos. Infelizmente, esta negligência em relação aos crimes do comunismo totalitário traz consigo um apaziguamento de todos os neonazis da Alemanha, da

Rússia, ou de qualquer outro lugar: qualquer um deles pode perguntar, "se os soviéticos foram perdoados, porque não o hão-de ser também os nossos antepassados"?

As raízes deste fenómeno negativo encontram-se em Nuremberga, onde os nazis foram ilibados de terem iniciado uma conspiração com Estaline na Segunda Guerra Mundial. O crime mais grave foi ignorado devido à omissão de um processo. Porquê? Porque a sombra de Estaline – o homólogo de Hitler – pairou sobre o tribunal durante dois anos cruciais. Mesmo nessa altura, o Ocidente capitulou moralmente frente aos soviéticos. Mas não há razão para nos mantermos de espírito limitado e temerosos para sempre.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, vou terminar a minha intervenção em checo. Tentarei resumir e responder a algumas das perguntas que foram feitas. Penso que há três questões. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os que participaram na audição da semana passada e neste debate em plenário. Se foi o primeiro debate do género desde há muito tempo, isso só pode ser positivo, e penso que a primeira conclusão é que temos de conduzir o debate e de lhe dar continuidade. É este o objectivo da Plataforma da Memória e Consciência. Por que razão é importante haver uma plataforma deste tipo ao nível europeu? É importante enquanto instrumento contra o esquecimento. Se esquecermos o passado, estaremos a criar condições para o seu regresso pela porta das traseiras. Esta é, também, uma oportunidade para combatermos a relativização de crimes passados. Hitler e Estaline são da mesma espécie. Evidentemente, houve países em que o nazismo ajudou ao estabelecimento subsequente do comunismo e aos crimes a ele associados. Qualquer tipo de relativização, porém – e não quero polemizar –, qualquer tipo de relativização é extremamente perigoso.

Em segundo lugar, temos de conservar a consciência histórica enquanto parte da educação europeia. Penso que temos de desenvolver os instrumentos financeiros, a fim de garantirmos que a consciência do passado totalitário da Europa tem lugar na educação. Esta foi uma das conclusões da audição realizada na semana passada. Isto exige recursos e eu gostaria de agradecer à Comissão e ao senhor Comissário Figel, em particular, por estarem dispostos a cooperar nesta matéria.

Por último, mas não menos importante, é a questão de onde nos deve este debate levar. A Presidência é breve, dura apenas seis meses. Estamos a meio caminho e não alimento pretensões de que alcancemos o impossível antes de a legislatura terminar, mas creio que o que precisamos é de criar instituições ao nível europeu, como museus, institutos de investigação ou fundações. A audição da passada semana contou com a participação dos representantes de várias instituições similares, existentes ao nível nacional, e, na minha opinião, estas instituições são urgentemente necessárias ao nível pan-europeu. Porém, esta tarefa incumbe mais a entidades com algum grau de continuidade do que à Presidência rotativa de seis meses. Uma vez que a nossa função era contribuir para que fossem iniciados certos debates, gostaria de vos agradecer mais uma vez por terem participado no debate de hoje, e desafio aqueles que aqui permanecerem a continuar o debate, para que talvez um dia conduza à criação das instituições a que me refiro.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – (SK) Já expliquei a essência da missão da Comissão nas minhas observações introdutórias, pelo que só me resta confirmar, mais uma vez, que estamos preparados e motivados, o que é também importante. Tendo em conta que a Comissão Europeia está motivada para ajudar neste processo, já referi as próximas etapas, que englobam a conclusão de estudos sobre variados métodos e mecanismos dos Estados-Membros nesta área e a apresentação do aguardado relatório no próximo ano. Porém, tenho algo a acrescentar que está de alguma maneira à margem do debate. Alguns oradores salientaram que estamos a celebrar o vigésimo aniversário do colapso do comunismo, da queda do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro, e que muito tempo passou desde então. Na minha opinião, nunca é tarde demais e este Parlamento, recentemente alargado, estaria a ser negligente se não emitisse uma declaração sobre os crimes do comunismo totalitário e não iniciasse um debate, uma vez que se trata de uma experiência aqui trazida por muitas pessoas, e a maioria dos participantes no debate são dos novos Estados-Membros.

Também eu vivi a maior parte da minha vida sob o sistema totalitário da Checoslováquia, e é a partir da experiência pessoal e geral de todos os afectados que devemos criar uma memória europeia, um movimento europeu, e, paralelamente, promover os processos que impedem o regresso do totalitarismo, a trivialização e negação dos seus crimes, e a negação da verdade. A negação destes crimes resulta na relativização não só da verdade, mas também da ética e da moral, o que conduz a uma sucessão de problemas e à ideia de que é através da eliminação de seres humanos que se elimina o problema. A ideia de que os problemas podem ser eliminados através da eliminação de seres humanos é um dos princípios do estalinismo.

Vejo a expansão da UE num sentido mais amplo e é precisamente por essa razão que sou capaz de identificar as diferentes formas de totalitarismo que foram referidas, as diferentes formas em diferentes países. Temos

a responsabilidade de as identificar, de as recordar e de tomar as medidas necessárias para restituir, reabilitar, estabelecer a justiça, defender a supremacia da verdade, o respeito pela dignidade humana e tudo o resto que está associado à liberdade e à democracia.

Gostaria, também, de dizer que é comum pensarmos que as ameaças vêm de longe e do exterior, e que as linhas divisórias do mundo actual nada têm que ver com religião, civilização ou cultura, mas sim com o respeito pela vida e pelos seres humanos, por um lado (ou seja, pelos direitos humanos), e o fanatismo em todas as suas formas, por outro lado. Existem muitas formas distintas de fanatismo. Elas são nossas conhecidas mesmo no mundo em que hoje vivemos, e é justamente por isso que a educação referida por Alexandr Vondra é tão importante, para que novos e velhos saibam distinguir o respeito humano do extremismo, populismo, nacionalismo ou fanatismo em qualquer uma das suas muitas formas.

Gostaria de terminar salientando que a Comissão Europeia apoia genuinamente este processo e que procurará formas de o ajudar. Este debate é só um passo, mas outras matérias se seguirão. Temos de fazer muito mais ao nível dos Estados-Membros. Gostaria também de concluir dizendo que a actual expansão da UE é possível graças ao sacrifício de muitas pessoas e não aconteceu por meio de um processo automatizado. A Europa unida, a democracia, a liberdade e o primado da lei não aconteceram automaticamente, mas em consequência de grandes esforços e do derramamento frequente de sangue. Não nos podemos esquecer disto.

Gostaria, finalmente, de terminar com aquilo que foi dito – julgo eu – pelo senhor deputado Tunne Kelam: o alargamento da União envolve não só a geografia, os mercados e vários países, mas também uma expansão da consciência, uma expansão da memória e uma expansão do respeito e da responsabilidade. Se conseguirmos incluir estas vertentes no processo que agora celebramos, os cinco anos do alargamento, estaremos preparados para mais processos e para o futuro. Se falharmos, o caminho será muito mais difícil. Muito obrigado e felicidades para uma expansão não só da memória, mas também da responsabilidade.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no decorrer do próximo período de sessões.

Declarações Escritas (artigo 142.º)

Slavi Binev (NI), por escrito. – (BG) A justiça é um dos valores fundamentais da Europa.

Apoio os meus colegas do UEN e a resolução RC-B6-0165/2009 por eles apresentada, salientando que a UE assenta no Estado de direito, que é uma das características fundamentais da democracia. É justamente neste princípio que as eleições parlamentares devem assentar. Porém, o problema da compra de votos na Bulgária indica exactamente o oposto.

Depois de as últimas eleições locais terem sido repetidamente comprometidas pela notória compra de votos do GERB (Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária), do DPS (Movimento pelos Direitos e Liberdades) e do PSB (Partido Socialista Búlgaro), o cidadão comum ficou com a sensação de que não tinha o direito de escolher. Em consequência, a motivação para votar novamente diminuiu acentuadamente.

Pese embora o código penal existente e os numerosos indícios de violações da lei, nenhuma das pessoas referidas no relatório da Comissão foi ainda condenada por estes crimes, porque as autoridades competentes estão claramente relutantes em pôr fim à compra de votos. Na Bulgária, o poder judiciário ainda demonstra falta de determinação e os infractores, conhecidos de todos, estão novamente a preparar campanhas eleitorais, enquanto os que venderam os seus votos procuram novos compradores que façam a melhor oferta.

Quero sublinhar que enquanto estas violações da lei forem permitidas na Bulgária e o Estado continuar a não agir, os eleitores honestos estarão a ser privados do seu direito humano fundamental – o direito a escolher! Insto o Parlamento a não assistir passivamente a esta situação.

Filip Kaczmarek (PPE-DE), por escrito. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, o problema do totalitarismo na Europa decorre do facto de as experiências de cada Estado-Membro nesta matéria serem muito diferentes. Muitos europeus simplesmente não sabem como era a vida nos sistemas totalitários, e quem não compreende o totalitarismo tem uma tendência natural para tratar com indiferença os crimes cometidos nestes regimes, vendo-os, pelo contrário, como acontecimentos que ocorreram no curso da história. Todavia, o comunismo e o fascismo não só combateram activamente a maioria dos valores da Europa, como também estavam preparados para violar todos os princípios éticos em nome de ideais doentios e degenerados – e estes regimes violaram efectivamente esses princípios, causando dor, sofrimento e morte a milhões de pessoas.

Quanto mais os europeus souberem acerca da verdadeira face do totalitarismo, melhor será para o futuro da União Europeia. Não está em causa a celebração do sofrimento de milhões de pessoas. O que está em causa é a compreensão das consequências dramáticas das práticas totalitárias no passado e mesmo no presente, em muitos países da Europa. Solidariedade, liberdade, empatia, tolerância, diálogo – todos estes valores parecem diferentes se os olharmos da perspectiva das experiências com o totalitarismo. Não nos esqueçamos disto. A proclamação de um Dia Internacional dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo ajudaria, sem dúvida, a elevar o nível de conhecimento sobre um passado doloroso. Isto contribuiria, por sua vez, para diminuir o preconceito, reduzir os estereótipos e aumentar a esperança de nunca mais vivermos o totalitarismo na Europa.

(A reunião, suspensa às 20H15, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: EDWARD McMILLAN-SCOTT

Vice-Presidente

11. Reforço da segurança e das liberdades fundamentais na Internet (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório de Stavros Lambrinidis, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, que contém uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho referente ao reforço da segurança e das liberdades fundamentais na Internet (2008/2160(INI)) (A6-0103/2009).

Stavros Lambrinidis, relator. – (EL) Senhor Presidente, vivemos numa era em que toda a gente – governos, empresas privadas e até criminosos – procura o maior acesso possível aos nossos dados electrónicos, à nossa vida privada.

A Internet, em particular, fornece dados sobre as nossas vidas privadas, algo que era inimaginável há escassos anos. Paralelamente, é evidente que a Internet facilita o exercício dos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade de acção política, a liberdade de conhecimento e educação e a liberdade de associação.

É menos evidente que corremos o perigo de estas mesmas liberdades serem violadas, em consequência da utilização da Internet, por meio da vigilância secreta, por parte dos governos, de empresas privadas ou até de criminosos, daquilo que fazemos ou visualizamos na Internet. Consequentemente, a forma de alcançarmos um equilíbrio nesta matéria, de regulamentarmos a Internet de maneira que permita tirar proveito dos seus benefícios e limitar os seus perigos óbvios, é ainda menos evidente.

O meu relatório tenta responder a estas questões. Entre outras coisas:

- em primeiro lugar, solicita uma iniciativa europeia com vista a criar uma Carta dos Direitos da Internet global;
- em segundo lugar, aponta a necessidade de uma luta eficaz mas proporcionada contra as velhas e novas formas de cibercriminalidade, como a usurpação de identidade e a protecção dos direitos de propriedade intelectual, enquanto salienta que a legislação não pode resultar na vigilância sistemática de todos os cidadãos, suspeitos ou não, inocentes ou culpados, uma vez que isto constituiria, evidentemente, uma notória invasão da sua privacidade;
- em terceiro lugar, no que respeita ao direito de acesso à Internet dos cidadãos, insta os governos a garantirem o acesso à Internet dos cidadãos mais desfavorecidos nas regiões mais remotas;
- em quarto lugar, salienta que a iliteracia digital será a nova iliteracia do século XXI, tal como não saber ler ou escrever foi no século XX, e que, por conseguinte, o acesso à Internet é um direito fundamental equivalente ao direito de acesso à escolarização;
- em quinto lugar, solicita medidas para limitar o consentimento dos utilizadores, questão de grande relevância que discutirei em seguida.

A questão do consentimento é extremamente complicada e, se não a resolvermos de imediato, sofreremos as suas consequências mais tarde. Permitam-me dar-vos um exemplo: há algumas décadas, ninguém sabia qual era o jornal que eu lia; só a minha família e, talvez, alguns dos meus amigos. Por este motivo – e isto aplica-se principalmente às ditaduras –, os serviços secretos tentaram descobri-lo, para poderem criar um ficheiro com os meus dados. Para que pudessem dizer, "o Sr. Lambrinidis lê este ou aquele jornal, pelo que

deve ser comunista ou pró-americano". Hoje, sempre que leio um jornal, deixo um rasto. Isto significa que as empresas privadas podem compilar "ficheiros" similares, podem traçar o meu perfil, com as políticas em que acredito, os meus hábitos alimentares e até a minha saúde. Significará o facto de eu visitar estes sítios Web que consinto que a minha sociedade retroceda 40 anos?

Precisamos urgentemente de aprovar leis sensatas que reflectam um equilíbrio entre o combate à criminalidade e a protecção dos direitos na era electrónica. Este equilíbrio parece difícil, mas não é. É exequível. Temos de parar de tratar o ciberespaço como se fosse algo exterior à nossa vida quotidiana, algo à parte. É a nossa vida. Isto significa que quaisquer direitos ou barreiras que se apliquem à polícia e às empresas privadas na Internet, têm também de se aplicar fora dela, caso contrário corremos o risco de suprimir liberdades por motivos de segurança e, no fim de contas, de nos vermos sem liberdades e sem segurança real.

Para terminar, dirijo os meus sinceros agradecimentos aos relatores-sombra de todos os grupos políticos que vejo aqui presentes pelo seu apoio considerável. Os meus agradecimentos a todos os deputados da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, pelo apoio unânime que este relatório recebeu de todos os partidos. Aguardo com expectativa a sua aprovação em plenário.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer não só ao Parlamento em geral, mas, sobretudo, ao senhor deputado Stavros Lambrinidis, pelo seu importante relatório, que contribui muito oportunamente para a promoção das liberdades fundamentais e da segurança na Internet.

Enquanto a Internet adquire um peso cada vez maior nas sociedades e economias modernas, reflectindo-se em muitas áreas das nossas vidas, o ritmo tremendo dos desenvolvimentos tecnológicos cria, paralelamente, desafios importantes que têm de ser abordados devidamente, se queremos tirar partido de todas as oportunidades da Internet e da sociedade da informação.

Partilhamos, em especial, as apreensões do senhor deputado Lambrinidis relativas à protecção dos dados pessoais, questão extremamente importante para os utilizadores da Internet. Permitam-me assegurar-vos que a Comissão continua empenhada no reforço dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos, e, em particular, em garantir um nível elevado de protecção da privacidade e dos dados pessoais, na Internet e noutros contextos.

Acredito firmemente que a busca da protecção da privacidade adequada não é contrária à necessidade de garantir um nível mais elevado de segurança. Com efeito, estes dois objectivos podem e devem ser perseguidos em sinergia.

A estabilidade e a segurança da Internet foram as nossas prioridades durante a Cimeira Mundial da Sociedade da Informação, em 2005, e continuamos a apostar nestes objectivos. Estas questões serão brevemente apresentadas no contexto de uma nova estratégia para a protecção das infra-estruturas de informação críticas e para aumentar o grau de preparação da Europa contra os ciberataques e as perturbações em grande escala. Esta estratégia engloba um plano de acção que define um roteiro com vista a promover princípios e directrizes para a estabilidade e a resiliência da Internet.

A cooperação estratégica com países terceiros será desenvolvida no âmbito desta estratégia, sobretudo através de diálogos sobre a sociedade da informação, enquanto meio para a construção de um consenso global nesta área. Paralelamente, a Comissão está convencida de que é necessário garantir o respeito pelas liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão na Internet.

Repito que estes dois objectivos não são mutuamente exclusivos. O relatório analisa mais detalhadamente a possibilidade de desenvolver normas globais, a protecção de dados e a liberdade de expressão. A Comissão participa nas conferências internacionais anuais dos comissários europeus para a protecção de dados e acompanha os trabalhos em curso para a elaboração de possíveis normas internacionais relativas à protecção da privacidade e dos dados pessoais. Estamos plenamente empenhados na promoção dos níveis elevados de protecção de que os cidadãos da UE gozam actualmente.

Em matéria de liberdade de expressão, a Comissão continuará a promover este direito fundamental em fóruns internacionais. Por enquanto, consideramos que a elaboração de nova legislação nesta área não é o caminho a seguir. Já dispomos de uma série de instrumentos internacionais vinculativos nesta matéria. Nesta altura, acredito que seria útil promover um período de reflexão sobre as formas mais adequadas para fazer cumprir a legislação existente. O problema está na aplicação. Esta reflexão deve incluir e ajudar os actores comerciais globais a definirem melhor os seus papéis e as suas responsabilidades na promoção e no reforço da liberdade fundamental de expressão no ambiente em linha da Internet a nível mundial.

Permitam-me concluir com um comentário geral. Penso que devemos combater os graves desafios para os quais o relatório nos alerta e zelar por que o exercício concreto dos direitos e das liberdades não seja indevidamente limitado na Internet.

Por exemplo, desde 2006, um elemento essencial da estratégia da Comissão para uma sociedade da informação segura tem sido uma abordagem holística, que garante a coordenação entre as partes interessadas, mas que também reconhece que cada uma delas tem um papel e responsabilidades específicas a cumprir. É da responsabilidade de todos nós zelar por que as nossas acções na Internet não limitem indevidamente – e, se possível, promovam – a segurança de terceiros que utilizem este suporte.

Portanto, é num espírito de cooperação que a Comissão saúda e apoia o relatório em questão.

Manolis Mavrommatis, *relator de parecer da Comissão da Cultura e da Educação*. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator, Stavros Lambrinidis, pelo importante relatório redigido e pelo seu empenho na protecção dos dados pessoais, princípio que a maioria de nós respeita, incluindo eu.

Na qualidade de relator de parecer da Comissão da Cultura e da Educação, considero que a Internet é uma plataforma excepcional para a disseminação da cultura e do conhecimento; saliento este facto para felicitar todos os meus ilustres amigos da Comissão da Cultura que votaram a favor do meu parecer.

Exemplos, como arquivos digitais de museus, livros, música e material audiovisual electrónico, podem ser acedidos em qualquer canto do mundo. Infelizmente, porém, no vasto mundo do ciberespaço, o material cultural não é devidamente protegido. A pirataria tende a ser a regra e não a excepção e são os autores que ficam a perder com a distribuição ilegal da sua propriedade intelectual. Ou seja, poetas, compositores, produtores e todos aqueles ligados ao processo criativo em geral.

Três coisas ajudam a pirataria a disseminar-se: os meios tecnológicos e o baixo custo das cópias, condições económicas adversas e a penetração da Internet.

A alteração 4 recupera a recomendação da Comissão da Cultura, no sentido de haver um equilíbrio equitativo entre os direitos e as liberdades de todas as partes envolvidas e de todos os direitos fundamentais dos indivíduos, com base na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, serem salvaguardados e protegidos no quadro da utilização generalizada da Internet.

Por este motivo, apoiamos esta alteração, que reitera que os direitos fundamentais têm todos o mesmo valor e devem ser todos protegidos na mesma medida.

Nicolae Vlad Popa, *em nome do grupo PPE-DE*. – (RO) O relatório em apreço é o resultado da colaboração entre os membros deste Parlamento. Em consequência, gostaria de agradecer aos meus caros colegas, em especial ao senhor deputado Lambrinidis, assim como à senhora deputada Gacek, ao senhor deputado Alvaro, à senhora deputada Segelström e ao senhor deputado Mavrommatis, com quem tive o prazer de trabalhar, também na qualidade de relator-sombra.

Penso que o relatório aborda os principais assuntos de interesse em matéria de reforço da segurança e dos direitos humanos fundamentais na Internet, referindo-se à protecção dos direitos estipulados pela legislação específica em vigor, incluindo os seus aspectos digitais, e ao reconhecimento e desenvolvimento de novos princípios para controlar a Internet.

O texto conserva um bom equilíbrio entre a protecção da liberdade de expressão e da privacidade e a necessidade de dar continuidade à luta contra a cibercriminalidade, e salienta também o grave problema do controlo excessivo da actividade na Internet, que pode degenerar em novas formas de censura.

O relatório também aborda as questões relacionadas com a vertente educativa da Internet, a aprendizagem digital, a definição de identidade digital e o reconhecimento dos direitos dos utilizadores sobre os conteúdos publicados na Internet, assim como a protecção de dados de natureza pessoal, dando aos utilizadores a oportunidade de apagarem definitivamente os conteúdos que eles próprios publicam.

Estes são assuntos delicados, tendo em conta o contexto actual, em que as redes sociais são cada vez mais frequentadas pela nova geração, mas não só. Por este motivo, instei os meus colegas a votarem a favor do relatório com toda a convicção.

Inger Segelström, *em nome do grupo PSE*. – (SV) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer ao senhor deputado Lambrinidis e a todos os membros da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos

Assuntos Internos por este relatório tão construtivo e bem ponderado. Gostaria, também, de manifestar o meu agradecimento pelo apoio que recebi às minhas alterações. Este apoio representa precisamente a aprovação do reforço dos direitos dos utilizadores e consumidores.

A secção referente às aplicações da tecnologia – por exemplo, a monitorização do tráfego de dados na Internet – é muito importante. É positivo que o Parlamento Europeu esteja a afirmar enfaticamente que a privacidade e os direitos humanos dos cidadãos assumem prioridade.

O relatório deixa claro que o tráfego de dados na Internet só pode ser monitorizado quando houver suspeitas de um crime e no âmbito de um procedimento jurídico no seguimento de uma decisão judicial. Esta será uma base importante para a monitorização dos direitos civis. O relatório apresenta medidas necessárias na altura certa.

Fiquei surpreendida com as alterações apresentadas por membros do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e do Grupo da Aliança dos Democratas e dos Liberais pela Europa. Estas propostas prejudicam os direitos civis e a privacidade dos cidadãos. As consequências possíveis da falta de controlo dos progressos técnicos não foram analisadas de forma crítica.

Evidentemente, a criminalidade na Internet e a exploração de crianças e jovens têm de ser combatidas. Contudo, as questões essenciais neste contexto são, por exemplo, o facto de o governo conservador da Suécia ter aprovado a chamada "Lei FRA", que implica a vigilância de cidadãos que não são criminosos nem cometeram qualquer crime, enquanto deveriam ser os cidadãos a escutar-nos. O relatório é uma forte crítica ao governo conservador da Suécia, que ignorou toda oposição e introduziu a Lei FRA no país. As autoridades da Suécia têm, agora, o direito de monitorizar o tráfego de dados na Internet, sem que se suspeite de que foi cometido um crime ou que haja qualquer risco para a segurança dos cidadãos ou da sociedade.

No seguimento da decisão de amanhã, parto do princípio que o governo sueco irá reconsiderar e alterar a lei. Caso contrário, estará em oposição ao Parlamento Europeu e aos representantes eleitos dos 27 países da UE.

Alexander Alvaro, em nome do grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de começar por felicitar o senhor deputado Lambrinidis por um trabalho bem feito. O senhor deputado Lambrinidis envolveu todos os relatores-sombra na elaboração do relatório e fez tudo ao seu alcance para obter compromissos.

O relatório, que aborda as problemáticas relevantes da sociedade da informação, constitui um passo importante para a criação de uma Internet que garanta a segurança dos nossos cidadãos e as suas liberdades fundamentais. As fronteiras entre a liberdade e a segurança não terminam nas fronteiras do mundo virtual. O senhor deputado Lambrinidis teve em consideração, no seu relatório, a luta contra o cibercrime, a pornografia infantil, a usurpação de identidade e a fraude nesse domínio, assim como a violação dos direitos de autor. O relator tentou envolver a Europol e torna claro que as leis actuais do mundo físico se têm de aplicar também ao mundo virtual.

Paralelamente, o senhor deputado conseguiu estabelecer um equilíbrio entre a protecção dos direitos civis, a liberdade de expressão, a protecção de dados e o direito de apagar definitivamente o rasto digital pessoal na Internet. Até hoje, a Internet não esquece. Alguns de nós podem dar graças por a Internet ainda não existir quando tínhamos 13, 14, 15 ou 16 anos, altura em que cometemos os pecados da juventude, que não gostaríamos de encontrar no YouTube ou no Facebook.

O relator salientou a necessidade de acesso à informação e, acima de tudo, de acesso à Internet e de respeito pela propriedade intelectual. Sei que para muitos deputados o relatório não é suficientemente ambicioso no que respeita à protecção da propriedade intelectual e dos direitos de autor. Proponho que trabalhemos esta vertente com a directiva relativa à aplicação efectiva dos direitos de propriedade intelectual e sublinhemos estes pontos nessa mesma directiva.

O relatório evidencia que a censura na Internet ou o bloqueio do acesso à rede, como previsto ou aplicado por alguns Estados-Membros, são medidas indignas da nossa sociedade esclarecida e que a União Europeia não está a seguir o exemplo de Estados totalitários, impedindo o acesso dos cidadãos à informação ou fornecendo-lhes apenas a informação indispensável.

Estou muito satisfeito por dispormos de um relatório equilibrado, que tem em conta as necessidades da sociedade da informação, e ficaria muito contente se os grupos, incluindo o meu, apoiassem ao máximo o relatório na votação de amanhã, para que possamos desenvolver uma Internet que sirva os interesses da sociedade.

Roberta Angelilli, *em nome do grupo UEN*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já outros oradores antes de mim o disseram, mas gostaria de sublinhar que a Internet não deve ser criminalizada nem censurada, por ser fonte de oportunidades de comunicação, de socialização, de informação e de conhecimentos; no entanto, é necessário desenvolver uma estratégia global de combate à cibercriminalidade.

É necessário, em especial, proteger as crianças e educar e informar os pais e os educadores no que se refere aos novos riscos potenciais da Internet. Trata-se de objectivos relativamente aos quais a Europa deve poder agir com eficácia, e gostaria, por isso, de felicitar o relator pelo óptimo trabalho que desenvolveu.

No entanto, apesar de as legislações dos Estados-Membros preverem sanções e um nível de protecção bastante elevado contra os abusos, a exploração sexual de crianças e a pedopornografia em linha, é necessário aumentar o nível de protecção dos menores, dada a evolução contínua das novas tecnologias, nomeadamente da Internet, e o uso de novas formas de aliciamento sexual de menores por parte de pedófilos.

Justamente por este motivo pareceu-me oportuno propor uma alteração ao relatório, exortando explicitamente os Estados-Membros a actualizar a legislação de protecção de menores no uso da Internet, em particular criminalizando o *grooming*, na definição que lhe é dada pela Convenção do Conselho da Europa relativa à Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, de Outubro de 2007.

Eva-Britt Svensson, *em nome do grupo GUE/NGL*. – (SV) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Lambrinidis por ter conseguido respeitar a segurança na Internet e, ao mesmo tempo, proteger e respeitar os inestimáveis direitos fundamentais. Parto do princípio que a protecção dos direitos fundamentais, conforme consta do relatório, também será apoiada quando decidirmos sobre o pacote Telecom. Existe uma relação óbvia entre o relatório e o pacote Telecom. Espero que, nessa altura, também estejamos de acordo que é importante proteger as liberdades civis.

Como já vários intervenientes disseram, a Internet trouxe consigo novas oportunidades para a liberdade de expressão. Os cidadãos que, normalmente, não têm acesso aos fóruns de debate dos meios de comunicação de grande escala, podem agitar a opinião pública e defender causas. É uma nova arena para a troca de opiniões que é muito necessária para a mobilização política. A Internet proporciona aos cidadãos melhores possibilidades de escrutinarem os decisores políticos. O importante é que os cidadãos tenham a possibilidade de escutinar os legisladores e outros detentores de poder. A Internet disponibilizou mais conhecimento. Acima de tudo, podemos contactar pessoas de diferentes culturas e de diferentes partes do mundo.

Neste debate, é importante zelarmos pela liberdade de expressão e por garantias contra a censura e o controlo da opinião, da informação e da formação da opinião, por exemplo. Os direitos humanos fundamentais, a liberdade de expressão e a privacidade são elementos importantes da democracia e têm de ser sempre protegidos e respeitados. Portanto, a Internet é um factor importante da sociedade democrática actual e assim deve permanecer.

Em consequência, gostaria que votássemos contra a alteração 5, que visa eliminar o texto "Assegure que a expressão de convicções políticas controversas através da Internet não constitua matéria penal". Se esta alteração for aprovada, representará um passo atrás para a democracia. Quem decide quais são as convicções políticas controversas? É um direito democrático poder expressar opiniões políticas diferentes.

O direito de os utilizadores da Internet poderem apagar definitivamente dados pessoais encontrados nos sítios Web também é importante. Evidentemente, temos de combater a criminalidade na Internet, como todas as actividades criminosas, mas isto tem de ser feito com segurança jurídica, em conformidade com o direito penal, como acontece com outros tipos de crime.

Os crimes na Internet cometidos contra crianças são particularmente graves. Nesta matéria, regemo-nos pela Convenção do Conselho da Europa relativa à Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual. Outros grupos também foram afectados. Estou a pensar, em particular, nas mulheres que caíram nas malhas do comércio de escravos sexuais. A indústria do sexo instrumentaliza actualmente a Internet e a violência sexual que muitas mulheres e crianças sofrem. Neste contexto, gostaria de recordar aos meus colegas que podem apoiar uma declaração escrita que visa pôr fim a esta violência, ou seja, a Declaração Escrita n.º 94.

Finalmente, gostaria de referir o perigo que representa a chamada luta contra o terrorismo. Isto conduziu, ocasionalmente, a restrições governamentais insensatas à liberdade de expressão e à privacidade dos indivíduos. Estas restrições resultaram num risco de segurança para os cidadãos. Os serviços de segurança de vários países trocaram entre si dados pessoais obtidos através da monitorização da Internet. Isto colocou vidas em

perigo, por exemplo das pessoas obrigadas a fugir dos seus próprios países por motivos de opressão política. Exorto-vos a apoiar veementemente o relatório na votação de amanhã.

Hélène Goudin, em nome do grupo IND/DEM. – (SV) Senhor Presidente, fico fascinada, diariamente, com a ferramenta fantástica que a Internet é, mas, por mais que a UE o conteste, uma rede global de computadores não é uma rede europeia. Acreditar que uma lei de Bruxelas ou de Estrasburgo pode alterar isso é inacreditável e traduz um afastamento da realidade. Podemos argumentar, justificadamente, que a UE é o fórum errado para resolver o tipo de problema salientado no relatório. Permitam-me dar-vos dois exemplos. O relatório compara o direito à Internet com o direito à escolarização. Isto é, de certa maneira, ridículo quando sabemos que o direito ou a oportunidade de ir à escola não é um dado adquirido em muitos países da UE.

A protecção e a promoção dos direitos dos indivíduos na Internet e o equilíbrio que deve ser encontrado entre a privacidade e a segurança são extremamente importantes, mas também não são questões que devam ser resolvidas ao nível da UE. Este é um problema internacional que tem de ser abordado, em primeiro lugar, ao nível internacional.

Outra questão que me é muito cara é a da partilha de ficheiros. Nesta matéria, somos instados a aplicar medidas penais comuns para proteger os direitos de propriedade intelectual. Acredito convictamente que cabe aos Estados-Membros decidir o que constitui crime e quais, a haver, as consequências. É totalmente inaceitável que a UE enverede pelo caminho da indústria musical e cinematográfica, sobretudo tendo em conta que estamos a tentar criminalizar toda uma geração.

Por último, gostaria de dizer que qualquer tentativa de legislar nestas áreas se vai revelar difícil, uma vez que a tecnologia evolui muito mais depressa do que a política.

Urszula Gacek (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao relator por ter acatado a minha sugestão, ao incentivar os fabricantes de *software* a tomarem medidas adicionais para bloquear o acesso a sítios Web pornográficos e violentos.

Este é um assunto que preocupa particularmente os pais. Faz parte da vida os nossos filhos terem mais noções de informática do que nós. Os pais podem ter uma vaga ideia de que é possível activar filtros nos programas de navegação na Internet, mas isto exige alguns conhecimentos desse *software*, assim como uma decisão consciente de activar o sistema.

Se, por omissão, o filtro fosse activado pelo fabricante, é provável que muitas mais crianças – incluindo os mais novos, que cada vez mais utilizam a Internet sem supervisão – estivessem protegidas contra a visualização involuntária de sítios Web de conteúdo prejudicial para elas. Apelo aos fabricantes que adotem a nossa sugestão. Não devem ver isto como uma imposição ou uma restrição, mas sim como uma oportunidade de *marketing*. Se eu pudesse optar entre dois computadores idênticos, em que um deles ostenta um rótulo indicando que está preparado para crianças, confirmando a pré-instalação de um filtro, enquanto mãe, optaria por comprar este produto. Com o tempo, os pais que fizessem esta opção garantiriam que esta se tornaria a prática corrente na indústria. Espero verdadeiramente que consigamos lá chegar com a cooperação dos fabricantes.

Alin Lucian Antochi (PSE). – (RO) A Internet entrou numa nova fase, em que é não só considerada uma ferramenta vital nos negócios, mas também um fórum global para expressar diferentes opiniões.

Contudo, esta evolução gerou atitudes ambivalentes. Por um lado, a Internet continua a oferecer oportunidades fantásticas, agindo como catalisador do desenvolvimento educacional, cultural, económico e social; por outro lado, é vista como uma plataforma que pode ser usada para promover comportamentos violentos com consequências para a liberdade e a segurança dos indivíduos.

Além disso, devido à sua natureza global, a Internet tornou-se um perigo para a privacidade, pois as actividades dos cidadãos na Internet são, frequentemente, monitorizadas por governos, autoridades policiais, empresas e até por criminosos e terroristas, resultando, por vezes, na usurpação de identidade.

Nesta situação, temos de identificar a fronteira jurídica entre a protecção da segurança e das liberdades fundamentais dos cidadãos na Internet e a monitorização ilimitada das suas actividades por parte de várias autoridades, para que a legislação seja eficaz e proporcionada nas medidas adoptadas para combater a criminalidade. Por este motivo, é necessário definir normas globais em matéria de protecção de dados, segurança e liberdade de expressão através da cooperação permanente entre operadores e utilizadores da Internet.

Também é importante, e neste aspecto apoio plenamente o relator, examinar e estabelecer limites ao consentimento que pode ser solicitado aos utilizadores, por governos ou empresas privadas, no sentido de renunciarem a uma parte da sua privacidade em troca de certos serviços ou privilégios na Internet.

Por último, mas não menos importante, penso, Senhor Presidente, que os Estados-Membros têm de enviar esforços para alinhar as legislações nacionais em matéria de protecção dos direitos fundamentais na Internet, uma vez que isto também poderá ajudar a delinear uma estratégia conjunta de combate à cibercriminalidade ou ao terrorismo.

Quero felicitar o senhor deputado Lambrinidis e toda a equipa que contribuiu para a elaboração do relatório.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, também quero elogiar o relator, que preparou um relatório fantástico. Vou salientar com brevidade alguns pontos.

Primeiro que tudo, nos últimos anos, assistimos ao aumento do armazenamento de dados pessoais por parte das empresas e dos governos. Os governos utilizam as bases de dados das empresas, mas ainda vemos que se aplicam níveis diferentes de protecção ao primeiro e ao terceiro pilar – o que considero extremamente preocupante.

O segundo ponto – e estou satisfeita por a minha alteração nesta matéria ter sido aprovada – é que os criminosos também utilizam a Internet a seu favor, de todas as maneiras possíveis. A usurpação de identidade está a aumentar assustadoramente, pelo que temos de pedir à Comissão Europeia que crie um ponto de contacto para este tipo de roubo – não só para facilitar o intercâmbio de informações, mas também para ajudar as vítimas.

Em terceiro lugar, é verdade que são necessárias normas globais. Estamos a trabalhar com esse fim, mas estas normas têm de ser elaboradas no quadro de um processo democrático aberto e não de negociações entre representantes da Comissão Europeia e dos Estados Unidos.

Por último, enquanto a Comissão Europeia fala de liberdade e direitos civis, reparei que, sob a chefia do senhor Comissário Frattini e com a ajuda do Conselho, foram aprovadas inúmeras medidas nos últimos anos que tornam possível espiar os cidadãos vinte e quatro horas por dia e limitar as suas liberdades. Está na altura de avaliarmos o que tem estado a acontecer e as consequências daí resultantes. Por conseguinte, quero concluir com uma sugestão dirigida à Comissão: convido-a a instituir um comissário exclusivo para os direitos e liberdades civis na próxima legislatura.

Presidente. – Concedi à senhora deputada in 't Veld algum tempo suplementar porque ela tem 400 seguidores no Twitter. Eu só tenho nove. Quatrocentos e cinquenta, agora.

Jean-Paul Gauzès (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, falo em nome do nosso colega, o senhor deputado Toubon.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao senhor deputado Popa, que realizou um excelente trabalho ao alcançar um compromisso aceitável para todos, apesar das posições extremas adoptadas nesta matéria por alguns membros do Grupo Socialista no Parlamento Europeu e do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia.

O relatório levanta a importante questão de encontrar um equilíbrio entre a segurança e as liberdades fundamentais na Internet. Com efeito, apesar de, para muitos, esta nova tecnologia ser sinónimo de progresso e oportunidades, ela não é isenta de riscos. Por exemplo, é essencial garantir a liberdade de expressão e de informação neste novo meio de comunicação, ao mesmo tempo que se garante o respeito por outras liberdades fundamentais, como a protecção da vida privada e dos dados pessoais, e pela propriedade intelectual.

O relator, senhor deputado Lambrinidis, que realizou um trabalho excelente, teve em conta os novos tipos de crime na Internet e os perigos que representam, sobretudo para as crianças. Infelizmente, o relatório continua ambíguo e até perigoso noutros pontos.

O objectivo das alterações apresentadas pela senhora deputada Hieronymi, pelo senhor deputado Mavrommatis e pelo senhor deputado Toubon é tornar claro que os ataques às liberdades fundamentais não devem ser apoiados em nome da liberdade de expressão e de informação.

Os Estados-Membros e os operadores da Internet devem conservar algum espaço de manobra para que possam encontrar as melhores soluções para garantir que os direitos de alguns não impedem o exercício dos direitos de outros. As leis têm de se aplicar à Internet como se aplicam a todas as outras esferas. A Internet não pode ser um espaço virtual em que os actos que são considerados crime no mundo real são tidos como

admissíveis e até são protegidos simplesmente em consequência da tecnologia e da maneira como é utilizada. É o Estado de direito que está em jogo nas nossas sociedades democráticas.

Manuel Medina Ortega (PSE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de felicitar o meu colega e amigo, senhor deputado Lambrinidis, pelo relatório redigido e, além disso, pela explicação oral equilibrada sobre os objectivos do mesmo.

Trouxe comigo um livro, o *Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa*. Este livro foi aprovado por 90% dos eleitores espanhóis e pela maioria dos parlamentos nacionais dos países a que pertencem os deputados europeus.

Não entrou em vigor devido a certas dificuldades de natureza política, mas é um texto essencial, porque incorpora – e, pessoalmente, vejo isto como um mandato atribuído pelos meus eleitores – a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Penso que a Carta reúne os princípios definidos pelo senhor deputado Lambrinidis no seu relatório.

Em primeiro lugar, a Internet é uma área de liberdade, modernidade e igualdade de oportunidades, onde as pessoas comunicam umas com as outras, trocam informações e ideias e partilham conhecimentos. Este direito é reconhecido pelo artigo II-71.º do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.

Em segundo lugar, a Internet deve proteger a liberdade e o desenvolvimento da sociedade da informação de uma maneira compatível com o respeito pela propriedade intelectual e a protecção da privacidade dos utilizadores. Especificamente, o direito à propriedade intelectual e o direito dos utilizadores à privacidade estão reconhecidos no artigo II-77.º do projecto de constituição europeia.

Em terceiro lugar, temos de procurar um equilíbrio adequado entre a protecção dos direitos, dos conteúdos disponíveis e do mercado legal de conteúdos digitais e a evolução que está aberta aos novos modelos empresariais que surgem na Internet. Temos, também, de abordar a questão da protecção dos dados pessoais, reconhecida pelo artigo II-68.º do projecto de constituição.

Portanto, penso que o relatório Lambrinidis aborda estas preocupações. Claramente, não se estende sobre as condições, os requisitos, as consequências e as sanções que resultam da utilização indevida da Internet, mas penso que esse papel caberia a um documento legislativo, que não é o que estamos a debater agora.

Claire Gibault (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, enquanto artista, fico triste e muito chocada com a falta de interesse demonstrada no relatório do senhor deputado Lambrinidis pelo sector cultural.

Sublinho que devemos, em todas as ocasiões, salvaguardar e proteger o conjunto dos direitos dos indivíduos, em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e garantir os direitos e liberdades de todas as partes em questão. A sociedade da informação é um sector económico cada vez mais importante, mas também é uma fonte significativa de inovação e criatividade, em que assenta a economia moderna.

Isto implica, entre outras coisas, assegurar o acesso de todos a uma cultura diversificada e à educação, num contexto de respeito pelo direito comunitário, e reconhecer devidamente o valor do trabalho criativo dos autores e dos artistas intérpretes ou executantes, incluindo na economia digital. Contudo, este reconhecimento implica a remuneração dos artistas pela utilização diversificada da sua contribuição criativa, para que possam viver da sua profissão e a ela se possam consagrar com toda a liberdade.

Neste contexto, os direitos de propriedade intelectual não devem ser vistos como um obstáculo, mas sim como um propulsor de actividades criativas, sobretudo no contexto do desenvolvimento de novos serviços em linha.

Por outro lado, acredito que, mesmo na Internet, o discurso racista, do ódio ou revisionista deve ser objecto de procedimentos penais. A liberdade de expressão tem de ser exercida responsabilmente. Tem de se encontrar um equilíbrio entre a liberdade de acesso à Internet, o respeito pela privacidade e a protecção da propriedade intelectual. Por conseguinte, exorto todos os presentes a apoiarem as alterações 2 a 6, por mim apresentadas.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). – (EL) Senhor Presidente, tornou-se quase um hábito analisarmos em todas as sessões plenárias um relatório sobre a Internet. Isto é positivo, porque dá, finalmente, aos Estados-Membros e à União Europeia uma oportunidade de abordarem eficazmente as questões actuais relacionadas com a utilização da Internet. Felicito o meu ilustre amigo, senhor deputado Lambrinidis, por

ter concordado incluir as alterações dos deputados no seu relatório exaustivo, adicionando, deste modo, vários aspectos novos à questão em debate.

Na última vez, o Parlamento examinou questões relacionadas com os jogos de vídeo na Internet e os perigos para os menores e o mecanismo de financiamento da União Europeia para uma Internet segura para os menores. O debate de hoje cada vez mais me convence que, em última análise, tudo se resume a uma questão de abordagem jurídica.

Por este motivo, penso que a única coisa que devemos solicitar é um estudo de natureza jurídica sobre os múltiplos problemas que surgem com a utilização da Internet. O relatório será útil enquanto catálogo daquilo que deve ser analisado em profundidade pelos peritos juristas, que realizarão o trabalho de investigação com vista a fornecer às várias partes interessadas referidas no relatório as ferramentas necessárias para elaborar legislação, a fim de salvaguardar o princípio do Estado de direito no que respeita à utilização da Internet de forma democrática. Naturalmente, não podemos falar de democracia quando nem todos os cidadãos têm o direito, independentemente da sua situação financeira, de utilizar a Internet. Hoje as coisas não são assim, mas esperamos que um dia venham a ser.

Katrin Saks (PSE). – (ET) Senhoras e Senhores Deputados, conseguem imaginar a vida sem a Internet? Eu, pessoalmente, já não consigo. Venho da Estónia, que é um líder mundial na disponibilidade de acesso à Internet. Provavelmente por este motivo, temos mais experiência em matéria de perigos da Internet, comprovada pela guerra cibernética que atingiu o nosso país há dois anos e pelo facto de, segundo estudos internacionais, haver entre as nossas crianças mais vítimas de assédio cibernético do que em muitos outros países.

Através de vários relatórios aprovados nos últimos anos, o Parlamento Europeu tem tentado responder à pergunta "O que é a Internet?". Hoje, uma pergunta mais relevante seria se o mundo da Internet é um espaço à parte, ou seja, um mundo virtual que não pertence à vida real, ou se integra a esfera pública? Esta questão é discutida pelo senhor deputado Lambrinidis no relatório, no qual afirma que a nossa principal tarefa é encontrar um equilíbrio conveniente entre privacidade e segurança.

A liberdade de expressão é imediatamente invocada quando se fala em limitar a liberdade na Internet – a liberdade de expressão é o direito de disseminar ideias, opiniões, convicções e outra informação, mas também implica responsabilidade. Quero agradecer ao relator e espero que todos tenhamos força para encontrar a resposta às seguintes perguntas: O que é a Internet? Pode a Internet ser regulamentada? Em caso afirmativo, como deve essa regulamentação ser feita? Uma vez que a Internet é um dos sinais mais óbvios da globalização, a nossa abordagem também tem de ser internacional.

Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE). – (BG) Senhoras e Senhores Deputados, o conteúdo do relatório em apreço é plenamente merecedor do seu título. Abrange os direitos consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e tem como objectivo proteger as crianças da criminalidade. Parabéns ao relator.

A Internet é um mundo onde têm lugar acções que não estão explicitamente definidas como violações ou crimes contra os direitos e as liberdades. As oportunidades de expressão, de procura de informação e de entabular contactos sociais são muitas vezes substituídas pelos seus extremos opostos. A Internet é um terreno propício à ultrapassagem das regras e à ausência de restrições à expressão.

Em condições de anonimato e sem qualquer controlo, o resultado é uma negação da responsabilidade quanto à escolha e utilização de termos linguísticos. Frequentemente, estes termos são infiltrados pelo calão, pelo cinismo e até pela grosseria. Evoluem para uma linguagem de desconfiança e ódio, penetram no uso corrente, tornam-se um modelo a imitar e moldam uma certa atitude.

Esta linguagem não contribui para o bem-estar social, espiritual e moral das crianças, não cria cultura, nem forma valores. Por este motivo, foco a minha atenção na necessidade de realizar uma análise separada da linguagem utilizada na Internet e da sua influência no desenvolvimento pessoal das crianças.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, sou uma daquelas pessoas que gostaria de assegurar a continuidade da liberdade na Internet. Os criadores da Internet tinham muita fé na bondade do ser humano, e eu partilho essa fé. Infelizmente, temos de encarar o triste facto de que, tal como acontece em qualquer sociedade humana, também na Internet são necessárias leis para garantir que aqueles que não se conseguem proteger a si próprios também sejam protegidos. A segurança do indivíduo é um direito fundamental, na mesma medida que o direito à liberdade de expressão.

Abominações como a pornografia infantil e a pedofilia, assim como a fraude na Internet, têm de ser travadas. Não podemos tolerar predadores de qualquer tipo na Internet, e, enquanto debatemos este assunto de grande interesse, quero chamar a vossa atenção para um facto muito menos discutido: a Internet está repleta de sítios que incitam ao ódio, à violência e à intolerância para com todos os tipos de minorias, incluindo minorias étnicas. É um aspecto da Internet que merece a nossa atenção. Temos de zelar por que as minorias também se sintam protegidas. É inaceitável que muitos grupos extremistas utilizem a Internet para instigar o ódio e a xenofobia.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção dos presentes para vários problemas relacionados com a Internet.

Em primeiro lugar, quero referir a protecção dos dados pessoais e a protecção da confidencialidade em relação ao voto electrónico, que permite às pessoas com deficiências exercerem os seus direitos enquanto cidadãos. Em segundo lugar, devo mencionar a protecção da propriedade intelectual associada ao material artístico que pode ser facilmente reencaminhado através da Internet. Outro assunto respeita à protecção das crianças contra conteúdos prejudiciais, como cenas de brutalidade e pornografia, por meio de filtros adequados e da educação dos pais. A quarta questão é o problema da protecção das crianças contra pedófilos e raptos e a possibilidade de localizar criminosos utilizando os rastros deixados na Internet, como endereços de pedófilos, ou filmagens de crimes em telemóvel, posteriormente publicadas na Internet. Se as declarações publicadas na Internet por um jovem alemão não tivessem sido ignoradas, as suas vítimas ainda estariam vivas, nomeadamente os estudantes e professores por ele alvejados. A questão seguinte, que é a mais importante, tem que ver com o respeito pela liberdade de expressão, e, nesta matéria, a lei deve ser respeitada tal como em todas as outras áreas. Alguns destes problemas exigem soluções técnicas novas. Felicito o relator.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os intervenientes pelas contribuições empenhadas e interessantes. Quero, apenas, acrescentar dois pontos ao que disse no início. Partilhamos, por exemplo, preocupações quanto aos direitos de propriedade intelectual e à abordagem equilibrada necessária nesta matéria. Isto é importante para a evolução e para o desenvolvimento global da sociedade da informação. A salvaguarda dos direitos de propriedade tem de ser devidamente equilibrada com os direitos e liberdades fundamentais, que são enumerados no relatório, incluindo o direito à privacidade, à protecção dos dados pessoais e a participar na sociedade da informação.

Muitos de vós mencionaram a protecção das crianças – dos menores –, que são provavelmente aqueles que mais se vêem confrontados com estes desafios e que se sentam diariamente ao computador. Não só recomendo, como também convido os parceiros, os Estados-Membros e as instituições a cooperarem com o programa "Para uma Internet mais segura" 2009-2013. Este programa tem um orçamento considerável. Já foram realizadas acções em matéria de conteúdos impróprios ou ilegais, mas também contra comportamentos e condutas nocivas, como o aliciamento e o assédio, que foram mencionados.

São muitas as questões, mas advogaria a aplicação de políticas sérias relativamente aos compromissos, quer nacionais quer internacionais. Dispomos de uma directiva relativa à privacidade e às comunicações electrónicas, de muita acção concreta ou de planos de acção e de um programa europeu para a protecção das infra-estruturas críticas. Foi por este motivo que afirmei que não precisamos de mais legislação, mas sim de uma aplicação adequada e apropriada, e, claro, de continuar a evoluir e melhorar. Alguém referiu, justificadamente, o pacote Telecom. O trólogo de ontem dá-nos muita esperança de que será alcançado um acordo final.

Quero concluir dizendo que este ano foi designado Ano Europeu da Criatividade e Inovação e o lema é: imaginar, criar, inovar. Talvez não consigamos imaginar o mundo sem a Internet, mas é importante imaginar, criar e inovar para aumentarmos a segurança e a responsabilidade da humanidade.

Stavros Lambrinidis, relator. – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer à Comissão. Para facilitar a vida aos intérpretes – uma vez que estou a improvisar –, vou, excepcionalmente, falar em inglês.

Respeito as apreensões daqueles que estão preocupados com a protecção da propriedade intelectual. Mas fico com a impressão de que estão a travar uma batalha no relatório errado. O meu relatório não aborda só uma questão; é um relatório que fala, de forma geral, sobre a protecção dos direitos fundamentais e da segurança na Internet, e, com efeito, foi justamente por isso que recebeu o apoio de todos.

Contudo, na medida em que se refere aos direitos de propriedade intelectual, poderia pensar-se, ao ouvir-se algumas das intervenções, que o relatório os ignora. Permitam-me ler, em particular, até que ponto tentámos ser equilibrados com este relatório. Na alínea k) do n.º 1, instamos o Conselho a proceder "à adopção da

directiva relativa a medidas penais, que tem por objectivo a aplicação dos direitos de propriedade intelectual, na sequência de uma avaliação, efectuada à luz da actual investigação em matéria de inovação, da medida em que são necessárias e proporcionais”. É isto que está escrito no relatório.

As alterações, porém, são tudo menos equilibradas. Alterações que eliminam aquilo que o relatório solicita, ou seja, uma proibição da vigilância sistemática de todos os utilizadores de modo a proteger o direito à segurança e independentemente de eles serem ou não suspeitos ou culpados, são tudo menos equilibradas. Estas alterações instam-nos a abandonar completamente os direitos fundamentais para proteger outra coisa.

Em segundo lugar, alterações que apagam ou suavizam uma referência muito precisa e específica constante do relatório – que o discurso político controverso não deve ser criminalizado –, são alterações a que me oponho, e fico muito satisfeito por ouvir que muitos de vós partilham a minha posição.

O discurso político tem de ser protegido, sobretudo quando é controverso. Se todos os presentes nesta sala concordassem uns com os outros, não necessitaríamos de legislação em matéria de liberdade de expressão. É justamente para as ocasiões em estamos em desacordo – e, em especial, para proteger o discurso que pode ser particularmente revoltante para pessoas como eu ou outros – que temos essas leis. A referência constante do relatório não fala em discurso “criminoso”. Fala especificamente em discurso “político controverso”. Em consequência, insto todos os presentes a apoiar este parágrafo específico do relatório e a apoiar o relatório em geral.

Estou profundamente grato a todos os que estiveram hoje aqui presentes, até àqueles que discordam de mim. Sei que não é fácil. Obrigado pelo vosso apoio ao longo de todos os meses que conduziram a este relatório. Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar convosco nos vossos relatórios e de vos retribuir a compreensão e o apoio na mesma medida.

Presidente. – Obrigado, colegas. Obrigado, Senhor Deputado Mavrommatis, pelo seu parecer; agradeço especialmente ao relator, senhor deputado Lambrinidis, pelo sucesso alcançado e por um relatório importante e interessante.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Neena Gill (PSE), por escrito. – (EN) Felicito o relator por este relatório. Acredito que a Internet veio melhorar a vida dos europeus de variadíssimas formas. A Internet veio aumentar a nossa capacidade de aceder ao conhecimento, ajudar-nos a compreender o mundo à nossa volta e reforçar as nossas ligações sociais com os outros.

Mas os meus eleitores dizem-me que se encontram igualmente preocupados com os perigos da Internet. Dispomos de tecnologias notáveis, mas a própria liberdade que estas tecnologias nos proporcionam tem igualmente permitido abusos por parte de criminosos. Este relatório, com a sua ênfase nos direitos fundamentais, constituirá um passo significativo para tornar a Internet mais segura. No último período de sessões falámos sobre a necessidade de combater a pornografia infantil. Através de um equilíbrio entre liberdade e segurança, as propostas hoje votadas constituirão mais um instrumento vital na luta contra esta ameaça.

O relatório suscita igualmente preocupações sobre a literacia digital. Não podemos progredir enquanto sociedade se, ao promover liberdades para uns, estivermos a limitar os direitos daqueles que estão menos familiarizados com a Internet. Temos vindo a registar com satisfação as profundas mudanças trazidas pela Internet. Para que possamos evoluir ainda mais, a nossa ênfase deve agora ser colocada com o mesmo empenho no combate aos aspectos negativos desta revolução.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito. – (RO) É do conhecimento geral que a Internet está a tornar-se cada vez mais difícil de controlar; porém, a protecção do direito fundamental à privacidade na Internet e a garantia de uma Internet mais segura devem figurar entre as prioridades dos governos dos Estados-Membros.

O acesso à Internet oferece inúmeros benefícios, no entanto não podemos esquecer-nos dos perigos de abuso a que alguns utilizadores da Internet estão expostos.

Por essa razão, a fim de limitar esses abusos, é nosso dever definir normas em matéria de protecção de dados, segurança e liberdade de expressão tanto a nível europeu como a nível dos Estados-Membros.

Por outro lado, é urgente tomar medidas para combater a cibercriminalidade e, quanto a esta matéria, gostaria de sublinhar a importância do desenvolvimento de uma estratégia global.

Insisto em que, na luta contra a cibercriminalidade, haja uma cooperação activa entre as autoridades policiais, os prestadores de serviços de Internet, os utilizadores e outros agentes envolvidos.

Permitam-me concluir dizendo que o direito à educação e ao acesso à Internet, bem como a segurança e a protecção dos direitos dos utilizadores de serviços de Internet, têm de ser garantidos.

12. Seguimento da Declaração dos Ministros do Desporto da União Europeia na sua reunião realizada em Biarritz, em Novembro de 2008 (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre a pergunta oral apresentada por Katerina Batzeli e Doris Pack, em nome da Comissão da Cultura e da Educação, à comissão sobre o seguimento da Declaração dos Ministros do Desporto da União Europeia na sua reunião realizada em Biarritz, em Novembro de 2008 (O-0049/2009 – B6-0223/2009).

Katerina Batzeli, autora. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, o conselho informal de Ministros do Desporto realizado em Biarritz, em Novembro de 2008, foi o primeiro verdadeiro fórum europeu de desporto a nível de cooperação transnacional.

Este conselho constitui um importante e significativo primeiro passo. Princípios como o da subsidiariedade, da autonomia e da auto-regulação no desporto são amplamente aplicados a nível nacional e regional. Porém, estes princípios não conseguem dar resposta à questão de fundo que pretende averiguar se o desporto possui, em última análise, um papel social ou uma dimensão puramente comercial que, inevitavelmente, transforma a actividade desportiva num produto do mercado interno.

Actualmente, a intensa mercantilização do desporto e o facto de este se ter aberto a sectores exclusivamente comerciais, tais como a publicidade através dos meios de comunicação social, conferem-lhe atributos puramente económicos. O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias já recebeu várias petições no sentido de se pronunciar, em casos específicos, sobre se a actividade desportiva é um serviço de benefícios puramente sociais ou se, pelo contrário, abarca igualmente aspectos económicos, tornando o desporto um serviço de interesse económico geral.

Embora o papel social específico do desporto não justifique a sua isenção geral no que diz respeito às regras do direito comunitário, esse papel continua a ser reconhecido e a possibilitar limitações, desde que tais isenções sejam justificadas por esse mesmo papel social.

Senhor Comissário, existem algumas questões que se colocam na pergunta feita pela nossa comissão:

- em primeiro lugar, é necessário salvaguardar com a mesma tenacidade a autonomia das organizações e a autonomia dos clubes e federações desportivas. Porém, existem casos concretos em que a auto-regulação não salvaguarda um tratamento igual para todas as partes;
- em segundo lugar, é urgente que a Comissão nos forneça as directrizes necessárias sobre a questão da definição do conceito de serviço de interesse económico geral em desporto, bem como os critérios segundo os quais as liberdades do mercado interno e as regras da concorrência são impostas; e
- em terceiro lugar, uma questão que pode não ser referida na pergunta oral, mas que se reveste da maior importância, e que se coloca a nível nacional, nomeadamente a forma de gerir os direitos de transmissão de eventos desportivos concedidos às estações de televisão e rádio públicas e privadas. A emergência de inúmeros novos prestadores de serviços privados que utilizam novas tecnologias e telecomunicações, levou, essencialmente, muitas federações desportivas a realizar vendas preferenciais desses direitos.

Porém, no que a este ponto se refere, é importante salientar que é precisamente o papel social do desporto que nos leva a considerar que seria um erro promover um sistema em que a solidariedade entre clubes estivesse ausente e a concorrência económica fosse reforçada. As negociações colectivas, uma matéria igualmente tratada pelo senhor deputado Mavrommatis no seu relatório, devem ser incentivadas como a solução mais adequada e conveniente ao sector desportivo.

Seja qual for a solução, senhor Comissário, é necessário que esta respeite não só os procedimentos jurídicos do mercado, como também o papel público do desporto e o facto de este último ser um bem social que deve

ser acessível a todos os sectores da sociedade. O papel dos clubes desportivos e a forma como se organizam são factores importantes para o modo como negociam com a Comissão Europeia, com a Comissão da Cultura e da Educação e com o Parlamento Europeu.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – Senhor Presidente, congratulo-me com a declaração dos Ministros do Desporto da União Europeia na sua reunião de Novembro último, em Biarritz. Os referidos ministros são agentes importantes na promoção, passo a passo, do debate político em torno do desporto e também no reforço das estruturas de diálogo sobre desporto, tal como recomendado no nosso Livro Branco em 2007. A implementação do Livro Branco sobre o desporto tem evoluído favoravelmente.

A recente Declaração do Conselho Europeu sobre Desporto, em Dezembro, é um passo igualmente importante e preconiza como prioridade um diálogo reforçado com o COI e com o movimento desportivo.

A Comissão agiu com celeridade no seguimento dos referidos apelos político. Contudo, o diálogo no sector desportivo continua a ser um desafio, dada a diversidade do desporto e a complexidade das estruturas desportivas.

Em Janeiro, em Lausanne, reuni-me com o Presidente do COI, o Sr. Jacques Rogge, e com representantes de federações desportivas internacionais. Essa reunião foi a confirmação de que as organizações desportivas estão efectivamente a abandonar a insistência nas isenções gerais – “isenções por categoria” – ao acervo comunitário em matéria de desporto, e estão dispostas a tratar assuntos de natureza desportiva com implicações jurídicas caso a caso. Acredito que esta é a forma mais adequada de conseguir uma maior clareza no que diz respeito à aplicação do direito comunitário ao sector do desporto, para além das orientações que já constam do Livro Branco.

Estamos igualmente a realizar trocas de pontos de vista com representantes de desportos colectivos. Os meus serviços reuniram-se na semana passada com as principais federações de desportos colectivos a nível internacional e europeu com o objectivo de discutir a livre circulação de atletas e aspectos relacionados com a não discriminação no desporto. Tenciono dar seguimento a estas discussões com a convocação de um novo encontro a este alto nível em Junho.

Por fim, temos progredido no sentido da constituição de estruturas sociais de diálogo a nível comunitário em matéria de desporto. Começámos com o futebol e acredito que continuaremos noutros sectores.

Quanto ao formato da estrutura de diálogo, simplesmente não pode haver uma única estrutura formal para a realização de consultas com o movimento desportivo. Dada a especificidade da organização do desporto, o diálogo tem de ter em conta os diferentes níveis desportivos.

Estou empenhado numa parceria construtiva com todos os actores do desporto, respeitando a autonomia do desporto, os princípios da subsidiariedade e os quadros regulamentares comunitários. Acredito que tal parceria é crucial para a definição de um futuro quadro político comunitário no domínio do desporto, o qual – sem quaisquer juízos prévios relativamente ao Tratado de Lisboa – poderemos vir a pôr em prática já no próximo ano.

No que a este ponto diz respeito gostaria ainda de agradecer ao Parlamento Europeu e, em especial, à Comissão da Cultura e da Educação, pelo seu apoio. O Parlamento aprovou, inclusivamente, a linha específica, ou orçamento, para a realização de uma acção preparatória cuja execução iniciaremos em breve. Esta é uma importante oportunidade que nos ajudará a enquadrar as nossas ideias para o futuro.

Manolis Mavrommatis, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, como relator para o Livro Branco sobre o desporto, tive oportunidade de apresentar a posição do Parlamento Europeu na reunião dos Ministros do Desporto dos Estados-Membros da União Europeia em Biarritz.

O Livro Branco sublinha a necessidade de respeitar a autonomia e a especificidade do desporto. O debate político na Europa em torno da temática do desporto atribui, com frequência, uma grande importância ao chamado “modelo desportivo europeu”. Durante as discussões com as partes interessadas no sector do desporto a nível europeu no âmbito do Livro Branco sobre o desporto, a Comissão e o Parlamento Europeu acordaram que, haja o que houver, a especificidade do desporto tem de ser salvaguardada. Existem duas abordagens quanto à especificidade do desporto europeu:

- em primeiro lugar, a especificidade das actividades e das regras desportivas e

- em segundo lugar, a especificidade das estruturas desportivas.

No que diz respeito à segunda especificidade, a União Europeia reconhece a autonomia das organizações desportivas e de estruturas representativas como as ligas organizadoras dos campeonatos profissionais.

No entanto, para uma melhor coordenação é necessário um mínimo de regulamentação a nível europeu. Por conseguinte, tanto a Comissão como as partes interessadas no sector do desporto a nível europeu acreditam que a maioria dos desafios podem ser enfrentados por auto-regulação num quadro de respeito pelos princípios de uma gestão sólida e do cumprimento da legislação comunitária.

De um modo geral, a União Europeia é particularmente prudente no que se refere à sua abordagem e à regulação das questões desportivas, desde que tais questões estejam em conformidade com a legislação europeia.

Emine Bozkurt, *em nome do Grupo PSE*. – (NL) Senhor Presidente, o Parlamento trabalhou arduamente no Livro Branco sobre o desporto e depositou todo o seu empenho no pedido à Comissão Europeia para que esta estabeleça directrizes claras sobre a aplicação da legislação comunitária ao desporto. Tanto o Parlamento como inúmeras organizações desportivas de toda a Europa manifestaram o seu apelo a uma maior clareza. É desumano negar-lhes qualquer orientação uma vez que, actualmente, os tribunais são obrigados a decidir caso a caso sobre a aplicabilidade da legislação comunitária. Os Ministros do Desporto da União Europeia reiteraram este pedido à Comissão, em Biarritz.

Já é tempo de a própria Comissão nos dar a conhecer se as referidas orientações já começaram a ser desenvolvidas. Poderá a Comissão dizer-nos quando essas orientações estarão disponíveis? Estará a Comissão preparada para organizar, o mais rapidamente possível, uma conferência das partes interessadas com a participação de, entre outros, representantes do mundo do desporto e do Parlamento Europeu, com vista a dar início ou a acelerar este processo e a aumentar a clareza para as organizações desportivas europeias?

Esta questão leva-me a outro assunto que lhe está intimamente associado. A experiência tem demonstrado que, actualmente, existem poucos ou mesmo nenhuns mecanismos de diálogo adequados no desporto. O exemplo mais concreto é a discussão sobre o Código Mundial contra o Doping da Agência Mundial Antidopagem (AMA). Assiste-se a um apego desesperado a regras impraticáveis, não existindo qualquer margem para um diálogo efectivo entre as instituições europeias e os atletas com vista a procurar soluções passíveis de levar ao desenvolvimento de uma política contra o *doping* efectiva e que respeite realmente os direitos civis e a privacidade dos atletas. Mantenho inúmeras conversas com atletas e organizações interessadas que se queixam da ausência de consultas e do facto de a AMA e o Comité Olímpico Internacional estabelecerem requisitos, não estando no entanto receptivos a contributos de terceiros. A própria resposta da AMA à proposta de ontem da UEFA e da FIFA revela indisponibilidade total para uma atitude receptiva.

No que se refere à política contra o *doping*, até que ponto a Comissão Europeia se comprometeu a estabelecer um processo de consulta sobre a protecção dos direitos civis dos atletas europeus, e como considera que o quadro de consulta para o desporto deve ser estabelecido – tanto relativamente a questões gerais como a este tipo de matérias? Partilha a Comissão o ponto de vista de que a referida consulta deve, por definição, ser mútua?

Zdzisław Zbigniew Podkański, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhor Presidente, a pergunta oral sobre os próximos passos no seguimento da Declaração dos Ministros do Desporto da União Europeia na sua reunião realizada em Biarritz, em Novembro de 2008, é legítima. As mudanças dinâmicas na sociedade fazem-se acompanhar por mudanças no desporto. Existem inúmeros problemas relacionados com o desporto contemporâneo que permanecem sem resposta, não havendo qualquer reacção por parte dos empregadores. Estamos a atravessar uma crise específica no desporto. Entre outros aspectos, o *doping* e o comércio de jovens atletas têm vindo a aumentar.

O tratamento de atletas, em particular jovens, como se fossem mercadorias a comercializar, impede-os de perseguirem uma carreira profissional fora do desporto enquanto adultos. Os Ministros apelam com razão à necessidade de conceder aos jovens atletas o acesso a um currículo com uma dupla vertente, desportiva e académica, e ao aumento dos esforços para disponibilizar as instalações e estruturas necessárias para esses fins. As propostas tendentes a melhorar a concorrência entre jovens atletas são boas, não devendo porém causar a exclusão de outros atletas cujo desempenho seja mais elevado.

Por conseguinte, estamos perante um número considerável de ameaças e de dúvidas. Estas ameaças são de natureza global, pelo que uma coordenação razoável por parte da Comunidade sob a forma de um quadro

de consulta é aceitável, desde que não seja obrigatória. Persiste, porém, o problema dos pormenores. No que se refere directamente à segunda parte da pergunta oral, pode dizer-se que qualquer coordenação institucional descendente parece suplantar os governos nacionais. Não podemos ceder a essa tentação.

Ivo Belet (PPE-DE). – (NL) Senhor Presidente, o Presidente da UEFA, Michel Platini, apresentou recentemente excelentes propostas ao Parlamento Europeu com vista a travar o flagelo do tráfico de jovens atletas no futebol. Existe uma ligação óbvia entre as referidas propostas e a pergunta apresentada pela senhora deputada Batzeli. A proposta da UEFA é clara: é necessário acabar com as transferências internacionais de jovens jogadores, de crianças com menos de 18 anos. Naturalmente que esta é uma questão delicada, uma vez que muitos consideram que esta medida constituiria uma violação da liberdade de circulação na Europa.

A questão é saber que interesse e que princípio prevalece no que se refere a este ponto. A resposta, como todos concordaremos, será facultar uma formação adequada aos jovens e crianças tanto nas escolas como nos clubes desportivos. O tráfico de crianças, por vezes de uma zona da Europa para a outra, quer seja com ou sem o acompanhamento família, não pode proporcionar uma educação equilibrada. Assim sendo, a minha pergunta ao senhor Comissário é a seguinte: tenciona a Comissão defender a referida proposta da UEFA, bem como, a curto prazo, dar início ao diálogo sobre este assunto com as partes interessadas – jogadores, clubes, ligas e federações?

Tenho ainda uma segunda pergunta que diz respeito à regra “6+5”, a qual tem por objectivo proteger os jovens jogadores e incentivar os clubes a investirem mais na formação dos seus jovens. O Instituto Alemão para os Assuntos Europeus (INEA), um instituto de investigação, realizou recentemente um estudo sobre esta matéria a pedido da FIFA, onde concluiu que a regra “6+5” é efectivamente aceitável e compatível com a legislação comunitária. Senhor Comissário Figel, qual é a sua posição sobre esta questão? Gostaríamos ainda que o senhor Comissário e a União Europeia encetassem o diálogo sobre este assunto com os órgãos dirigentes das organizações desportivas à luz da natureza específica do futebol, com a qual todos concordamos, e ainda, naturalmente, na perspectiva do Tratado de Lisboa.

Christopher Heaton-Harris (PPE-DE). – Senhor Presidente, gostaria de agradecer muito sinceramente ao senhor Comissário pela sua declaração de abertura. O aspecto sobre o qual todos nós pretendemos obter informações é a segurança jurídica.

Tenho algumas perguntas no que a esse aspecto se refere e ainda uma outra sobre o Tratado de Lisboa, no caso de este vir a ser ratificado. Como bom conservador eurocético, devo dizer que espero que isso nunca aconteça.

Gostaria, no entanto, de questioná-lo sobre que importância terá o Tratado – caso seja ratificado – para as organizações e dirigentes desportivos? Muito dos referidos dirigentes acreditam que o Tratado de Lisboa reconhecerá concretamente a sua especificidade, a especificidade do desporto. Assim sendo, Senhor Comissário, poderia informar-nos de que forma esse reconhecimento previsto no novo Tratado de Lisboa ajudará o desporto? Irá o sector do desporto beneficiar de derrogações relativas a diferentes aspectos, nomeadamente o direito do trabalho e outra legislação, derrogações essas que este sector actualmente procura obter?

Quanto à segurança jurídica, existem inúmeras questões relativamente às quais a Comissão deveria e poderia neste momento auxiliar as organizações desportivas. Devem as empresas do exterior investir quantias avultadas em clubes desportivos da Europa? Não tenho qualquer problema quanto a esta questão. Com efeito, considero que se trata de investimento exterior directo e, por conseguinte, de um aspecto muito positivo. Contudo, as organizações desportivas e muitos organismos dirigentes pensam que é negativo. Deste modo, como encara a possibilidade de uma determinada organização desportiva rejeitar esta prática?

Como o meu colega, o senhor deputado Belet, referiu, a UEFA propõe actualmente a proibição de transferências transfronteiriças de jovens com menos de 18 anos. A legislação comunitária, porém, prevê que os jovens com idade mínima de 16 anos sejam considerados trabalhadores; assim sendo, nas presentes circunstâncias, o que acontecerá se um jovem de 17 anos contestar a não autorização da sua transferência para um grande clube de um país estrangeiro?

Jogadores formados localmente e regra dos “6+5” para a FIFA: qual a explicação para estes dois sistemas? O futebol está também sempre muito interessado nestes assuntos e, aparentemente, parece impulsionar a agenda. Contudo, todas estas questões afectam igualmente as organizações de pólo ou de râguebi e os jogadores de ténis de mesa – todas as modalidades desportivas são afectadas.

Estaremos a considerar esta variedade de modalidades desportivas? Tenciona a Comissão efectivamente criar um fórum onde os representantes desportivos possam participar e dialogar abertamente com a Comissão sobre alguns dos problemas do seu sector e receber respostas com regularidade – quer o Tratado de Lisboa seja ou não ratificado?

Presidente. – Senhor Comissário, tem a palavra – tendo em consideração que várias questões foram colocadas, sendo porém apenas duas relacionadas com a pergunta oral.

Ján Figel, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, é verdade. As perguntas são, habitualmente, mais fáceis do que as respostas e, normalmente, existem mais perguntas do que respostas mas creio que em conjunto podemos obter mais e melhores respostas.

Trata-se essencialmente de cooperação, não apenas entre o Parlamento e a Comissão, mas, em especial, com o mundo das associações e federações desportivas, Estados-Membros e intervenientes. Se estes forem responsáveis e receptivos, chegarão a um acordo e tentarão encontrar soluções que sejam aceitáveis e compatíveis com a legislação. Caso contrário, procedemos à adaptação e alteração da legislação, seja a nível nacional, seja a nível europeu. Portanto, é este o caminho que devemos seguir. Espero sinceramente que mantenhamos esta abordagem.

Penso que muita coisa mudou desde 2007. Não me quero repetir nem recomendar uma vez mais a leitura do Livro Branco. Existe uma versão mais curta e ainda uma outra, com anexos. No nosso primeiro esforço, reunimos descrições de todos os processos e decisões referentes a desporto, do que resultou uma espécie de mapa que mostra a relação entre o desporto e a legislação ou as políticas da União Europeia. Estamos, é evidente, a propor mais directrizes. Propusemos – e introduzi em Biarritz – directrizes relativas à actividade física que poderiam ajudar a promover o volume, a intensidade e a qualidade do ensino da educação física nas nossas sociedades e, especialmente, nas escolas. Estas directrizes deveriam ser adoptadas pelo Conselho de Ministros da Saúde. Não temos um Conselho de Ministros do Desporto mas isso deve-se principalmente ao facto de este se integrar no âmbito da saúde pública.

Não podemos ter um grande pacote de directrizes específico para tudo. Afirmar que podemos resolver questões concretas tema a tema, em vez de caso a caso. Seguidamente, espero que possamos abordar a questão do licenciamento – como criar um sistema mais transparente e sustentável e um conjunto de princípios para as nossas políticas de licenciamento. É evidente que a responsabilidade concreta por este domínio deve caber à UEFA e aos seus parceiros, mas nós podemos ajudar. É do nosso interesse promover princípios como os da auto-regulação, da transparência e da sustentabilidade, e podemos prestar vários outros contributos importantes para melhorar o processo de licenciamento.

Iremos apoiar a conferência anti-doping. Ela constitui uma importante oportunidade para se dizer muito mais sobre esta matéria, mas não concordo com o estabelecimento de outra agência ou de uma AMA europeia. Já afirmar publicamente que existe a NADAS, a rede europeia de cooperação entre agências anti-doping nacionais, públicas ou privadas. É necessário que a Europa seja mais activa e mais unida. Há lições a retirar da experiência da AMA, e devemos retirá-las rapidamente. Existem disputas. Falámos com a senhora deputada Bozkurt acerca deste código de conduta. Assisti hoje, na televisão, a uma conversa com Sepp Blatter e John Fahey, o presidente da AMA, sobre a forma de conciliar o combate ao doping e as competições de futebol após a adopção do código de conduta, e isto é um problema.

Portanto, em termos de combate ao doping, penso que necessitamos de maior cooperação interna, para que a Europa se torne mais credível. Temos o Conselho da Europa, temos uma convenção sobre esta matéria. Temos muitas razões para sermos mais coerentes no nosso contributo para o mundo anti-doping ou para um mundo que seja mais eficaz no combate ao doping. Os senhores deputados afirmaram que não é fácil estabelecer o diálogo nesta área – refiro-me não apenas ao combate ao doping, mas às questões desportivas em geral. É verdade que, por vezes, é difícil, mesmo a nível internacional e europeu, ou entre diferentes disciplinas ou segmentos, mas posso assegurar-vos que se está a desenvolver, cada vez mais, uma cultura de diálogo e de abertura, assim como uma disponibilidade para participar em diálogos.

Participei na abertura do gabinete do Comité Olímpico Europeu (EOC) em Bruxelas, que fica muito próximo do Rond Point Schuman e da Comissão, do Conselho e do Parlamento. Isto significa que os Comités Olímpicos Europeus e o IOC serão uma presença permanente nas instituições europeias com vista ao diálogo e à cooperação. Esse facto demonstra a importância atribuída a esta colaboração e a disponibilidade mútua para trabalhar em diálogo com o propósito de obter soluções.

No que diz respeito às transferências internacionais, sou também a favor da protecção dos jovens e da promoção da formação e da educação. Em 2001, adoptámos decisões ou acordos relativos a transferências internacionais. O nível etário, em geral, situa-se nos 18 anos mas, na Europa, existe uma disposição específica relativamente ao período entre os 16 e os 18 anos de idade. A não ser que se torne evidente que existem problemas graves ou muito críticos, não necessitamos de proceder a alterações, mas antes de promover mais e melhor formação, assim como de desenvolver o trabalho com os talentos na Europa.

Por esse motivo apoiámos, por exemplo, a regra dos “jogadores da casa”, pois isso promove principalmente este tipo de tratamento. Não se trata, naturalmente, de uma regra absoluta, mas diz respeito a acordos específicos. Damos preferência, ou promovemos, a especificidade ao abrigo de determinadas regras. Afirmámos que voltaríamos a rever esta decisão daqui a cinco anos para analisar o seu impacto real – não apenas a teoria. A regra “seis mais cinco”, tal como está hoje configurada, simplesmente não é compatível com a legislação da UE, como foi já demonstrado num estudo. Falámos com os interlocutores e lemos os documentos, mas não existe nada de novo. Fundamentalmente, não podemos afirmar que concordamos com o estudo.

Mas devo dizer que há um diálogo – em particular, na sequência dos recentes acontecimentos em Biarritz e Lausanne – é real e muito concreto entre a Comissão Europeia e os seus parceiros, incluindo a FIFA. Prosseguiremos com a análise desta questão específica dos “seis mais cinco”. Até a FIFA diz que não há razão para uma abordagem precipitada, mas antes uma necessidade de respostas muito concretas e credíveis. Os seus representantes não desejam envolver-se em disputas formais. Concordámos em permitir a apresentação de mais informação especializada e um maior intercâmbio. Creio que isso é muito benéfico.

Relativamente ao Tratado de Lisboa e ao reconhecimento da especificidade, foram incluídas duas cláusulas especiais no artigo 149.º do Tratado da União Europeia sobre a educação, a juventude e o desporto. Isto diz respeito também ao nível de competência. Trata-se apenas de uma acção de apoio, e a União não terá poder para decidir, mas apenas para apoiar os Estados-Membros na promoção da integridade dos desportistas. Poderia ser útil a organização de um Conselho Desportivo, tal como existe para a educação e a juventude, que teria talvez um formato alargado. Poderia contribuir para a criação da primeira política e do primeiro programa de desporto da UE, mas sem uma mudança da configuração ou uma derrogação geral. A especificidade tema a tema, que é real e que não implica continuar tudo como está (“business as usual”) deve ser defendida junto do sistema ou do Tribunal de Justiça europeu.

A minha opinião reflecte apenas a opinião da Comissão. Em matéria de explicação do direito comunitário, a nossa opinião não é a definitiva. Nesta área, em particular, estão interligados vários assuntos. Gostaríamos de promover um incremento da segurança jurídica, que constitui a razão pela qual iniciámos o processo. Existe o Livro branco, e o Plano de Acção Pierre de Coubertin simplifica a sua leitura e ajuda a torná-lo mais concreto, mas é um processo. Com o Tratado podemos ajudar ainda mais, mas sem ele, teremos de permanecer no nível em que nos situamos hoje.

Referi-me a transferências de menores, com menos de 18 anos de idade. Relativamente a esta questão, a FIFA tomou uma excelente decisão, não apenas no que diz respeito a transferências, mas também à promoção e à protecção de menores no desporto – no futebol –, e creio que esta é a abordagem correcta. Portanto, em algumas áreas a UEFA dá um bom exemplo, nomeadamente no que se refere aos “jogadores da casa”, e em alguns domínios a FIFA é exemplar, como no que se refere à protecção dos menores. Creio que podemos ajudar ambas as instituições e é importante que isso seja compatível no âmbito do mundo do futebol.

Por último, mas não menos importante – e peço desculpa por me ter alongado na minha resposta – relativamente a um fórum consignado ao desporto, que o senhor deputado Heaton-Harris mencionou, de facto já o estabelecemos. Realizámos, em Biarritz, uma conferência ministerial com os principais intervenientes, mas antes disso teve lugar um fórum com mais de 200 intervenientes de áreas distintas do desporto. Foi um fórum bastante positivo, comunicativo e aberto, e queremos dar-lhe continuidade. Sou da opinião que, durante a presidência da Suécia, ou em particular da Espanha, podemos realizar outro fórum para reflectirmos sobre os progressos alcançados e nos comprometermos a ir mais longe.

Era esta a minha posição quando comecei a responder às perguntas – trabalhar em conjunto de uma forma transparente, regular e credível. Se for esse o caso, a Europa é uma região de vanguarda onde o desporto é protegido e promovido e onde combatemos os fenómenos negativos, como a dopagem, a corrupção, a violência e o racismo no desporto. Gostaria de os convidar a partilhar esta abordagem pois não dispomos de outra melhor. Mais uma vez, não pretendemos impor nada mas antes propor, proteger e apoiar. Esta é a minha resposta.

Presidente. – Está encerrado o debate.

13. Reciclagem segura e ecológica de navios (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre a pergunta oral dirigida à Comissão sobre as negociações a realizar em Maio de 2009 sob os auspícios da Organização Marítima Internacional (OMI), sobre as condições para a entrada em vigor da Convenção para a reciclagem segura e ecológica dos navios, apresentada por Johannes Blokland, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (O-0028/2009 – B6-0224/2009).

Johannes Blokland, autor. – (NL) Senhor Presidente, no plenário de Maio do ano passado, o Parlamento Europeu assumiu uma clara posição contra as situações degradantes para o ser humano e destrutivas para o meio ambiente que o desmantelamento de navios envolve. No entanto, em várias zonas costeiras da Ásia do Sul, continuam a desmantelar-se enormes navios de mar destinados à sucata, sob condições que não só são degradantes para o ser humano como também são prejudiciais para o ambiente. No Bangladeche, por exemplo, nenhum dos 36 estaleiros de desmantelamento cumpre as normas ambientais e de segurança mínimas.

Um aspecto positivo é que, por esta razão, o Supremo Tribunal ordenou ao Governo do Bangladeche, há uma semana, que encerrasse estes “estaleiros de desmantelamento” no prazo de duas semanas. Simultaneamente, o Supremo Tribunal proibiu a entrada de todos os navios que contenham substâncias perigosas em território do Bangladeche. Além disso, o Ministro do Ambiente do Bangladeche deverá estabelecer, no prazo de três meses, regras que estejam em conformidade com a Convenção de Basileia, aplicáveis à reciclagem de navios destinados à sucata.

Estas são precisamente as medidas importantes defendidas pelo Parlamento Europeu na resolução do ano passado. Quase seria razoável pensar-se que o Supremo Tribunal do Bangladeche leu a nossa resolução. Encaro esta decisão como uma grande vitória da luta contra as práticas inaceitáveis atrás mencionadas. É essencial que o Governo do Bangladeche dê o devido seguimento às decisões do tribunal. Isto aplica-se não só ao Bangladeche mas também a outros países asiáticos.

Já observei anteriormente que os esforços individuais de cada país não serão suficientes. Ainda é necessário encontrar, com urgência, uma solução global para o problema do desmantelamento de navios. Em Maio do presente ano, a Organização Marítima Internacional (OMI) realizará uma conferência global, em Hong Kong, com o objectivo de concluir um acordo global sobre a reciclagem de navios destinados à sucata. A resolução da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar deve assegurar que o Conselho e a Comissão recebem um sinal inequívoco, relativamente às negociações, quanto ao objectivo de se alcançar o melhor resultado possível.

No que diz respeito à resolução do ano passado, é importante acrescentar os seguintes cinco pontos. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que os navios que se destinam à sucata e que contêm substâncias perigosas devem ser considerados como resíduos perigosos e, assim, devem ser abrangidos pela Convenção de Basileia. Continuar a debater as definições não serve os interesses da protecção ambiental. A alteração 1, proposta pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, enfraquece de algum modo esta posição e, consequentemente, não a posso apoiar. Em segundo lugar, deve ser considerado inaceitável encalhar navios com vista ao seu desmantelamento em estaleiro. Em terceiro lugar, é necessário tomar medidas – em particular em relação à supressão gradual de petroleiros de casco simples – antes do fim do longo período de ratificação. Em quarto lugar, é desejável a certificação dos estaleiros de desmantelamento. Em quinto lugar, as medidas devem continuar a incluir um fundo obrigatório no quadro da responsabilidade do produtor – tal como o Parlamento Europeu declarou no ano passado. Contudo, a Comissão Europeia parece estar a reconsiderar esta posição. Gostaria, portanto, que o senhor Comissário Figel nos comunicasse que a Comissão continua preparada para criar um fundo destinado a subvencionar os desmantelamentos.

Com esta resolução, em combinação com a do ano passado, o Parlamento Europeu está a traçar um claro percurso no sentido de uma solução para os problemas que referimos. Congratulo-me pelo elevado grau de acordo alcançado em relação a este assunto na Comissão do Ambiente e na Comissão dos Transportes e do Turismo. Espero que o Conselho e a Comissão desenvolvam, também, esforços concertados para que, daqui a dois meses, se celebre em Hong Kong uma convenção sólida que salvguarde os interesses a nível de segurança, da saúde pública e do ambiente. Gostaria que o senhor Comissário Figel nos informasse se a Comissão Europeia irá adoptar este rumo bem definido como factor fulcral nas negociações na conferência

da OMI e, também, que nos comunicasse quais as medidas que a Comissão pretende tomar para assegurar a aplicação atempada da convenção a celebrar.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Parlamento o grande interesse que demonstrou e o seu contínuo envolvimento em relação à questão do desmantelamento de navios. Gostaria de agradecer, em particular, ao senhor deputado Blokland.

Este é um excelente ponto de partida para ulteriores medidas a nível da UE, a fim de que a União desempenhe o seu papel na resolução deste problema internacional. Estas questões são, portanto, oportunas face à recente decisão tomada pelo Supremo Tribunal do Bangladesh, que acabou de mencionar, e à situação nesse país. Como resultado desta decisão, todos os estaleiros de reciclagem de navios serão encerrados, no prazo de duas semanas, já que não foram autorizados pelo Ministério do Ambiente. A importação de navios perigosos, que constam de uma lista, será proibida, e todos os navios importados deverão ser previamente limpos. Por fim, o Bangladesh irá começar a desenvolver uma legislação nacional relativa ao desmantelamento de navios, alinhada com a Convenção de Basileia.

Permitam que me debruce agora, em pormenor, sobre a situação mais próxima de nós, respondendo às vossas perguntas.

A primeira pergunta referia-se à supressão gradual do método de varagem – o método de desmantelar embarcações em fim de vida directamente sobre a praia.

Partilho da vossa preocupação acerca dos graves riscos que isso representa para a saúde humana e o ambiente. Na avaliação do impacto da nossa estratégia, considerámos a questão da introdução pela UE de uma proibição da varagem. Manifestou-se alguma preocupação em relação à eficácia de uma proibição deste tipo, pois apenas seria aplicável a navios de bandeira comunitária e isso poderia facilmente ser contornado através da mudança de pavilhão.

Consideramos que será mais eficaz concentrarmos os nossos esforços em assegurar que as directrizes técnicas que estão actualmente a ser desenvolvidas para apoiar a futura convenção da OMI irão, de facto, conduzir à reciclagem segura e ecológica. Os progressos alcançados no desenvolvimento destas directrizes têm sido, até ao momento, bastante encorajadores. Em qualquer caso, é muito duvidoso que o método tradicional de varagem esteja em condições de cumprir com as futuras directrizes.

Relativamente à segunda pergunta, aprez-me poder confirmar que a Comissão está fortemente empenhada em trabalhar em prol de uma transposição eficaz e rápida da Convenção sobre a Reciclagem de Navios para a legislação da UE. A DG Ambiente já iniciou vários estudos e está a trabalhar na avaliação dos impactos dos elementos fundamentais da Convenção. Considero extremamente importante para a União Europeia demonstrar liderança e a alta prioridade que atribuímos a este assunto. Isto incentivará a ratificação por países terceiros e, conseqüentemente, acelerará a entrada em vigor desta convenção.

Mas eu partilho das preocupações salientadas na terceira pergunta relativamente à importância de não se comprometer o acervo comunitário existente. É necessário salvaguardar os requisitos existentes em termos dos direitos dos trabalhadores e da protecção do ambiente ao transpor a Convenção da OMI. E no nosso estudo, iremos, portanto, comparar cuidadosamente os requisitos da Convenção da OMI com o nosso acervo comunitário. Gostaria de sublinhar que iremos assegurar, em particular, que o Regulamento relativo às transferências de resíduos, de 2006, não ficará comprometido.

Pilar Ayuso, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, esta questão, tal como afirmou o senhor deputado Blokland, é bastante oportuna, tendo em conta a conferência diplomática sobre a convenção para a reciclagem de navios, a realizar em Maio. Gostaria, por isso, de felicitar o senhor deputado Blokland não só pela pergunta, mas também pela resolução que elaborou.

No *Partido Popular*, nós somos a favor do combate das más práticas e métodos usados em relação ao desmantelamento de navios e apoiamos, portanto, a proposta de resolução do Senhor Deputado Blokland; existem, contudo, determinados pontos que nos preocupam.

O primeiro deles é o n.º 3 – que o próprio senhor deputado Blokland também já referiu – segundo o qual os navios devem ser considerados na globalidade como resíduos perigosos e devem, portanto, ser incluídos no âmbito de aplicação da Convenção de Basileia. Apresentámos uma alteração a este número pois existem interpretações distintas, tanto dentro como fora da União Europeia, e cremos que a Convenção de Basileia deverá ser tida em consideração e não deve existir qualquer conflito com as suas disposições. No entanto,

deverá ser o futuro acordo internacional sobre o desmantelamento de navios a definir os pormenores da sua aplicação.

O n.º 14 da proposta de resolução exige também um mecanismo de financiamento baseado em contribuições obrigatórias do sector dos transportes marítimos. Parece-nos, de facto, um pouco prematuro falar neste momento em contribuições obrigatórias, não tendo, até agora, sido tomada qualquer decisão na Organização Marítima Internacional quanto ao sistema que deverá ser adoptado através deste financiamento, e parece-me a mim que a Comissão Europeia tampouco tem uma resposta clara relativamente a este assunto.

Por fim, o n.º 15 encerra um apelo à Comissão para determinar de forma clara que o Estado com jurisdição sobre os resíduos é o Estado responsável. Entendemos que não cabe à Comissão tomar decisões sobre este assunto; pelo contrário, consideramos que esta matéria também deveria ser decidida no âmbito de um acordo internacional.

O importante é salvaguardar a coerência entre o futuro acordo sobre a reciclagem dos navios e a Convenção de Basileia sobre o controlo dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e a sua eliminação, tendo em consideração não só a Convenção de Basileia mas também toda a legislação existente.

Ján Figel, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, agradeço os comentários da senhora deputada Ayuso e do senhor deputado Blokland e agradeço, em especial, o trabalho dedicado deste último. Tal como já afirmei, muito particularmente no que respeita aos resíduos e aos resíduos perigosos, precisamos de assegurar que a aplicação da Convenção estará absolutamente de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1013/2006 relativo a transferências de resíduos, que foi adoptado não há muito tempo.

No que se refere ao financiamento, não existe, para já, nenhum fundo ou mecanismo. Lançámos um estudo com vista a preparar as potenciais opções ou solução e iremos, em breve, iniciar as consultas públicas sobre este assunto. Portanto, as observações que forem apresentando serão muito bem-vindas, nomeadamente a respeito do estabelecimento do fundo para o desmantelamento.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 26 de Março de 2009.

14. Livro Branco sobre acções de indemnização por incumprimento das regras comunitárias no domínio antitrust (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório do senhor deputado Klaus-Heiner Lehne, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre o Livro Branco sobre as acções de indemnização por incumprimento das regras comunitárias no domínio *antitrust* (2008/2154(INI)) – (A6-0123/2009).

Klaus-Heiner Lehne, *relator*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria primeiro de agradecer aos relatores-sombra, em particular, ao senhor deputado Sánchez Presedo, em nome dos socialistas, e à senhora deputada Bowles, em nome dos liberais, pelo trabalho de sucesso que desenvolveram comigo a nível do texto de compromisso apresentado hoje como relatório sobre o Livro Branco da Comissão. Desta vez, obtivemos uma grande maioria transversal aos vários grupos e chegámos a um compromisso verdadeiramente viável, que pode igualmente ser utilizado como orientação para o trabalho futuro da Comissão e, posteriormente, durante o processo legislativo, pelo Parlamento e pelo Conselho.

Neste relatório ficou bem claro – e ainda bem – que, em caso de infracção das regras da concorrência, de acordo com a tradição europeia, o Parlamento defende a posição de que a tomada de medidas é sobretudo da competência das autoridades – tanto das autoridades nacionais no domínio da concorrência como da Autoridade de Concorrência europeia – e que isso não equivale à criação de um segundo ramo, por assim dizer, que esteja em pé de igualdade com as medidas oficiais de combate aos cartéis. Na Europa, optámos deliberadamente por uma via diferente da adoptada pelos EUA, com os quais a situação é comparada frequentemente.

Há um consenso político, nesta Assembleia, quanto à necessidade de uma solução para as chamadas acções colectivas. No caso de conduta ilegal individual que prejudique um grande número de pessoas que sofram prejuízos comparativamente menores, é necessária uma solução separada para essas acções judiciais, relativamente às quais o direito processual simplesmente não é suficientemente eficaz. A criação de um instrumento desse tipo permite também proporcionar acesso à justiça e promover o desenvolvimento do mercado interno. Neste ponto, estamos de acordo.

Estamos também de acordo quanto a não querermos que se desenvolva uma indústria de litigância na Europa, como a que existe na América e que representa um volume de negócios de 240 mil milhões de dólares, e que, em última análise, não beneficia os consumidores e, como todos sabemos – bastando para isso ler os livros pertinentes – beneficia sobretudo as empresas de advocacia americanas. Nada disto tem muito que ver com o Estado de direito, nem queremos que venha a ter. Concordámos que os instrumentos de tortura processuais utilizados pelo sistema americano não devem ser adoptados na Europa. Isto aplica-se, em especial, à apresentação de elementos de prova e às custas judiciais. Trata-se de um ponto muito importante.

Concordámos também que, essencialmente, somos da opinião que, de uma perspectiva de princípio, a nível europeu a legislação apenas pode basear-se numa solução de adesão e que uma solução de desistência (modelo “opt-out”) apenas seria admissível nos casos em que os Estados-Membros já contam com uma solução semelhante e em que o direito constitucional nacional o permite. No âmbito do direito constitucional nacional, nem todos os países permitem a interposição de acções por adesão, além de que estas também contradizem o princípio do consumidor responsável.

Queixámo-nos insistentemente de, no seu Livro Branco, a Comissão Europeia se ter esquecido completamente de abordar a questão da resolução extrajudicial de litígios. A Direcção-Geral da Concorrência e a Comissão optaram directamente pelo recurso à via litigiosa. Contudo, como já sabemos há muito através dos debates sobre política de direito realizados nesta Assembleia, essa opção nem sempre constitui a via ideal e, regra geral, os mecanismos de resolução extrajudicial são frequentemente mais adequados para a resolução de litígios. Além disso, o trabalho paralelo levado a cabo pela Direcção-Geral da Protecção do Consumidor sobre esta mesma questão registou progressos muito superiores. No Livro Verde elaborado por esta Direcção-Geral, que se encontra na fase de consulta anterior à deste Livro Branco, foi considerada uma margem ampla para estes instrumentos de resolução alternativos. Estamos convencidos de que a Comissão Europeia deve retomar esta questão urgentemente.

Uma última questão, também fulcral: não pretendemos a fragmentação do direito. Ora, a legislação em matéria de concorrência começa agora a criar esse tipo de instrumento. E a protecção do consumidor está a seguir-lhe os passos. Sabemos que, a dada altura, serão consideradas opções semelhantes no que respeita à legislação no domínio do mercado de capitais, à legislação ambiental e à legislação social. Cremos ser absolutamente necessário considerar igualmente uma abordagem horizontal e, pelo menos em nossa opinião, utilizar um instrumento horizontal para apoiar os instrumentos processuais que são relativamente idênticos em todos os domínios. Esta questão tem igualmente uma importância decisiva.

Ján Figel', *Membro da Comissão.* – Senhor Presidente, em nome da Comissão, saúdo o relatório do senhor deputado Lehne, adoptado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) e cuja adopção é representativa de um grande consenso entre todos os grupos políticos. Congratulamo-nos também por este relatório apoiar firmemente o Livro Branco.

A Comissão refere que o relatório apoia as conclusões do Livro Branco quanto ao facto de as vítimas de infracções às regras da concorrência da Comunidade Europeia enfrentarem presentemente dificuldades consideráveis em obter indemnização pelos danos sofridos. Concordamos que devem ser tomadas medidas que garantam a plena indemnização dessas vítimas.

Somos igualmente de opinião que a reparação colectiva é essencial para os consumidores e para as pequenas empresas, de modo a permitir que tenham uma possibilidade realista e eficiente de obter indemnizações em caso de danos esporádicos. A Comissão concorda também plenamente com o relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários no que respeita à necessidade de evitar o recurso excessivo ou abusivo à via litigiosa. Assim, para atingir esse objectivo é necessário que os mecanismos colectivos de reparação incluam salvaguardas adequadas.

Por último, concordamos plenamente que a abordagem da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários à reparação colectiva deve ser coerente, devendo igualmente ser garantida a compatibilidade entre as iniciativas visadas nos diferentes domínios do direito, como o direito no domínio da concorrência ou as normas de protecção dos consumidores. A Comissão saúda igualmente o reconhecimento do facto de uma abordagem coerente à reparação colectiva não significar, necessariamente, que todos os domínios tenham de ser sujeitos a um único instrumento horizontal. O apelo à coerência não pode atrasar indevidamente o desenvolvimento de medidas identificadas como necessárias para a plena aplicação das regras comunitárias da concorrência.

Gabriela Crețu, *relatora de parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores.* – (RO) A Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores formulou a sua posição com base numa realidade específica: muitas vezes, os efeitos negativos resultantes da legislação no domínio *antitrust* podem

fazer-se sentir a nível económico, no extremo da cadeia comercial, afectando os consumidores finais e as pequenas empresas.

Neste caso, embora as indemnizações por prejuízos sofridos sejam importantes, são também difíceis de obter, dado que o número de pessoas afectadas é grande e as quantias envolvidas são reduzidas. Em resultado disso, solicitámos a adopção de um pacote de medidas legislativas e não legislativas que funcione como instrumento passível de ser utilizado por todos os cidadãos europeus afectados por este tipo de situações, para defenderem o seu direito a uma indemnização plena e adequada.

Apoiamos todas as medidas destinadas a eliminar as dificuldades inerentes à concretização deste objectivo: simplificação do acesso a documentação, redução das custas dos processos judiciais e inversão do ónus da prova.

Saudamos a proposta da Comissão no sentido de, nos casos em que existe um acordo explícito, combinar acções representativas intentadas por entidades qualificadas com acções colectivas. Contudo, consideramos que as acções colectivas com opção de desistência (modelo “opt-out”) devem continuar a ser debatidas, tendo em conta as vantagens que apresentam, nomeadamente, a possibilidade de uma “resolução definitiva” e a redução da incerteza jurídica.

Ioan Lucian Hămbășan, em nome do Grupo PPE-DE. – (RO) Embora o Tratado da União Europeia proíba claramente a formação de cartéis e outras infracções às regras da concorrência, os consumidores da Comunidade Europeia continuam a ter dificuldade em reivindicar o seu direito a ser indemnizados pelos prejuízos sofridos.

Na Roménia, por exemplo, um cartel da indústria do cimento foi multado recentemente em vários milhões de euros. Contudo, a legislação actualmente em vigor não obriga as autoridades com competências para controlar a concorrência a participar nas acções de indemnização das vítimas.

Gostaria de salientar a necessidade de estas autoridades terem em consideração as indemnizações que são ou deviam ser pagas, aquando do cálculo das coimas impostas às empresas declaradas culpadas de infracção, para evitar discrepâncias entre os prejuízos causados e as medidas punitivas aplicadas, e, em especial, para garantir que as indemnizações são pagas às pessoas afectadas por essas práticas.

Por este motivo, saúdo a intenção da Comissão no sentido de melhorar os métodos de garantia dos direitos dos consumidores afectados pelas infracções às regras que ocorrem em toda a Europa.

O Parlamento afirmou muito claramente que, na Europa, não pode existir um sistema baseado na opção de desistência (“opt-out”). Assim, é imperativo identificar as vítimas com a máxima celeridade aquando da apresentação da denúncia.

O sistema de interposição de acções colectivas por adesão garante que as vítimas de infracções às regras da concorrência serão, efectivamente, indemnizadas. O Parlamento não pretende que qualquer outra entidade, quer se trate de advogados, de associações empresariais ou de organizações de protecção do consumidor, beneficie em resultado de acções privadas.

Acredito igualmente que o Parlamento acrescenta um novo elemento importante, que foi omitido na proposta da Comissão. No que respeita às vítimas com direito a indemnização, em muitos casos os mecanismos alternativos de resolução de litígios são muito mais eficazes que os processos judiciais. Refiro-me ao facto de a resolução das acções de indemnização dever ser iniciada, antes de mais, a nível extrajudicial. Tendo em conta que os consumidores serão muito mais rapidamente indemnizados pelas perdas sofridas, estes mecanismos são muito menos dispendiosos que as acções judiciais privadas.

Antolín Sánchez Presedo, em nome do Grupo PSE. – (SP) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, este relatório foi aprovado por unanimidade na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Não só é um resultado excelente como, dada a natureza difícil, complexa e controversa dos assuntos em questão, é um resultado excepcional, que deve impulsionar e consolidar firmemente o novo pilar das acções judiciais privadas, essencial para tornar eficiente a política de competência comunitária. Trata-se de um novo passo na direcção de uma política de responsabilidades mais avançada e eficiente, com maior respeito pelos direitos das vítimas e mais eficaz no que respeita à responsabilização dos infractores.

Assim, primeiramente, gostaria de felicitar o relator, senhor Deputado Lehne, que assumiu a responsabilidade crucial de concluir esta tarefa com êxito. A qualidade das suas ideias, a sua abertura de espírito, a disponibilidade para dialogar e a inteligência para chegar aos compromissos mais adequados foram essenciais

para a conclusão desta tarefa. Gostaria de alargar as minhas felicitações aos relatores dos pareceres, aos relatores-sombra e aos responsáveis pela apresentação de alterações, que tão positivamente contribuíram para valorizar o relatório.

O Livro Branco da Comissão sobre acções de indemnização por incumprimento das regras comunitárias no domínio *antitrust* é a resposta a um pedido apresentado pelo Parlamento Europeu na sua resolução sobre o Livro Verde, com cujo conteúdo concorda em grande medida. Entre outros aspectos, é esse o caso quando, nomeadamente, subscree a natureza complementar das acções judiciais públicas e privadas, e assume uma posição favorável às acções colectivas, evitando, contudo, os excessos das acções judiciais colectivas interpostas nos Estados Unidos, e simplificando, deste modo, a obtenção de indemnizações, sendo também esse o caso quando propõe o acesso a informação relevante – sob controlo judicial – evitando investigações aleatórias (as chamadas “fishing expeditions”), e quando reconhece e apela à necessidade de interposição de acções individuais ou de seguimento e de um sistema voluntário de indemnizações.

O relatório defende os poderes de co-decisão do Parlamento Europeu no que respeita ao estabelecimento de um quadro jurídico para a interposição de acções de indemnização por incumprimento das regras comunitárias no domínio *antitrust*. Esta posição não deve ser entendida como uma negação da política de competência comunitária, enquanto base jurídica para legislação, mas como uma actualização dos requisitos do procedimento normal nesta esfera, de modo alcançar os mais elevados valores expressos no Tratado.

Quando um regulamento tem um efeito significativo sobre um direito fundamental, como o direito dos cidadãos a uma protecção jurídica efectiva (que integra o sistema da União Europeia e o dos Estados-Membros), o princípio democrático e o respeito pelas tradições jurídicas nacionais – que requerem que tais matérias apenas possam ser regulamentadas através de disposições jurídicas ou, por outras palavras, através de medidas tomadas pelos representantes directos dos cidadãos – implicam a participação legislativa do Parlamento Europeu.

Além disso, estabelece igualmente uma abordagem horizontal e integrada para resolver problemas comuns que podem surgir relativamente a outros domínios quando são interpostas acções judiciais privadas no âmbito da legislação em matéria de concorrência, e evita assim uma abordagem fragmentada e inconsistente.

As acções judiciais privadas podem ser interpostas quer por um organismo público quer por requerentes individuais ou colectivos. A segunda opção permite que as vítimas interponham a acção directamente, podendo também fazê-lo indirectamente através de entidades qualificadas, previamente designadas ou autorizadas *ad hoc*, como é o caso das associações empresariais ou de defesa do consumidor. No caso de acções interpostas por entidades qualificadas, o colectivo de vítimas tem de ser identificado na data de interposição da acção, podendo a identificação de cada requerente ser efectuada posteriormente, embora deva ser claramente estabelecida com a maior celeridade possível, evitando atrasos desnecessários e respeitando a legislação em vigor. Esta solução é muito importante no caso de acções que envolvem danos esporádicos e de baixo valor.

O relatório levanta a questão do acesso às informações necessárias para a interposição de acções de seguimento e fá-lo de forma equilibrada. É necessário salvaguardar quer a protecção de sigilos comerciais e empresariais quer a eficiência dos programas de clemência, para os quais são necessárias directrizes.

Foram fixadas condições para que as decisões tomadas por uma autoridade que seja membro da Rede Europeia da Concorrência possam tornar-se vinculativas noutro Estado-Membro e para que, respeitando plenamente o princípio da responsabilidade, o ónus da prova seja invertido e exista presunção de culpa nos casos em que o incumprimento foi provado.

Merece a pena salientar igualmente a aprovação da admissibilidade de invocar a repercussão como meio de defesa dos adquirentes indirectos e de um sistema que simplifica e reduz as custas processuais. Gostaria também de salientar a interacção positiva entre as acções judiciais públicas e privadas, tanto no que respeita ao incentivo da indemnização das vítimas como à aplicação de um prazo de cinco anos para a sua interposição.

Para concluir, gostaria de expressar a minha gratidão para com a Comissão, pelo diálogo mantido ao longo de todo este processo, e de solicitar ao senhor Comissário que apresente rapidamente as iniciativas necessárias para o desenvolver.

Diana Wallis, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer ao senhor deputado Lehne e confirmar que o meu grupo apoiará o relatório por ele elaborado.

Gostaria também de referir que considero algo estranho que este debate seja realizado a uma hora tão tardia, quando temos uma questão sobre o mesmo assunto agendada para amanhã de manhã. Faria muito mais sentido apresentar ambas as questões na mesma altura.

Contudo, felicito o relatório e gostaria de referir que o ponto de partida do meu grupo consistirá em “fazer justiça” – fazer justiça relativamente às PME e aos consumidores da União Europeia, nos casos em que têm de enfrentar actividades incorrectas e anticoncorrenciais. Há algumas semanas o meu grupo organizou um seminário no Parlamento, em Bruxelas e fiquei muito surpreendida com a presença de algumas pessoas, que estavam bem a par destas actividades anticoncorrenciais e que, curiosamente, fazem parte da indústria do cimento. Que disseram essas pessoas? “Por favor, por favor, avancem com esta questão: precisamos de um instrumento que nos permita processar as empresas que operam incorrectamente no mercado europeu.

Pretendemos uma solução europeia, que seja aplicada com a maior brevidade, caso contrário, acredito que aquilo que acontecerá e aquilo para que vos alerto é o seguinte: alguns Estados-Membros irão desenvolver sistemas que conduzirão a uma corrida à jurisdição mais favorável em resultado da livre circulação das decisões judiciais. Assim, por favor – crie-se urgentemente um sistema europeu.

Presidente. – Certificar-me-ei de que a sua observação sobre a ordem do dia é comunicada à Conferência dos Presidentes, responsável pela sua elaboração – por vezes, são cometidos erros.

Nils Lundgren, em nome do Grupo IND/DEM. – (SV) Senhor Presidente, o mercado interno representa, incontestavelmente, o melhor contributo da União Europeia para a liberdade e a prosperidade na Europa. Entre outros aspectos, necessita de legislação eficiente no domínio *antitrust*. O que está agora em apreço é a questão das acções de indemnização por incumprimento das regras *antitrust*.

Há motivos fundamentais válidos que justificam a possibilidade de os cidadãos e as empresas poderem intentar acções de indemnização. O relatório do senhor deputado Lehne indica, embora algo involuntariamente, os problemas e os riscos existentes. Embora o Livro Branco se refira a uma cultura jurídica europeia, tal não existe. Não devemos criar regulamentos com base em ilusões. O relator pretende que evitemos o surgimento de uma cultura de indemnizações “americanizada”. Também isso é uma ilusão. Pelo contrário, os riscos de surgir uma cultura desse tipo são elevados.

Foi ignorada a partilha de responsabilidade entre as instituições da União Europeia e os Estados-Membros. Não há uma análise objectiva das exigências inerentes ao princípio de subsidiariedade. Pura e simplesmente, o princípio não é encarado com seriedade.

Há vários outros pontos pouco claros e também pontos que correm o risco de ser totalmente arbitrários. Os pontos 7 e 11 do relatório suscitam dúvidas. As acções de indemnização por incumprimento das regras *antitrust* devem ser o ponto de partida óbvio. É necessário que o tribunal tenha verificado o delito, aplicando-se depois, supostamente, o princípio da transição em julgado, ainda que no contexto de uma acção individual, de modo a que as sentenças relativas a um caso singular não possam ser revistas.

Os pontos 15 e 18 permitem ambos que o requerente opte pelo sistema jurídico mais favorável. Isso levanta incertezas jurídicas e resultará numa corrida à jurisdição mais favorável, facto que constituirá uma ameaça real.

Espera-se reduzir as assimetrias em matéria de informação obrigando as empresas a fornecer informações ao requerente. Isto resultará no tratamento subjectivo de informações comerciais importantes, que podem ser indevidamente utilizadas.

Nesta fase, há demasiados riscos e pontos que são pouco claros. Assim, a Assembleia deve rejeitar este relatório e solicitar uma análise mais aprofundada deste assunto, antes de tomarmos uma decisão.

Andreas Schwab (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer ao relator, senhor deputado Lehne, que realizou um trabalho magnífico neste relatório e encontrou soluções adequadas para uma questão que, segundo a opinião de deputados de outros grupos parlamentares, é muito difícil.

O debate permite-me perceber que todos concordamos ser necessária uma abordagem horizontal no que respeita a todas as acções judiciais colectivas, pelo que solicito à Comissão que não apresente, relativamente a cada domínio, propostas individuais de várias Direcções-Gerais, e que, na melhor das hipóteses, nos apresente um mecanismo de reparação jurídica verdadeiramente colectivo, que abranja todos os domínios referentes ao mercado interno europeu, aos cidadãos europeus e, obviamente – como a senhora deputada

Wallis referiu – às PME europeias. Estamos de acordo quanto ao facto de os interesses dos que foram lesados por um cartel deverem ser defendidos eficazmente e de os cartéis deverem ser controlados no âmbito da economia europeia, de acordo com o princípio da economia social de mercado. Também não queremos que os vários regulamentos nacionais sejam objecto de quaisquer abusos, sob a forma de uma corrida à jurisdição mais favorável.

Contudo, o debate desta noite não me deu muitas informações quanto à forma mais eficaz de concretizar estes objectivos, pois creio que, muitas vezes, o potencial das acções colectivas é sobrestimado. É por isso importante voltar a estabelecer determinadas referências relativamente às quais sejam avaliadas todas as acções de indemnização colectivas. É preciso determinar se a protecção jurídica adicional para consumidores ou vítimas nos processos colectivos, as acções judiciais transfronteiras e as acções judiciais que afectam mais de um Estado-Membro são, efectivamente, necessárias. O procedimento europeu tem de incluir as limitações processuais dos Estados-Membros, nomeadamente as opções de adesão (*opt-in*) e de desistência (*opt-out*), bem como várias outras. Se isto não for possível, de todo, como a própria Comissão já admitiu, em parte, então é necessário incluir os instrumentos jurídicos dos Estados-Membros e criar um procedimento comum, com os parlamentos dos Estados-Membros, de forma a defender os interesses dos consumidores europeus.

Decididamente, queremos evitar que as acções colectivas interpostas na Europa sigam o modelo americano. Queremos garantir a atribuição das indemnizações, mas apenas àqueles que realmente sofreram prejuízos. Devemos opor-nos, tão categoricamente quanto possível, a eventuais acções judiciais injustificadas e incentivar o recurso a procedimentos de resolução alternativos.

Olle Schmidt (ALDE). - (SV) Senhor Presidente, também eu gostaria de agradecer ao senhor deputado Lehne pela elaboração de um relatório extremamente construtivo e exaustivo, que aborda questões importantes no domínio da legislação em matéria de concorrência e que aumenta a protecção dos consumidores.

Embora o Tribunal de Justiça Europeu defenda o direito de os particulares e as empresas receberem indemnizações por incumprimento das regras no domínio da concorrência, a verdade é que, na realidade, aqueles que sofreram prejuízos em resultado do incumprimento das regras comunitárias no domínio *antitrust* raramente são indemnizados. Devemos, portanto, criar mecanismos que contribuam para aumentar a confiança e para facilitar a reivindicação dos direitos dos cidadãos além fronteiras.

Sabemos que os consumidores e as pequenas empresas têm relutância em instaurar acções por temerem a morosidade dos processos e, em especial, as elevadas custas judiciais. A constatação de mudanças a este nível contribuirá para promover o comércio transfronteiriço.

Se pretendemos um mercado interno funcional em toda a União Europeia, em que as pessoas possam confiar que o seu caso será analisado de forma juridicamente correcta e que serão plenamente indemnizadas pelos danos sofridos – ou seja, pelo prejuízo – temos também de criar novos mecanismos que facilitem a interposição de acções colectivas.

Sempre que se fala de acções judiciais colectivas, refere-se a questão dos EUA e das experiências e exageros deste país. É claro que temos a aprender com esse exemplo, mas não devemos permitir que isso nos intimide. A Europa tem de ter um sistema europeu e não um sistema americano. Caso não tomemos medidas, a situação apenas irá piorar.

Ján Figel, Membro da Comissão. – Senhor Presidente, agradeço a todos pelos interessantes contributos, em especial a declaração inicial do senhor deputado Klaus-Heiner Lehne. Foi extremamente interessante e percebo agora o motivo de tanto consenso e do trabalho conjunto sobre estas questões, não só em comissão mas também no plenário.

Não tenho muito a acrescentar, excepto talvez no que se refere às bases jurídicas. É claro que isso depende dos objectivos e do conteúdo das medidas propostas, e enquanto Comissário – embora de outra pasta, mas intervindo em nome da Comissão – quero garantir-lhes que, por princípio, procuramos trabalhar em estreita cooperação com o Parlamento. Fica por determinar a forma como isto deve ser instituído em relação a um ponto ou assunto prático e concreto, mas esforçar-nos-emos por manter uma cooperação estreita, ou tão estreita quanto possível, com o Parlamento, no âmbito da base jurídica aplicável.

Relativamente ao que foi dito sobre a fragmentação e a abordagem horizontal, creio que a resposta da Comissão – bem patente no Livro Branco – é uma abordagem consistente e coerente, e considero que a tradição jurídica europeia e as raízes da nossa cultura jurídica são diferentes das americanas, tão frequentemente citadas. No entanto, acredito que podemos aprender com terceiros e desenvolver ainda mais o nosso sistema.

No que respeita à aplicação do direito público e ao acesso à justiça, é óbvio que considero muito importante não progredirmos rumo a uma aplicação menos sólida e que creio que os artigos 81.º e 82.º são pilares extremamente importantes do mercado único e das políticas da União Europeia. Esses artigos dizem respeito à justiça e as acções de indemnização são complementares à aplicação da lei.

Por último, embora talvez não menos importante, uma palavra sobre o que foi dito no que respeita à resolução extrajudicial de litígios. Embora a Comissão seja a favor desse ponto, a condição prévia ou a base para uma abordagem desse tipo – que seria positivamente acolhida – assenta na existência e no correcto funcionamento, a nível dos Estados-Membros, de um sistema de resolução de litígios eficiente no que respeita às acções de indemnização. Assim, considero que devemos incentivar e apoiar os Estados-Membros de modo a que essas questões e sistemas sejam aplicados na Europa dos 27. Posteriormente, creio que poderemos também abordar estes pontos.

Agradeço aquilo que foi, também para mim, um debate muito interessante e desejo-vos as maiores felicidades.

Klaus-Heiner Lehne, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, gostaria de começar por agradecer aos meus estimados colegas pelos contributos muito úteis. Creio que todos unimos esforços e chegámos a um resultado positivo.

Contudo, quero igualmente transmitir à Comissão, de forma muito clara e para evitar quaisquer malentendidos, o seguinte: do ponto de vista do Parlamento, não faz sentido a apresentação de uma lei que provavelmente nesta altura já não tem qualquer utilidade. Não há qualquer dúvida quanto a isso. Esperamos que a Comissão tenha em conta o que decidimos hoje e que inclua esses pontos na legislação efectivamente proposta.

A abordagem horizontal é um aspecto importante, mas não só em função dos argumentos que expus anteriormente; o próprio Comissário referiu a questão da base jurídica. Num projecto desta envergadura, é imperativo optar por uma abordagem que, em última análise, garanta a participação do Parlamento enquanto legislador e em pé de igualdade. Nos termos do Tratado de Nice, presentemente em vigor, tal não acontecerá se se optar por uma abordagem baseada exclusivamente na legislação em matéria de concorrência. Este ponto é também um argumento político muito importante, que justifica o motivo pelo qual consideramos que a abordagem horizontal é a correcta e somos a favor desta. Creio que a Comissão deve ponderar muito seriamente esta questão.

Outro factor que, em minha opinião, é decisivo é a necessidade de tomar medidas no que respeita à resolução extrajudicial de litígios. O Senhor Comissário referiu-se anteriormente à convergência do trabalho entre a Comissão e a Direcção-Geral da Concorrência. Contudo, quando se compara o Livro Verde sobre protecção dos consumidores e o Livro Branco sobre concorrência, não se fica necessariamente com a impressão de que essa convergência efectivamente exista. O exemplo mas flagrante é a diferença na abordagem aos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios no Livro Branco – ou, mais exactamente, a inexistência de uma abordagem.

Existem ainda vários outros problemas que esperamos ver resolvidos. Gostaria apenas de referir rapidamente a questão do acesso aos processos na posse da Comissão Europeia. É permitido, em todos os procedimentos penais relativos à interposição de acções de indemnização, consultar os processos do Ministério Público. Por que motivo o mesmo não se aplica à Comissão Europeia? É uma questão que ultrapassa a minha compreensão.

O mesmo se aplica à questão da estipulação de sanções: dado que é imperativo permitir a interposição de acções de indemnização numa data futura, este ponto tem igualmente de ser tido em conta. Também neste caso é necessário que a Comissão retome urgentemente o texto e apresente textos e propostas mais específicos que os incluídos até à data no Livro Branco. Permitam-me que transmita, da perspectiva do Parlamento, de forma muito clara e para evitar quaisquer malentendidos, o seguinte: esperamos mais do que o contido no Livro Branco e esperamos igualmente que a Direcção-Geral da Concorrência, no seu todo, aceite as sugestões por nós apresentadas, caso contrário, deparar-se-á com resistência por parte desta Assembleia.

Presidente. – Gostaria de agradecer a todos os contributos que deram sobre este tema importante, e agradecer também ao Senhor Comissário, aos funcionários e aos intérpretes.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Katrin Saks (PSE), *por escrito*. – (ET) O relatório do Parlamento salienta a utilidade dos programas de clemência para a denúncia de acordos entre cartéis e aprez-me poder afirmar que o Parlamento estónio está actualmente a debater um projecto de programa de clemência. Estes programas devem tornar-se num instrumento significativo da luta contra os cartéis – importante tanto para um melhor funcionamento do mercado comum como para a protecção dos direitos dos consumidores – já que os acordos entre cartéis podem resultar num aumento dos preços de venda ao consumidor que pode atingir 25%.

Contudo, acredito que as acções judiciais representativas podem igualmente ter um papel importante a nível da aplicação eficiente da legislação em matéria de concorrência e do aumento da protecção dos consumidores, pelo que deve também ser dada atenção a este aspecto, tanto a nível da União Europeia como da Estónia. A investigação demonstrou que as acções representativas contribuiriam para aumentar significativamente a disponibilidade dos consumidores para defender os seus direitos, tendo também demonstrado a importância crucial da aplicação de medidas como as acções representativas nos países em que os consumidores são menos activos por temerem a complexidade e os custos dos processos.

15. Entrega de documentos: ver Acta

16. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

17. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 11H15)